



## CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

### DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO PASTORAL DA IGREJA NO BRASIL 1983-1986

#### APRESENTAÇÃO

O enunciado do Objetivo Geral da Ação Pastoral da Igreja no Brasil foi elaborado e aprovado por unanimidade na 21ª Assembléia Geral da CNBB em 15 de abril de 1983. Nesta mesma Assembléia determinou-se que a ação pastoral se organizaria por seis linhas ou dimensões, a saber, comunitária e participativa, missionária, catequética, litúrgica, ecumênica e profético-transformadora.

Foram escolhidos, por ordem de votação, os seguintes destaques pastorais: jovens, comunidades eclesiais de base, vocações e ministérios, famílias, leigos e mundo do trabalho. É nestes setores que se deverá concentrar no próximo quadriênio (1983-1986) a ação evangelizadora da Igreja em nosso país.

O texto atual, por designação da 21ª Assembléia, foi confiado ao Conselho Permanente, que o aprovou por ocasião de sua última reunião em Brasília, de 24 a 27 de julho de 1983. Na elaboração do texto, foram levadas em consideração as contribuições precedentes dos Regionais, do Encontro de Subsecretários, dos grupos de reflexão da Assembléia da CNBB, das reflexões da Presidência, Comissão Episcopal de Pastoral e grupo de Assessores.

O capítulo referente às linhas ou dimensões é breve e procura insistir na unidade global da ação pastoral, seja qual for a situação em que se aplique o Objetivo Geral.

Cada destaque em nível nacional, além da motivação que justifica sua escolha, apresenta uma série de questões que deverão suscitar novas experiências e atuações pastorais.

Esse método permitirá, posteriormente, a elaboração de subsídios específicos que recolhem para cada destaque o resultado da participação dos diversos níveis eclesiais.

Brasília, 27 de junho de 1983

† Luciano Mendes de Almeida  
Secretário Geral da CNBB

#### OBJETIVO GERAL

- Evangelizar o povo brasileiro em processo de transformação sócio-econômica e cultura, a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando à construção de uma sociedade mais justa e fraterna, anunciando assim o Reino definitivo.

#### I. PARTE: OBJETIVO GERAL DA AÇÃO PASTORAL

##### EVANGELIZAR

*Evangelizar, missão de Jesus:*

1. "O Espírito do Senhor está sobre mim, pelo que me ungiu; e enviou-me para anunciar a Boa Nova aos pobres, para sarar os contritos de coração, para anunciar aos cativos a redenção, aos cegos a restauração da vista, para pôr em liberdade os cativos, para publicar o ano da graça do Senhor"<sup>1</sup>.

"Andar de cidade em cidade a proclamar, sobretudo aos mais pobres... o alegre anúncio da realização das promessas e da aliança feitas por Deus: tal é a missão para a qual Jesus declara ter sido enviado pelo Pai"<sup>2</sup>.

### ***Missão também da Igreja:***

2. Evangelizar é a razão de ser da Igreja que, impulsionada pelo mesmo Espírito, prolonga continuamente na história a presença e atuação do Senhor Jesus, "o primeiro e o maior dos evangelizadores"<sup>3</sup>. Como Cristo, a Igreja anuncia a Boa Nova a todas as pessoas, sem exceção, colocando-se "do lado dos pobres e dos sofredores com o seu amor de predileção"<sup>4</sup>. Longe de ser apenas um aspecto da ação pastoral, a evangelização "constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar"...<sup>5</sup>

### ***O anúncio do Reino de Deus***

3. Assim como Jesus Cristo<sup>6</sup>, a Igreja faz da proclamação do Reino o centro de sua ação evangelizadora. Reino que se identifica com a própria salvação que o Pai, em seu Filho e por seu Espírito, oferece a todas as pessoas, como dom da sua graça e misericórdia. Reino que consiste na libertação de todas as misérias e opressões, cuja raiz última é o pecado. Reino que visa a instaurar uma nova ordem de vida e convivência na justiça, na fraternidade e na paz. Reino que se realiza na comunhão profunda das pessoas entre si e na participação – aqui e agora – na própria vida trinitária de Deus, cuja plenitude se alcançará na eternidade, onde Deus "será tudo em todos"<sup>7</sup>.

### ***O anúncio supõe também a denúncia***

4. O anúncio do Reino supõe também a denúncia corajosa "de tudo o que se opõe ao plano de Deus e impede a realização do homem", no intuito de "defender o homem ferido em seus direitos, para que se curem suas feridas e para suscitar atitudes de verdadeira conversão", pessoal e social<sup>8</sup>.

### ***Evangelizar pela palavra e pela ação***

5. Seguindo o exemplo de Jesus, a Igreja no Brasil há de proclamar a Boa Nova do Reino de Deus, através do seu ministério da Palavra, exercido profeticamente como anúncio e denúncia, e também mediante os sinais eficazes de sua solidariedade, sobretudo com os mais pobres e desvalidos. Assim, o Reino chegará até nós e se tornará realidade em nossa convivência, animando nossa esperança na sua plenitude final para além da história<sup>9</sup>.

### ***Evangelizar também a cultura***

6. Pronta a levar a Boa Nova a todas as parcelas do povo brasileiro, a Igreja quer fermentar pelo Evangelho a consciência pessoal e coletiva das pessoas, sua vida, atividade e meio concreto<sup>10</sup>. Por isso, evangelizar não é "tanto pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentem em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação"<sup>11</sup>. Para a Igreja, importa evangelizar, "não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e até às suas raízes, a cultura e as culturas do homem"<sup>12</sup>.

### ***Ingresso na comunidade***

7. A evangelização não alcança, porém, sua plena dimensão nas pessoas, senão quando o anúncio explícito é acolhido e leva à adesão ao Evangelho, numa nova maneira de viver. A adesão se manifesta, concreta e plenamente, pelo ingresso numa comunidade de fiéis que seja, ela também, sinal da transformação e da novidade de vida. Evangelizar inclui, assim, todo esforço e ação pastoral que possibilitem o surgimento e o crescimento de comunidades eclesiais, onde a vida nova é aprofundada à luz da Palavra de Deus, celebrada nos sacramentos da fé e testemunhada no serviço aos irmãos.

### ***A globalidade da evangelização***

8. Evangelizar é assim “uma diligência complexa, em que há variados elementos: renovação da humanidade, testemunho, anúncio explícito, adesão do coração, entrada na comunidade, aceitação dos sinais e iniciativas de apostolado”<sup>13</sup>.

### ***A ação do Espírito Santo***

9. Para responder às múltiplas exigências da evangelização, a Igreja não confia tanto nos meios humanos, e sim na força do Espírito Santo: “Recebereis o Espírito Santo e sereis minhas testemunhas”<sup>14</sup>. A abundância da presença do Espírito é um dos sinais do Reino messiânico: infundirei naqueles dias o meu Espírito<sup>15</sup>. O Espírito que nos foi dado por Cristo<sup>16</sup> manifesta-se na obra da evangelização, tanto nos evangelizadores e nos que são evangelizados, como na ação mesma da evangelização. Desde o dia de Pentecostes, o Espírito Santo age na Igreja, seja na forma extraordinária através de carismas especiais, seja na forma ordinária da ação ministerial dos pastores, na exemplariedade dos santos, na fé operosa dos fiéis. Ninguém é capaz de anunciar o verdadeiro nome de Cristo sem que seja movido pelo Espírito<sup>17</sup>. É Ele quem difunde em todas as partes a “Semente do Verbo” e age em todos, para que busquem a salvação. É ainda o Espírito Santo quem guia a Igreja toda – pastores e fiéis – no discernimento dos “sinais dos tempos”, para que o Evangelho se faça presente na história dos homens.

### ***Necessidade de conversão da própria Igreja***

10. Ungida pelo mesmo Espírito, a Igreja se santifica constantemente. “Evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma... por uma conversão e renovação constantes, a fim de evangelizar o mundo com credibilidade”<sup>18</sup>. Tal conversão é exigida de toda a Igreja – hierarquia, religiosos e leigos – já que a missão evangelizadora é de todo o povo de Deus<sup>19</sup>. A Igreja, para exercer sua missão conforme o Espírito de Cristo, deverá rever constantemente sua vida, exercitando-se “no discernimento das situações e dos apelos concretos que o Senhor faz em cada tempo”. Em atitude permanente de escuta e de abertura, é levada a “um sério compromisso com aquilo que foi reconhecido como autenticamente evangélico” nas diferentes situações históricas. Assim, santa e pecadora, ela “se converte cada dia à palavra da verdade”, fazendo-se ela mesma fiel ao Evangelho, para poder “transmiti-lo aos homens com plena fidelidade”<sup>20</sup>.

### ***O testemunho da unidade***

11. Ponto particularmente importante nesse esforço de conversão é a busca constante da unidade entre os evangelizadores: “a sorte da evangelização anda sem dúvida ligada ao testemunho da unidade dado pela Igreja”<sup>21</sup>. Na realidade, se anunciando o Evangelho ela se apresenta vulnerada por querelas doutrinárias, polarizações ideológicas ou condenações recíprocas, como não haveriam de se sentir perturbados, desorientados e mesmo escandalizados aqueles aos quais ela dirige sua pregação? Mas a busca da unidade, por amor à missão evangelizadora, se estende mais além, através de um sincero esforço ecumênico. Na realidade, a divisão entre os cristãos não afeta apenas o cristianismo.

Afeta o mundo, pois se constitui obstáculo à sua evangelização. A falta de unidade entre os cristãos rouba ao mundo o sinal mais rico e forte da credibilidade do Evangelho<sup>22</sup>.

### ***Fidelidade até o fim***

12. Com o fervor próprio dos santos e a proteção da Virgem Maria, “Estrela da Evangelização”<sup>23</sup>, a Igreja no Brasil assumirá a tarefa que o Senhor lhe confiou, exercendo-a no serviço fiel ao Evangelho e na entrega da própria vida em favor do Reino, consumando assim e levando à perfeição sua missão evangelizadora.

#### *Evangelizar, sentido de todo o Objetivo Geral*

13. Evangelizar constitui, assim, o centro de convergência do objetivo Geral da ação pastoral. De fato, o anúncio do Evangelho é o serviço original e insubstituível da Igreja ao povo brasileiro e à sua história. É o Evangelho que revela a verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem. Por fidelidade ao Evangelho, a Igreja no Brasil fez a opção preferencial pelos pobres e assumiu – fiel à sua inspiração, – a causa da libertação integral de todos os homens. É a vivência concreta do Evangelho que a faz crescer na participação e comunhão, e a compromete na construção de uma sociedade mais justa e fraterna, prelúdio do Reino definitivo que o próprio Evangelho anuncia e inaugura na pessoa de Jesus Cristo.

## **EVANGELIZAR O POVO BRASILEIRO EM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E CULTURAL**

### ***Destinação humana da evangelização***

14. A missão da Igreja no Brasil é evangelizar o povo brasileiro na sua história, “aqui” e “agora”. Povo é muito mais do que uma realidade considerada em termos puramente demográficos ou sociológicos. Povo é, sobretudo, a realidade humana da Nação, em toda sua abrangência, e designa todos os homens e mulheres, aos quais a Igreja há de estender a sua solicitude pastoral. É importante reiterar que a fé cristã e a consciência de pertença à Igreja são elementos arraigados na grande maioria do povo brasileiro. O povo de Deus, na sua totalidade, é portador da ação evangelizadora<sup>24</sup>.

Daí a necessidade de se evitar o risco de colocar, de um lado, a Igreja evangelizante, e de outro, o povo a ser evangelizado.

### ***Ênfase na formação das consciências***

15. A missão da Igreja é evangelizar pessoas que constroem estruturas sociais, econômicas e políticas, que criam cultura, que trabalham, que têm aspirações, que são sujeitos de direitos e deveres, e agentes de sua própria história. O processo de transformação, pelo qual passa a sociedade brasileira, cria situações novas para a vida do povo. Este poderá distanciar-se da Mensagem, se a Igreja não atingir permanentemente com sua ação pastoral as realidades novas que surgem. Isto exige ênfase especial nas iniciativas destinadas à formação das consciências e à preparação das pessoas para assumirem sua responsabilidade cristã no mundo e na história.

### ***Influência mútua entre homem e sociedade***

16. A ênfase na destinação pessoal da ação evangelizadora significa não esquecer a influência mútua entre a pessoa e a sociedade. As estruturas, a organização da sociedade, exercem forte pressão sobre o povo em geral e sobre cada pessoa em particular. Estruturas sociais injustas pervertem as consciências, bloqueiam impulsos sadios que nascem do povo para a transformação da sociedade. Daí a urgência de enfatizar, na ação pastoral, a formação de agentes capazes de transformar a sociedade, os quais, partindo das exigências da fé, assumam o compromisso evangélico de criar estruturas sempre mais justas.

### ***O povo é sujeito de sua promoção***

17. É fundamental que os agentes transformadores estejam inseridos na realidade do povo, não para conduzi-lo, apresentando-lhe soluções prontas, mas para estimular o diálogo como aprendizado para a participação consciente, solidária, responsável. Nenhuma transformação autêntica se realiza por outorga benevolente. Os que resistem às transformações necessárias se dispõem a aceitar o diálogo, para evitar os conflitos, apenas quando se defrontam com um povo consciente de seus direitos e responsabilidades, e decidido a comprometer-se com isso.

### ***Consciência comunitária e consciência de classe***

18. Observa-se, no setor social, uma transformação de importantes conseqüências pastorais: a nucleação das bases vem-se operando mais em termos de comunidade do que em termos de classe. Esse fenômeno ocorre principalmente nos meios rurais e periferias urbanas. Demonstra-se com isso a força aglutinadora da consciência comunitária. Por outro lado, sendo o trabalho "a chave essencial de toda a questão social", é fundamental não subestimar a importância da mobilização solidária dos trabalhadores, como tais, na luta justa pelo reconhecimento de sua dignidade e da dignidade do seu trabalho, através de suas organizações próprias<sup>25</sup>. O fortalecimento da consciência comunitária não deve esvaziar a consciência de classe, porque só esta tem condições de enfrentar os problemas globais e de prazo mais longo. Não condiz com as diretrizes e o espírito da "Laborem Exercens" pensar que a consciência de classe conduza inevitavelmente à luta de classes, no sentido insurrecional do termo. Com efeito, segundo a mesma Encíclica, os problemas da relação entre o trabalho e o capital não serão resolvidos pelo esvaziamento da consciência de classe, mas ao contrário, pelo seu amadurecimento, que a prepara para os confrontos inerentes a toda democracia empenhada na realização do bem comum, isto é, do bem de todos, sem discriminações.

### ***O desafio da migração e da urbanização***

19. Outra transformação de graves conseqüências pastorais, que se vem processando no setor social, é a expansão das frentes agrícolas por um lado, e, por outro, a aceleração do processo de urbanização. Os dois processos, aliás, estão intimamente relacionados. A expansão agrícola, quando não proletariza o homem do campo, transformando-o em bóia-fria, ou quando não o desaloja para regiões mais remotas, o obriga a buscar refúgio nas periferias urbanas. E a urbanização se acelera em ritmo desordenado, criando os grandes bolsões do mercado informal, sem nenhuma proteção trabalhista, e envolvendo nas influências do espaço urbano grandes contingentes de população despreparada para esse novo estilo de vida. O duplo aspecto dessa transformação levanta sérios desafios à ação da Igreja, exigindo-lhe o desenvolvimento da pastoral das migrações e maior valorização da criatividade das bases para uma adaptação inadiável de sua pastoral urbana.

### ***Crise econômica e opções políticas***

20. No setor econômico, embora se situe entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil atravessa uma das mais graves crises de sua história. A estratégia da administração dessa crise encaminha a Nação para uma alternativa: ou a busca da solução se orienta para um agravamento da dependência externa, com a exigência de pesados sacrifícios para o povo e conseqüências imprevisíveis, ou essa busca se orienta para a ativação das potencialidades internas, abrindo novas e amplas perspectivas de mobilização, participação e criatividade do próprio povo. Soluções válidas não se concretizarão sem adequadas e corajosas opções políticas.

### ***Transformação do panorama político***

21. No setor político, a transformação se encaminha no sentido de formar e consolidar instituições mediadoras entre o Estado e a Nação, tais como o Congresso Nacional, as Assembléias, as Câmaras, os Partidos Políticos, os Sindicatos e as mais variadas formas e tipos de Associações. Tal transformação impõe à Igreja uma reflexão profunda sobre a função supletiva, que ela assumiu nos períodos em que o povo, sem mediações para a defesa de seus direitos e interesses, se defrontava desarticulado ante a arbitrariedade do Estado.

### ***Consumismo e crise de valores***

22. No setor cultural, uma transformação vai-se processando: na sociedade brasileira tradicional, os valores determinavam os padrões de comportamento, e estes, por sua vez, definiam as formas de consumo. Hoje, a grande penetração dos meios de comunicação social está invertendo essa linha de influência: cada vez mais, são as formas de consumo que determinam os padrões de comportamento, e estes tanto desgastam os valores tradicionais, quanto geram novos valores ou pseudo-valores de vida e convivência. Essa inversão de influências, partindo do consumismo, é responsável pela séria crise de valores que atinge de modo especial a juventude e que desemboca em corrupção, permissividade e relativismo ético em todos os campos da atividade humana.

### ***A família atingida pela crise de valores***

23. Sem dúvida, a família é a instituição mais duramente atingida por esse processo de transformação. Difundem-se rapidamente novos padrões de relacionamento entre os sexos, padrões que prescindem do vínculo sacramental e recusam aceitar suas exigências de doação mútua e total, de unicidade e indissolubilidade. A perniciosa difusão de um inaceitável controle da natalidade, o consumo de anticoncepcionais e a exacerbação do erotismo pela pornografia mercenária dos meios de comunicação, pervertem o comportamento sexual dos jovens e os indispõem a assumir a responsabilidade pela realização da beleza do ideal cristão da família<sup>26</sup>.

### ***Transformação na vivência religiosa***

24. Verificam-se igualmente transformações importantes na vivência religiosa do povo. O proselitismo das seitas, cada vez mais numerosas, o envolvimento do sincretismo religioso e a tentação de variadas formas de materialismo representam um desafio e um questionamento à ação pastoral da Igreja. Por outro lado, o atual processo de renovação da Igreja tem contribuído significativamente para o crescimento da consciência comunitária da fé e de suas implicações sociais e políticas. Essa vitalidade religiosa está ajudando o povo de Deus no Brasil a valorizar o sentido das expressões comunitárias da fé, a descobrir a alegria da celebração e da partilha do Pão, a crescer na compreensão da Palavra acolhida na vivência comunitária e a se engajar como cristãos conscientes na construção da história e do Reino. Um dos frutos dessa animação religiosa se manifesta no surgimento de novas vocações, tanto para a atuação como agentes leigos de pastoral, como para a vida sacerdotal e consagrada. Outro de seus frutos é o revigoramento de variadas formas de expressão religiosa do povo e a crescente busca de renovação entre Movimentos e Associações Católicas. A transformação religiosa revela-se também na abertura para um ecumenismo espontâneo, que se vem manifestando nas diversas faixas da sociedade, mais sensíveis à união de todos em vista da realização de projetos que visam ao bem comum, do que para distinções dogmáticas que dividem.

### ***Acompanhar o processo de renovação religiosa***

25. As transformações na vivência eclesial, saudáveis em si mesmas, comportam riscos e falhas que exigem acompanhamento atento e sensível por parte dos pastores. Um dos riscos consiste em minimizar a importância da vida sacramental e dos valores morais. Outro risco pode ocorrer a partir do momento em que cristãos, motivados pela fé e engajados nas lutas sindicais e político-partidárias, pretendessem envolver nelas a comunidade eclesial. Esta deverá permanecer sempre fiel à sua missão específica como



sinal da unidade visível de todos os cristãos, mantendo-se acima das disputas partidárias e das correntes ideológicas. A própria renovação da vivência eclesial e a explicitação das exigências sócio-políticas da fé comportam um certo risco, na medida em que, mal-interpretadas, podem levar alguns ao afastamento da comunidade ou provocar em outro a sensação de marginalização. Por outro lado, essa renovação vem exercendo profunda influência evangelizadora, especialmente sobre a juventude, infundindo alegria e esperança no povo fiel, que se sente cada vez mais Igreja e próximo a seus pastores.

## **EVANGELIZAR: A PARTIR DA VERDADE SOBRE JESUS CRISTO, A IGREJA E O HOMEM**

### *Conteúdo fundamental da evangelização*

26. “Não haverá jamais evangelização verdadeira, se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados”. Por outro lado, a evangelização – ato profundamente eclesial – só se processará autenticamente a partir de uma “correta visão da Igreja”. E, finalmente, “a verdade por nós devida ao homem é, antes de tudo, uma verdade sobre ele próprio”. Fica, pois, claro que a expressão “a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o Homem” é tomada aqui no sentido de fundamento e conteúdo essencial da evangelização<sup>27</sup>.

### *Implacação mútua dessas verdades*

27. À luz de Puebla e do documento “Catequese Renovada – Orientações e Conteúdo”, os três termos não são separados ou estanques, mas mutuamente implicados. Cristo ilumina o mistério do homem; a Igreja é o caminho da realização do homem em Cristo. A fidelidade a um exige fidelidade aos outros. Só a mútua implicação dessas três verdades permite superar a pretensa oposição entre uma visão antropocêntrica e uma visão cristocêntrica da Igreja. A exaltação do homem pelo homem seria tão estranha à realidade da Igreja quanto o esquecimento que o homem “é o primeiro e fundamental caminho da Igreja”<sup>28</sup>.

Nisto, precisamente, se baseia o imperscrutável mistério da Redenção em Cristo.

### *O mistério da Encarnação*

28. O mistério da Encarnação revela a unidade indissolúvel entre o humano e o divino na história. A realidade histórica, pois, inserida no mistério de Jesus Cristo, não pode mais ser vista com olhos meramente seculares, mas com os olhos da fé. Depois que Deus uniu a si a história humana, nunca mais nos será lícito separar Deus das experiências humanas. Não se poderá mais proclamar uma doutrina sem sua vinculação com o universo humano; nunca se poderá apresentar uma análise da realidade, sem mostrar que na sua profundidade bate o coração do próprio Deus, de sua justiça e de seu amor. Assim, “devemos apresentar Jesus de Nazaré compartilhando a vida, as esperanças e as angústias do seu povo e mostrar que Ele é o Cristo acreditado, proclamado e celebrado pela Igreja”<sup>29</sup>.

### *Integridade do mistério de Jesus Cristo*

29. A ação evangelizadora consistirá fundamentalmente no anúncio alegre de que “Jesus Cristo, Verbo e Filho de Deus, faz-se homem para se aproximar do homem e oferecer-lhe, pela força do seu mistério, a salvação, grande dom de Deus”. Consistirá ainda no testemunho corajoso do seguimento do Senhor na sua vida e na sua Cruz, caminho para a plena participação na sua glória. Com efeito, a integridade do mistério de Jesus Cristo é a “Força de Deus”, a única verdadeiramente “capaz de transformar nossa realidade pessoal e social e de encaminhá-la para a liberdade e a fraternidade, para a manifestação plena do Reino de Deus”. Portanto, “qualquer silêncio, esquecimento,

mutilação ou inadequada acentuação da integridade do mistério de Cristo que se aparte da fé da Igreja, não pode ser conteúdo válido da evangelização<sup>30</sup>.

### ***A Igreja é inseparável de Cristo***

30. Inseparável de Cristo, seu Fundador, a Igreja está no mundo como sinal, “ao mesmo tempo opaco e luminoso de uma nova presença de Jesus, e como sacramento da sua partida e da sua permanência”, enquanto o prolonga e continua na sua missão e condição de evangelizador. Assim, “a comunidade dos cristãos nunca é algo de fechado em si mesmo”. Está a serviço da pessoa humana na construção do Reino de Deus, do qual ela é germe e princípio, sinal e instrumento: O próprio Senhor Ihesus confiou a Boa Nova, a Verdade do Evangelho, que há de ser anunciada e testemunhada em favor dos homens e da qual os evangelizadores, pela ação do Espírito que lhes foi dado, são “não os árbitros nem os proprietários, mas os depositários, os arautos e os servidores”<sup>31</sup>.

### ***Povo de Deus a serviço do Reino***

31. “Aqueles que acolhem sinceramente a Boa Nova, por virtude desse acolhimento e da fé compartilhada, reúnem-se, portanto, em nome de Jesus, para conjuntamente buscarem o reino, para o edificarem e o viverem”<sup>32</sup>. Comunidade de fé, esperança e caridade, a Igreja constitui o povo de Deus. Povo, ao mesmo tempo santo e pecador, tem Cristo como cabeça, é guiado pelo Espírito Santo e presidido pelos pastores em comunhão com o sucessor de Pedro. Povo peregrino na História, a Igreja na América Latina e no Brasil<sup>33</sup> esforça-se por discernir a presença e os desígnios de Deus “nos acontecimentos, nas exigências e nas aspirações de nossos tempos, nos quais participa com os outros homens”. Solidariza-se com “as alegrias e as esperanças, com as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem”. Compromete o seu amor na luta pela libertação do homem todo e de todos os homens, animando-os continuamente com a sua própria esperança do Reino definitivo, “alegria de todos os corações e plenitude de todos os seus desejos”<sup>34</sup>.

### ***Igreja, povo de servidores***

32. Assim a Igreja, ao mesmo tempo divina e humana, Corpo de Cristo, povo de Deus, sacramento universal da Salvação, “está inteiramente a serviço da comunhão dos homens com Deus e do gênero humano entre si”. Com efeito, ela constitui um “povo de servidores”, sinal e instrumento do serviço do próprio Senhor Jesus aos homens: servidores da sua Palavra, dos seus gestos salvíficos na Liturgia e nos Sacramentos, do seu amor que redime e liberta a humanidade, servidores do seu reino na história humana<sup>35</sup>.

### ***Visões inadequadas do homem***

33. Vigoram na sociedade brasileira diversas visões inadequadas da pessoa humana, parcializando ou deformando aspectos importantes dela. São as várias visões psicologista, cientificista, estatista, economicista e determinista. Dentre todas essas visões, ressalta de modo particular a visão determinista que gera, por um lado, um tipo de fatalismo que considera a pessoa “prisioneira de formas mágicas de ver o mundo e de atuar sobre ele. O homem não seria dono de si, mas vítima de forças ocultas”, diante das quais “não encontra outra atitude senão a de colaborar com elas ou de aniquilar-se diante delas”. Levados por essa visão fatalista, muitos cristãos continuam crendo que tudo o que acontece é determinado e imposto por Deus, ignorando assim a “autonomia própria da natureza e da história”. Por outro lado, há um fatalismo de tipo social, que se “apóia na idéia errônea de que as pessoas não são fundamentalmente iguais”, articulando nas relações humanas, “muitas discriminações e marginalizações incompatíveis com a dignidade do ser humano”<sup>36</sup>.

### ***A verdade sobre o homem, confiada à Igreja***



34. Diante de todas essas distorções, a Igreja proclama a dignidade que é própria de todos os homens e mulheres, sem nenhuma distinção, reafirmando a visão cristã da pessoa e de sua liberdade. Com efeito, graças ao Evangelho que lhe foi confiado, a Igreja é portadora da verdade fundamental sobre o homem, considerado não em termos abstratos, mas na sua realidade concreta e histórica, “na plena verdade da sua existência, do seu ser pessoal e ao mesmo tempo do seu ser comunitário e social”<sup>37</sup>.

### ***A Igreja e a pessoa ferida em sua dignidade***

35. A verdade sobre a pessoa humana – sua identidade e sua vocação – há de ser proclamada e testemunhada sempre mais vigorosamente pela Igreja, quanto mais sua dignidade de imagem e de filha de Deus tem sido sistematicamente desrespeitada e espezinhada entre nós, através das múltiplas formas de violência contra a sua vida e os seus direitos mais fundamentais<sup>38</sup>. Pois o testemunho da Igreja em favor da vida plena<sup>39</sup> há que ser dado sempre e onde quer que esteja em jogo a vida das pessoas. Nisto lhe será concedida, pelo Espírito Santo, a graça de permanecer fiel ao Deus vivo e de seguir corajosamente os passos do Senhor Jesus, que veio “para servir e para dar a sua vida em redenção de muitos”<sup>40</sup>.

## **EVANGELIZAR: À LUZ DA OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES**

### ***A radicalidade do amor de Deus pelos pobres***

36. A opção preferencial pelos pobres é o sinal por excelência do amor de predileção do próprio Deus. Ao longo da tradição bíblica, Ele se revela Amigo dos pequenos e fracos: Ele “liberta o pobre que o invoca e o miserável que não tem amparo”; Ele “se compadece do fraco e do indigente e salva a vida dos necessitados”; Ele “livra o desvalido do prepotente e o mísero e o pobre de quem os despoja”<sup>41</sup>.

### ***Jesus Cristo solidário com os pobres***

37. Jesus Cristo demonstrou a grandeza e a radicalidade desse amor de predileção de Deus. Mandado pelo Pai para anunciar a Boa Nova de libertação aos pobres e oprimidos<sup>42</sup>, identificou-se pessoalmente e solidarizou-se com eles, assumindo sua situação. Sendo rico, fez-se pobre em seu nascimento, em sua vida, sobretudo em sua paixão e morte, expressão máxima da pobreza<sup>43</sup>. “Só por esse motivo, os pobres merecem atenção preferencial, seja qual for a situação moral ou pessoal em que se encontrem. Criados à imagem e semelhança de Deus para serem seus filhos, esta imagem permanece obscurecida e até escarnecida. Por isso, Deus toma a defesa dos pobres e os ama. Assim é que os pobres são os primeiros destinatários da missão, e sua evangelização é sinal e prova por excelência da missão de Jesus”<sup>44</sup>.

### ***O compromisso da Igreja***

38. “Por um autêntico compromisso evangélico, o qual, como sucedeu com Cristo, é sobretudo compromisso com os mais necessitados”, a Igreja no Brasil reitera a disposição assumida em Puebla pelos bispos latino-americanos de exercer a globalidade de sua missão evangelizadora à luz de uma “clara e profética opção preferencial pelos pobres”<sup>45</sup>, no intuito de sua integral libertação”<sup>46</sup>.

### ***Opção que exige conversão de toda a Igreja***

39. A opção preferencial pelos pobres é um compromisso claro, inequívoco e evangelicamente irrecusável, com a causa concreta dos empobrecidos da sociedade brasileira. Isso coloca a Igreja na necessidade constante de rever em profundidade a sua prática pastoral e o exercício de sua missão evangelizadora. Com efeito, essa opção exige de todos verdadeira conversão, tanto no sentido de assumir um estilo de vida mais simples, sóbrio e austero que leve a uma “identificação cada dia mais plena com Cristo pobre e com os pobres”, como no sentido de uma efetiva “solidariedade com os

pequenos e fracos, os que sofrem e choram, os que são humilhados e deixados à margem da vida e da sociedade, para ajudá-los a conquistar com sempre mais plenitude a própria dignidade de pessoa humana e de filhos de Deus"<sup>47</sup>.

### ***Opção não exclusiva nem excludente***

40. Os pobres são "os prediletos de Deus", e a Igreja no Brasil quer ser "a Igreja dos pobres"<sup>48</sup>. Longe de ser exclusiva ou excludente, a opção preferencial pelos pobres realiza, na verdade, o amor de Deus e da Igreja por todos os homens: significa escolher, não uns contra os outros, mas uns em favor de todos. De fato, se assim podemos dizer, os pobres não possuem nenhum outro título para serem amados, senão a sua própria humanidade. Preferir os pobres significa, assim, amar a todos os homens naquilo que lhes é o mais fundamental: sua dignidade humana, proclamada a partir da dignidade violada do pobre, destinatário primeiro da evangelização. "A opção preferencial pelos pobres tem como objetivo o anúncio do Cristo Salvador, que os iluminará sobre a sua dignidade, os ajudará em seus esforços de libertação de todas as suas carências e os levará à comunhão com o Pai e os irmãos, mediante a vivência da pobreza evangélica"<sup>49</sup>.

### ***O pobre, portador privilegiado da ação evangelizadora***

41. Por outro lado, preferir os pobres significa também reconhecer que são eles, por desígnio mesmo de Deus e segundo a dinâmica própria do reino, os protagonistas privilegiados de um futuro que já se vislumbra. Eles o fazem através de organizações e práticas sociais alternativas que vão inaugurando, sobretudo nas pequenas Comunidades Eclesiais de Base. Nelas são vivenciados os valores evangélicos de solidariedade, disponibilidade, partilha, simplicidade e serviço, que prefiguram o projeto de Deus para todos os homens. As lutas solidárias dos pobres, longe de representarem os interesses de apenas uma classe social, significam seu serviço humilde, persistente e sofrido a todos os homens, em vista da renovação da humanidade e da sociedade, a exemplo do Servo Sofredor. Tudo isso faz do pobre o portador por excelência da ação evangelizadora<sup>50</sup>.

### ***Igreja dos pobres, Igreja de todos***

42. "Assim, pois, a Igreja dos pobres fala primeiro e acima de tudo ao homem. A cada homem, e por isso a todos os homens. É a Igreja Universal... Não é a Igreja de uma classe ou de uma só casta... Ao mesmo tempo fala às sociedades em sua globalidade e às diversas camadas sociais, aos grupos e profissões diversas. Fala igualmente aos sistemas e às estruturas sociais, sócio-econômicas e sócio-políticas". A "Igreja dos pobres" fala "àqueles que vivem na miséria" para solidarizar-se com seus esforços pela superação de tudo aquilo que violenta a sua própria dignidade humana e para convidá-los à vivência da pobreza evangélica, na abertura confiante ao dom de Deus e na disponibilidade generosa para com os irmãos. A "Igreja dos pobres" fala também aos ricos e aos investidos de poder na sociedade, propondo-lhes igualmente a vivência da mesma pobreza evangélica, a ser comprovada por uma conversão radical. Essa conversão os faz partilhar seus bens com os pobres "de modo programático e sistemático", coloca-os "do lado dos pobres" e leva-os a assumirem "plenamente, sem reservas e sem retorno, a causa dos irmãos que se debatem na pobreza"<sup>51</sup>, trabalhando para a mudança das estruturas injustas. Enfim, a "Igreja dos pobres" fala a todas as Igrejas, para que se disponham a uma partilha fraterna que supere as diferenças entre a riqueza e a pobreza existentes entre comunidades e instituições eclesiais. O testemunho interno da Igreja demonstrará a sinceridade de sua conversão.

### ***Sentido da opção preferencial pelos pobres***

43. A verdadeira opção preferencial pelos pobres significa que a Igreja, identificada com eles e comprometida solidariamente com a sua causa, há de cumprir a sua missão evangelizadora e formadora da consciência social, demonstrando assim a sua solicitude pastoral por todos os homens. À luz dessa postura profética na sua ação pastoral é que a

Igreja vai descobrindo melhor as articulações da injustiça, que não só oprime os pobres mas corrompe a consciência de todos. Essa opção se torna tanto mais necessária e urgente quanto mais se aprofunda o abismo entre ricos e pobres em nosso país, o que significa, para a maioria do nosso povo, vida de privações, marginalização, frustração, humilhação e impossibilidade de participar efetivamente nas decisões que dizem respeito ao seu próprio destino.

### *Os pobres à luz da “Laborem Exercens”*

44. Considerando que os pobres aparecem, quase sempre, “como resultado da violação do trabalho humano”, a Encíclica “Laborem Exercens” vem lançar uma luz a mais sobre o sentido fundamental da opção preferencial pelos pobres. Para ser concreta e eficaz no atual momento histórico, ela há de ser explicitada como opção pelos “homens do trabalho” e pelas “massas imensas de desempregados e subempregados”. Há de ser testemunhada através de nossa efetiva solidariedade na luta solidária dos trabalhadores, em vista do reconhecimento e da promoção de sua dignidade e da dignidade e seu trabalho. Ela se realiza, ainda, em relação à luta dos desempregados e subempregados pelo direito ao trabalho e ao seu exercício digno. Essa solidariedade é tanto mais necessária quanto mais “a exigem a degradação social do homem-sujeito do trabalho, a exploração dos trabalhadores e as zonas crescentes de miséria e mesmo de fome. A Igreja acha-se vivamente empenhada nessa causa, porque a considera como sua missão, seu serviço e como comprovação de sua fidelidade a Cristo, para assim ser verdadeiramente a Igreja dos pobres”<sup>52</sup>.

## **EVANGELIZAR PELA LIBERTAÇÃO INTEGRAL DO HOMEM**

### *Evangelização e Libertação*

45. Exatamente por seu caráter religioso é que a ação evangelizadora da Igreja “não pode deixar de considerar o homem na integridade de seu ser”, e deverá incidir sobre todas as dimensões da vida humana, incluídas a social, a econômica e a política. A Igreja está consciente de que “a sua missão implica, como parte indispensável, a ação em prol da justiça e as tarefas de promoção da pessoa, e que entre evangelização e promoção humana existem laços muito fortes de caráter antropológico e teológico e da ordem da caridade”<sup>53</sup>. “A evangelização não seria completa, se não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social dos homens”<sup>54</sup>.

### *Empenho da Igreja na libertação integral do homem*

46. No exercício de sua missão evangelizadora, a Igreja deve anunciar uma mensagem “explícita e sobremaneira vigorosa” sobre a necessidade da libertação do homem de tudo aquilo que o oprime. Mas tem igualmente o “dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total”<sup>55</sup>. A Igreja no Brasil reitera o seu compromisso de anunciar e testemunhar o Evangelho, através de um empenho decidido em vista da libertação integral do homem e de todos os homens em nosso país.

### *Pobreza extrema e marginalização*

47. A situação de extrema pobreza a que está submetida a maior parte do povo brasileiro constitui sério e urgente desafio. A Igreja caracteriza tal estado de coisas como “escândalo e contradição com o ser cristão” e identifica aí a presença do “mistério do pecado”, no sentido bíblico e teológico do termo: idolatria materialista, rejeição concreta do Deus verdadeiro, substituído pelos ídolos da riqueza desmedida, do lucro a qualquer preço, do consumo desenfreado a serviço de uma minoria privilegiada. Essa situação, que nega direitos elementares dos setores majoritários da população, é uma violência contra a dignidade dos filhos de Deus. Mais ainda: em virtude dos poderosos mecanismos de sustentação política e de legitimação ideológica que a mantém e até

intentam perpetuá-la, tal situação se apresenta, concretamente, como forte obstáculo e tenaz resistência ao anúncio e à instauração do reino de Deus no meio de nós<sup>56</sup>.

### ***Necessidade de conversão pessoal e social***

48. Caracterizada como verdadeiro pecado social – pecado que brota do coração do homem e se cristaliza nas estruturas, que por sua vez corrompem e pervertem os corações – essa situação exige da Igreja que sua evangelização libertadora se oriente fundamentalmente no sentido de “converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, a vida e o meio concreto que lhes são próprios”. A libertação cristã “é libertação sobretudo do pecado e do maligno”. Com efeito, a Igreja está convencida de que todo processo de transformação social resultará ilusório e vão, “se não intervier uma verdadeira conversão das mentes, das vontades e dos corações”. Sem homens novos, profundamente convertidos ao Evangelho, e por sua vez conscientes da necessidade de evangelizar o próprio processo de transformação social, “ainda as melhores estruturas ou os sistemas melhores idealizados depressa se tornam desumanos” e não estarão absolutamente livres de novos materialismos e novas formas de opressão<sup>57</sup>.

### ***Pedagogia evangelizadora e libertadora da Igreja***

49. Todavia, na medida em que a Igreja, a exemplo de Jesus, acontece no meio dos pobres e abraça concretamente a causa deles, ela possibilita, a partir de sua identificação com eles e da solidariedade com o seu projeto histórico, a oportunidade privilegiada para a conversão profunda das condutas e dos corações. Conversão tanto dos pobres, em vista do seu comprometimento fraterno com os demais na construção da sociedade nova, como dos outros setores sociais, e sobretudo dos ricos e dos detentores do poder, em vista do seu engajamento generoso na luta solidária dos pobres<sup>58</sup>. Assim, a opção preferencial pelos pobres constitui a pedagogia evangélico-libertadora para todos os setores da sociedade. Constitui-se também no testemunho eclesial mais coerente com o Evangelho e, por isso mesmo, mais eficaz em vista da conversão decisiva do coração humano para o projeto de Deus que se prefigura no projeto dos pobres.

### ***O exemplo da pedagogia do próprio Jesus***

50. Essa foi a pedagogia evangélico-libertadora do próprio Jesus: pobre entre os pobres, proclamou, a partir deles, a Boa Nova do reino de Deus. Solidarizou-se com ele, através de gestos concretos de libertação histórica, verdadeiros sinais visíveis do reino<sup>59</sup>. Mediante esses sinais, Jesus proporcionava a todos os homens a graça da conversão, urgindo-os a uma opção fundamental: acolhimento alegre ou recusa obstinada da Boa Nova; abertura generosa ou fechamento egoísta do coração<sup>60</sup>. “Eu te bendigo, Pai, porque escondeste estas coisas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos”<sup>61</sup>.

### ***CEBs e ação solidária dos pobres***

51. A dificuldade da missão não enfraquece a esperança da Igreja. Sua fé em Jesus Cristo, vencedor do mundo, a compromete na tarefa que o Senhor lhe confiou de ser portadora e animadora da esperança do reino de Deus em nosso país. Essa esperança é alimentada e revigorada pela mobilização do povo simples, em cujo seio brotam ações solidárias em vista da superação da miséria e da marginalização de que é vítima, fraternalmente ajudado em suas lutas por outros setores da sociedade sensibilizados pela sua causa. Nessa mobilização dos pobres, a Igreja percebe a presença viva, atuante e libertadora do próprio Senhor Jesus, reconhecida explicitamente e testemunhada sobretudo nas comunidades eclesiais de base. Aí o povo simples anuncia e celebra a sua fé, alimenta a sua esperança e compromete solidariamente o seu amor na partilha dos bens, dos dons e da vida em torno da memória do Cristo morto e ressuscitado.

### ***O Reino, a Igreja e os pobres***

52. Deus vai fazendo acontecer o seu Reino, construído com a força dos fracos e daqueles que, segundo o mundo, nada são<sup>62</sup>. São eles os que mais clamam e anseiam por justiça, amor e paz. “Porventura não escolheu Deus os pobres deste mundo para que fossem ricos na fé e herdeiros do reino prometido por Deus aos que o amam?”<sup>63</sup>.

### *Maria, solidária com os pobres*

53. Maria, que o povo simples e sofrido venera com especial amor e a quem recorre com particular confiança, é a figura por excelência dessa Igreja fiel a Deus e solidária com o pobre. É a serva humilde e confiante, constituída para sempre bem-aventurada pelo Todo-Poderoso<sup>64</sup>.

### *Valores evangélicos e não-violência*

54. Essa Igreja, que se deseja pobre, esforça-se para imprimir, cada vez mais, à luta dos oprimidos, os valores evangélicos da não-violência, da entrega generosa, da alegria no compromisso, do sofrimento que redime, do perdão e da reconciliação, da abertura à plenitude do reino.

### *A Igreja no processo de libertação*

55. A Igreja, reafirmando o primado de sua vocação espiritual, recusa-se a substituir o anúncio do reino pela proclamação das libertações puramente humanas. Afirma que a sua contribuição para a libertação ficaria incompleta se negligenciasse anunciar a salvação em Jesus Cristo<sup>65</sup>. Fiel à sua identidade e à sua missão específica, compete à Igreja - à maneira do “sal” e da “luz”<sup>66</sup> - inspirar e iluminar o processo de libertação em nosso país, animando-o e confortando-o com o que Deus, através de sua Palavra e do seu Espírito, revela continuamente a respeito da pessoa humana, sua vocação histórica, seu futuro transcendente. Compete à Igreja, assim, comprometer-se decidida e solidariamente nesse processo que ela “fermenta” com o Espírito de Cristo, sempre mais conforme com os valores genuinamente evangélicos<sup>67</sup>.

## **EVANGELIZAR NUMA CRESCENTE PARTICIPAÇÃO E COMUNHÃO**

### *A libertação implica duplo processo*

56. A libertação integral do homem em Jesus Cristo é um processo dinâmico, no qual estão presentes duas dimensões complementares e inseparáveis: “libertação de todas as servidões do pecado pessoal e social” e “libertação para o crescimento progressivo no ser” humano e cristão, no sentido de “irmos construindo uma comunhão e uma participação” sempre mais perfeita. Isso se dará em todos os planos da nossa vida e convivência: em nosso relacionamento com o mundo, como senhores; com todas as pessoas, como irmãos; e com Deus, como filhos<sup>68</sup>.

### *Participação e comunhão*

57. Com efeito, esse é o desígnio mesmo de Deus para toda a humanidade. Somos chamados a participar comunitária e solidariamente, como sujeitos, na construção do mundo e da história. Nisto somos incorporados na própria vida e comunhão trinitárias – “mistério supremo da unidade” – raiz última e, ao mesmo tempo, realização plena e consumada de todos os nossos anseios de participação e comunhão, elementos decisivos “para a grandeza e a dignidade da existência humana”<sup>69</sup>.

### *Evangelizar para a participação e comunhão*

58. A ação evangelizadora da Igreja em nosso país procurará, assim, que “a fé desenvolva uma personalização crescente e uma solidariedade libertadora” em nosso povo. Assim, ele se liberta de toda dependência e de todas as escravidões, torna-se

sujeito de seu próprio desenvolvimento, cria espaços sempre mais amplos de participação efetiva em todos os setores da atividade humana e cresce cada vez mais na comunhão com os irmãos e com Deus<sup>70</sup>.

### ***Responsabilidade da própria Igreja***

59. Continuadora da missão de Cristo, a Igreja – povo de Deus – está inteiramente a serviço da comunhão do homens com Deus e dos homens entre si. Nisso consiste sua missão evangelizadora, que ela realiza na medida em que todos os cristãos – hierarquia, leigos, religiosos – são servidores do Evangelho, “cada qual segundo seu papel e carisma próprio”. Sem essa participação e esse empenho pessoal e comunitário de todos os seus membros na missão, a Igreja não pode estar em condições de evangelizar através do testemunho global de sua vida. Se ela, de fato, quer ser fiel à sua condição de sacramento da unidade entre os homens, ela própria e em primeiro lugar deve esforçar-se sempre para ser “mais e mais um sinal transparente ou modelo da comunhão de amor no Cristo que anuncia”: é condição para a sua credibilidade<sup>71</sup>.

### ***Fundamentos eclesiológicos***

60. No âmbito intra-eclesial, essa exigência de participação e comunhão encontra seu fundamento na igual dignidade dos filhos de Deus. Ela se justifica pela responsabilidade comum aos membros do Corpo de Cristo em relação à missão da Igreja e pela complementaridade dos ministérios que o Espírito suscita para a realização dessa missão<sup>72</sup>.

### ***Participação e comunhão em todos os níveis***

61. Para o aperfeiçoamento da tarefa evangelizadora e a unidade no trabalho pastoral, a comunhão e a participação de todos os membros do povo de Deus devem crescer nos vários níveis da organização e estrutura eclesiais. Diversos organismos inspirados no Concílio Vaticano II têm surgido para tornar efetivas a participação e a comunhão na Igreja. Onde foram criados num espírito de confiança mútua e de respeito às responsabilidades específicas dos diversos membros, deram prova de sua eficácia e merecem particular apreço. Tais são, sobretudo, os Conselhos Presbiterais, Pastorais e Administrativos e as Assembléias de Igreja. Através deles, os diversos membros se sentem verdadeiramente co-responsáveis na missão. Assim, a prática da participação e comunhão vai se enraizando e frutificando nos diversos níveis e lugares de evangelização de que a Igreja dispõe: a família, a comunidade de base, a paróquia e a diocese. Todos esses, por sua natureza, são centros de participação e comunhão, a serem sempre mais incentivados<sup>73</sup>.

### ***Favorecer maior participação dos leigos***

62. Nesse sentido, percebe-se com clareza sempre maior a importância de se fortalecerem mecanismos permanentes de participação, que favoreçam sobretudo nos leigos, homens e mulheres, a consciência de sua presença ativa na Igreja e que lhes possibilitem crescer na vivência da comunhão eclesial. Na verdade, multiplicam-se as CEBs e os Movimentos leigos desejosos de, à luz da Palavra de Deus, movidos pela fé e unidos a seus pastores, se comprometerem com a Igreja na tarefa da evangelização. Assembléias de Igreja nos diversos níveis têm contado com a presença crescente dos leigos, que vêm participando na sua preparação, na reflexão dos assuntos e na tomada de decisões, como, por exemplo, na escolha das prioridades pastorais e das coordenações e dos conselhos pastorais, dos quais eles têm sido chamados a participar como membros ativos e de pleno direito. A participação efetiva dos leigos, que favorece sua maior integração na comunidade eclesial, vem-se desenvolvendo assim – e como tal deve ser incentivada – não como estratégia a mais ou apenas como nova metodologia de trabalho, mas como algo de essencial e constitutivo do processo de amadurecimento da fé dos cristãos e do crescimento da comunhão de todos no Corpo de Cristo.



### ***A participação favorece a comunhão***

63. Portanto, a prática da participação vai contribuindo substancialmente para o crescimento da consciência da co-responsabilidade de todos os membros do povo de Deus na missão evangelizadora e na vivência mais profunda da comunhão dentro da própria Igreja. Essa comunhão se expressa de modo privilegiado na Liturgia, mormente na Celebração Eucarística, e se manifesta crescentemente através da solicitude de todos, nas mais variadas formas de apostolado. Ela suscita novas forças de engajamento na pastoral e concretiza um pluralismo sadio, que não a compromete, mas a enriquece ainda mais.

### ***Testemunho eclesial a serviço da sociedade humana***

64. O testemunho de uma verdadeira renovação da vida comunitária eclesial, chamada a ser sinal e sacramento da unidade de todos os homens entre si e com Deus, será um meio dos mais eficientes para que a Igreja contribua na criação de uma nova sociedade em nosso país. Pois não se pode esquecer que a Igreja “experimenta com o mundo a mesma sorte terrena” e que ela é “como que transformada na família de Deus”<sup>74</sup>. As comunidades eclesiais de base, sobretudo, se têm mostrado fermento da vida humana e evangélica, exemplo vivo de um modo novo de convivência, onde se une liberdade e solidariedade, e onde se ensaiam formas concretas de organização e estruturas de participação e comunhão capazes de abrir caminho para um tipo de sociedade mais justa, fraterna, livre, solidária e verdadeiramente cristã<sup>75</sup>.

## **EVANGELIZAR VISANDO À CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE JUSTA E FRATERNA**

### ***Perspectiva escatológica e histórica***

65. Cristo “envia sua Igreja a todos os homens e a todas as sociedades, com uma mensagem de salvação. Essa missão da Igreja se realiza, ao mesmo tempo, em duas perspectivas: a perspectiva escatológica, que considera o homem como ser cuja destinação definitiva é Deus; e a perspectiva histórica, que olha esse mesmo homem em sua situação concreta, encarnado no mundo de hoje”<sup>76</sup>.

### ***Relação entre o Evangelho e a vida concreta***

66. Por força dessa simultaneidade da mesma e única missão da Igreja, decorre que “todas as preocupações do homem devem ser tomadas em consideração, pois a evangelização não seria completa, se não levasse em conta as relações que existem entre a mensagem do Evangelho e a vida pessoal e social do homem, entre o mandamento do amor ao próximo que sofre e passa necessidade e as situações concretas de injustiça a combater e de justiça e paz a instaurar”<sup>77</sup>. Uma conclusão se impõe: “Toda evangelização visa suscitar, aprofundar e consolidar a fé e, à luz da fé, tornar possível uma sociedade mais justa e mais fraterna”<sup>78</sup>.

### ***O mundo querido por Deus***

67. Neste mundo dividido e tão marcado pela injustiça, torna-se fundamental reafirmar que “o mundo querido por Deus é um mundo de justiça; a ordem que deve reger as relações entre os homens se alicerça na justiça”<sup>79</sup>. Uma sociedade corroída pelo egoísmo e fundada em estruturas sócio-econômicas injustas é incapaz de promover o bem de todos e sofre ameaça constante. De fato, “o bem comum de uma sociedade exige que ela seja justa. Onde falta a justiça, a sociedade está ameaçada por dentro”<sup>80</sup>. Ao mesmo tempo, a mensagem de salvação que a Igreja faz chegar a todos “é mensagem de amor e fraternidade, mensagem de justiça e solidariedade, em primeiro lugar para os mais necessitados. Numa palavra: é uma mensagem de paz e de justa ordem social”<sup>81</sup>.

### ***Diversas características e dimensões de uma sociedade justa e fraterna***

68. Importa querer e buscar a realização de uma sociedade justa e por isso mesmo fraterna. Não se completa a tarefa dos cristãos, enquanto não derem a sua contribuição específica para construir uma sociedade segundo as aspirações mais profundas dos homens de boa vontade e segundo o desígnio salvífico de Deus. Tal sociedade deve ter algumas características e dimensões importantes, como:

a) *União e solidariedade de todos e para com todos.* União e solidariedade que não podem excluir nenhum segmento da sociedade e devem buscar sempre a eficácia. “Os diversos centros do poder e os diferentes representantes da sociedade devem ser capazes de se unir, de coordenar os próprios esforços e de chegar a um acordo sobre programas claros e eficazes. Nisso consiste a fórmula cristã para criar uma sociedade justa. A sociedade inteira deve ser solidária com todos os homens e, em primeiro lugar, com o homem que tem mais necessidade de auxílio, o pobre. A opção pelos pobres é uma opção cristã; é também a opção da sociedade que se preocupa com o verdadeiro bem comum”<sup>82</sup>.

b) *Defesa da dignidade e dos direitos humanos.* Colocando o homem no centro de todas as realizações históricas, tal sociedade propõe-se a defesa corajosa da dignidade humana, da liberdade religiosa e o respeito aos demais direitos fundamentais. “A Igreja, fundada por Cristo, indica ao homem de hoje o caminho a seguir para construir a cidade terrena, prelúdio – embora não isento de antinomias e contradições – da cidade celeste. A Igreja indica o modo de construir a sociedade em função do homem, no respeito ao homem”<sup>83</sup>.

c) *Justa distribuição dos bens.* Uma distribuição justa dos bens e das oportunidades deve tender a abolir a distância entre o luxo desmedido e a indigência. “O significativo progresso econômico que nosso continente alcançou demonstra que seria possível erradicar a extrema pobreza e melhorar a qualidade de vida do nosso povo; ora se existe a possibilidade, existe, conseqüentemente, a obrigação”<sup>84</sup>.

d) *Primado do homem e prioridade do trabalho.* O trabalho sempre tem prioridade em relação ao capital, porque o fundamento primeiro do valor do trabalho é o próprio homem que tem o primado em relação às coisas. Ao passo que o homem, como sujeito do trabalho que faz, o homem, e só ele, é uma pessoa. Esta verdade contém em si conseqüências importante e decisivas<sup>85</sup>.

e) *Emprego para todos e fundos para os desempregados.* Destaca-se a necessidade de criar empregos para todos os que estão aptos a trabalhar. Há também obrigação de conceder fundos em favor dos desempregados, “dever que deriva do princípio fundamental da ordem moral neste campo, isto é, do princípio do uso comum dos bens ou, para exprimir o mesmo de maneira mais simples, do direito à vida e à subsistência”<sup>86</sup>.

f) *Justa remuneração do trabalho.* A remuneração do trabalho, através do justo salário e justas subvenções sociais, é um meio concreto pelo qual os homens têm acesso aos bens destinados ao uso comum e constitui uma verificação chave da justiça de cada sistema sócio-econômico ou de seu justo funcionamento<sup>87</sup>.

g) *Participação de todos.* Participação na produção, nos progressos da ciência e da técnica, na cultura e no lazer digno, na propriedade dos meios que lhes dizem respeito, nas opções políticas e na eleição de seus governantes. Participação específica dos operários e camponeses nas suas organizações e na construção da sociedade. Todos devem tornar-se sujeitos e protagonistas do desenvolvimento individual e comunitário. Nessa tarefa de transformação da sociedade, a mulher deve estar presente ao lado do homem<sup>88</sup>. Na convivência fraterna de todos se fomentem e se tutelem os direitos humanos, e as metas a alcançar se decidam pelo consenso e não pela violência<sup>89</sup>.

*h) Qualidade de vida mais humana.* Deve-se lutar por uma qualidade de vida mais humana, através de um desenvolvimento que promova a todos e que respeite a natureza, sem explorá-la indiscriminadamente.

*i) Empenho pela Justiça e Paz.* A justiça e a fraternidade não têm limites. O mundo atual encontra-se dividido por nacionalismos exacerbados, radicalismos ideológicos, discriminações econômicas e corrida armamentista. Essa situação deve ser superada evangelicamente na verdade, na justiça e na caridade, em prol do bem geral da humanidade e da paz mundial.

*j) Necessárias mudanças estruturais.* “Alguém que reflete sobre a realidade da América Latina, tal como se apresenta na hora atual, é levado a concordar com a afirmação de que a realização da justiça neste Continente está diante de um claro dilema: ou se faz através de reformas profundas e corajosas, segundo os princípios que exprimem a supremacia da dignidade humana, ou se faz – mas sem resultado duradouro e sem benefício para o homem – pelas forças da violência”<sup>90</sup>.

### ***Compromisso de todos os cristãos***

69. Por sua vez, os cristãos devem assumir compromisso claro na construção dessa nova sociedade, empenhando decididamente “as riquezas do próprio talento e da própria consciência para dar à vida da Nação uma base que há de garantir um desenvolvimento das realidades e estruturas sociais na justiça”<sup>91</sup>.

### ***Valor construtivo das tensões sociais***

70. Tal empenho e compromisso seguem a linha da opção preferencial pelos pobres. Toda sociedade sofre uma luta permanente e não declarada, movida pelos que defendem a qualquer custo a manutenção de seus interesses e privilégios. Essa luta tem um nome: injustiça social. São raros os exemplos daqueles que espontaneamente abrem mão de seus privilégios em favor do bem comum. A mudança só se realiza quando os desfavorecidos se organizam para a defesa de seus direitos, o que se identifica com o “empenho normal das pessoas em prol do justo bem”. A Encíclica “Laborem Exercens” reconhece o valor ético dos esforços daqueles que lutam em defesa desses direitos e desse bem, porque não é “luta contra os outros”, nem “luta pela luta”, nem “para eliminar o antagonista”, mas é “luta pela justiça social”<sup>92</sup>. Isso leva a que se tomem iniciativas para um encontro e relacionamento estreito com todos os que colaboram na construção da sociedade, de tal maneira que eles descubram a sua complementaridade e convergência, “não excluindo o reconhecimento do valor construtivo de tensões sociais que, dentro das exigências da justiça, contribuem para garantir a liberdade de direitos, especialmente dos mais fracos”<sup>93</sup>.

### ***Edificar a comunidade eclesial***

71. Para contribuir na construção de uma sociedade justa e fraterna, o esforço da evangelização se orienta obviamente, antes de mais nada, no sentido de prosseguir no empenho permanente pela edificação da comunidade eclesial, sinal e germe do reino de Deus. Só assim a Igreja será fermento de união e conciliação, comprometida na construção da sociedade fraterna. Sem essa dimensão que a identifica, dois riscos seriam inevitáveis: primeiro, o de confundir a Igreja com a sociedade, na ilusão de restaurar um regime de cristandade; segundo, o de supor que o compromisso evangelizador se esgota na construção da sociedade justa. Ora, mesmo na vigência ainda remota de uma sociedade justa e fraterna, a Igreja continuaria comprometida com a missão de evangelizar e de anunciar o reino definitivo: “Não temos aqui cidade permanente”<sup>94</sup>.

## **EVANGELIZAR ANUNCIANDO ASSIM O REINO DEFINITIVO**

### ***O absoluto do reino de Deus***

72. “O Senhor Jesus iniciou sua Igreja pregando a Boa Nova, isto é, o advento do reino”<sup>95</sup>, de tal maneira importante que, em comparação com ele, tudo o mais passa a ser “o resto” que é dado por acréscimo<sup>96</sup>. Esse reino é inaugurado por Jesus Cristo, pelo dom de seu Espírito, como novo relacionamento com o Pai e entre os homens, que não se esgota na história.

### ***O reino já presente na história***

73. É o Reino definitivo que em o germe está presente na história, por força do mistério pascal. “No centro da história fica assim implantado o reino de Deus, resplandecente na face de Jesus Ressuscitado. A justiça de Deus triunfou da injustiça dos homens. Com Adão, principiou a história velha. Com Jesus Cristo, o novo Adão, principia a história nova. Esta recebe o impulso indefectível que levará todos os homens, transformados em filhos de Deus, pela eficácia do Espírito, a um domínio do mundo cada dia mais perfeito, a uma comunhão entre os irmãos cada dia melhor realizada, à plenitude da comunhão e participação que constituem a própria vida de Deus”<sup>97</sup>.

### ***Reino transcendente, dom da graça de Deus***

74. A mensagem e a ação evangelizadora da Igreja, discípula de Cristo, têm como centro a proclamação desse reino de Deus – comunhão profunda, perfeita e definitiva de Deus com os homens, dos homens com Deus e dos homens entre si –, o qual não coincide com nenhuma realização histórica concreta, nem tampouco é fruto do empenho puramente humano; mas se projeta para além do tempo e da história, como consumada salvação que, em Jesus Cristo e apenas nele, “é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia de Deus”<sup>98</sup>.

### ***...mas construído já aqui, através também dos esforços humanos***

75. A Igreja, porém, está igualmente convencida de que a construção do reino se dá desde aqui e agora, também através dos esforços humanos em vista de uma sociedade verdadeiramente justa, fraterna, solidária e livre. Nesses esforços ela reconhece a presença atuante do próprio Deus Salvador. Ela sabe, também, que o reino passa através de mediações históricas que, não obstante sua parcialidade e ambigüidade, são sinais da obra definitiva de Deus, eterna e consumada. Assim, “a missão da Igreja, que se realiza continuamente na perspectiva escatológica, é ao mesmo tempo plenamente histórica”<sup>99</sup>.

### ***Abraçar a Cruz e ressuscitar para a Vida***

76. Por isso a Igreja há de se encarnar concretamente a partir de sua especificidade e originalidade, no processo de transformação libertadora das estruturas marcadas pelo pecado, apesar da ambigüidade e conflitividade presentes em tal processo. E isso justamente para que tal processo seja continuamente evangelizado e se abra para a plenitude da libertação genuinamente cristã e transcendente. A morte e ressurreição de Cristo constituem o mistério, que tem para a vida cristã sentido e alcance que a iluminam. A Cruz na vida do Cristão e da Igreja, como na vida de Cristo, constitui uma passagem necessária rumo à ressurreição gloriosa e definitiva. Isso nos faz entender o sentido da cruz, da renúncia cristã e da própria morte.

### ***Testemunho particular da vida religiosa***

77. Cabe aqui referência especial àqueles que, na Igreja, se consagram à vida religiosa. “Chamados pelo Senhor, comprometem-se a segui-lo radicalmente, identificando-se com Ele a partir das bem-aventuranças... e aceitam alegremente, fundados na comunhão com o Pai, o mistério da aniquilação e exaltação pascal. Por isso, negando-se radicalmente a si mesmos, aceitam como própria a cruz do Senhor que sobre eles pesa, e acompanha os que sofrem por causa da injustiça, por falta do senso profundo da existência humana e por causa da fome de paz, verdade e vida. Destarte, compartilhando sua morte,

ressuscitam alegremente com eles para a novidade da vida e, fazendo-se tudo para todos, consideram privilegiados os pobres, prediletos do Senhor". Os religiosos e as religiosas desempenham, assim, papel importante e insubstituível na obra da evangelização: seja quando testemunham o reino definitivo em suas próprias comunidades de vida fraterna, na oração, na partilha, no despojamento, no serviço e na disponibilidade total a Deus e aos irmãos, seja quando, não raras vezes, se encontram na vanguarda da missão, a afrontar os maiores riscos para a santidade e a própria vida<sup>100</sup>.

### ***O caminhar terreno da Igreja para o Pai***

78. Dessa forma, os cristãos seguem os passos de Jesus que, como "primogênito entre muitos irmãos"<sup>101</sup>, procurou sempre a glória do Pai e consumou na cruz sua entrega a Ele, voltando para o Pai. Ir ao Pai: nisto consistiu o caminhar terreno de Jesus Cristo. A partir de então, ir ao Pai é o caminhar terreno da Igreja, povo de irmãos. Somente no encontro com o Pai acharemos a plenitude que seria utópico procurar no tempo<sup>102</sup>. "Depois que propagarmos na terra, no Espírito do Senhor e por sua ordem, os valores da dignidade humana, da comunidade fraterna e da liberdade, todos esses bons frutos da natureza e do nosso trabalho, nós os encontraremos novamente, limpos contudo de toda impureza, iluminados e transfigurados, quando Cristo entregar ao Pai o reino eterno e universal: reino da verdade e da vida, reino de santidade e da graça, reino da justiça, do amor e da paz",<sup>103</sup> reino onde "Deus será tudo em todos"<sup>104</sup>.

## **II. PARTE: LINHAS OU DIMENSÕES GERAIS DA AÇÃO PASTORAL**

79. O *Objetivo Geral* é, em nível nacional, o elemento de articulação de toda a Pastoral. A explicitação de seu conteúdo oferece elementos inspiradores e orientadores para as atividades pastorais em todos os níveis. Devidamente assumido, torna-se ponto de convergência para todos os tipos e formas de ação pastoral. É o ponto central das Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja no Brasil.

80. Desde o Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970), a Igreja no Brasil adotou, como quadro de referência abrangente e encaminhador de sua atividade, as denominadas "linhas" pastorais. Em abril de 1983, a 21ª Assembléia Geral do Episcopado brasileiro pronunciou-se pela continuidade dessas mesmas linhas durante o próximo quadriênio, devendo-se dar atenção especial a diversos *destaques*, também definidos pela mesma Assembléia.

81. As *seis linhas* correspondem às grandes dimensões da vida eclesial. Dimensões que são elementos constitutivos da ação pastoral da Igreja, fundamentados na própria vida cristã pessoal e comunitária. São expressões qualificadas dessa vida cristã, e pertencem necessariamente à atuação visível do Espírito Santo na Igreja, porque:

82. É o Espírito que convoca e reúne seu povo para viver em comunidade, conforme o carisma e a missão que a cada um são concedidos, segundo o dom de Deus (DIMENSÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPATIVA – Linha 1).

83. É o Espírito quem faz do povo de Deus um povo que proclama a Palavra e oferece a toda a humanidade os dons de sua fé e pertença eclesial (DIMENSÃO MISSIONÁRIA – Linha 2).

84. É o Espírito quem faz crescer continuamente o povo de Deus mediante o aprofundamento e a vivência permanente na fé, e o ensina a ler os acontecimentos cotidianos à luz da Palavra e da vida de Jesus Cristo (DIMENSÃO CATEQUÉTICA – Linha 3).

85. É o Espírito que reúne o povo em assembleias para a escuta da Palavra de Deus e para celebrar a Palavra feita carne e alimento, e, em união com o mesmo Cristo, oferecê-lo e oferecer-se como oblação pura<sup>105</sup>, e assim comprometer-se a viver mais intensamente a fraternidade (DIMENSÃO LITÚRGICA – Linha 4).

86. É o Espírito quem impulsiona a todo o momento a Igreja a viver na unidade, corrigindo suas divisões e reconstruindo a totalidade do Corpo de Cristo e abrindo-a para o diálogo religioso (DIMENSÃO ECUMÊNICA E DE DIÁLOGO RELIGIOSO – Linha 5).

87. É o Espírito quem anima a vida do povo de Deus para que atue no meio da sociedade como fermento, sal e luz, transformando-a pelo testemunho e ação, para que seja mais justa, solidária e fraterna, anunciando dessa forma os valores do reino definitivo (DIMENSÃO PROFÉTICA E TRANSFORMADORA – Linha 6).

88. Enquanto sinal e sacramento eficaz da ação do Espírito, a Igreja expressa sua própria vida nessas dimensões. Elas não existem isoladamente. As seis linhas ou dimensões não podem ser tomadas em separado, nem paralelamente. Elas se interpenetram e fortalecem umas às outras. É no Objetivo Geral que as linhas ou dimensões se inspiram e encontram sua identificação atual. Este, por sua vez, se realiza através de todas e de cada uma delas.

89. A seguir, apresenta-se a identificação de cada uma das seis linhas ou dimensões como quadro de referência da ação pastoral da Igreja em todos os níveis.

### **LINHA 1: DIMENSÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPATIVA**

90. O Espírito de Cristo convoca e reúne seu povo para viver em comunidade. Nesta, conforme o dom de Deus, cada um desenvolve seu carisma específico e desempenha sua missão a serviço do Corpo e da Missão da Igreja no mundo. Essa dimensão comunitária abrange, de um lado, a consciência da presença do Espírito vivificador, que distribui os dons e carismas para o bem de todo o Corpo. “Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo; diversos modos de ação, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para utilidade de todos”<sup>106</sup>. Por outro lado, essa dimensão comunitária abrange também a vivência de uma crescente comunhão, pela qual a Igreja, acolhendo e incentivando as diversas vocações e carismas específicos, se organiza em estruturas sempre mais participativas para a construção da unidade orgânica, que é sinal da comunhão dos homens com Deus e dos homens entre si.

### **LINHA 2: DIMENSÃO MISSIONÁRIA**

91. A Igreja toda é missionária. Ela tem origem na missão do Filho e do Espírito Santo, segundo o desígnio do Pai<sup>107</sup>. Como membros de Cristo e incorporados na Igreja pelo batismo, e também pela confirmação e a eucaristia, os fiéis são todos chamados a proclamar e a oferecer à humanidade inteira os dons da própria fé e pertença à Igreja.

92. Assim, os bispos, sucessores do colégio dos apóstolos, são consagrados para a salvação do mundo inteiro, não apenas para uma diocese. Os presbíteros, enquanto representantes de Cristo e cooperadores da ordem episcopal, se relacionam fundamentalmente com a missão universal da Igreja. Os diáconos, sinais sacramentais de Cristo Servo, servem à comunidade, com o bispo e seu presbitério, a uma Igreja chamada a ser toda ela missionária. Os institutos de vida consagrada, por vocação especial, devem cultivar a dimensão missionária em seu trabalho e em sua vida.

Os leigos, também eles testemunhas e membros vivos, participam ativa e co-responsavelmente da missão salvífica da Igreja<sup>108</sup>.

93. Todo o povo de Deus é “enviado” para anunciar a Boa Nova a todas as nações. É chamado a comprometer-se com a atividade missionária no próprio país e em outras partes do mundo, dedicando especial atenção às regiões e situações mais carentes e àquelas onde ainda não tenha sido suficientemente proclamado o reino.

### **LINHA 3: DIMENSÃO CATEQUÉTICA**



94. O povo de Deus é impulsionado pelo Espírito Santo a aprofundar o conhecimento e a vivência da própria fé, através do confronto da Palavra de Deus com as situações da vida e com a história. Esse povo se torna, cada vez mais, sinal e germe do reino, dando as razões de sua fé e esperança e comprometendo-se, com maior conhecimento e zelo, na transformação do mundo, para que este se torne dia a dia mais conforme com o projeto de Deus.

95. A dimensão catequética da vida cristã é um processo de educação pessoal e comunitária, progressiva e permanente, orgânica e sistemática da fé. Processo que busca levar as pessoas à comunhão e à intimidade com Cristo, ao conhecimento de sua mensagem e ao compromisso com a sua missão de anúncio e construção do reino de Deus. Sujeito e protagonista dessa educação da própria fé, o povo de Deus sabe que só consegue atingi-la pela força do Espírito Santo.

Essa dimensão se fundamenta na verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o Homem, à luz da opção preferencial pelos pobres, num processo participativo, que assume a realidade como contexto, no qual o Senhor interpela e desafia hoje o homem para a construção do reino.

#### **LINHA 4: DIMENSÃO LITÚRGICA**

96. O povo de Deus encontra seu momento de maior comunhão na liturgia, ápice e fonte da vida eclesial. É o lugar privilegiado, no qual a Palavra de Deus convoca para a escuta e a formação de um povo a ele devotado. Na liturgia, a vida eclesial se torna história da salvação sempre em ato. Nela, o plano de salvação manifesta, de modo novo e inexaurível, as maravilhas de Deus, no Cristo, no Espírito e na Igreja. Liturgia é encontro com Deus e com os irmãos. É ação de uma comunidade organizada, que se sente chamada e levada a celebrar diante de Deus a própria vida, com suas alegrias e sofrimentos, lutas e conquistas. É a festa da comunhão eclesial. Acolhendo o anúncio da boa nova e convertendo-se, a comunidade se reúne para celebrar a salvação realizada por Cristo, ratificar a nova e eterna Aliança e comprometer-se com a construção do reino.

97. A dimensão litúrgica expressa visivelmente o mistério de Cristo e da Igreja. O múnus sacerdotal de Cristo, através de sinais sensíveis, é aí exercido para realizar a santificação do homem e o culto público integral do Corpo Místico de Cristo, Cabeça e membros<sup>109</sup>. Nenhuma atividade pastoral pode realizar-se sem referência à liturgia, e qualquer celebração tem projeção evangelizadora e catequética, enquanto aceita o homem como ser sacramental<sup>110</sup> e enquanto leva a criação inteira a tornar-se, de certa forma, sacramento de Deus<sup>111</sup>.

98. A oração particular e a piedade popular, presentes na alma do povo, constituem valores de evangelização. A liturgia é o momento privilegiado de comunhão e participação para uma evangelização que conduz à libertação cristã integral, autêntica<sup>112</sup>.

#### **LINHA 5: DIMENSÃO ECUMÊNICA E DE DIÁLOGO RELIGIOSO**

99. Como resposta ao apelo de unidade expresso na oração sacerdotal do Senhor – “que todos sejam um... para que o mundo creia”<sup>113</sup>, o povo de Deus é chamado a crescer permanentemente em espírito e atitude de diálogo e abertura, na busca da plena e visível comunhão de todos aqueles que aceitam Jesus como Senhor. Esse testemunho de comunhão é sinal e instrumento de unidade para a comunidade humana dilacerada pelo pecado.

100. Por outro lado, a construção de uma sociedade justa e fraterna exige de todos os cristãos, organizados em comunidade, abertura crescente para o diálogo com as religiões não-cristãs e com pessoas, movimentos e grupos não crentes. Essa abertura e diálogo, tarefa de todos, leva ao conhecimento, valorização e auxílio mútuos.

## LINHA 6: DIMENSÃO PROFÉTICA E TRANSFORMADORA

101. A Igreja, povo de Deus peregrino na história, tem a missão de ser luz, sal e fermento no mundo. Estando presente na sociedade, a Igreja como um todo – tanto os fiéis individualmente como os grupos, instituições e organizações eclesiais – vivem profunda relação de influência mútua com essa mesma sociedade. Crescendo na fé, o povo de Deus vai tomando consciência cada vez mais clara de sua dimensão profética, que anuncia o Senhor e o seu reino, e denuncia tudo quanto avilta o homem, imagem e semelhança de Deus. Vai tomando consciência, igualmente, da missão que lhe cabe de contribuir para a transformação da sociedade.

102. O povo de Deus faz tudo isso de várias maneiras:

- a) com a permanente atenção em auscultar os anseios, aspirações e apelos de todos os que sofrem as diversas formas de injustiça de uma sociedade ainda não devidamente empenhada na promoção do bem comum;
- b) com a permanente preocupação em assumir esses apelos nos diversos níveis e organizações da Igreja, a fim de colaborar no seu atendimento, a partir das exigências da fé;
- c) com o permanente esforço em referir esses apelos a uma situação estrutural de injustiça, a fim de motivar a todos, não só ao atendimento de casos isolados, mas também a uma ação transformadora global, com vistas a uma sociedade justa e fraterna que seja anúncio do reino.

## DIMENSÕES PASTORAIS E SITUAÇÕES HUMANAS

103. As dimensões ou linhas da Ação Pastoral devem concretizar-se em todas as realidades humanas. Essas realidades ou situações humanas podem diferenciar-se sob vários aspectos, como por exemplo: segundo faixas etárias (crianças, jovens, adultos, anciãos); tipos de trabalho ou ocupação (operários, lavradores, bóias-frias, empregadas domésticas, profissionais liberais); necessidades básicas (saúde, alimentação, educação, meio-ambiente, informação, comunicação, lazer). Cada uma das situações humanas exige uma forma particular de ação pastoral, dando origem às diversas pastorais específicas: Pastoral da Família, Pastoral dos Jovens, Pastoral das Favelas, Pastoral dos Meios de Comunicação Social, Pastoral da Saúde, Pastoral da Terra e outras.

104. A ação pastoral consiste em desenvolver todas as dimensões da vida eclesial em cada uma das situações humanas. Cada pastoral específica poderá dar maior ênfase a uma ou outra dimensão, conforme sua natureza, necessidade e urgência das circunstâncias. No entanto, será incompleta se não integrar todas as dimensões ou linhas.

105. O conjunto das linhas ou dimensões constitui o quadro de Referência Geral da Ação Pastoral da Igreja no Brasil em todos os níveis. Não obrigam porém a organizar a ação pastoral concreta em linhas ou dimensões. Cada nível de Igreja, cada Igreja particular pode e deve organizar seus planos ou ação pastoral a partir de um quadro operacional que melhor se adapte à sua realidade.

## III. PARTE: DESTAQUES

### Introdução

106. Os bispos reunidos na 21ª Assembléia Geral indicaram, por ordem de votação, algumas áreas ou situações humanas que, no Brasil, merecem destaque na atuação pastoral, em todos os níveis, para os próximos quatro anos: JOVENS, CEBs, VOCAÇÕES E MINISTÉRIOS, FAMÍLIA, LEIGOS e MUNDO DO TRABALHO. Trata-se de áreas da vida eclesial ou de situações humanas que, devido às condições atuais, necessitam de especial atenção e cuidado pastoral.

107. A ação pastoral dedicada a esses destaques deverá ser planejada tendo presente o OBJETIVO GERAL, elemento unificador de toda atividade pastoral da Igreja no Brasil. Ainda que ligados a esta ou àquela linha, pelo fato de serem mais claramente expressão de determinada dimensão da vida da Igreja, os destaques também deverão ser assumidos em conjunto, levando em consideração o pleno desenvolvimento de todas as dimensões da vida eclesial.

108. As páginas seguintes oferecem breve encaminhamento pastoral de cada um dos destaques. Em primeiro lugar, busca-se dar o “sentido” e as “razões” dessa preocupação da Igreja. A seguir, em forma de perguntas, procura-se abrir o leque das possibilidades de atuação pastoral para as diversas dimensões. Propõe-se, com isso, despertar uma participação ampla, na busca de respostas para os desafios que a situação em destaque apresenta. Os resultados dessa participação serão recolhidos pela CNBB Nacional que, depois de analisá-los e elaborá-los de forma sistemática, os devolverá às bases para realimentar a reflexão e a ação.

## DESTAQUE 1: JOVENS

### Sentido e razões

109. Funda-se em motivações diversas o fato de a Igreja no Brasil dar prioridade, no próximo quadriênio, ao trabalho com a juventude. É interessante verificar que essa decisão foi tomada após o trabalho de avaliação dos últimos anos de caminhada pastoral. De alguma forma, é o reconhecimento do que ainda não se fez: assumir a opção feita em Puebla. É também a convicção de que ainda há muito por fazer nesse campo vital para a Igreja e a sociedade.

110. Uma das raízes ou motivações dessa prioridade são os “*sinais de vida*” da própria juventude brasileira, expressos em múltiplas formas: desejo de participar na vida da sociedade em todos os níveis; potencialidade do jovem, especialmente pobre, para a transformação; conhecimento da realidade que a juventude vai adquirindo; posição crítica do jovem em relação à sociedade e à Igreja; vontade de ser Igreja; busca de novas maneiras de viver individual e coletivamente; aumento numérico de adultos que sabem e apreciam trabalhar com jovens, respeitando-lhes a caminhada.

111. Outra raiz motivadora podem ser os “*sinais de morte*” que se verificam na juventude: jovem como mão-de-obra barata; repressão por parte da sociedade; não-participação do jovem nos processos decisórios da sociedade e da Igreja; falta de canais especializados de participação; impossibilidade de os jovens, na sua maioria, poderem viver a própria juventude; frustração por falta de condições para estudar e trabalhar, levando a fugas; avanço do espírito consumista, que tem a juventude como alvo preferido; tipo de educação vigente que incentiva o individualismo e a competitividade; peso de ideologias que não respeitam os valores de uma sociedade justa e fraterna; ausência de jovens na vida eclesial; desemprego e prostituição avassaladores; êxodo rural de jovens; contra-valores enaltecidos pelos meios de comunicação social (MCS).

112. Por outro lado, o destaque dado aos jovens pode ser fruto dos êxitos ou ganhos, das carências ou vazios da atual Pastoral da Juventude.

113. Entre os “*êxitos*”, destacam-se: a organização da Pastoral da Juventude a partir dos vários meios; o aprofundamento na vivência da fé, fazendo crescer a consciência das injustiças sociais e suas repercussões, e levando-os a um compromisso transformador; o engajamento maior dos jovens, surgindo militantes em diferentes níveis. A discussão do projeto histórico de libertação é outro avanço que não se pode esquecer. O uso e vivência do método Ver-Julgar-Agir, a leitura bíblico-teológica mais intensa, a ampliação das articulações em diferentes níveis, são conquistas que exigem atenção especial.

114. No entanto, não se podem esquecer os grandes vazios ou carências: falta de compreensão do que é específico na Pastoral da Juventude; formação teórica deficiente dos militantes; insuficiente vivência de uma espiritualidade mais conseqüente; pouca compreensão do método; inconstância dos grupos; distância entre bases e lideranças; relacionamento nem sempre adequado da Pastoral da Juventude ou grupos de jovens com o clero; atendimento deficiente à questão da afetividade e sexualidade.

115. O futuro da sociedade e da Igreja depende da capacidade de escutar o que acontece no mundo juvenil, de respeitar a sensibilidade própria do jovem que vive o momento presente, de encontrar novas soluções práticas e de pressentir novos rumos. Trata-se de aprender do jovem e deixar-se evangelizar por ele. Não há nele apenas contra-valores. Ao contrário, há valores novos, que, em geral, só o jovem é capaz de criar e desenvolver. O jovem é garantia da juventude da Igreja<sup>114</sup>.

116. Há outro aspecto importante quanto à juventude: é o mundo adolescente. Nesse campo, ainda pouco se tem feito, apesar do esforço de atualização da Pastoral da Crisma.

117. Milhões de menores e jovens abandonados, na maioria empobrecidos, habitam nos cortiços e periferias das cidades. É hora de viver a opção solidária preferencial e profética também na Pastoral de Juventude.

118. O trabalho pastoral com os jovens se situa dentro da história do povo de Deus e da caminhada histórica da juventude. Esta, hoje, se articula de preferência a partir do seu meio social, buscando caminhos mais eficazes de organização e libertação. É necessário que os jovens sejam de fato agentes de evangelização em seus ambientes e meio social. A Igreja quer convidá-los a se comprometerem numa atividade que não exclua ninguém, e ao mesmo tempo incentivá-los a terem predileção pelos mais pobres<sup>115</sup>: é uma exigência bíblico-teológica.

119. A Pastoral da Juventude propicia aos jovens condições de se formarem para uma ação transformadora da sociedade no presente e no futuro. Essa Pastoral incentiva também uma educação na fé, que possa responder às características e condições concretas da juventude e faça desabrochar uma espiritualidade fundada em experiências vividas, respeitando a caminhada feita pela Igreja e pela juventude comprometida<sup>116</sup>. Juntamente com a Pastoral Vocacional, a Pastoral da Juventude contribuirá para amadurecer e valorizar as diversas opções de vida dos jovens.<sup>117</sup> Enfim, a Pastoral da Juventude apoiará os jovens, principalmente das bases populares, a tomarem consciência de que são marginalizados por estruturas sociais desagregadoras. A esse respeito, vale o apelo de João Paulo II: que os jovens “não se deixem instrumentalizar”, ao contrário, cresçam no seu compromisso com a fé.<sup>118</sup>

120. Tudo isso – muito mais – está presente na escolha dos jovens para estes próximos anos, como destaque nas iniciativas pastorais da Igreja do Brasil

### **Busca de uma caminhada comum**

121. A Pastoral da Juventude deve levar em conta o meio em que vive o jovem, bem como sua inserção no conjunto da comunidade eclesial. Quais devem ser os cuidados da comunidade, dos agentes de pastoral e dos próprios jovens neste sentido?

122. Não preenche os requisitos de autenticidade pastoral a Pastoral da Juventude que não seja ao mesmo tempo vocacional, tanto no sentido mais amplo de vocação humana e cristã, como no sentido mais específico de vocação para os ministérios, ordenados ou não, e para a vida consagrada na Igreja. O que poderiam fazer as diferentes instâncias organizativas da Pastoral da Juventude para que seja fomentada essa dimensão vocacional?

123. Não é apenas o fato de os jovens, na sua maioria, serem empobrecidos que nos leva a dar prioridade a esses setores na Pastoral da Juventude. Nossa motivação fundamental é bíblico-teológica. Que conseqüências essa opção preferencial traz para a organização da Pastoral da Juventude segundo os meios sociais? para a Pastoral da Juventude organizada em termos paroquiais, diocesanos, regionais e nacionais? para os jovens que não sejam pobres?

124. Acreditamos que a verdadeira Pastoral da Juventude é essencialmente missionária. O que significa isso para a vida e o modo de ser e de organizar-se dos jovens? Como se poderia incentivar mais e organizar melhor a atuação missionária entre a Juventude?

125. A educação para o crescimento na fé é fundamental na Pastoral da Juventude. Que medidas tomar para que os jovens, com seus valores e aspirações, respondam com progressiva maturidade aos apelos do Senhor e colaborem na construção da Igreja e da sociedade?

126. O que fazer para que os jovens dedicados à catequese, à liturgia e a outras atividades dentro da comunidade eclesial, cresçam também na dimensão total de sua existência e tenham participação ativa no meio social em que vivem?

127. Que medidas pastorais pedagógicas se devem tomar para que o jovem valorize mais os sacramentos, a oração e a liturgia como celebração da sua vida e do seu comprometimento alimentado pela espiritualidade do envio, da esperança e do amor?

128. O que fazer com a Pastoral da Crisma, para que ela seja ponto de partida mais efetivo no engajamento do adolescente e do jovem, ou reforço para a continuidade do engajamento já existente?

129. O namoro, o noivado e o casamento são realidades importantes para o jovem. Mas também são realidades onde os contra-valores de um lado, e os valores novos de outro, se apresentam como desafios para a ação pastoral. Que medidas podem ser incentivadas na comunidade eclesial e nas próprias instâncias organizativas de jovens para superar esses desafios?

130. Se é evidente a abertura dos jovens para outras Igrejas cristãs e Religiões não-cristãs, também é clara a falta de formação nesse campo. Como ajudar os jovens a se tornarem verdadeira força ecumênica e de diálogo?

131. Não pode faltar na Pastoral da Juventude a dimensão sócio-política, através do incentivo à participação nas instâncias e organismos sociais intermediários. Que conseqüências surgem daí, em nível de organização e planejamento? Qual o papel da comunidade eclesial nesse processo? Como garantir a participação dos jovens em organismos da coordenação pastoral dentro de um método realmente libertador? Quais as conseqüências que decorrem daí em termos de organização, reunião, planejamento e tomada de decisões na própria Pastoral da Juventude?

132. Os meios de comunicação social envolvem a comunidade humana. Sob o ponto de vista da informação, educação e participação, os jovens podem tornar-se as grandes vítimas dos desvios aí transmitidos. Como fazer para que os jovens adquiram sentido crítico frente aos MCS? Como levar os jovens a atuarem e influírem nesses meios?

133. Como atuar na educação escolar, a fim de que ela possa oferecer aos jovens educação para o senso crítico, a solidariedade e a participação, fornecendo-lhes instrumentos para compreenderem a realidade e nela agirem com vistas à construção de uma sociedade justa e fraterna?

## **DESTAQUE 2: CEBs**

### **Sentido e razões**

134. A ênfase dada às Comunidades Eclesiais de Base neste quadriênio manifesta claramente o interesse e o amor da Igreja no Brasil por esse “novo modo de ser Igreja”. Elas se constituem fermento de espírito e vida comunitária, modelos concretos de comunhão e participação, de serviço, desprendimento e solidariedade. Abertas a todos, as CEBs florescem principalmente nos meios populares, possibilitam a articulação dos pobres entre si e favorecem a vivência e a expressão de sua fé e de seu compromisso com a libertação integral do homem.

135. Ainda que em processo de formação ou consolidação, as CEBs são hoje, em geral, uma realidade dinâmica da vida da Igreja. São centros de evangelização, instrumentos para a construção do reino e agentes de libertação e desenvolvimento na busca da concretização das esperanças do povo.

136. Cumprem sua missão em comunhão com seus pastores, trazendo imensa riqueza para as Igrejas do Brasil e para a revitalização da ação evangelizadora, colaborando em muito “para benefício das comunidades mais amplas”<sup>119</sup>.

137. O Conselho Permanente da CNBB, em novembro de 1982 dizia que a “CEB, como comunidade, integra famílias, adultos e jovens em estreito relacionamento interpessoal na fé. Como eclesial, é comunidade de fé, esperança e caridade; celebra a palavra de Deus e se nutre com a Eucaristia, ponto culminante dos demais sacramentos; realiza a palavra de Deus na vida, mediante a solidariedade e o compromisso com o Mandamento Novo do Senhor; torna presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, através do serviço de animadores aprovados. É de base, porque está constituída por um pequeno número de membros em forma permanente e como célula da grande comunidade. As CEBs, que têm garantido essas características fundamentais, têm igualmente experimentado grande vitalidade. Essa vitalidade será tanto maior quanto mais intensa for a eclesialidade vivida na prática comunitária do povo de Deus, sobretudo dos mais humildes”<sup>120</sup>.

138. Fiéis às condições essenciais que as definem como Igreja, as CEBs são, de forma valiosa e criativa, comunidades de fé, culto e caridade, e sacramentos da presença salvífica de Deus na história.

139. A pastoral vocacional e os novos ministérios recebem das CEBs impulso novo e espaço concreto de desenvolvimento. Na prática de sua vida, elas têm encontrado surpreendentes caminhos de evangelização, catequese e liturgia encarnadas na realidade e bem ligadas à Palavra de Deus. Em sua “fome e sede de justiça”, têm encontrado caminhos de uma prática ecumênica concreta. Desenvolvem a intercomunicação participativa e a formação do senso crítico diante da massificação dos meios de comunicação social. No constante esforço de atuar, refletir e celebrar, as CEBs são verdadeira alternativa de educação para os que buscam uma sociedade nova, onde o individualismo, a competição e o lucro cedem lugar à justiça e à fraternidade<sup>121</sup>.

140. “É ao redor das comunidades de base que se desenvolve e se desenvolverá cada vez mais, no futuro, a ação pastoral e evangelizadora da Igreja”<sup>122</sup>.

141. Se a eclesialidade das CEBs apresenta alegrias e esperanças, não podemos negar que há aspectos particulares na Pastoral dessas Comunidades que merecem tratamento cuidadoso e aberto. É suficiente referir alguns que o Conselho Permanente da CNBB, em novembro de 1982, desenvolvia: as CEBs e os pobres, as CEBs e a dimensão sócio-política da evangelização, as CEBs e a luta comum pela justiça, as CEBs e os movimentos populares, os movimentos de leigos, a coordenação e responsabilidade última nas CEBs, as CEBs como alvo de interesse e incompreensão. Esses e outros desafios – não deixando de considerar os grandes benefícios já evidentes – justificam sobejamente a tarefa a ser empreendida por toda a Igreja para que as CEBs, neste quadriênio, prossigam na caminhada firme e cada vez mais fecunda.



## Busca de uma caminhada comum

142. Como modelos concretos de comunhão e participação, as CEBs não deixam de ser manifestação da opção pelos pobres. Como demonstram elas ser fatores de evangelização no contexto em que se encontram?

143. Em que e como podem as CEBs contribuir para a renovação pastoral das paróquias, dioceses, movimentos e grupos eclesiais? Como se articulam elas no conjunto da Igreja?

144. As CEBs estão sendo, de fato, um ambiente propício para o surgimento e formação de vocações e lideranças capazes de responder às exigências de uma Igreja comprometida com o processo em que vive o povo brasileiro?

145. Na dinâmica cotidiana das CEBs, o jovem é atendido em sua condição específica e integrado, de fato, na vida comunitária?

146. Como promover a ação missionária nas CEBs, evitando que elas se fechem em si mesmas?

147. Como garantir, na CEB, a educação progressiva e permanente da fé, aprofundando a experiência do Deus vivo que caminha com seu povo e o conduz à salvação?

148. Como promover sempre melhor, através da mensagem evangélica, a integração da caminhada, das lutas e alegrias comunitárias de uma CEB?

149. Como agir para que os valores litúrgicos encontrem expressão sempre mais autêntica nas celebrações e na vida das CEBs, possibilitando que a resposta da fé seja expressão genuína da pessoa e comunidade concretas?

150. Em seu dinamismo, como podem as CEBs atender à piedade popular em suas variadas manifestações? Como valorizar essas manifestações para que sejam expressões de fé autêntica, capazes de assimilar e expressar o espírito cristão?

151. As CEBs estão sendo lugar e meio de diálogo ecumênico?

152. Como fazer para que as CEBs, fortalecendo a consciência comunitária, não esvaziem a consciência de solidariedade que une entre si todos os que vivem na mesma situação social dentro dos movimentos populares, sindicatos e outros organismos?

153. Como as CEBs podem desenvolver sua consciência crítica frente aos MCS?

154. Como pode a CEB tornar-se instrumento transformador na sociedade atual, em nível de comunidade local, de organizações profissionais de classe e em nível político?

155. Como estimular a capacidade criativa das CEBs para resolver problemas como o analfabetismo, a falta e o tipo de escolarização, a criação de emprego, a prevenção do êxodo rural, o atendimento ao menor e a acolhida aos migrantes de forma criativa e que favoreça a participação comunitária?

156. Como fazer para que as CEBs fortaleçam sua consciência evangélica e comunitária, a fim de não perderem sua identidade cristã e eclesial, quando seus membros se engajam em movimentos populares e nas lutas sindicais e políticas?

157. Como promover e acompanhar a formação permanente dos animadores das CEBs?

## DESTAQUE 3: VOCAÇÕES E MINISTÉRIOS

### Sentido e razões

158. Na Igreja-comunidade, o Espírito Santo suscita variados ministérios ou serviços em favor dos irmãos na fé e da inteira comunidade humana. A medida que os fiéis passam da condição de simples “massa humana” para a condição de sujeitos conscientes e ativos dentro da comunidade evangelicamente engajada, também se tornam mais numerosas, pela mesma ação do Espírito, as vocações de especial consagração, e cresce a disponibilidade para o ministério presbiterial, o que proporciona revigoração à comunidade cristã<sup>123</sup>.

159. O Espírito suscita também ministérios exercidos por leigos que, diligentemente preparados, serão capazes de rejuvenescer e reforçar o dinamismo evangelizador da Igreja<sup>124</sup>. Esse florescimento de novos ministérios manifesta a profunda renovação eclesial impulsionada pelo Concílio. Constitui um “sinal dos tempos” que exige acolhida e atenção, e dá oportunidade a um “salto qualitativo” na Pastoral Vocacional. A Comunidade cristã deve oferecer espaço e condições para o desenvolvimento das vocações.

160. A Pastoral Vocacional tem duas perspectivas necessárias e complementares: de um lado, ela é um aspecto do esforço mais amplo da pastoral orgânica, visando tornar as comunidades cristãs corresponsáveis e dotadas da variedade de ministérios que expressam as facetas da missão da Igreja e a riqueza dos dons do Espírito; de outro lado, a Pastoral Vocacional comporta uma ação específica para propor o ideal da vocação sacerdotal e de especial consagração, oferecendo aos vocacionados uma ajuda para compreender e acolher este chamado<sup>125</sup>.

161. O tema “Vocações e Ministérios” é de máxima importância para o presente e o futuro da Igreja. Em sua 19ª Assembléia Geral de 1981, a CNBB desencadeou um processo de aprofundamento que precisa ser dinamizado em todos os níveis, a fim de que nossas comunidades despertem sempre mais para a responsabilidade e encontrem condições de ajudar a promoção e o amadurecimento de todas as vocações, especialmente sacerdotais e de vida consagrada em suas diversas formas. A essa tarefa se deve dar efetiva prioridade. Com esse intuito foi publicado, na coleção “Estudos da CNBB”, o “Guia Pedagógico da Pastoral Vocacional”.

162. O povo de Deus, na sua caminhada, exige mais padres, seminários e comunidades de formação religiosa inseridos na vida da Igreja e sensíveis aos desafios do povo, tendo em vista os milhões de marginalizados. São ainda situações a enfrentar corajosamente: o cultivo de uma vocação cristã mais ampla, que atenda à escassez de militantes comprometidos, e a urgência de se evitar a clericalização dos ministérios confiados a leigos. Lança-se para a Igreja o desafio de incentivar o papel profético da vida consagrada, fazendo com que os consagrados se sintam chamados, segundo seus carismas, a assumirem postos de vanguarda evangelizadora nas “situações de fronteiras”, em favor da humanidade toda, como lembra o documento “Mutuae Relationes”.

163. No Brasil, as Igrejas Particulares não possuem número suficiente de presbíteros diocesanos. Por isso, é urgente que se desenvolva, sobretudo nas comunidades e grupos jovens, o serviço da Pastoral Vocacional específica para o presbiterato diocesano.

### **Busca de uma caminhada comum**

164. Quais os ministérios necessários, na Igreja de hoje, em cada uma das seis dimensões de sua ação pastoral?

165. Como fazer para que as vocações e os ministérios sejam fruto de uma escolha, na qual colabore todo o povo de Deus, tendo em vista a comunhão e a participação?

166. Como se poderá ajudar a comunidade a descobrir que os ministérios são dons suscitados pelo Espírito na Igreja para o serviço ao povo de Deus?

167. Como reavivar o ministério do diaconato permanente naquelas situações onde seu serviço se manifesta necessário e fecundo para a obra evangelizadora?

168. Como fazer para garantir a formação de presbíteros que respondam às necessidades e exigências de uma sociedade em transformação e de uma Igreja que se renova à luz do Vaticano II, de Medellín e de Puebla?

169. Como comprometer todas as comunidades na escolha e formação de suas lideranças e numa participação maior na formação dos ministérios ordenados?

170. Como incentivar as Congregações Religiosas e Institutos Missionários para que, fiéis à sua identidade específica, marquem mais presença evangelizadora, em comunhão com as Igrejas locais, nos Planos de Conjunto?

171. A família cristã, a CEB, a Pastoral da Juventude e a Pastoral Educacional devem ser fonte fértil de vocações para os diversos ministérios eclesiais e para o surgimento de leigos cristãos engajados e comprometidos com o reino. O que se poderia fazer para incentivar o espírito vocacional nas diversas pastorais da Igreja?

172. Como incentivar o surgimento de vocações missionárias na Pastoral Vocacional, na Pastoral de Juventude e na formação de futuros presbíteros?

173. O catequista dedica-se de modo especial ao ministério da Palavra, tornando-se porta-voz da experiência cristã de toda a comunidade. Como despertar vocações de catequistas na comunidade e ajudar os atuais catequistas a assumirem seu papel de agentes de uma Pastoral Vocacional?

174. Como despertar, na formação de candidatos aos diversos ministérios, a estima da Liturgia, como serviço cultural do povo de Deus, no qual somos salvos e Deus é glorificado?

175. Na preparação para os diversos ministérios – e mais especificamente para os ordenados – é dada uma formação ecumênica, de modo que atuem com espírito de diálogo com relação aos cristãos de outras Igrejas e aos não-cristãos?

176. Que conseqüências trazem, para a formação dos futuros presbíteros, o fato de a maioria do povo ser pobre e a opção preferencial da Igreja pelos pobres ?

177. Que processo educativo poderá ajudar na formação dos vocacionados para que em sua atuação pastoral saibam promover comunhão e participação, evitando a tentação do personalismo e autoritarismo?

178. Como conseguir uma formação mais adequada dos agentes leigos de pastoral, para o exercício de seu ministério?

#### **DESTAQUE 4: FAMÍLIA**

##### **Sentido e razões**

179. A família, célula da sociedade, sempre recebeu grande atenção e preocupação pastoral da Igreja. Basta lembrar o que sobre ela se escreveu e o que por ela se fez na Igreja. O Vaticano II colocou a família sob nova luz teológica, apresentando-a como realidade peculiar e consagrando-a como “Igreja doméstica”. O Sínodo de 1980 tratou dos deveres da família cristã no mundo de hoje. Puebla a situou como um dos centros de comunhão e participação na vida da Igreja, dando-lhe prioridade entre as preocupações pastorais.

180. A CNBB, reunida na 21ª Assembléia Geral, solicitou maior empenho em favor da família nos próximos quatro anos. Reafirma, assim, a importância pastoral dela e

reconhece a séria problemática que, em nossa sociedade, ameaça a família, até na sua essência.

181. É preciso analisar a situação em que se encontram as famílias no processo de transformação da sociedade brasileira, nas diferentes áreas geográficas e nos diversos meios sócio-econômicos.

182. Entre os problemas de ordem moral e religiosa, destacam-se: o fenômeno das separações e das uniões fora das normas da Igreja entre pessoas a ela pertencentes; desintegrações cada vez mais claras; debates tendenciosos sobre o controle da natalidade; freqüentes mensagens desagregadoras alimentadas pelos meios de comunicação social.

183. No campo social e político, a família é afetada pelo impacto contínuo e desagregador de estruturas profundamente marcadas pela injustiça: o desemprego e subemprego, as péssimas condições de trabalho e remuneração, a precariedade ou falta de moradia, a migração forçada. Diante disso, seria infidelidade às preocupações pastorais da Igreja e às urgências da grande maioria da população, se a Igreja não desse carinhosa atenção à família, tão valorizada pelo povo latino-americano e brasileiro. Esse povo, explorado mas cheio de fé, parece dizer na voz de João Paulo II: "Como fechar os olhos para as graves situações em que concretamente se encontram numerosíssimas famílias entre vós, e para as sérias ameaças que pesam sobre a família em geral?"<sup>126</sup>.

184. Em 1980, a CNBB publicou um documento sobre os "Valores Básicos da Vida e da Família". Alertava aí para o desrespeito à dignidade humana, para a escalada da permissividade, para o planejamento familiar mal orientado, para o aborto e outros aspectos que atentam contra a família. Valiosas e generosas contribuições têm surgido das iniciativas despertadas pelas pastorais familiares. No entanto, as soluções sugeridas são ainda limitadas, e grande parte da população não é atingida por essas e outras iniciativas. Todavia, alegra-nos o fato de que a família consta como prioridade em numerosos planejamentos diocesanos e regionais. Mas, não é suficiente. Requer esforço especial o desejo de salvaguardar a família como grande transmissora de valores culturais, éticos e espirituais, e como canal que comunica a fé dos pais aos filhos, através das gerações.

185. É necessário e urgente encontrar formas novas de apoio à missão da família, para que ela possa viver e crescer na fé, e contribuir para a criação de uma sociedade nova, onde sejam realidades concretas a justiça e a fraternidade, sinais da presença do Senhor Ressuscitado.

186. No entanto, considerando os fatores sociais e econômicos, políticos e culturais, históricos e bio-psicológicos, e até religiosos que influenciam negativamente na vida familiar, corre-se o risco de cair na desesperança. Pois, são grandes os desafios em variados contextos e situações: na educação, onde a família parece ter declinado de sua função de formadora da fé e da personalidade dos filhos; nos meios de comunicação social, onde os contra-valores aparecem cada vez mais insistentemente; na juventude, onde pairam perguntas, nem sempre fáceis de responder; nos meios pobres, cada vez mais destituídos das condições mínimas de levar à prática o que desejam, apesar de que, muitas vezes, estejam vivendo aquilo que constitui a essência da vida familiar, segundo os valores que nascem da fé. Move-nos forte esperança, porque acreditamos que a família é de origem divina e se situa no centro da história da criação, e a vida no mundo depende dela.

187. Por tudo isso e por outros motivos de fé, a Igreja se sente encorajada a propor de novo, em nível nacional, a família como destaque na ação pastoral. Não é a Igreja, é a sociedade inteira, em sua vitalidade interior, que está em jogo, quando está em perigo a família.

**Busca de uma caminhada comum**

188. Como tornar a família uma escola vivencial de comunhão e participação?
189. A família cristã engajada é o chão fértil onde melhor podem germinar as vocações presbiterais, religiosas e leigas. Como fazer para que ela, vivendo o Evangelho, favoreça o surgimento de vocações?
190. De que maneira acompanhar as famílias que são irregulares em face do sacramento do matrimônio e as famílias incompletas ou desajustadas? Que serviço a essas famílias podem prestar os tribunais eclesiásticos?
191. Que influência recíproca têm as comunidades eclesiais de base e as famílias? Como favorecer uma pastoral da família a partir das CEBs?
192. Como contribuir para que as famílias assumam o compromisso missionário pelo testemunho de vida e pelo anúncio do Evangelho a partir de seu ambiente social?
193. Sendo a família a "Igreja doméstica", como ajudá-la a crescer na fé, na esperança e na caridade, e torná-la sujeito e agente de sua própria evangelização?
194. Uma vez que a família deve ser o berço e a sede da catequese, que medidas a comunidade pode tomar para reforçar a catequese permanente na família, ajudando os pais a assumirem o papel de primeiros e privilegiados catequistas?
195. Como envolver os pais num processo continuado de catequese, a fim de que eles não apenas possam dar uma formação consciente e explicitamente cristã aos filhos, mas possam eles mesmos crescer na compreensão de sua fé e na capacidade de iluminar com ela a realidade familiar e social?
196. Uma vez que é no seio da família que se dá a primeira vivência de oração, culto e contato com Deus, que meios pastorais podem ser usados para promover esse experiência de oração familiar?
197. Como preparar próxima e remotamente os jovens para o sacramento e a vida do matrimônio?
198. A Pastoral Familiar tem orientação ecumênica que incentiva as famílias a se relacionarem de forma dialogal com as de outras Igrejas cristãs ou de outras Religiões?
199. A Pastoral Familiar ajuda as famílias que vivem em seu próprio seio as divisões entre Igrejas cristãs e pluralismo religioso?
200. Quais as conseqüências para a vida familiar, que derivam da pobreza e miséria, das situações de desemprego e subemprego, das migrações e das carências de saúde e habitação?
201. Que papel tem a família na sociedade, ainda hoje, como formadora de pessoas capazes de ação transformadora das estruturas injustas?
202. Que fazer para que a família tenha uma posição crítica em face dos meios de comunicação social, notadamente rádio e TV?
203. Como promover uma participação efetiva dos pais em todo o processo educativo dos filhos?
204. O que fazer, a fim de orientar a família para uma paternidade responsável?
205. Para evitar o fechamento de movimentos familiares e de famílias sobre si mesmos, como desenvolver uma Pastoral Familiar inserida na Pastoral Orgânica?

206. Será que não estamos fomentando inconscientemente uma Pastoral Familiar que encobre as exigências evangélicas em face do político, do social e do econômico?

## DESTAQUE 5: LEIGOS

### Sentido e razões

207. Duas razões levaram os bispos a destacarem a preocupação com os leigos para a caminhada da Igreja no Brasil durante o próximo quadriênio.

208. Em primeiro lugar, a urgência de que os leigos cresçam na consciência da índole secular de sua vocação eclesial e assumam com maior empenho o campo próprio de sua atividade evangelizadora. Chamados a anunciar o Evangelho através das tarefas temporais, será na construção da sociedade segundo as exigências da dignidade humana, da justiça e fraternidade, que eles realizarão a missão da Igreja.

209. O Brasil viveu nos últimos anos situações históricas, nas quais a liberdade de ação dos cidadãos, no campo das realidades sociais, das atividades políticas e da própria cultura, sofreu grandes e graves restrições. Essas, sufocantes às vezes, impediram a maioria dos leigos de exercer com desenvoltura e criatividade as tarefas próprias de sua vocação específica, embora tenham sido para outros ocasião de heróica fidelidade à Fé, à Igreja e ao Evangelho.

210. Essas circunstâncias inibiram, em toda a Igreja no Brasil, o aprofundamento do sentido secular da vocação eclesial dos leigos, explicitada pelo Vaticano II. Ao lado desses fatos, o escasso número de sacerdotes e o amplo desenvolvimento das atividades pastorais no pós-Concílio levou muitos leigos a concentrarem sua atuação nos trabalhos de liturgia, catequese e coordenação pastoral.

Os mesmos motivos levaram alguns movimentos leigos a reduzirem sua reflexão e sua ação às dimensões pessoal e familiar da vida humana.

211. Por tudo isso, é agora urgente estimular os leigos e apoiá-los para que tomem maior consciência da dimensão evangelizadora das funções temporais a que são chamados e assumam com todo o empenho as graves tarefas que a realidade de nosso país e a situação da vida de nosso povo impõem à sua responsabilidade cristã.

212. Embora sejam cada vez mais numerosos os leigos dedicados a trabalhos pastorais, engajados em diversos movimentos apostólicos, responsáveis pela animação das comunidades e exercendo novos ministérios, ainda não poderíamos falar, no Brasil, de um "laicato". Para isso, seria necessário que os leigos estivessem articulados entre si e organizados, com sua justa autonomia, na comunidade eclesial. Esse fato é importante enquanto compromete a ação evangelizadora da Igreja no Brasil. Pois, "a Igreja não se acha verdadeiramente consolidada, não vive plenamente, não é um perfeito sinal de Cristo entre os homens, se não existem um laicato de verdadeira expressão que trabalhe com a hierarquia. Porque o Evangelho não pode ser fixado na índole, na vida e no trabalho dum povo, sem a ativa presença dos leigos. Por isso, tenha-se o máximo cuidado em construir um laicato cristão maduro"<sup>127</sup>.

A segunda razão de preocupação com os leigos se prende à necessidade de que sua organização adquira consistência institucional e representatividade reconhecida pela Igreja no Brasil. Essa legítima representatividade, longe de prejudicar sua comunhão com os pastores, afastará dos leigos o risco de clericalização e lhes garantirá a autonomia necessária para o cumprimento de seus compromissos na ordem temporal.

214. A resposta a essas preocupações, assim como aqui se expressam, implica vários desafios que se dirigem, quer aos próprios leigos quer aos pastores. Para os leigos, o desafio de aprofundarem a compreensão e a vivência da índole secular de sua vocação; o



desafio de participarem de modo ativo e responsável nos organismos intra-eclesiais, que lhes permitam exercer sua missão em comunhão eclesial; o desafio de superarem tensões entre seus próprios movimentos e associações ao se organizarem, a fim de assumir suas responsabilidades de modo solidário no vasto e complicado mundo das realidades temporais.

215. Aos pastores caberia superar qualquer resquício de desconfiança a respeito dos leigos e de seus movimentos; acreditar na autenticidade do compromisso deles com a Igreja, abrir-lhes o legítimo espaço de liberdade para seus compromissos temporais e garantir-lhes apoio para uma sólida formação cristã e apostólica.

### A busca de uma caminhada comum

216. Como animar e viver o carisma do leigo e de cada movimento leigo, integrando-o na pastoral de conjunto, que procura responder aos desafios do mundo marcado pelas desigualdades e injustiças?

217. A vocação do leigo é vocação à santidade, à perfeição e à participação na missão salvífica da Igreja, agindo no mundo. Como ajudar o clero e os religiosos a valorizarem esse carisma dos leigos, e como ajudar estes a assumirem sua plena cidadania e sua missão própria na Igreja?

218. Que medidas se impõem para que todos, direta ou indiretamente, participem, não só da execução, mas também do planejamento e das decisões relativas à vida e à ação pastoral?

219. O que fazer para que os movimentos leigos de nível nacional ou internacional assumam e se comprometam com a Pastoral Orgânica da Igreja e se integrem convenientemente na diocese?

220. O que se tem feito para promover uma formação humana geral e uma formação doutrinal, social e apostólica dos leigos?

221. O que pode ser feito para favorecer a organização e articulação dos leigos em nível paroquial, diocesano, regional e nacional?

222. Toda a Igreja é chamada a ser missionária. Que atividades ou gestos podem ajudar na animação do espírito missionário entre os leigos e as vocações missionárias leigas?

223. O ensino religioso é, como a catequese, "uma forma eminente de apostolado leigo"<sup>128</sup>. Como animar o leigo para que exerça bem esse apostolado?

224. As etapas do Ano Litúrgico e os grandes acontecimentos da dia - nascimento, matrimônio, enfermidade, morte - têm sido aproveitados como momentos privilegiados para a educação permanente dos leigos na fé?

225. A catequese permanente está integrando no leigo fé e vida, dimensão pessoal e comunitária, conversão a Deus e ação transformadora da realidade? Está fazendo com que se formem leigos comprometidos com a verdadeira libertação e que sejam promotores de uma sociedade justa e fraterna, conforme o projeto de Deus?

226. Como fazer para que a liturgia, celebração do Mistério Pascal de Cristo, seja também celebração da vida numa comunidade fraterna e fonte de energia para a vivência do leigo nos seus variados ambientes?

227. Como desenvolver uma espiritualidade mais apropriada à condição do leigo, que o comprometa com as realidades temporais, reconhecendo e proclamando o valor salvífico nelas contidos?

228. Em muitas regiões, os leigos assumem a coordenação da liturgia, da oração comunitária e do culto. Como prepará-los e realimentá-los continuamente para isso?

229. O que se faz para que a liturgia seja mais acessível a todo o povo, sobretudo aos mais simples e pobres, tornando-a momento forte de evangelização transformadora do mundo?

230. Cabe ao leigo, de modo especial, a tarefa de “sanar as instituições e condicionamentos do mundo”, as estruturas sociais que impedem uma convivência fraterna entre os homens. Que atitudes pastorais e pedagógicas se impõem para que os leigos assumam com coragem e criatividade essa missão, inspirados no Evangelho e nas orientações da Igreja?

231. De que maneira fortalecer a ação do leigo na pastoral da Igreja, respeitando sua autonomia na tarefa de transformação da realidade social?

## DESTAQUE 6: MUNDO DO TRABALHO

### Sentido e Razões

232. Várias e sérias razões justificam o destaque “Mundo do Trabalho”. Uma dizem mais respeito à importância do trabalho em si e na sociedade, e outras aos problemas angustiantes e atuais que se situam nessa área.

233. A adequada compreensão do que seja o trabalho, nos introduz na complexa rede das relações de trabalho, que são fundamentais na estruturação de nossa sociedade e onde são geradas as maiores injustiças sociais.

234. “O problema do trabalho humano é, de certo modo, uma componente fixa, tanto da vida social como do ensino da Igreja. É uma chave, provavelmente a chave essencial, de toda a questão social, se procuramos vê-la, verdadeiramente, sob o ponto de vista do bem comum”<sup>129</sup>.

235. Além da importância do trabalho em si, há toda uma problemática no mundo do trabalho, que hoje se acentua, como: salários baixos e insuficientes para uma vida humana e familiar digna; grande número de desempregados e subempregados; limitada presença da Igreja no mundo do trabalho.

236. O conceito de trabalho é muito abrangente e não se restringe ao trabalho manual e assalariado. Entretanto, o trabalho assalariado urbano e rural, quer pelo número dos trabalhadores, quer pela sua importância na transformação da sociedade, merece destaque especial.

237. A urbanização crescente e as novas formas de trabalho rural, impostas pelo modelo de desenvolvimento econômico colocam para todos, problemas semelhantes interligados e até idênticos, porque derivados das mesmas causas. A ação pastoral deve ter em consideração essa realidade.

238. A opção preferencial pelos pobres, que ilumina e quer caracterizar a ação pastoral da Igreja no Brasil, deve concretizar-se em efetiva preocupação com a imensa massa de trabalhadores, que constituem a maioria da população. São construtores do progresso, e no entanto vêem sua dignidade violada e seus direitos ignorados. Pertencem, no seu conjunto, à multidão dos pobres que não têm, não sabem e não podem, vítimas da exploração; sua crescente marginalização coloca-os entre os primeiros destinatários da Boa Nova do Senhor.

239. A evangelização no mundo do trabalho, para ser eficaz, deve consistir, em primeiro lugar, na conscientização dos trabalhadores sobre a sua dignidade de filhos e colaboradores de Deus. Deve procurar, igualmente, torná-los participantes ativos da

comunidade eclesial e incentivá-los a assumirem suas próprias responsabilidades, como trabalhadores na construção desse mundo, segundo os desígnios do Pai.

240. Solidária e comprometida, como Cristo, com a causa dos mais necessitados, a Igreja apoiará os trabalhadores em seu esforço para se organizarem livremente e criarem “sempre novos movimentos de solidariedade dos homens do trabalho”, e procurará suscitar sempre, entre todos os homens, a “solidariedade com os homens do trabalho” e com os desempregados. A solidariedade da qual aqui se fala, não é contra ninguém, mas a favor da justiça e do bem comum.

Convém lembrar o que já se disse na primeira parte destas Diretrizes: pensar que a solidariedade entre os trabalhadores, a partir da consciência de classe, leva inevitavelmente à luta de classes, no sentido insurrecional do termo, não condiz com as orientações e o espírito da “Laborem Exercens”. Com efeito, segundo esta Encíclica, os problemas da relação entre o trabalho e o capital não serão resolvidos pelo esvaziamento, mas pelo amadurecimento da consciência de classe.

241. A complexidade do mundo do trabalho é tal, que atinge o trabalhador em todas as dimensões de sua vida e constituem “as condições de sua existência”. Somente ele conhece, de fato, essas condições, o que deve levar a Igreja a abrir espaço para que os próprios trabalhadores sejam evangelizadores de seus companheiros e com eles assumam, à luz da fé, a luta pela justiça e pela construção de uma sociedade nova e fraterna.

242. Nesse empenho de evangelização do mundo do trabalho, é fundamental a elaboração e a vivência de uma verdadeira espiritualidade do trabalho. O trabalho seja visto como participação na obra criadora e redentora de Deus, e como fator de aperfeiçoamento da própria pessoa que exerce o trabalho<sup>130</sup>.

### **Busca de uma caminhada comum**

243. Que apoio se tem dado, nas dioceses e paróquias, às iniciativas da Pastoral Operária, no sentido de atingir o trabalhador e sua família em seus diferentes ambientes de vida, bem como de responder aos novos desafios que vão surgindo?

244. Como promover uma espiritualidade do trabalho, que ajude as pessoas a se aproximarem de Deus e a se tornarem conscientemente colaboradoras na obra da Criação, desenvolvendo-a e completando-a através do próprio trabalho?

245. Sem substituir as iniciativas do povo, a nossa pastoral tem compreendido e estimulado a participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações, comissões de fábrica, para que sejam realmente organismos autônomos e livres que defendam os interesses e coordenem as reivindicações de seus membros e de toda a sua classe?

246. Que iniciativas novas poderão proporcionar condições para que os leigos engajados em movimentos operários possam crescer na fé e na consciência social, econômica e política?

247. O que se tem feito para divulgar o ensinamento social da Igreja em nossas comunidades eclesiais e no meio operário?

248. O que se vem fazendo no sentido de se liberarem leigos e sacerdotes para o serviço específico da Pastoral Operária, onde as circunstâncias o estejam exigindo?

249. O método “ver-julgar-agir”, da Juventude Operária Católica, consiste em iluminar e analisar, em vista da ação, os fatos da vida, a partir do Evangelho. Esse método tem sido instrumento para uma autêntica catequese aberta às várias dimensões e situações da vida?

250. Como tornar a Pastoral da Terra e outros movimentos de Pastoral Rural, cada vez mais, uma resposta adequada às necessidades e exigências do homem do campo?

251. Até que ponto a Igreja está informada e é sensível às reais condições e situações dos trabalhadores, rurais e urbanos, e se empenha em defender suas legítimas aspirações?

252. Que fazer para que no mundo do trabalho haja mais participação e comunhão, inclusive na gestão da empresa, superando o espírito de ganância e lucro que divide e dilacera o corpo social?

253. Que atenção se tem dado ao trabalho da mulher, sobretudo das domésticas e camponesas?

254. Enfrentar com criatividade o mundo do trabalho é um verdadeiro desafio missionário, porque é aí que os valores evangélicos são mais pisoteados. Os leigos e os futuros presbíteros, bem como os religiosos, são incentivados e preparados para esse campo missionário?

255. Que linguagem, sinais e símbolos podem ser utilizados nas assembléias litúrgicas, a fim de torná-las acessíveis também aos trabalhadores urbanos e rurais, com seu mundo cultural próprio e diversificado?

256. A vida operária e as lutas do homem do campo são lugar de encontro de pessoas pertencentes a diferentes Igrejas cristãs e a outras Religiões. O enfrentamento comum de situações desafiadoras tem trazido contribuições válidas ao movimento ecumênico? Como ajudar os trabalhadores cristãos a viverem de forma efetiva e consciente a dimensão ecumênica da própria fé?

257. Como fazer para que os meios de comunicação social acompanhem e ajudem o mundo do trabalho?

258. Como integrar, ainda mais, na Pastoral Orgânica da Igreja, movimentos e organismos pastorais que atuam no mundo do trabalho?

---

**Nota:1**

**Lc 4,18-19:** "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor".

**Nota:2**

**EN 6:** "O testemunho que o Senhor dá de si mesmo e que São Lucas recolheu no seu Evangelho – 'Eu devo anunciar a Boa Nova do Reino de Deus' - tem, sem dúvida nenhuma, uma grande importância, porque define, numa frase apenas, toda a missão de Jesus: 'Para isso é que fui enviado'. Estas palavras assumem o seu significado pleno se se confrontam com os versículos anteriores, nos quais Cristo tinha aplicado a si próprio as palavras do profeta Isaías: 'O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me conferiu a unção; a anunciar a Boa Nova aos pobres me enviou'.

Andar de cidade em cidade a proclamar, sobretudo aos mais pobres, e muitas vezes os mais bem dispostos para o acolher, o alegre anúncio da realização das promessas e da aliança feitas por Deus, tal é a missão para a qual Jesus declara ter sido enviado pelo Pai. E todos os aspectos do seu mistério - a começar da própria encarnação, passando pelos milagres, pela doutrina, pela convocação dos discípulos e pela escolha e envio dos doze, pela cruz, até a ressurreição e à permanência da sua presença no meio dos seus - fazem parte da sua atividade evangelizadora".

**Nota:3**

**EN 7:** "No decorrer do Sínodo, muitas vezes os bispos lembraram esta verdade: o próprio Jesus, 'Evangelho de Deus', foi o primeiro e o maior dos evangelizadores. Ele foi isso mesmo até o fim, até a perfeição, até o sacrifício da sua vida terrena.

Evangelizar: Qual o significado que teve para Cristo este imperativo? Não é fácil certamente exprimir, numa síntese completa, o sentido, o conteúdo e os modos da evangelização, tal como Jesus a concebia e a pôs em prática. De resto, uma tal síntese jamais será uma coisa perfeitamente acabada. Aqui, basta-nos-á recordar alguns dos aspectos essenciais".

**Nota:4**

**João Paulo II**, Mensagem aos Bispos do Brasil, em Fortaleza, 5: "Ao relembrar tudo isto, posso dizer que me sinto feliz quando uma Conferência Episcopal dá lugar nos programas das suas assembléias a tema ligados às urgentes questões de ordem temporal, que tocam de fato os homens dos nossos dias. A própria natureza deste

organismo exige sempre que tais questões sejam englobadas na evangelização e na prioritária busca do Reino de Deus e da sua justiça (cf. Mt 6,32), que o Senhor nos indicava numa visão de conjunto de todas as nossas preocupações. Ele próprio nos deixou o exemplo: a todos, sem exceção, ele anunciava a Boa Nova, mesmo estando da parte dos mais pequeninos, dos pobres e dos sofredores, com o seu amor de predileção”.

**Nota:5**

**EN 14:** “A Igreja sabe-o bem, ela tem a consciência viva de que a palavra do Salvador – ‘Eu devo anunciar a Boa Nova do reino de Deus’ - se lhe aplica com toda a verdade. Assim, ela acrescenta de bom grado com São Paulo: ‘Não tenho, de fato, de que gloriar-me se eu anuncio o Evangelho; é um dever este que me incumbe, e aí de mim, se eu não pregasse’. Foi com alegria e reconforto que nós ouvimos, no final da grande assembléia de outubro de 1974, estas luminosas palavras: ‘Nós queremos confirmar, uma vez mais ainda, que a tarefa de evangelizar todos os homens constitui a missão essencial da Igreja’; tarefa e missão, que as amplas e profundas mudanças da sociedade atual tornam ainda mais urgentes. Evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar, ou seja, para pregar e ensinar, ser o canal do dom da graça, reconciliar os pecadores com Deus e perpetuar o sacrifício de Cristo na santa missa, que é o memorial da sua morte e gloriosa ressurreição”.

**Nota:6**

**Lc 4,43:** “Mas Jesus disse: ‘Devo anunciar a Boa Notícia do Reino de Deus também para as outras cidades, porque para isso é que fui enviado’”.

**Nota:7**

cf. **1Cor 15,28:** “E quando todas as coisas lhe tiverem sido submetidas, então o próprio Filho se submeterá àquele que tudo lhe submeteu, para que Deus seja tudo em todos”.

**EN 27:** “A evangelização há de conter também sempre - ao mesmo tempo como base, centro e ápice do seu dinamismo - uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus.

E não já uma salvação imanente ao mundo, limitada às necessidades materiais ou mesmo espirituais, e que se esaurisse no âmbito da existência temporal e se identificasse, em última análise, com as aspirações, com as esperanças, com as diligências e com os combates temporais; mas sim uma salvação que ultrapassa todos estes limites, para vir a ter a sua plena realização numa comunhão com o único Absoluto, que é o de Deus: salvação transcendente e escatológica, que já tem certamente o seu começo nesta vida, mas que terá realização completa na eternidade”.

**Puebla 218-219:** “218. A evangelização é um chamado à participação na comunhão trinitária. Qualquer outra comunhão, embora não constitua o destino último do homem, é, animada pela graça, primícias dela.

**219.** A evangelização leva-nos a participar dos gemidos do Espírito, que quer libertar a criação inteira. O Espírito que nos move para esta libertação abre-nos o caminho para a unidade de todos os homens entre si e de todos os homens com Deus, até que ‘em todos Deus seja tudo’ (1Cor 15,28)”.

**Nota:8**

**João Paulo II**, Mensagem aos Membros do CELAM, no Rio, 8: “Em virtude do anúncio do Evangelho, quando o homem é espezinhado em sua eminente dignidade, quando se mantém ou se prolonga seu abatimento, a Igreja denuncia. Faz parte de seu serviço profético. Denuncia a tudo o que se opõe ao plano de Deus e impede a realização do homem. Denuncia para defender ao homem ferido em seus direitos, para que se curem suas feridas e para suscitar atitudes de verdadeira conversão”.

**Nota:9**

**EN 11-12; 30; 39:** “11. Cristo realiza esta proclamação do reino de Deus por meio da pregação infatigável de uma palavra da qual se diria que não tem nenhuma outra igual em parte alguma: ‘Eis uma doutrina nova, ensinada com autoridade!’ ‘Todos o elogiavam e admiravam-se das palavras cheias de graça que saíam da sua boca’; ‘Jamais alguém falou como este homem’. As suas palavras desvendavam o segredo de Deus, o seu desígnio e a sua promessa, e modificavam por, isso mesmo, o coração dos homens e o seu destino.

**12.** Mas ele realiza igualmente esta proclamação com sinais inumeráveis que provocam a estupefação das multidões e, ao mesmo tempo, as arrastam para junto dele, para o ver, para o escutar e para se deixarem transformar por ele: enfermos curados, água transformada em vinho, pão multiplicado e mortos que tornam à vida. Entre todos os demais, há um sinal a que ele reconhece uma grande importância: os pequeninos, os pobres são evangelizados, tornam-se seus discípulos, reúnem-se ‘em seu nome’ na grande comunidade daqueles que acreditam nele. Efetivamente, aquele Jesus que declarava – ‘Eu devo anunciar a Boa Nova do reino de Deus’ - é o mesmo Jesus do qual o evangelista São João dizia que tinha vindo e devia morrer ‘para reunir os filhos de Deus que andavam dispersos’. Assim aperfeiçoou ele a sua revelação, completando-a e confirmando-a com toda a manifestação da sua pessoa, com palavras e obras, com sinais e milagres, e sobretudo com a sua morte e com a sua ressurreição e com o envio do Espírito de verdade.

**30.** São conhecidos os termos em que falaram de tudo isto, no recente Sínodo, numerosos bispos de todas as partes da terra, sobretudo os do chamado ‘Terceiro Mundo’, com uma acentuação pastoral em que repercutia a voz de milhões de filhos da Igreja que formam esses povos. Povos comprometidos, como bem sabemos, com toda a sua energia no esforço e na luta por superar tudo aquilo que os condena a ficarem à margem da vida: carestias, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiças nas relações internacionais e especialmente nos intercâmbios comerciais, situações de neo-colonialismo econômico e cultural, por vezes tão cruel como o velho colonialismo político. A Igreja, repetiram-no os bispos, tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, sendo muitos destes seus filhos espirituais; o dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total. Isso não é alheio à evangelização.

**39.** Desta justa libertação, ligada à evangelização e que visa alcançar o estabelecimento de estruturas que salvaguardem as liberdades humanas, não pode ser separada a necessidade de garantir todos os direitos fundamentais do homem, entre os quais a liberdade religiosa ocupa um lugar de primeira importância. Tivemos ocasião de falar, ainda há pouco, da atualidade deste problema, pondo em relevo que há ‘muitos cristãos, ainda hoje, que vivem sufocados por uma opressão sistemática, pelo fato de serem cristãos, pelo fato de serem católicos! O drama da fidelidade a Cristo e da liberdade de religião, se bem que dissimulado por declarações

categorías em favor dos direitos da pessoa e das relações humanas em sociedade, é um drama que continua!''.

**Puebla 274; 338; 679; 1304-1305:** "274. Para os próprios cristãos, a Igreja deveria transformar-se num lugar em que aprendem a viver a fé experimentando-a e descobrindo-a encarnada nos outros. Do modo mais urgente, deveria ser a escola onde se educam homens capazes de fazer história, para levar eficazmente com Cristo a história de nossos povos até ao Reino.

**338:** "A Igreja tem obrigação de pôr em relevo este aspecto integral da evangelização, primeiro pela constante revisão de sua própria vida e depois pelo anúncio fiel e pela denúncia profética. Para que tudo isso se faça de acordo com o espírito de Cristo, devemos exercitar-nos no discernimento das situações e dos chamados concretos que o Senhor faz em cada tempo. Isto exige atitude de conversão e de abertura e um sério compromisso com aquilo que foi reconhecido como autenticamente evangélico".

**679.** O grande ministério ou serviço que a Igreja presta ao mundo e aos homens que nele habitam é a evangelização (apresentada com fatos e palavras), a Boa Nova de que o Reino de Deus, reino de justiça e de paz, chega aos homens em Jesus Cristo.

**1304.** Uma Igreja missionária que anuncia alegremente ao homem de hoje que ele é filho de Deus em Cristo. Igreja que se compromete com a libertação do homem todo e de todos os homens (o serviço da paz e da justiça é um ministério essencial da Igreja), e se insere solidária na atividade apostólica da Igreja universal, em estreita comunhão com o sucessor de Pedro. Ser missionário e ser apóstolo é condição do cristão.

**1305.** Essas atitudes fundamentais do ser pastoral de nossas Igrejas no Continente exigem que a Igreja esteja em permanente processo de evangelização, que seja uma Igreja evangelizadora que escuta, aprofunda e encarna a Palavra. Uma Igreja evangelizadora que testemunha, proclama e celebra essa Palavra de Deus, o Evangelho, Jesus Cristo na vida. Uma Igreja que ajuda a construir uma nova sociedade em total fidelidade a Cristo e ao homem no Espírito Santo. Uma Igreja que denuncia as situações de pecado, que chama à conversão e compromete os fiéis na ação transformadora do mundo".

**Nota:10**

**EN 18:** "Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: 'Eis que faço novas todas as coisas'. No entanto, não haverá humanidade nova, se não houver em primeiro lugar homens novos, pela novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho. A finalidade da evangelização, portanto, é precisamente esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos, o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios".

**Nota:11**

**EN 19:** "Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação".

**Nota:12**

**EN 20:** "Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar - não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes - a cultura e as culturas do homem, no sentido pleno e amplo que estes termos têm na Constituição 'Gaudium et Spes', a partir sempre da pessoa e fazendo continuamente apelo para as relações das pessoas entre si e com Deus.

O Evangelho, e conseqüentemente a evangelização, não se identificam por certo com a cultura, e são independentes em relação a todas as culturas. E, no entanto, o reino que o Evangelho anuncia é vivido por homens profundamente ligados a uma determinada cultura, e a edificação do reino não pode deixar de servir-se de elementos da cultura e das culturas humanas. O Evangelho e a evangelização independentes em relação às culturas, não são necessariamente incompatíveis com elas, mas suscetíveis de as impregnar a todas sem se escravizar a nenhuma delas.

A ruptura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Assim, importa envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou mais exatamente das culturas. Estas devem ser regeneradas mediante o impacto da Boa Nova. Mas um tal encontro não virá a dar-se se a Boa Nova não for proclamada".

**Nota:13**

**EN 24:** "Finalmente, aquele que foi evangelizado, por sua vez, evangeliza. Está nisso o teste de verdade, a pedra-de-toque da evangelização: não se pode conceber uma pessoa que tenha acolhido a Palavra e se tenha entregado ao reino sem se tornar alguém que testemunha e, por seu turno, anuncia essa Palavra.

Ao terminar estas considerações sobre o sentido da evangelização, importa formular uma última observação, que consideramos esclarecedora para as reflexões que se seguem.

A evangelização, por tudo o que dissemos, é uma diligência complexa, em que há variados elementos: renovação da humanidade, testemunho, anúncio explícito, adesão do coração, entrada na comunidade, aceitação dos sinais e iniciativas de apostolado.

Estes elementos, na aparência, podem afigurar-se contrastantes. Na realidade, porém, eles são complementares e reciprocamente enriquecedores uns dos outros. É necessário encarar sempre cada um deles na sua integração com os demais. Um dos méritos do recente Sínodo foi precisamente o de nos ter repetido constantemente o convite para unificar estes mesmos elementos, e não fazer com que se oponham entre si, a fim de se ter a plena compreensão da atividade evangelizadora da Igreja.

É esta visão global que nós intentamos apresentar seguidamente, examinando o conteúdo da evangelização, os meios para evangelizar e precisando a quem se destina o anúncio evangélico e a quem é que incumbe hoje esta tarefa de evangelizar".

**Nota:14**

**At 1,8:** "Mas o Espírito Santo descerá sobre vocês, e dele receberão força para serem as minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria, e até os extremos da terra".



**Nota:15**

**Jl 3,1-3:** “Depois disso, derramarei o meu espírito sobre todos os viventes, e os filhos e filhas de vocês se tornarão profetas; entre vocês, os velhos terão sonhos e os jovens terão visões! Nesses dias, até sobre os escravos e escravas derramarei o meu espírito! Farei prodígios no céu e na terra: sangue, fogo e colunas de fumaça”.

**Nota:16**

**Rm 8:** “Agora, porém, já não existe nenhuma condenação para aqueles que estão em Jesus Cristo. A lei do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, nos libertou da lei do pecado e da morte. Deus tornou possível aquilo que para a Lei era impossível, porque os instintos egoístas a tornaram impotente. Ele enviou seu próprio Filho numa condição semelhante à do pecado, em vista do pecado, e assim condenou o pecado na sua carne mortal. Deus fez isso para que a justiça exigida pela Lei se realizasse em nós, que vivemos segundo o Espírito e não sob o domínio dos instintos egoístas. Os que vivem segundo os instintos egoístas inclinam-se para os instintos egoístas; mas os que vivem segundo o Espírito inclinam-se para aquilo que é próprio do Espírito. Os desejos dos instintos egoístas levam à morte; enquanto os desejos do Espírito levam para a vida e a paz. De fato, os desejos dos instintos egoístas estão em revolta contra Deus, porque não se submetem à lei de Deus; e nem mesmo o podem, porque os que vivem segundo os instintos egoístas não podem agradar a Deus. Uma vez que o Espírito de Deus habita em vocês, vocês já não estão sob o domínio dos instintos egoístas, mas sob o Espírito, pois quem não tem o Espírito de Cristo não pertence a ele. Se Cristo está em vocês, o corpo está morto por causa do pecado, e o Espírito é vida por causa da justiça. Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dos mortos habita em vocês, aquele que ressuscitou Cristo dos mortos dará a vida também para os corpos mortais de vocês, por meio do seu Espírito que habita em vocês.

Portanto, irmãos, nós somos devedores, mas não dos instintos egoístas para vivermos de acordo com eles. Se vocês vivem segundo os instintos egoístas, vocês morrerão; mas se com a ajuda do Espírito fazem morrer as obras do corpo, vocês viverão. Todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. E vocês não receberam um Espírito de escravos para recair no medo, mas receberam um Espírito de filhos adotivos, por meio do qual clamamos: Abba! Pai! O próprio Espírito assegura ao nosso espírito que somos filhos de Deus. E se somos filhos, somos também herdeiros: herdeiros de Deus, herdeiros junto com Cristo, uma vez que, tendo participado dos seus sofrimentos, também participaremos da sua glória. Penso que os sofrimentos do momento presente não se comparam com a glória futura que deverá ser revelada em nós. A própria criação espera com impaciência a manifestação dos filhos de Deus. Entregue ao poder do nada - não por sua própria vontade, mas por vontade daquele que a submeteu -, a criação abriga a esperança, pois ela também será liberta da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus. Sabemos que a criação toda geme e sofre dores de parto até agora. E não somente ela, mas também nós, que possuímos os primeiros frutos do Espírito, gememos no íntimo, esperando a adoção, a libertação para o nosso corpo. Na esperança, nós já fomos salvos. Ver o que se espera já não é esperar: como se pode esperar o que já se vê? Mas, se esperamos o que não vemos, é na perseverança que o aguardamos. Do mesmo modo, também o Espírito vem em auxílio da nossa fraqueza, pois nem sabemos o que convém pedir; mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis. E aquele que sonda os corações sabe quais são os desejos do Espírito, pois o Espírito intercede pelos cristãos de acordo com a vontade de Deus. Sabemos que todas as coisas concorrem para o bem dos que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o projeto dele. Aqueles que Deus antecipadamente conheceu, também os predestinou a serem conformes à imagem do seu Filho, para que este seja o primogênito entre muitos irmãos. E aqueles que Deus predestinou, também os chamou. E aos que chamou, também os tornou justos. E aos que tornou justos, também os glorificou. O que nos resta dizer? Se Deus está a nosso favor, quem estará contra nós? Ele não poupou seu próprio Filho, mas o entregou por todos nós. Como não nos dará também todas as coisas junto com o seu Filho? Quem acusará os escolhidos de Deus? É Deus quem torna justo! Quem condenará? Jesus Cristo? Ele que morreu, ou melhor, que ressuscitou, que está à direita de Deus e intercede por nós? Quem nos poderá separar do amor de Cristo? A tribulação, a angústia, a perseguição, a fome, a nudez, o perigo, a espada? Como diz a Escritura: ‘Por tua causa somos postos à morte o dia todo, somos considerados como ovelhas destinadas ao matadouro’. Mas, em todas essas coisas somos mais do que vencedores por meio daquele que nos amou. Estou convencido de que nem a morte nem a vida, nem os anjos nem os principados, nem o presente nem o futuro, nem os poderes nem as forças das alturas ou das profundidades, nem qualquer outra criatura, nada nos poderá separar do amor de Deus, manifestado em Jesus Cristo, nosso Senhor”.

**Nota:17**

**1Cor 12,3:** “Por isso, eu declaro a vocês que ninguém, falando sob a ação do Espírito de Deus, jamais poderá dizer: ‘Maldito Jesus!’ E ninguém poderá dizer: ‘Jesus é o Senhor!’ a não ser sob a ação do Espírito Santo”.

**Nota:18**

**EN 15:** “Quem quer que releia no Novo Testamento as origens da Igreja e queira acompanhar passo a passo a sua história e, enfim, a examine em sua vida e ação, verá que ela se acha vinculada à evangelização naquilo que ela tem de mais íntimo.

- A Igreja nasce da ação evangelizadora de Jesus e dos doze. Ela é o fruto normal, querido, o mais imediato e o mais visível dessa evangelização: ‘Ide, pois, ensinai todas as gentes’. Ora ‘aqueles que acolheram a Palavra foram batizados, e naquele dia agregaram-se a eles umas três mil pessoas... E o Senhor ia aumentando todos os dias os que eram salvos’.

- Nascida da missão, pois, a Igreja é por sua vez enviada por Jesus, a Igreja fica no mundo quando o Senhor da glória volta para o Pai. Ela fica aí como um sinal, a um tempo opaco e luminoso, de uma nova presença de Jesus, sacramento da sua partida e da sua permanência. Ela prolonga-o e continua-o. Ora, é exatamente toda a sua missão e a sua condição de evangelizador, antes de mais nada, que ela é chamada a continuar. A comunidade dos cristãos, realmente, nunca é algo fechado sobre si mesmo. Nela, a vida íntima – vida de oração, ouvir a Palavra e o ensino dos apóstolos, caridade fraterna vivida e fração do pão – não adquire todo o seu sentido senão quando ela se torna testemunha, a provocar a admiração e a conversão e se desenvolve na pregação e no anúncio da Boa Nova. Assim, é a Igreja toda que recebe a missão de evangelizar, e a atividade de cada um é importante para o todo.

- Evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma. Comunidade de crentes, comunidade de esperança vivida e comunicada, comunidade de amor fraterno, ela tem necessidade de ouvir sem cessar aquilo que ela deve acreditar, as razões da sua esperança e o mandamento novo do amor. Povo de Deus imerso no mundo, e não raro tentado pelos ídolos, ela precisa ouvir, incessantemente, proclamar as grandes obras de Deus, que a converteram para o Senhor; precisa sempre ser convocada e reunida de novo por ele. É o mesmo que dizer, numa palavra, que ela tem sempre necessidade de ser evangelizada, se quiser conservar vigor, alento e força para anunciar o Evangelho. O Concílio Vaticano II recordou e depois o Sínodo de 1974 retomou com vigor este mesmo tema: a Igreja que se evangeliza por uma conversão e uma renovação constantes, a fim de evangelizar o mundo com credibilidade.

- A Igreja é depositária da Boa Nova que há de ser anunciada. As promessas da nova aliança em Jesus Cristo, os ensinamentos do Senhor e dos apóstolos, a Palavra da vida, as fontes da graça e da benignidade de Deus, o caminho da salvação, tudo isso lhe foi confiado. É o conteúdo do Evangelho e, por conseguinte, da evangelização, que ela guarda como um depósito vivo e precioso, não para manter escondido, mas sim para o comunicar.

- Enviada e evangelizadora, a Igreja envia também ela próprios evangelizadores. É ela que coloca em seus lábios a Palavra que salva, que lhes explica a mensagem de que ela mesma é depositária, que lhes confere o mandato que ela própria recebeu e que, enfim, os envia a pregar. E a pregar, não as suas próprias pessoas ou as suas idéias pessoais, mas sim um Evangelho do qual nem eles nem ela são senhores e proprietários absolutos, para dele disporem a seu bel-prazer, mas de que são os ministros para o transmitir com a máxima fidelidade”.

#### Nota:19

**Puebla 348:** “A missão evangelizadora é de todo o povo de Deus. Esta é sua vocação primordial, ‘sua identidade mais profunda’ (EN 14). É a sua felicidade. O povo de Deus com todos os seus membros, instituições e planos existe para evangelizar. O dinamismo do Espírito de Pentecostes anima-o e envia-o a todos os povos. Nossas Igrejas particulares não de escutar, com renovado entusiasmo, o mandato do Senhor: ‘Ide, pois, e fazei discípulos meus todos os povos’ (Mt 28,19)”.

**EN 59-73:** “59. Se há homens que proclamam no mundo o Evangelho da salvação, fazem-no por ordem, em nome e com a graça de Cristo Salvador. ‘E como não de pregar, se não forem enviados?’ - escrevia aquele que foi, sem dúvida alguma, um dos maiores evangelizadores. Ninguém, pois, pode fazer isso se não for enviado.

Mas, então quem é que tem a missão de evangelizar? O Concílio Vaticano II respondeu claramente a esta pergunta: ‘Por mandato divino, incumbe à Igreja o dever de ir por todo o mundo e pregar o Evangelho a toda criatura’. E em outro texto o mesmo Concílio diz ainda: ‘Toda a Igreja é missionária, a obra da evangelização é um dever fundamental do povo de Deus’.

Já recordamos esta ligação íntima entre a Igreja e a evangelização. Quando a Igreja anuncia o reino de Deus e o edifica, insere-se a si própria no âmago do mundo, como sinal e instrumento desse reino que já é e que já vem. O mesmo Concílio referiu com acerto, as palavras bem significativas de Santo Agostinho, sobre a ação missionária dos doze: ‘pregaram a palavra da verdade e geraram as Igrejas’.

**60.** O fato de a Igreja ser enviada e mandada para a evangelização do mundo, é uma observação que deveria despertar em nós uma dupla convicção.

A primeira é a seguinte: evangelizar não é para quem quer que seja um ato individual e isolado, mas profundamente eclesial. Assim, quando o mais obscuro dos pregadores, dos catequistas ou dos pastores, no rincão mais remoto, prega o Evangelho, reúne a sua pequena comunidade, ou administra um sacramento, mesmo sozinho, ele realiza um ato de Igreja e o seu gesto está certamente conexo, por relações institucionais, como também por vínculos invisíveis e por raízes recônditas da ordem da graça, à atividade evangelizadora de toda a Igreja. Isto pressupõe, porém, que ele age, não por uma missão pessoal que se atribuisse a si próprio, ou por uma inspiração pessoal, mas em união com a missão da Igreja e em nome da mesma.

Daí a segunda convicção: se cada um evangeliza em nome da Igreja, o que ela mesma faz em virtude de um mandato do Senhor, nenhum evangelizador é o senhor absoluto da sua ação evangelizadora, dotado de um poder discricionário para realizar segundo critérios e perspectivas individualistas tal obra, mas em comunhão com a Igreja e com os seus pastores.

A Igreja é ela toda inteiramente evangelizadora, como frisamos acima. Ora isso quer dizer que, para o conjunto do mundo e para cada parcela do mundo onde ela se encontra, a Igreja se sente responsável pela missão de difundir o Evangelho.

**61.** Chegados a este ponto da nossa reflexão, queremos deter-nos um pouco, convosco, irmãos e filhos, sobre uma questão particularmente importante nos nossos dias.

Nas suas celebrações litúrgicas, no seu testemunho diante dos juizes e dos carrascos e nos seus escritos apologéticos, os primeiros cristãos exprimiam com convicção a sua fé profunda na Igreja e designavam-na como espalhada por todo o universo. É que eles tinham a consciência plena de fazer parte de uma grande comunidade que nem o espaço nem o tempo poderiam delimitar: ‘Desde o justo Abel até o último dos eleitos’, ‘até as extremidades da terra’, ‘até o fim do mundo’.

Foi assim que o Senhor quis a sua Igreja: universal, uma grande árvore de modo que as aves do céu venham abrigar-se nos seus ramos, rede que recolhe toda espécie de peixes ou que Pedro retira cheia de cento e cinquenta e três grandes peixes, rebanho que um só pastor apascenta; Igreja universal, sem limites nem fronteiras, a não ser, infelizmente, as do coração e do espírito do homem pecador.

**62.** Entretanto, esta Igreja universal encarna-se de fato nas Igrejas particulares; e estas são constituídas concretamente por esta ou aquela porção da humanidade, que fala uma determinada linguagem e é tributária de certa herança cultural, de uma visão do mundo, de um passado histórico e, enfim, de um substrato humano específico. A abertura para as riquezas da Igreja particular corresponde a uma sensibilidade especial do homem contemporâneo.

Guardemo-nos bem, no entanto, de conceber a Igreja universal como sendo o somatório, ou, se se preferir dizê-lo, a federação mais ou menos anômala de Igrejas particulares essencialmente diversas. No pensamento do Senhor é a Igreja, universal por vocação e por missão, que, ao lançar as suas raízes na variedade dos terrenos culturais, sociais e humanos, se reveste em cada parte do mundo de aspectos e expressões exteriores diversos.

Assim, toda aquela Igreja particular que se separasse voluntariamente da Igreja universal perderia a sua referência ao desígnio de Deus e se empobreceria na sua dimensão eclesial. Mas, por outro lado, uma Igreja 'toto urbe diffusa' (espalhada por todo o mundo) tornar-se-ia uma abstração se ela não tomasse corpo e vida precisamente através das Igrejas particulares. Só uma atenção constante aos dois pólos da Igreja nos permitirá aperceber-nos da riqueza desta relação entre Igreja universal e Igrejas particulares.

**63.** As Igrejas particulares profundamente amalgamadas não apenas com as pessoas, como também com as aspirações, as riquezas e as limitações, as maneiras de orar, de amar, de encarar a vida e o mundo, que caracterizam este ou aquele aglomerado humano, têm o papel de assimilar o essencial da mensagem evangélica, de a transpor, sem a mínima traição à sua verdade essencial, para a linguagem que esses homens compreendam e, em seguida, de a anunciar nessa mesma linguagem.

Uma tal transposição há de ser feita com o discernimento, a seriedade, o respeito e a competência que a matéria exige, no campo das expressões litúrgicas, como de igual modo no que se refere à catequese, à formulação teológica, às estruturas eclesiais secundárias e aos ministérios. E aqui linguagem deve ser entendida menos no aspecto semântico ou literário do que naquele aspecto que se pode chamar antropológico e cultural.

O problema é, sem dúvida, delicado. A evangelização perderia algo da sua força e da sua eficácia se, porventura, não tomasse em consideração o povo concreto a que se dirige, não utilizasse a sua língua, os seus sinais e símbolos; depois, não responderia também aos problemas que esse povo apresenta, nem atingiria a sua vida real. De outro lado, a evangelização correria o risco de perder a sua força e de se desvanecer se fosse despojada ou fosse deturpada quanto ao seu conteúdo, sob o pretexto de a traduzir melhor; o mesmo sucederia, se ao querer adaptar uma realidade universal a um espaço determinado, se sacrificasse essa realidade ou se destruísse a unidade, sem a qual já não subsiste a universalidade. Ora, sendo assim, só uma Igreja que conserva a consciência da sua universalidade e demonstra de fato ser universal, pode ter uma mensagem capaz de ser entendida por todos, passando por cima de demarcações regionais.

Uma legítima atenção para com as Igrejas particulares não pode senão vir a enriquecer a Igreja. Tal atenção, aliás, é indispensável e urgente. Ela corresponde às aspirações mais profundas dos povos e das comunidades humanas, a descobrirem cada vez mais a sua fisionomia própria.

**64.** Esse enriquecimento, porém, exige que as Igrejas particulares mantenham a sua abertura profunda para a Igreja universal. É bem que seja realçado, de resto, que os cristãos mais simples, mais fiéis ao Evangelho e mais abertos ao verdadeiro sentido da Igreja, são aqueles que têm uma sensibilidade absolutamente espontânea em relação a esta dimensão universal; eles sentem, instintiva e vigorosamente, a necessidade dela; reconhecem-se nela com facilidade, vibram com ela e sofrem no mais íntimo do seu ser quando, em nome de teorias que eles não compreendem, se vêem constrangidos numa Igreja desprovida dessa universalidade, Igreja regionalista e sem horizontes.

Conforme a história demonstra, aliás, sempre que esta ou aquela Igreja particular, algumas vezes com as melhores intenções e baseando-se em argumentos teológicos, sociológicos, políticos ou pastorais, ou mesmo no desejo de certa liberdade de movimentos ou de ação, se desligou da Igreja universal e do seu centro vivo e visível, essa Igreja só muito dificilmente escapou - se é que escapou - de dois perigos igualmente graves: o perigo, de um lado, do isolacionismo estiolante, e depois, em breve tempo, da desagregação, com cada uma das suas células a separar-se dela, como ela própria se separou do núcleo central; e de outro lado, o perigo de perder a sua liberdade, uma vez que, desligada do centro e das outras Igrejas que lhe comunicavam vigor e energia, ela se veio a encontrar sozinha, à mercê das mais variadas forças de escravização e de exploração.

Quanto mais uma Igreja particular estiver ligada, por vínculos sólidos de comunhão, à Igreja universal - na caridade e na lealdade, na abertura para o magistério de Pedro, na unidade da 'lex orandi' (norma da oração), que é também a 'lex credendi' (norma para crer), e no cuidado pela unidade com todas as demais Igrejas que compõem a universalidade - tanto mais essa Igreja estará em condições de traduzir o tesouro da fé na legítima variedade das expressões da profissão de fé, da oração e do culto, da vida e do comportamento cristão e do influxo irradiante do povo em que a mesma fé se acha inserida. E, além disso, mais ela será verdadeiramente evangelizadora, ou seja, capaz de ir beber no patrimônio universal para fazer com que dele aproveite esse seu povo; e, depois, capaz de comungar com a Igreja universal a experiência e a vida desse mesmo povo, para benefício de todos.

**65.** Neste sentido, precisamente, houvermos por bem dizer uma palavra clara e repassada de afeto paterno, na altura do encerramento das sessões do Sinodo, insistindo sobre a função do sucessor de São Pedro como princípio visível, vivo e dinâmico da unidade entre as Igrejas e, por conseguinte, da universalidade da única Igreja. Insistíamos também na mesma ocasião na grave responsabilidade que sobre nós incumbe, mas que nós compartilhamos com os nossos irmãos no episcopado, de manter inalterável o conteúdo da fé católica que o Senhor confiou aos apóstolos: traduzido em todas as linguagens, este conteúdo nunca há de sofrer amputações ou ser mutilado; mas sim, revestido pelos símbolos próprios de cada povo, explicitado com as expressões teológicas que têm em conta os meios culturais, sociais e até mesmo raciais diversos, ele deve permanecer o conteúdo da fé católica tal como o magistério eclesial o recebeu e o transmite.

**66.** Toda a Igreja, portanto, é chamada a evangelizar; nela existem, porém, diferentes tarefas evangelizadoras que hão de ser desempenhadas. Tal diversidade de serviços na unidade da mesma missão é que constitui a riqueza e a beleza da evangelização. Passamos a recordar, em breves palavras, essas tarefas.

Queremos, antes de mais nada, assinalar nas páginas do Evangelho o encarecimento com que o Senhor confia aos apóstolos a função de anunciar a Palavra. Ele próprio os escolheu, formou-os durante os diversos anos de convivência, constituiu-os e deu-lhes o mandato para serem testemunhas e mestres autorizados da mensagem da salvação. E os doze, por sua vez, enviaram os seus sucessores que continuam a pregar a Boa Nova, atendo-se à linha apostólica.

**67.** O sucessor de Pedro é assim, pela vontade de Cristo, encarregado do ministério preeminente de ensinar a verdade revelada. O Novo Testamento apresenta-nos por várias vezes Pedro 'cheio do Espírito Santo' a tomar a palavra em nome de todos. E precisamente por isso que São Leão Magno fala dele como sendo aquele que mereceu ter o primado do apostolado. É por isso, ainda, que a voz da Igreja nos mostra o Papa 'no vértice - in apice, in specula - do apostolado'. O Concílio Vaticano II houve por bem reafirmar isso mesmo, quando

declarou que 'o mandamento de Cristo de pregar o Evangelho a toda criatura (cf. Mc 16,15) compete primária e imediatamente aos bispos, com Pedro e sob Pedro'.

O poder pleno, supremo e universal que Cristo confia ao seu Vigário para o governo pastoral da sua Igreja, acha-se, especialmente, portanto, na atividade de pregar e de mandar pregar a Boa Nova da salvação, que o Papa exerce.

68. Unidos ao sucessor de Pedro, os bispos, sucessores dos apóstolos, recebem pela virtude da ordenação episcopal, a autoridade para ensinar na Igreja a verdade revelada. Eles são os mestres da fé.

Aos bispos são associados no ministério da evangelização, como responsáveis por um título especial, aqueles que, por fora da ordenação sacerdotal, agem em nome de Cristo, dado que são, enquanto educadores do povo de Deus na fé, pregadores, ao mesmo tempo que ministros da eucaristia e dos outros sacramentos.

Todos nós, portanto, enquanto pastores, somos convidados a tomar consciência, mais do que qualquer outro membro da Igreja, deste dever. Aquilo que constitui a singularidade do nosso serviço sacerdotal, aquilo que dá unidade profunda às mil e uma tarefas que nos solicitam ao longo do dia e da nossa vida, aquilo, enfim, que confere às nossas atividades uma nota específica, é essa finalidade presente em todo o nosso agir: 'anunciar o Evangelho de Deus'.

Está nisso um traço bem vincado da nossa identidade, que dúvida alguma jamais haveria de fazer desvanecer, que nunca objeção alguma deveria eclipsar. Como pastores, nós fomos escolhidos pela misericórdia do supremo Pastor, apesar da nossa insuficiência, para proclamar com autoridade a Palavra de Deus, para reunir o povo de Deus que andava disperso, para alimentar este mesmo povo com os sinais da ação de Cristo que são os sacramentos, para o encaminhar para a via da salvação, para o manter naquela unidade de que nós somos, em diferentes planos, instrumentos ativos e vivos, para animar constantemente esta comunidade congregada em torno de Cristo na linha da sua vocação mais íntima. E sempre que nós, na medida das nossas limitações, perfazemos tudo isso, é uma obra de evangelização aquilo que nós de fato realizamos. Nós, com o Pastor da Igreja universal, os nossos irmãos bispos à frente das suas Igrejas particulares e os sacerdotes e diáconos unidos aos seus próprios bispos, de quem são os colaboradores, por uma comunhão que tem a sua origem no sacramento da ordem e na caridade da Igreja.

69. Os religiosos, por sua vez, têm na sua vida consagrada um meio privilegiado de evangelização eficaz. Pelo mais profundo do seu ser, eles se situam de fato no dinamismo da Igreja, sequiosa do Absoluto de Deus e chamada à santidade. É dessa santidade que dão testemunho. Eles encarnam a Igreja desejosa de se entregar ao radicalismo das bem-aventuranças. Eles são, enfim, pela sua mesma vida, sinal de uma total disponibilidade para Deus, para a Igreja e para os irmãos. E em tudo isso, portanto, têm os religiosos uma importância especial no quadro de testemunho que, conforme frisamos anteriormente, é primordial na evangelização.

Este seu testemunho silencioso, de pobreza e de despojamento, de pureza e de transparência, de entrega à obediência, pode tornar-se, ao mesmo tempo, uma interpelação para o mundo e para a própria Igreja, uma pregação eloqüente, capaz de tocar o coração mesmo dos não-cristãos de boa vontade, sensíveis a certos valores.

Com uma tal perspectiva, fácil se torna adivinhar o papel desempenhado na evangelização pelos religiosos e pelas religiosas consagrados à oração, ao silêncio, à penitência e o sacrifício. Outros religiosos, em grande número, dedicam-se diretamente ao anúncio de Cristo. A sua ação missionária dependerá, evidentemente, da hierarquia e deve ser coordenada com a pastoral que a mesma hierarquia deseja pôr em prática. Mas, quem é que não avalia a imensa quota-parte com que eles têm contribuído e continuam a contribuir para a evangelização? Graças à sua consagração religiosa, eles são por excelência voluntários e livres para deixar tudo e ir anunciar o Evangelho até as extremidades da terra. Eles são empreendedores, e o seu apostolado é muitas vezes marcado por uma originalidade e por uma feição própria, que lhes granjeiam forçosamente admiração. Depois, eles são generosos: encontram-se com frequência nos postos de vanguarda da missão e a arrostar com os maiores perigos para a sua saúde e para a sua própria vida. Sim, verdadeiramente a Igreja deve-lhes muito!

70. Os leigos, a quem a sua vocação específica coloca no meio do mundo e à frente das mais variadas tarefas na ordem temporal, devem também eles, através disso mesmo, atuar uma singular forma de evangelização.

A sua primeira e imediata tarefa não é a instituição e o desenvolvimento da comunidade eclesial - esse é o papel específico dos pastores - mas sim, pôr em prática todas as possibilidades cristãs e evangélicas escondidas, mas já presentes e operantes, nas coisas do mundo. O campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos meios de comunicação e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quanto mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente nas mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã muitas vezes escondida e asfixiada, tanto mais essas realidades, sem nada perder ou sacrificar do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo.

71. No conjunto daquilo que é o apostolado evangelizador dos leigos, não se pode deixar de pôr em realce a ação evangelizadora da família. Nos diversos momentos da história da Igreja, ela mereceu bem a bela designação sancionada pelo Concílio Vaticano II: 'Igreja doméstica'. Isso quer dizer que, em cada família cristã, deveriam encontrar-se os diversos aspectos da Igreja inteira. Por outras palavras, a família, como a Igreja, tem por dever ser um espaço onde o Evangelho é transmitido e donde o Evangelho se irradia.

No seio de uma família que tem consciência desta missão, todos os membros da mesma família evangelizam e são evangelizados. Os pais, não somente comunicam aos filhos o Evangelho, mas podem receber deles o mesmo Evangelho profundamente vivido. E uma família assim torna-se evangelizadora de muitas outras famílias e do meio ambiente em que ela se insere. Mesmo as famílias surgidas de um matrimônio misto têm o dever de anunciar Cristo à prole, na plenitude das implicações do comum batismo; além disso, incumbem-lhes a tarefa que não é fácil, de se tornarem artífices da unidade.

72. As circunstâncias do momento convidam-nos a prestar uma atenção muito especial aos jovens. O seu aumento numérico e a sua crescente presença na sociedade e os problemas que os assediam devem despertar

em todos o cuidado de lhes apresentar, com zelo e inteligência, o ideal evangélico, a fim de eles o conhecerem e viverem. Mas, por outro lado, é necessário que os jovens, bem formados na fé e na oração, se tornem cada vez mais os apóstolos da juventude. A Igreja põe grandes esperanças na sua generosa contribuição nesse sentido; e nós próprio, em muitas ocasiões, temos manifestado a plena confiança que nutrimos em relação aos mesmos jovens.

**73.** Assim, a presença ativa dos leigos nas realidades temporais assume toda a sua importância. No entanto, é preciso não descurar ou não deixar no esquecimento outra dimensão: os leigos podem também sentir-se chamados, ou vir a ser chamados, para colaborar com os próprios pastores no serviço da comunidade eclesial, para o crescimento e a vida da mesma, pelo exercício dos ministérios muito diversificados, segundo a graça e os carismas que o Senhor houver por bem depositar neles.

Não é sem experimentar intimamente uma grande alegria que nós vemos uma legião de pastores, religiosos e leigos, apaixonados pela sua missão evangelizadora, a procurarem formas mais adaptadas para anunciar eficazmente o Evangelho; e encorajamos a abertura que, nessa linha e com essa preocupação, a Igreja demonstra ter alcançado nos dias de hoje. Abertura para a reflexão, em primeiro lugar; e depois, abertura para ministérios eclesiais suscetíveis de rejuvenescer e de reforçar o seu próprio dinamismo evangelizador.

É certo que, ao lado dos ministérios ordenados, graças aos quais alguns fiéis são colocados na ordem dos pastores e passam a consagrar-se de maneira particular ao serviço da comunidade, a Igreja reconhece também o lugar de ministérios não-ordenados, e que são aptos para assegurar um especial serviço à mesma Igreja.

Um relance sobre as origens da Igreja é muito elucidativo e fará com que se beneficie de uma antiga experiência nesta matéria dos ministérios, experiência que se apresenta válida, dado que ela permitiu à Igreja consolidar-se, crescer e expandir-se. O atender assim às fontes, deve ser completado ainda pela atenção às necessidades atuais da humanidade e da mesma Igreja. Ir beber nestas fontes sempre inspiradoras, e nada sacrificar destes valores, mas saber adaptar-se às exigências e às necessidades atuais, constituem a base sobre a qual há de assentar a busca sábia e colocar na devida luz os ministérios de que a Igreja precisa e que bom número dos seus membros deverão assumir para uma maior vitalidade da comunidade eclesial.

Tais ministérios virão a ter um verdadeiro valor pastoral na medida em que se estabelecerem com um respeito absoluto da unidade e aproveitando-se da orientação dos pastores, que são precisamente os responsáveis e os artífices da mesma unidade da Igreja.

Tais ministérios, novos na aparência, mas muito ligados a experiências vividas pela Igreja ao longo da sua existência - por exemplo, os de catequistas, de animadores da oração e do canto, de cristãos devotados ao serviço da Palavra de Deus ou à assistência aos irmãos em necessidade, ou ainda os de líderes de pequenas comunidades, de responsáveis por movimentos apostólicos, ou outros animadores - são preciosos para a implantação, para a vida e para o crescimento da Igreja e para a sua capacidade de irradiar a própria mensagem à sua volta e para aqueles que estão distantes. Nós somos devedores também da nossa estima particular a todos os leigos que aceitam consagrar uma parte do seu tempo, das suas energias e, às vezes, mesmo a sua vida toda a serviço das missões.

Para todos os agentes da evangelização é necessária uma preparação séria; e é necessária, de modo muito particular, para aqueles que se dedicam ao ministério da Palavra. Animados pela convicção, incessantemente aprofundada, da nobreza e da riqueza da Palavra de Deus, aqueles que têm a missão de a transmitir devem dedicar a maior atenção à dignidade, à precisão e à adaptação da sua linguagem. Todos sabem que a arte de falar se reveste, hoje, de uma grandíssima importância. E como poderiam então os pregadores e os catequistas descurá-la?

Nós auspiciamos vivamente que, em todas as Igrejas particulares, os bispos velem pela formação adequada de todos os ministros da Palavra. Essa preparação séria fará aumentar neles a indispensável segurança, como também o entusiasmo para anunciar nos dias de hoje Jesus Cristo".

**Nota:20**

**Puebla 338:** "A Igreja tem obrigação de pôr em relevo este aspecto integral da evangelização, primeiro pela constante revisão de sua própria vida e depois pelo anúncio fiel e pela denúncia profética. Para que tudo isso se faça de acordo com o espírito de Cristo, devemos exercitar-nos no discernimento das situações e dos chamados concretos que o Senhor faz em cada tempo. Isto exige atitude de conversão e de abertura e um sério compromisso com aquilo que foi reconhecido como autenticamente evangélico".

**Puebla 349:** "A Igreja converte-se cada dia à palavra da verdade. Segue pelos caminhos da história a Cristo encarnado, morto e ressuscitado e faz-se seguidora do Evangelho para transmiti-lo aos homens, com plena fidelidade".

**Nota:21**

**EN 77:** "A força da evangelização virá a encontrar-se muito diminuída se aqueles que anunciam o Evangelho estiverem divididos entre si, por toda a espécie de rupturas. Não residirá nisso uma das grandes adversidades da evangelização nos dias de hoje? Na realidade, se o Evangelho que nós pregamos se apresenta vulnerado por querelas doutrinárias, polarizações ideológicas, ou condenações recíprocas entre cristãos, ao capricho das suas maneiras de ver diferentes acerca de Cristo e acerca da Igreja e mesmo por causa das suas concepções diversas da sociedade e das instituições humanas, como não haveriam aqueles a quem a nossa pregação se dirige vir a encontrar-se perturbados, desorientados, se não escandalizados?

O testamento espiritual do Senhor diz-nos que a unidade entre os fiéis que o seguem, não somente é a prova de que nós somos seus, mas também a prova de que ele foi enviado pelo Pai, critério de credibilidade dos mesmos cristãos e do próprio Cristo.

Como evangelizadores, nós devemos apresentar aos fiéis de Cristo, não já a imagem de homens divididos e separados por litígios que nada edificam, mas sim a imagem de pessoas amadurecidas na fé, capazes de se encontrar para além de tensões que se verifiquem, graças à procura comum, sincera e desinteressada da verdade. Sim, a sorte da evangelização anda, sem dúvida, ligada ao testemunho de unidade dado pela Igreja. Nisto há de ser vista uma fonte de responsabilidade, como também de reconforto.

Quanto a este ponto, nós quereríamos insistir sobre o sinal da unidade entre todos os cristãos, como via e instrumento da evangelização. A divisão dos cristãos entre si é um estado de fato grave, que chega a afetar a própria obra de Cristo. O Concílio Vaticano II afirma, com acerto e com firmeza, que ela 'prejudica a santíssima causa de pregar o Evangelho a toda criatura e fecha a muitos o acesso à fé'. Por isso mesmo, ao proclamar o



Ano Santo consideramos necessário recordar a todos os fiéis do mundo católico que 'a reconciliação de todos os homens, com Deus, nosso Pai, pressupõe o estabelecimento da comunhão plena entre aqueles que já reconheceram e acolheram, pela fé, Jesus como o Senhor da misericórdia, que liberta todos os homens e os une no Espírito de amor e de verdade'.

É com um grande sentimento de esperança que nós vemos os esforços que estão sendo orientados ao mundo cristão para tal recomposição da plena unidade querida por Cristo. E São Paulo assegura-nos que 'a esperança não desilude'.

Assim, ao mesmo tempo que continuamos trabalhando a fim de obter do Senhor a plena unidade, queremos que se intensifique a oração nesse mesmo sentido. Ademais fazemos nosso o voto dos padres da terceira Assembléia Geral do Sinodo dos Bispos, isto é, que se colabore com maior empenho com os irmãos cristãos, com os quais não estamos ainda unidos por uma comunhão perfeita, baseando-se sobre o fundamento do batismo e sobre o patrimônio de fé que é de todos, para dar daqui por diante um mais amplo testemunho comum de Cristo diante do mundo. A isso nos impele o mandamento do Cristo, exige-o a obra de pregar e de dar testemunho do Evangelho".

**Nota:22**

**Jo 17,21:** "para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste".

**Nota:23**

**EN 80:** "Um outro apelo nosso, aqui neste ponto inspira-se no fervor que se pode observar sempre na vida dos grandes pregadores e evangelizadores, que se consagraram ao apostolado. Entre estes, apraz-nos realçar, particularmente, aqueles que, no decorrer deste Ano Santo, nós tivemos a dita de propor à veneração dos fiéis. Eles souberam superar muitos obstáculos que se opunham à evangelização.

De tais obstáculos, que são também dos nossos tempos, limitar-nos-emos a assinalar a falta de fervor, tanto mais grave por isso mesmo que provém de dentro, do interior de quem a experimenta. Essa falta de fervor manifesta-se no cansaço e na desilusão, na acomodação e no desinteresse e, sobretudo, na falta de alegria e de esperança em numerosos evangelizadores. E assim, nós exortamos todos aqueles que, por qualquer título e em alguma escala, têm a tarefa de evangelizar, a alimentarem sempre o fervor espiritual.

Este fervor exige, antes de mais nada, que nós saibamos banir os álibis que pretendessem opor-se à evangelização. Os mais insidiosos são certamente aqueles para os quais se presume encontrar um apoio neste ou naquele ensinamento do Concílio.

É assim que se ouve dizer, com muita frequência, sob diversas formas: impor uma verdade, ainda que seja a verdade do Evangelho; impor um caminho, ainda que seja o da salvação, não pode ser senão uma violência à liberdade religiosa. De resto, acrescenta-se ainda: Para que anunciar o Evangelho, uma vez que todas as pessoas são salvas pela retidão do coração? E sabe-se bem, além disso, que o mundo e a história estão cheios de sementes da Palavra: Não será, pois, uma ilusão pretender levar o Evangelho onde ele já se encontra, nestas sementes que o próprio Senhor aí lançou?

Quem quer que se dê ao trabalho de aprofundar, nos mesmos documentos conciliares, os problemas em base aos quais esses álibis são formulados, de maneira demasiado superficial, encontrará uma visão totalmente diversa da realidade.

É claro que seria certamente um erro impor qualquer coisa à consciência dos nossos irmãos. Mas propor a essa consciência a verdade evangélica e a salvação em Jesus Cristo, com absoluta clareza e com todo o respeito pelas opções livres que essa consciência fará - e isso, sem pressões coercitivas, sem persuasões desonestas e sem aliciá-la com estímulos menos retos - longe de ser um atentado à liberdade religiosa, é uma homenagem a essa liberdade, à qual é proporcionado escolher um caminho que mesmo os não-crentes reputam nobre e exaltante. Será então um crime contra a liberdade do outro proclamar com alegria uma Boa Nova que se recebeu primeiro, pela misericórdia do Senhor? Ou por que, então, só a mentira e o erro, a degradação e a pornografia, teriam o direito de serem propostos e com insistência, infelizmente, pela propaganda destrutiva dos meios de comunicação, pela tolerância das legislações, pelo acanhamento dos bons e pelo atrevimento dos maus? Esta maneira respeitosa de propor Cristo e o seu reino, mais do que um direito, é um dever do evangelizador. E é também um direito dos homens seus irmãos receber dele o anúncio da Boa Nova da salvação. Esta salvação, Deus pode realizá-la em quem ele quer por vias extraordinárias que somente ele conhece. E entretanto, se o seu Filho veio foi precisamente para nos revelar, por sua palavra e por sua vida, os caminhos ordinários da salvação. E ele ordenou-nos transmitir aos outros essa revelação, com a sua própria autoridade.

Sendo assim, não deixaria de ter a sua utilidade que cada cristão e cada evangelizador aprofundasse na oração este pensamento: os homens poderão salvar-se por outras vias, graças à misericórdia de Deus, se nós não lhes anunciarmos o Evangelho; mas nós, poderemos salvar-nos se, por negligência, por medo ou por vergonha - aquilo que São Paulo chamava exatamente 'envergonhar-se do Evangelho' - ou por seguirmos idéias falsas, nos omitirmos de o anunciar? Isso seria, com efeito, trair o apelo de Deus que, pela voz dos ministros do Evangelho, quer fazer germinar a semente; e dependerá de nós que essa semente venha a tornar-se uma árvore e a produzir todo o seu fruto.

Conservemos o fervor do espírito, portanto; conservemos a suave e reconfortante alegria de evangelizar, mesmo quando for preciso semear com lágrimas! Que isto constitua para nós - como para João Batista, para Pedro e para Paulo, para os outros apóstolos e para uma multidão de admiráveis evangelizadores no decurso da história da Igreja - um impulso interior que ninguém nem nada possam extinguir. Que isto constitua, ainda, a grande alegria das nossas vidas consagradas. E que o mundo do nosso tempo que procura, ora na angústia, ora com esperança, possa receber a Boa Nova dos lábios, não de evangelizadores tristes e desencorajados, impacientes ou ansiosos, mas sim de ministros do Evangelho cuja vida irradie fervor, pois foram os que receberam primeiro em si a alegria de Cristo, e são aqueles que aceitaram arriscar a sua própria vida para que o Reino seja anunciado e a Igreja seja implantada no meio do mundo".

**EN 82:** "É este o voto que nós temos a alegria de colocar nas vossas mãos e no coração da Santíssima Virgem Maria, a Imaculada, neste dia que lhe é dedicado de maneira especial, e no décimo aniversário do encerramento do Concílio Vaticano II. Na manhã do Pentecostes, ela presidiu na prece ao iniciar-se da evangelização, sob a ação do Espírito Santo: que seja ela a estrela da evangelização sempre renovada, que a



Igreja, obediente ao mandato do Senhor, deve promover e realizar, sobretudo nestes tempos difíceis mas cheios de esperança!

Em nome de Cristo, nós vos abençoamos - a vós, as vossas comunidades, as vossas famílias e a todos aqueles que vos são queridos, com aquelas palavras que São Paulo dirigia aos Filipenses: 'Dou graças ao meu Deus todas as vezes que me recordo de vós, e em todas as minhas orações suplico-o sempre com alegria por todos vós, por causa da vossa cooperação no anúncio do Evangelho... Eu trago-vos no coração; vós todos que,... na defesa e estabelecimento da fé, estais associados na graça que me foi concedida. Sim! Deus me é testemunha da afeição que vos consagro a todos, no coração de Cristo Jesus'.

Dado em Roma, junto de São Pedro, no dia 8 de dezembro, solenidade da Imaculada Conceição da Bem-aventurada Virgem Maria, do ano de 1975, décimo terceiro do nosso pontificado".

#### **Nota:24**

**LG II:** "9. Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecê-lo na verdade e servi-lo na santidade.

Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si.

Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. 'Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão' (Jr 31, 31-34).

Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11, 25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus. Os fiéis renascem em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1, 23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renascem não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3, 5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2, 9-10).

Cristo é a cabeça desse povo messiânico. 'Foi entregue à morte pelos nossos pecados, mas ressuscitou, para nos tornar justos' (cf. Rm 4, 25). Seu nome reina agora gloriosamente no céu, acima de todo nome. A condição desse povo messiânico é a da dignidade e da liberdade dos filhos de Deus, em cujo coração habita, como num templo, o Espírito Santo. Sua lei é o mandamento novo: amar assim como Cristo nos amou (cf. Jo 13, 34). Seu objetivo, o reino de Deus iniciado na terra pelo próprio Deus e destinado a crescer até o fim dos séculos. Deus então o consumará com a vinda de Cristo, nossa vida (cf. Cl 3, 4) e a 'libertação da criatura da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus' (Rm 8, 21).

É verdade que o povo messiânico não reúne, de fato, todos os homens. Às vezes parece até não ser senão um grupo insignificante. Mesmo assim é princípio eficaz de unidade, esperança e salvação para todo o gênero humano. Cristo o estabeleceu na comunhão da vida, do amor e da verdade. Assumiu-o como instrumento de redenção universal e o estabeleceu como luz do mundo e sal da terra (cf. Mt 5, 13-16), enviando-o a todo o universo.

Caminhando no deserto, Israel merece, desde então, o nome de Igreja de Deus (cf. Esd 13, 1; Nm 20, 4; Dt 23, 1). Da mesma forma, o novo Israel, que caminha na história, em direção à cidade futura que não passa (cf. Hb 13, 14), pode ser chamado Igreja de Cristo (cf. Mt 16, 18), pois foi adquirido com seu sangue (cf. At 20, 28) e Cristo o cumulou de seu Espírito, dotando-o de todos os recursos necessários ao convívio social visível. Deus constituiu como Igreja a reunião de todos os que reconhecem Jesus como autor da salvação, princípio de unidade e de paz. A Igreja é assim, para todos e para cada um dos homens em particular, o sacramento visível da unidade da salvação: estende-se a todas as latitudes e penetra toda a história humana, sem deixar de transcender a todos os tempos e limites.

A Igreja se alimenta da força da graça de Deus que lhe foi prometida pelo Senhor e caminha assim através de muitas tentações e sofrimentos. Apesar da fraqueza da carne, não deixará de ser fiel a seu Senhor, como esposa digna. Renova-se constantemente sob a ação do Espírito Santo, até que chegue, através da cruz, ao dia sem ocaso da ressurreição.

**10.** O Cristo Senhor, constituído pontífice dentre os homens (cf. Hb 5, 1-5) fez do novo povo 'um reino de sacerdotes para Deus, seu Pai' (Ap 1, 6; cf. 5, 9-10). Os batizados são consagrados pela regeneração e pela unção do Espírito Santo. Todas as ações dos cristãos são como hóstias oferecidas: proclamam a força daquele que nos libertou das trevas para vivermos na sua luz admirável (cf. 1Pd 2, 4-10). Sendo assim, todos os discípulos de Cristo se oferecem como hóstia viva, santa e agradável a Deus (cf. At 2, 42-47), testemunham Cristo em toda parte e a todos que procuram dão a razão de sua esperança na vida eterna (cf. 1Pd 3, 15).

Há uma diferença de essência e não apenas de grau entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico. Contudo, ambos participam a seu modo do mesmo sacerdócio de Cristo e mantêm, por isso, estreita relação entre si. O sacerdócio ministerial, em virtude do poder sagrado que o caracteriza, visa à formação e governo do povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico em nome de Cristo e o oferece, em nome do povo. Os fiéis por sua vez, em virtude de seu sacerdócio régio, tomam parte na oblação eucarística. Exercem contudo seu sacerdócio na recepção dos sacramentos, na oração e na ação de graças, no testemunho da vida santa, na abnegação e na prática da caridade.

**11.** A índole sagrada e a constituição orgânica da comunidade sacerdotal se efetivam nos sacramentos e na prática cristã. Incorporados à Igreja pelo batismo, os fiéis recebem o caráter que os qualifica para o culto. Por outro lado, renascidos como filhos de Deus, devem professar a fé que receberam de Deus, por intermédio da Igreja.

O sacramento da confirmação os vincula ainda mais intimamente à Igreja e lhes confere de modo especial a força do Espírito Santo. Daí a obrigação maior de difundir e defender a fé, pela palavra e pelas obras, como verdadeiras testemunhas de Cristo.

Participando do sacrifício eucarístico, fonte e ápice de toda a vida cristã, os fiéis oferecem a Deus a vítima divina e se oferecem com ela. Juntamente com os ministros, cada um a seu modo, têm todos um papel específico a desempenhar na ação litúrgica, tanto na oblação como na comunhão. Alimentando-se todos com o

corpo de Cristo, demonstram de maneira concreta a unidade do povo de Deus, proclamada e realizada pelo sacramento da eucaristia.

Os fiéis que procuram o sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que lhes fizeram. Ao mesmo tempo, reconciliam-se com a Igreja, que ofenderam ao pecar e que contribuí para sua conversão pelo amor, pelo exemplo e pelas orações.

Pela sagrada unção dos enfermos e pela oração dos sacerdotes, a Igreja inteira recomenda os doentes ao Senhor, para seu alívio e salvação (cf. Tg 5, 14). Exorta-os a se unirem livremente à paixão e à morte de Cristo (cf. Rm 8, 17; Cl 1, 24; 2Tm 2, 11-12; 1Pd 4, 13), dando assim sua contribuição para o bem do povo de Deus. Os fiéis marcados pelo sacramento da ordem são igualmente constituídos, em nome de Cristo, para conduzir a Igreja pela palavra e pela graça de Deus.

Finalmente os fiéis se dão o sacramento do matrimônio, manifestação e participação da unidade e do amor fecundo entre Cristo e sua Igreja (cf. Ef 5, 32). Ajudam-se mutuamente a se santificar na vida conjugal, no acolhimento e na educação dos filhos. Contam, por isso, com um dom específico e um lugar próprio ao seu estado de vida, no povo de Deus. A família procede dessa união. Nela nascem os novos membros da sociedade humana que, batizados, se tornarão filhos de Deus pela graça do Espírito Santo e perpetuarão o povo de Deus através dos séculos. A família é uma espécie de Igreja doméstica. Os pais são os primeiros anunciadores da fé e devem cuidar da vocação própria de cada um dos filhos, especialmente da vocação sagrada.

Todos os fiéis, de qualquer estado ou condição, de acordo com o caminho que lhes é próprio, são chamados pelo Senhor à perfeição da santidade, que é a própria perfeição de Deus e, por isso, dispõem de tais e de tantos meios.

**12.** O povo santo de Deus participa da função profética de Cristo. Dá o testemunho vivo de Cristo, especialmente pela vida de fé e de amor, e oferece a Deus a hóstia de louvor como fruto dos lábios que exaltam o seu nome (cf. Hb 13, 15). O conjunto dos fiéis unidos pelo Espírito Santo (cf. 1Jo 2, 20.27) não pode errar na fé. Esta sua propriedade peculiar se manifesta pelo senso sobrenatural da fé, comum a todo o povo, 'desde os bispos até o último fiel leigo', demonstrado no acolhimento universal a tudo o que diz respeito à fé e aos costumes. O senso da fé é despertado e sustentado pelo Espírito de verdade. Graças a este senso, o povo de Deus, seguindo fielmente o magistério sagrado, não obedece a uma palavra humana, mas à palavra de Deus (cf. 1Ts 2, 13) 'transmitida aos fiéis de uma vez por todas' (Jd 3). A ela adere firmemente, entende-a em profundidade e a aplica melhor à própria vida.

Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. 'Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer' (1Cor 12, 11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: 'Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos' (1Cor 12, 7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve, porém, cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5, 12.19-21).

**13.** Todas as pessoas são chamadas a formar o povo de Deus, que não conhece limites nem de tempo nem de espaço. Abrangendo todos os homens de todos os recantos do universo e de todos os tempos, mantém sua unidade. Como povo único, cumpre o designio de Deus, que criou uma única natureza humana e decidiu reunir na unidade todos os seus filhos dispersos (cf. Jo 11, 52). Foi esta a missão do Filho, estabelecido por Deus herdeiro de todas as coisas (cf. Hb 1, 2), mestre, rei e sacerdote de todos os homens, cabeça dos filhos de Deus, constituídos como povo novo e universal. Neste mesmo sentido, Deus enviou o Espírito de seu Filho, senhor e vivificador, que é princípio de reunião e unidade de toda a Igreja, bem como de todos os fiéis, na doutrina dos apóstolos, na união fraterna, na eucaristia e em todas as orações (cf. At 2, 42).

O povo de Deus está em todas as nações da terra. Em todas elas vivem cidadãos do reino celestial, distinto dos reinos terrestres. Os fiéis dispersos pelo mundo entram em comunicação uns com os outros pelo Espírito Santo. 'Quem está em Roma sabe que os que estão nas Índias são seus irmãos'. O reino de Cristo não é deste mundo (cf. Jo 18, 36). Por isso, a Igreja ou o povo de Deus, que o constitui, não reivindica nenhum bem temporal das nações em que está, mas, pelo contrário, estimula e assume tudo que há de bom nas riquezas, bens e costumes de cada povo. Ao assumir, purifica, fortalece e eleva, lembrando-se estar do lado do Rei, a que todos os povos foram dados como herança (cf. Sl 2, 8) e a cuja cidade trazem todos dons e presentes (cf. Sl 71 [72], 10; Is 60, 4-7; Ap 21, 24). Esse caráter de universalidade do povo de Deus é um dom do Senhor, que a Igreja Católica procura sempre salvaguardar, abrindo-se a toda a humanidade e a todos os seus bens, encabeçada por Cristo, na unidade do seu Espírito.

Em virtude desta catolicidade, cada uma das partes traz seus dons às outras e a toda a Igreja, somam-se umas às outras e ao todo, numa recíproca comunhão, fruto da mesma inspiração comum. Assim, o povo de Deus não só provém de povos diversos, como se compõe de enorme variedade. Entre seus membros há diversidade de funções. Alguns exercem o ministério sagrado em benefício de seus irmãos. Dentre esses, há os que levam uma vida de acordo com sua ordenação e muitos outros que, professando a vida religiosa, buscam a santidade de maneira mais estrita, servindo de exemplo e estímulo para seus irmãos. Além disso, dentro da comunhão eclesial, há Igrejas particulares, que vivem segundo suas próprias tradições, sem nenhuma diminuição do primado da cátedra de Pedro, que preside a todos, procura proteger a legítima diversidade e fazer com que as particularidades, em vez de prejudicar, contribuam para a unidade. Por isso, formam-se entre as partes da Igreja inúmeros laços de comunhão íntima, tanto no que toca aos bens espirituais, como no que concerne à colaboração apostólica e até aos auxílios temporais. O povo de Deus é chamado a entrar em comunhão, bem como as próprias Igrejas, segundo a palavra do apóstolo: 'Cada um viva de acordo com a graça recebida e coloquem-se todos a serviço uns dos outros, como bons administradores das muitas formas de graça que Deus lhes concedeu' (1Pd 4, 10).

Todos os seres humanos são chamados à unidade católica do povo de Deus, prenúncio da paz universal. Pertencem ou pertencerão a esta unidade os fiéis católicos, todos os que crêem em Cristo e, até mesmo, todos os homens, pois são chamados à salvação, pela graça de Deus.

**14.** O Concílio se dirige primeiramente aos fiéis católicos. A Sagrada Escritura, articulada com a Tradição, ensina que a Igreja peregrina é necessária à salvação. Com efeito, Cristo é o mediador único da salvação. Ele está presente no mundo, em seu corpo, que é a Igreja. Foi ele mesmo que insistiu na necessidade da fé e do batismo (cf. Mc 16, 16; Jo 3, 5) estabelecendo assim a necessidade da Igreja, de que o batismo é a porta. No entanto, se desconhecerem a necessidade da Igreja fundada por Deus, por intermédio de Jesus, mesmo os homens que se recusam a acolhê-la ou a permanecer nela podem se salvar.

Pertencem plenamente à sociedade eclesial aqueles que vivem segundo o Espírito de Cristo, acolhem todas as disposições da Igreja e todos os meios de salvação por ela instituídos, sob a direção do soberano pontífice e dos bispos, unidos pelos laços da profissão de fé, dos sacramentos, das normas eclesíásticas e da comunhão. Não se salvam, porém, aqueles que, embora pertencendo à Igreja, não perseveraram no amor. Estão no seio da Igreja apenas pelo 'corpo', não pelo 'coração'. Lembrem-se entretanto, todos os membros da Igreja, que a ela pertencem não por méritos próprios, mas pela graça de Cristo. Se não lhe correspondem pelos pensamentos, palavras e ações, também não se salvarão e serão até julgados com maior rigor.

Os catecúmenos que, graças ao Espírito Santo, desejam profundamente entrar na Igreja, já estão ligados a ela por esse mesmo desejo. A Igreja já os trata como mãe, dedicando-lhes todo amor e atenção.

**15.** A Igreja se reconhece unida a todos os batizados, que se denominam cristãos, mesmo quando não professam a integridade da fé ou não se mantêm em comunhão com o sucessor de Pedro. São muitos os que, em suas igrejas ou comunidades eclesiais, veneram a Sagrada Escritura como norma de fé e de vida, demonstram um zelo religioso autêntico, crêem com amor em Deus Pai onipotente e em Cristo, Filho de Deus salvador, são marcados pelo batismo, que os une a Cristo, acolhem e reconhecem até mesmo outros sacramentos. Alguns contam com verdadeiros bispos, celebram a eucaristia e mantêm especial devoção para com a virgem mãe de Deus. A tudo isso acrescenta-se a participação nas orações e demais benefícios espirituais, a presença atuante e santificadora da graça e de outros dons espirituais, até mesmo, em alguns casos, o testemunho do martírio. Em todos os discípulos de Cristo, o Espírito suscita o desejo e as boas ações, para que um dia alcancem a união, nos termos em que Cristo a estabeleceu. A Igreja não cessa de orar, esperar e agir para obter essa união, exortando seus filhos a se purificar e renovar espiritualmente, para que a luz de Cristo brilhe cada vez mais na face da Igreja.

**16.** Os que ainda não receberam o Evangelho mantêm, com o povo de Deus, um relacionamento diversificado. Primeiro o povo a que foram dados os testamentos e as promessas, a cuja raça pertenceu Cristo, por nascimento (cf. Rm 9, 4-5). Povo escolhido com amor, definitivamente, pois os dons e vocação divinos nunca voltam atrás (cf. Rm 11, 28-29). A salvação alcança também aqueles que reconhecem o criador, antes de tudo os muçulmanos, que se filiam à fé de Abraão e conosco adoram a Deus, único e misericordioso, juiz de todos os homens no último dia. Mas Deus também não está longe daqueles que o buscam como a um desconhecido, através de suas sombras e imagens, pois a todos dá vida, inspiração e tudo o mais (cf. At 17, 25-28) e, como salvador, os quer salvar a todos (cf. 1Tm 2, 4). Todos os que buscam a Deus sinceramente, procuram cumprir a sua vontade, conhecida através da consciência, e agem sob o influxo íntimo da graça, podem obter a salvação. A providência divina não priva dos auxílios necessários à salvação aqueles que, sem culpa expressa, ainda não alcançaram o conhecimento de Deus e procuram seguir o caminho do bem, não sem assistência da graça divina. A Igreja interpreta como preparação evangélica tudo que neles há de bom e de verdadeiro, do daquele que ilumina todos as pessoas a fim de que tenham vida. Os seres humanos são muitas vezes enganados pelo Maligno. Com raciocínios vazios trocam a verdade de Deus pela mentira e servem à criatura em lugar do criador (cf. Rm 1, 21.25). Vivendo e morrendo sem Deus, expõem-se ao eterno desespero. Por isso a Igreja, para a glória de Deus e salvação desses homens e mulheres, empenha-se nas missões, de acordo com o preceito do Senhor: 'Pregai o Evangelho a todas as criaturas' (Mc 16, 15).

**17.** Assim como foi enviado pelo Pai, o Filho enviou os apóstolos (cf. Jo 20, 21) dizendo: 'Vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo que ordenei a vocês. Eis que eu estarei com vocês todos os dias, até o fim do mundo' (Mt 28, 19-20). A Igreja recebeu esse mandato de anunciar a verdade da salvação até os confins da terra, desde o tempo dos apóstolos (cf. At 1, 8). Neste sentido faz suas as palavras de Paulo: 'Ai de mim se não evangelizar!' (1Cor 9, 16). Por isso, não cessa de enviar pregadores, até que se constituam as novas igrejas, capazes de continuar a obra da evangelização. O Espírito Santo a impele a cooperar no cumprimento do designio de Deus, que constituiu Cristo princípio de salvação para todo o mundo. Pela pregação do Evangelho, a Igreja procura despertar nos ouvintes a fé e levá-los a proclamá-la, prepara-os para o batismo e os livra da escravidão do erro, incorpora-os a Cristo, para que nele cresçam até sua plenitude. Trabalha para descobrir tudo que há de bom na mente e no coração das pessoas, em seus ritos e em sua cultura. Não visa destruir, mas procura tudo sanar, elevar e aperfeiçoar para a glória de Deus, confusão dos demônios e felicidade dos homens. Todos os discípulos de Cristo têm obrigação de propagar a fé. Embora todos possam batizar, só os sacerdotes podem celebrar o sacrifício eucarístico para a edificação do corpo, realizando a profecia: 'Desde o Oriente até o Ocidente, é grande o meu nome entre as nações. Em todo lugar se sacrifica e se oferece uma oferta pura em seu nome' (Mt 1, 11). A Igreja ora e trabalha para que a plenitude do universo passe a ser povo de Deus, corpo do Senhor, templo do Espírito Santo e para que toda honra e toda glória sejam dadas ao criador de todas as coisas em Cristo, cabeça do universo".

#### **Nota:25**

**LE 3; 18 e 20:** "No meio de todos estes processos quer da diagnose da realidade social objetiva, quer paralelamente do ensino da Igreja no âmbito da complexa e múltipla questão social - o 'problema do trabalho humano', como é natural, aparece muitas vezes. Ele é, de certo modo, uma componente fixa, tanto da vida social como do ensino da Igreja. Neste ensino da Igreja, aliás, o dedicar atenção ao problema remonta a tempos muito além dos últimos noventa anos. A doutrina social da Igreja, efetivamente, tem a sua fonte na Sagrada Escritura, a começar do Livro do Gênesis e, em particular, no Evangelho e nos escritos dos tempos apostólicos. Dedicar atenção aos problemas sociais faz parte desde os inícios do ensino da Igreja e da sua concepção do homem e da vida social e, especialmente, da moral social que foi sendo elaborada segundo as necessidades das diversas épocas. Tal patrimônio tradicional foi depois herdado e desenvolvido pelo ensino dos Sumos Pontífices sobre a moderna 'questão social', a partir da Encíclica 'Rerum Novarum'. E no contexto de tal

'questão', o problema do trabalho foi objeto de uma contínua atualização, mantendo sempre a base cristã daquela verdade que podemos chamar perene.

Ao voltarmos no presente documento uma vez mais a este problema - sem ter a intenção, aliás, de tocar todos os temas que lhe dizem respeito - não é tanto para coligir e repetir o que já se encontra contido nos ensinamentos da Igreja, mas sobretudo para pôr em relevo - possivelmente mais do que foi feito até agora - o fato de que o trabalho humano é 'uma chave', provavelmente a 'chave essencial', de toda a questão social, se nós procurarmos vê-la verdadeiramente sob o ponto de vista do bem do homem. E se a solução - ou melhor, a gradual solução - da questão social, que continuamente se reapresenta e se vai tornando cada vez mais complexa, deve ser buscada no sentido de 'tornar a vida humana mais humana', então, por isso mesmo, a chave, que é o trabalho humano, assume uma importância fundamental e decisiva.

**18.** Ao considerar os direitos do homem do trabalho em relação com este 'dador de trabalho indireto', quer dizer, em relação com o conjunto das instituições que, a nível nacional e a nível internacional, são responsáveis por toda a orientação da política do trabalho, deve voltar-se a atenção antes de mais nada para um 'problema fundamental'. Trata-se do problema de ter trabalho ou, por outras palavras, do problema de encontrar 'um emprego adaptado para todos aqueles sujeitos que são capazes de o ter'. O contrário de uma situação justa e correta neste campo é o desemprego, isto é, a falta de lugares de trabalho para as pessoas que são capazes de trabalhar. E pode tratar-se de falta de trabalho em geral, ou então de falta de emprego em determinados setores do trabalho. O papel das aludidas instituições, que aqui são compreendidas sob a denominação de dador de trabalho indireto, é o de 'atuar contra o desemprego', que é sempre um mal e, quando chega a atingir determinadas dimensões, pode tornar-se uma verdadeira calamidade social. E o desemprego torna-se um problema particularmente doloroso quando são atingidos, sobretudo, os jovens que, depois de se terem preparado por meio de uma formação cultural, técnica e profissional apropriada, não conseguem um emprego e, com mágoa, vêem frustradas a sua vontade sincera de trabalhar e a sua disponibilidade para assumir a própria responsabilidade no desenvolvimento econômico e social da comunidade. A obrigação de conceder fundos em favor dos desempregados, quer dizer, o dever de assegurar as subvenções indispensáveis para a subsistência dos desempregados e das suas famílias, é um dever que deriva do princípio fundamental da ordem moral neste campo, isto é, do princípio do uso comum dos bens ou, para exprimir o mesmo de maneira ainda mais simples, do direito à vida e à subsistência.

Para fazer face ao perigo do desemprego e para garantir trabalho a todos, as instituições que acima foram definidas como dador de trabalho indireto devem prover a uma 'planificação global', que esteja em função daquele 'banco' de trabalho diferenciado, junto do qual se plasma a vida, não apenas econômica, mas também cultural, de uma dada sociedade; elas devem dispensar atenção, ainda, à organização correta e racional do trabalho que se desenvolve em tal 'banco'. Esta solicitude global, em última análise, pesará sobre os ombros do Estado, mas ela não pode significar uma centralização operada unilateralmente pelos poderes públicos. Trata-se, ao contrário, de uma 'coordenação' justa e racional, no quadro da qual deve ficar 'garantida a iniciativa' das pessoas, dos grupos livres, dos centros e dos complexos de trabalho locais, tendo em conta aquilo que foi dito acima a respeito do caráter subjetivo o trabalho humano.

O fato da dependência recíproca das diversas sociedades e dos diversos Estados, bem como a necessidade de colaboração em diversos domínios exigem que, embora mantendo os direitos soberanos de cada um deles no campo da planificação e da organização do trabalho a nível da própria sociedade, se aja ao mesmo tempo, neste setor importante, no quadro da 'colaboração internacional', mediante os tratados e os acordos necessários. Também aqui, é indispensável que o critério de tais tratados e acordos se torne cada vez mais o trabalho humano, entendido como um direito fundamental de todos os homens, trabalho que dá a todos aqueles que trabalham direitos análogos, de tal maneira que o nível de vida dos homens do trabalho nas diversas sociedades seja 'cada vez menos marcado por aquelas diferenças chocantes' que, com a sua injustiça, são suscetíveis de provocar violentas reações. As Organizações Internacionais têm tarefas imensas a desempenhar neste setor. E é necessário que elas se deixem guiar por uma diagnose exata da complexidade das situações, assim como dos condicionamentos naturais, históricos, sociais etc.; é necessário, ainda, que elas, pelo que se refere aos planos de ação estabelecidos em comum, procurem ter a maior efetividade, isto é, eficácia na realização.

É em tal direção que se pode pôr em prática o plano de um progresso universal e harmonioso de todos, segundo o fio condutor da Encíclica 'Populorum Progressio' do Papa Paulo VI. É necessário acentuar bem que o elemento constitutivo e, ao mesmo tempo, a 'verificação' mais adequada de tal 'progresso' no espírito de justiça e de paz, que a Igreja proclama e pelo qual não cessa de orar ao Pai de todos os homens e de todos os povos, é exatamente a 'revalorização contínua do trabalho humano', quer sob o aspecto da sua finalidade objetiva, quer sob o aspecto da dignidade do sujeito de todo o trabalho, que é o homem. O progresso de que se está falando aqui deve ser atuado pelo homem e para o homem e deve produzir frutos no homem. Uma verificação do mesmo progresso será o reconhecimento cada vez mais maturado da finalidade do trabalho e o respeito cada vez mais universal dos direitos a ele inerentes, em conformidade com a dignidade do homem, sujeito do trabalho.

Uma planificação racional e uma organização adequada do trabalho humano, à medida das diversas sociedades e dos diversos Estados, deveriam facilitar também a descoberta das justas proporções entre os vários tipos de atividades: o trabalho dos campos, o da indústria, o dos multiformes serviços, o trabalho de concepção intelectual e mesmo o científico ou artístico, segundo as capacidades de cada um dos homens e para o bem comum de todas as sociedades e de toda a humanidade. A organização da vida humana segundo as múltiplas possibilidades do trabalho deveria corresponder a um 'sistema de instrução' e de educação adaptado, que tivesse como finalidade, antes de mais nada, o desenvolvimento da humanidade e a sua maturidade, e também a formação específica necessária para ocupar de maneira rendosa um justo lugar no amplo e socialmente diferenciado 'banco' de trabalho.

Lançando o olhar para a inteira família humana espalhada por toda a terra, não é possível ficar sem ser impressionado por um 'fato desconcertante' de imensas proporções; ou seja, enquanto que por um lado importantes recursos da natureza permanecem inutilizados, há, por outro lado, massas imensas de desempregados e subempregados e multidões ingentes de famintos. É um fato que está demonstrando, sem dúvida alguma, que, tanto no interior de cada comunidade política como nas relações entre elas a nível

continental e mundial - pelo que diz respeito à organização do trabalho e do emprego - existe alguma coisa que não está bem, e isso precisamente nos pontos mais críticos e mais importantes sob o aspecto social.

20. Com base em todos estes direitos, juntamente com a necessidade de os garantir por parte dos mesmos trabalhadores, surge ainda um outro direito: 'o direito de se associar', quer dizer, o direito de formar associações ou uniões, com a finalidade de defender os interesses vitais dos homens empregados nas diferentes profissões. Estas uniões têm o nome de 'sindicatos'. Os interesses vitais dos homens do trabalho são até certo ponto comuns a todos; ao mesmo tempo, porém, cada espécie de trabalho, cada profissão, possui sua especificidade, que deveria encontrar nestas organizações de maneira particular o seu reflexo próprio.

Os sindicatos têm os seus ascendentes, em certo sentido, já nas corporações artesanais da Idade Média, na medida em que tais organizações uniam entre si os homens que pertenciam ao mesmo ofício, isto é, agremiavam-se 'em base ao trabalho que eles faziam'. No entanto, os sindicatos também diferem dessas corporações neste ponto essencial: os modernos sindicatos cresceram a partir da luta dos trabalhadores, do mundo do trabalho e, sobretudo, dos trabalhadores da indústria, pela tutela dos seus 'justos direitos', em confronto com os empresários e os proprietários dos meios de produção. Constitui sua tarefa a defesa dos interesses existenciais dos trabalhadores em todos os setores em que entram em causa os seus direitos. A experiência histórica ensina que as organizações deste tipo são um 'elemento indispensável da vida social', especialmente nas modernas sociedades industrializadas. Isto, evidentemente, não significa que somente os trabalhadores da indústria possam constituir associações deste gênero. Os representantes de todas as profissões podem servir-se delas para garantir seus respectivos direitos. Existem, com efeito, os sindicatos dos agricultores e dos trabalhadores intelectuais; como existem também as organizações dos dadores de trabalho. Todos, como já foi dito acima, se subdividem em grupos e subgrupos segundo as particulares especializações profissionais.

A doutrina social católica não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma estrutura 'de classe' da sociedade, como não pensa que eles sejam o expoente de uma luta de classe, que inevitavelmente governe a vida social. Eles são, sim, 'um expoente da luta pela justiça social', pelos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões. No entanto, esta 'luta' deve ser compreendida como um empenho normal das pessoas 'em prol' do justo bem: no caso, em prol do bem que corresponde às necessidades e aos méritos dos homens do trabalho, associados segundo as suas profissões; mas 'não é uma luta contra os outros'. Se ela assume um caráter de oposição aos outros, nas questões controversas, isso sucede por se ter em consideração o bem que é a justiça social, e não por se visar a 'luta' pela luta, ou então para eliminar o antagonista. O trabalho tem como sua característica, antes de mais nada, unir os homens entre si; e nisto consiste a sua força social: a força para construir uma comunidade. E no fim de contas, nessa comunidade devem unir-se tanto aqueles que trabalham como aqueles que dispõem dos meios de produção ou que dos mesmos são proprietários. À luz desta estrutura fundamental de todo o trabalho - à luz do fato de que, afinal, o 'trabalho' e o 'capital' são as componentes indispensáveis do processo de produção em todo e qualquer sistema social - a união dos homens para se assegurarem os direitos que lhes cabem, nascida das exigências do trabalho, permanece um fator construtivo de 'ordem social' e de 'solidariedade', fator do qual não é possível prescindir.

Os justos esforços para garantir os direitos dos trabalhadores, que se acham unidos pela mesma profissão, devem ter sempre em conta limitações que impõe a situação econômica geral do país. As exigências sindicais não podem transformar-se numa espécie de 'egoísmo de grupo ou de classe', embora possam e devam também tender para corrigir - no que respeita ao bem comum da inteira sociedade - tudo aquilo que é defeituoso no sistema de propriedade dos meios de produção, ou no modo de os gerir e de dispor deles. A vida social e econômico-social é certamente como um sistema de 'vasos comunicantes', e todas e cada uma das atividades sociais, que tenham como finalidade salvaguardar os direitos dos grupos particulares, devem adaptar-se a tal sistema.

Neste sentido, a atividade dos sindicatos entra indubitavelmente no campo da 'política', entendida como 'uma prudente solicitude pelo bem comum'. Ao mesmo tempo, porém, o papel dos sindicatos não é o de 'fazer política' no sentido que hoje comumente se vai dando a esta expressão. Os sindicatos não têm o caráter de 'partidos políticos' que lutam pelo poder, e também não deveriam nunca estar submetidos às decisões dos partidos políticos, nem manter com eles ligações muito estreitas. Com efeito, se for esta a situação, eles perdem facilmente o contato com aquilo que é o seu papel específico, que é o de garantir os justos direitos dos homens do trabalho no quadro do bem comum de toda a sociedade, e, ao contrário, tornam-se 'um instrumento da luta para outros fins'.

Ao falar da tutela dos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões, é preciso naturalmente ter sempre diante dos olhos aquilo de que depende o caráter subjetivo do trabalho em cada profissão; mas, ao mesmo tempo, ou primeiro que tudo, aquilo que condiciona a dignidade própria do sujeito do trabalho. E aqui apresentam-se múltiplas possibilidades para a ação das organizações sindicais, inclusive também para um seu 'empenho por coisas de caráter instrutivo, educativo e de promoção da auto-educação'. A ação das escolas, das chamadas 'universidades operárias e populares', dos programas e dos cursos de formação, que desenvolveram e continuam ainda desenvolvendo atividades neste campo, é uma ação benemérita. Deve-se sempre desejar que, graças à ação dos seus sindicatos, o trabalhador não só possa 'ter' mais, mas também e sobretudo possa 'ser' mais; o que equivale a dizer, possa realizar mais plenamente a sua humanidade sob todos os aspectos.

Ao agirem em prol dos justos direitos dos seus membros, os sindicatos lançam mão 'também do método da greve', ou seja, da suspensão do trabalho, como de uma espécie de 'ultimatum' dirigido aos órgãos competentes e, sobretudo, aos dadores de trabalho. É um modo de proceder que a doutrina social católica reconhece como legítimo, observadas as devidas condições e nos justos limites. Em relação a isto os trabalhadores deveriam ter assegurado o 'direito à greve', sem terem de sofrer sanções penais pessoais por nela participarem. Admitindo que se trata de um meio legítimo, deve simultaneamente relevar-se que a greve continua a ser, num certo sentido, um meio extremo. 'Não se pode abusar dele'; e não se pode abusar dele especialmente para fazer o jogo da política. Além disso, não se pode esquecer nunca que, quando se trata de serviços essenciais para a vida da sociedade, estes devem ficar sempre assegurados, inclusive, se isso for necessário, mediante apropriadas medidas legais. O abuso da greve pode conduzir à paralização da vida sócio-

econômica; ora, isto é contrário às exigências do bem comum da sociedade, o qual também corresponde à natureza, entendida retamente, do mesmo trabalho”.

**Nota:26**

cf. **CNBB**: Em favor da Família (Doc. 3) e Valores Básicos da Vida e da Família (Doc. 18).

**Nota:27**

**EN 22 e 60**: “22. Entretanto isto permanecerá sempre insuficiente, pois ainda o mais belo testemunho virá a demonstrar-se com o andar do tempo impotente, se ele não vier a ser esclarecido, justificado - aquilo que São Pedro chamava dar ‘a razão da própria esperança’ - explicitado por um anúncio claro e inelutável do Senhor Jesus. Por conseguinte, a Boa Nova proclamada pelo testemunho da vida deverá, mais tarde ou mais cedo, ser proclamada pela palavra da vida. Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados.

A história da Igreja, a partir da pregação de Pedro na manhã do Pentecostes, identifica-se e confunde-se com a história de tal anúncio. Em cada nova fase da história humana, a Igreja, constantemente estimulada pelo desejo de evangelizar, não tem senão uma preocupação instigadora: Quem enviar a anunciar o mistério de Jesus? Com que linguagem anunciar um tal mistério? Como fazer para que ele ressoe e chegue a todos aqueles que não o ouviram? Este anúncio - kerigma, pregação ou catequese - ocupa um tal lugar na evangelização que, com frequência, se tornou sinônimo dela. No entanto, ele não é senão um aspecto da evangelização.

**60**. O fato de a Igreja ser enviada e mandada para a evangelização do mundo, é uma observação que deveria despertar em nós uma dupla convicção.

A primeira é a seguinte: evangelizar não é para quem quer que seja um ato individual e isolado, mas profundamente eclesial. Assim, quando o mais obscuro dos pregadores, dos catequistas ou dos pastores, no rincão mais remoto, prega o Evangelho, reúne a sua pequena comunidade, ou administra um sacramento, mesmo sozinho, ele realiza um ato de Igreja e o seu gesto está certamente conexo, por relações institucionais, como também por vínculos invisíveis e por raízes recônditas da ordem da graça, à atividade evangelizadora de toda a Igreja. Isto pressupõe, porém, que ele age, não por uma missão pessoal que se atribuisse a si próprio, ou por uma inspiração pessoal, mas em união com a missão da Igreja e em nome da mesma.

Daí a segunda convicção: se cada um evangeliza em nome da Igreja, o que ela mesma faz em virtude de um mandato do Senhor, nenhum evangelizador é o senhor absoluto da sua ação evangelizadora, dotado de um poder discricionário para realizar segundo critérios e perspectivas individualistas tal obra, mas em comunhão com a Igreja e com os seus pastores.

A Igreja é ela toda inteiramente evangelizadora, como frisamos acima. Ora isso quer dizer que, para o conjunto do mundo e para cada parcela do mundo onde ela se encontra, a Igreja se sente responsável pela missão de difundir o Evangelho”.

**João Paulo II**, Discurso Inaugural de Puebla, 1.2-3: “1.2. De vós, pastores, os fiéis de vossos países esperam e reclamam antes de tudo uma cuidadosa e zelosa transmissão de verdade sobre Jesus Cristo. Esta se encontra no centro da evangelização e constitui seu conteúdo essencial: ‘Não há evangelização verdadeira enquanto não se anunciar o nome, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus’ (EN 22).

Do conhecimento vivo desta verdade dependerá o vigor da fé de milhões de homens. Dependerá também o valor de sua adesão à Igreja e de sua presença ativa de cristãos no mundo. Deste conhecimento derivarão opções, valores, atitudes e comportamentos capazes de orientar e definir nossa vida cristã e de criar homens novos e portanto uma humanidade nova pela conversão da consciência individual e social.

De uma sólida cristologia deve provir a luz sobre tantos temas e questões doutrinárias e pastorais que vos propoñes examinar nestes dias.

**1.3**. Devemos, pois, confessar a Cristo diante da história e diante do mundo com convicção profunda, sentida, vivida, como o confessou Pedro: ‘Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo’ (Mt 16, 16).

Esta é a Boa Nova num certo sentido única: a Igreja vive por ela e para ela, bem como tira dela tudo o que possui para oferecer aos homens, sem distinção alguma de nação cultura, raça, tempo, idade ou condição. Por isso, ‘a partir desta confissão (de Pedro), a história da salvação sagrada e do povo de Deus devia adquirir uma nova dimensão...’ (João Paulo II, Homília na Inauguração Oficial de seu Pontificado, 2/10/1978).

Este é o único Evangelho e ‘ainda que nós ou um anjo do céu vos anunciasse outro evangelho diferente... seja anátema!’, como escrevia com palavras bem claras o apóstolo (Gl 1, 6)”.

**Nota:28**

**RH 14**: “A Igreja não pode abandonar o homem, cuja ‘sorte’, ou seja, a escolha, o chamamento, o nascimento e a morte, a salvação ou a perdição, estão de maneira tão íntima e indissolúvel unidos a Cristo. E trata-se aqui precisamente de todos e cada um dos homens sobre este planeta, nesta terra que o Criador deu ao primeiro homem, dizendo ao mesmo tempo ao homem e à mulher: ‘submetei-a (a terra) e dominai-a’ (Gn 1,28). Cada homem, pois, em toda a sua singular realidade do ser e do agir, da inteligência e da vontade, da consciência e do coração. O homem nessa sua singular realidade (porque é ‘pessoa’) tem uma história própria da sua vida e, sobretudo, uma história própria da sua alma. O homem que, segundo a abertura interior do seu espírito, e conjuntamente a tantas e tão diversas necessidades do seu corpo e da sua existência temporal, escreve esta sua história pessoal, fá-lo através de numerosos ligames, contatos, situações e estruturas sociais, que o unem a outros homens; e faz isso a partir do primeiro momento da sua existência sobre a terra, desde o momento da sua concepção e do seu nascimento. O homem, na plena verdade da sua existência, do seu ser pessoal e, ao mesmo tempo, do seu ser comunitário e social - no âmbito da própria família, no âmbito de sociedades e de contextos bem diversos, no âmbito da própria nação, ou povo (e, talvez, ainda somente do clã ou da tribo), enfim no âmbito de toda a humanidade - este homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento da sua missão: ele é ‘a primeira e fundamental via da Igreja’, via traçada pelo próprio Cristo e via que imutavelmente conduz através do mistério da encarnação e da redenção.

Este homem assim precisamente, em toda a verdade da sua vida, com a sua consciência, com a sua contínua inclinação para o pecado e, ao mesmo tempo, com a sua contínua aspiração pela verdade, pelo bem, pelo belo, pela justiça e pelo amor, precisamente um tal homem tinha diante dos olhos o Concílio Vaticano II, quando, ao delinear a sua situação no mundo contemporâneo, se transferia sempre das componentes externas desta situação para a verdade imanente da humanidade: ‘É no íntimo do homem precisamente que muitos elementos se combatem entre si. Enquanto por uma parte ele se experimenta, como criatura que é, multiplamente



limitado, por outra, sente-se ilimitado nos seus desejos e chamado a uma vida superior. Atraído por muitas solicitações, vê-se obrigado a escolher entre elas e a renunciar a algumas. Mais ainda, fraco e pecador, faz muitas vezes aquilo que não quer e não realiza o que desejaria fazer. Sofre assim em si mesmo a divisão, da qual tantas e tão graves discórdias se originam para a sociedade (GS 10; AAS 58 e 1033).

É este homem assim que é a via da Igreja; via que se encontra, de certo modo, na base de todas aquelas vias pelas quais a Igreja deve caminhar: porque o homem - todos e cada um dos homens, sem exceção alguma - foi remido por Cristo; e porque com o homem - cada homem, sem exceção alguma - Cristo de algum modo se uniu, mesmo quando tal homem disse não se acha consciente: 'Cristo, morto e ressuscitado por todos os homens, a estes - a todos e a cada um dos homens - oferece sempre... a luz e a força para poderem corresponder à sua altíssima vocação'(GS 10; AAS 58 e 1033).

Sendo, portanto, o homem a via da Igreja, via da sua vida e experiência cotidianas, da sua missão e atividade, a Igreja do nosso tempo tem de estar, de maneira sempre renovada, bem ciente da 'situação' de tal homem. E mais: a Igreja deve estar bem ciente das suas possibilidades, que tomam sempre nova orientação e assim se manifestam; ela tem de estar bem ciente, ao mesmo tempo ainda, das ameaças que se apresentam contra o homem. Ela deve estar cônica, além disso, de tudo aquilo que parece ser contrário ao esforço para que a 'vida humana se torne cada vez mais humana' (GS 38; AAS 58, 1056; PP 21) e para que tudo aquilo que compõe esta mesma vida corresponda à verdadeira dignidade do homem. Numa palavra, a Igreja deve estar bem cônica de tudo aquilo 'que é contrário' a tal processo de nobilitação da vida humana".

#### Nota:29

**Puebla 176:** "Devemos apresentar Jesus de Nazaré compartilhando a vida, as esperanças e as angústias do seu povo e mostrar que ele é o Cristo, acreditado, proclamado e celebrado pela Igreja".

#### Nota:30

**Puebla 181:** "Solidários com os sofrimentos e as aspirações do nosso povo, sentimos de urgência de lhe dar o que é nosso especificamente: o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus. Sentimos que esta é a 'Força de Deus' (Rm 1, 16), capaz de transformar nossa realidade pessoal e social e de encaminhá-la para a liberdade e a fraternidade, para a manifestação plena do Reino de Deus".

**João Paulo II**, Discurso Inaugural de Puebla 1.1: "Vigiar pela pureza da doutrina, base da edificação da comunidade cristã, é pois, junto com o anúncio do Evangelho, dever primeiro e insubstituível do pastor, do mestre da fé. Com quanta frequência acentuava isto São Paulo, convencido da gravidade do cumprimento deste dever (1Tm 1,3-7; 1,18-20; 1,11-16). Além da unidade na caridade, nos compele sempre a unidade na verdade (1Tm 1,3-7; 1,18-20; 1,11-16). O muito amado Papa Paulo VI, na exortação apostólica 'Evangelii Nuntiandi', expressava: 'O Evangelho que nos foi entregue é também palavra de verdade. Uma verdade que nos torna livres e que é a única que procura a paz do coração: isto é o que o povo vai buscando quando anunciamos a boa nova. A verdade a respeito de Deus, a verdade a respeito do homem e de seu misterioso destino, a verdade a respeito do mundo... O pregador do evangelho será aquele que, mesmo à custa de renúncias e sacrifícios, busca sempre a verdade que deve transmitir aos demais. Não vende, nem dissimula jamais a verdade pelo desejo de agradar aos homens, de causar assombro, nem por originalidade ou desejo de aparecer... Pastores do povo de Deus: nosso serviço pastoral nos pede que guardemos, defendamos e comuniquemos a verdade, sem olhar para sacrifícios' (EN 78)".

#### Nota:31

**EN 15 e 78:** "15. Quem quer que releia no Novo Testamento as origens da Igreja e queira acompanhar passo a passo a sua história e, enfim, a examine em sua vida e ação, verá que ela se acha vinculada à evangelização naquilo que ela tem de mais íntimo.

- A Igreja nasce da ação evangelizadora de Jesus e dos doze. Ela é o fruto normal, querido, o mais imediato e o mais visível dessa evangelização: 'Ide, pois, ensinai todas as gentes'. Ora 'aqueles que acolheram a Palavra foram batizados, e naquele dia agregaram-se a eles umas três mil pessoas... E o Senhor ia aumentando todos os dias os que eram salvos'.

- Nascida da missão, pois, a Igreja é por sua vez enviada por Jesus, a Igreja fica no mundo quando o Senhor da glória volta para o Pai. Ela fica aí como um sinal, a um tempo opaco e luminoso, de uma nova presença de Jesus, sacramento da sua partida e da sua permanência. Ela prolonga-o e continua-o. Ora, é exatamente toda a sua missão e a sua condição de evangelizador, antes de mais nada, que ela é chamada a continuar. A comunidade dos cristãos, realmente, nunca é algo fechado sobre si mesmo. Nela, a vida íntima - vida de oração, ouvir a Palavra e o ensino dos apóstolos, caridade fraterna vivida e fração do pão - não adquire todo o seu sentido senão quando ela se torna testemunha, a provocar a admiração e a conversão e se desenvolve na pregação e no anúncio da Boa Nova. Assim, é a Igreja toda que recebe a missão de evangelizar, e a atividade de cada um é importante para o todo.

- Evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma. Comunidade de crentes, comunidade de esperança vivida e comunicada, comunidade de amor fraterno, ela tem necessidade de ouvir sem cessar aquilo que ela deve acreditar, as razões da sua esperança e o mandamento novo do amor. Povo de Deus imerso no mundo, e não raro tentado pelos ídolos, ela precisa ouvir, incessantemente, proclamar as grandes obras de Deus, que a converteram para o Senhor; precisa sempre ser convocada e reunida de novo por ele. É o mesmo que dizer, numa palavra, que ela tem sempre necessidade de ser evangelizada, se quiser conservar vigor, alento e força para anunciar o Evangelho. O Concílio Vaticano II recordou e depois o Sínodo de 1974 retomou com vigor este mesmo tema: a Igreja se evangeliza por uma conversão e uma renovação constantes, a fim de evangelizar o mundo com credibilidade.

- A Igreja é depositária da Boa Nova que há de ser anunciada. As promessas da nova aliança em Jesus Cristo, os ensinamentos do Senhor e dos apóstolos, a Palavra da vida, as fontes da graça e da benignidade de Deus, o caminho da salvação, tudo isso lhe foi confiado. É o conteúdo do Evangelho e, por conseguinte, da evangelização, que ela guarda como um depósito vivo e precioso, não para manter escondido, mas sim para o comunicar.

- Enviada e evangelizadora, a Igreja envia também ela própria evangelizadores. É ela que coloca em seus lábios a Palavra que salva, que lhes explica a mensagem de que ela mesma é depositária, que lhes confere o mandato que ela própria recebeu e que, enfim, os envia a pregar. E a pregar, não as suas próprias pessoas ou as suas idéias pessoais, mas sim um Evangelho do qual nem eles nem ela são senhores e proprietários

absolutos, para dele disporem a seu bel-prazer, mas de que são os ministros para o transmitir com a máxima fidelidade.

**78.** O Evangelho, cujo encargo nos foi confiado, é também palavra da verdade. Uma verdade que torna livres e que é a única coisa que dá a paz do coração, é aquilo que as pessoas vêm procurar quando nós lhes anunciamos a Boa Nova. Verdade sobre Deus, verdade sobre o homem e sobre o seu misterioso destino e verdade sobre o mundo. Díficil verdade que nós procuramos na Palavra de Deus e da qual nós somos, insistimos ainda, não os árbitros nem os proprietários, mas os depositários, os arautos e os servidores.

Espera-se de todo evangelizador que tenha o culto da verdade, tanto mais que a verdade que ele aprofunda e comunica outra coisa não é senão a verdade revelada; e, por isso mesmo, mais do que qualquer outra, parcela daquela verdade primária que é o próprio Deus. O pregador do Evangelho terá de ser, portanto, alguém que, mesmo à custa da renúncia pessoal e do sofrimento, procura sempre a verdade que há de transmitir aos outros. Ele jamais poderá trair ou dissimular a verdade; nem com a preocupação de agradar aos homens, de arrebatá-los ou de chocar, nem por originalidade ou desejo de aparecer. Ele não há de evitar a verdade e não há de deixar que ela se obscureça pela preguiça de a procurar, por comodidade ou por medo; não negligenciará nunca o estudo da verdade. Mas há de servi-la generosamente, sem a escravizar.

Enquanto pastores do povo fiel, o nosso serviço pastoral obriga-nos a preservar, defender e comunicar a verdade, sem olhar a sacrifícios. Tantos e tantos pastores eminentes e santos nos deixaram o exemplo, em muitos casos heróico, deste amor à verdade. E o Deus da verdade espera de nós precisamente que sejamos os defensores vigilantes e pregadores devotados dessa mesma verdade.

Quer sejais doutores, teólogos, exegetas ou historiadores, a obra da evangelização precisa de todos vós, do vosso trabalho infatigável de pesquisa e também da vossa atenção e delicadeza na transmissão da verdade, da qual os vossos estudos vos aproximam, mas que permanece sempre maior do que o coração do homem, porque é a mesma verdade de Deus.

Pais e mestres, a vossa tarefa, que os múltiplos conflitos atuais não tornam fácil, é a de ajudar os vossos filhos e os vossos discípulos na descoberta da verdade, incluindo a verdade religiosa e espiritual”.

**Puebla 222; 226-228:** “222. A Igreja é inseparável de Cristo, porque ele mesmo a fundou por um ato expresso de sua vontade, sobre os doze, cuja cabeça é Pedro, constituindo-a sacramento universal e necessário de salvação. A Igreja não é um ‘resultado’ posterior nem uma simples consequência ‘desencadeada’ pela ação evangelizadora de Jesus. Com certeza nasce desta ação, mas de modo direto, pois é o próprio Senhor que convoca seus discípulos e lhes comunica o poder de seu Espírito, dotando a comunidade nascente de todos os meios e elementos essenciais que o povo católico professa como de instituição divina.

**226.** A mensagem de Jesus tem como centro a proclamação do reino, que nele mesmo se torna presente e chega até nós. Este Reino, sem ser uma realidade separável da Igreja (LG 8a), transcende seus limites visíveis. Porque se realiza, de certo modo, onde quer que Deus esteja reinando mediante sua graça, seu amor, vencendo o pecado e ajudando os homens a crescer até conseguir grande comunhão que lhes é oferecida em Cristo. Esta ação de Deus acontece também no coração dos homens que vivem fora do âmbito perceptível da Igreja. E isto não significa de modo nenhum que a pertença à Igreja seja diferente.

**227.** Por isso é que a Igreja recebeu por missão anunciar e instaurar o reino em todos os povos. Ela é o sinal do Reino. Nela se manifesta, de modo visível, o que Deus está realizando silenciosamente, no mundo inteiro. É o lugar onde se concentra ao máximo a ação do Pai, que, na força do Espírito de amor, busca solícito os homens para partilhar com eles - em gesto de ternura inexprimível - a sua própria vida trinitária. A Igreja é também o instrumento que introduz o Reino entre os homens, para conduzi-los à sua meta definitiva.

**228.** ‘Ela constitui já na terra o germe e o princípio desse Reino’ (LG 5). Este germe deve crescer na história sob o influxo do Espírito até o dia ‘em todos Deus seja tudo’ (1Cor 15,28). Até então a Igreja permanecerá perfectível sob muitos aspectos, necessitada de permanente auto-evangelização, de maior conversão e purificação”.

#### **Nota:32**

**EN 13:** “Aqueles que acolhem com sinceridade a Boa Nova, por virtude desse acolhimento e da fé compartilhada, reúnem-se, portanto, em nome de Jesus, para conjuntamente buscarem o reino, para o edificar e para o viver. Eles constituem uma comunidade também ela evangelizadora. A ordem dada aos doze – ‘Ide, pregai a Boa Nova’ - continua a ser válida, se bem que de maneira diferente, também para todos os cristãos. É precisamente por isso que São Pedro chama a estes últimos ‘povo trazido à salvação para tornar conhecidas as maravilhas’ de Deus, aquelas mesmas maravilhas que cada um pôde alguma vez escutar na sua própria língua. A Boa Nova do reino que vem e que já começou, de resto, é para todos os homens de todos os tempos. Aqueles que a receberam, aqueles que ela congrega na comunidade da salvação, podem e devem comunicá-la e difundir-la ulteriormente”.

#### **Nota:33**

cf. **Documentos de Medellín (1968); Puebla (1979); Documentos da CNBB**, entre outros: Exigências Cristãs de uma Ordem Política (1974); Em favor da Família (1975); Comunicação Pastoral ao Povo de Deus (1976); Igreja e Problemas da Terra (1980); Solo Urbano e Ação Pastoral (1982); Catequese Renovada - Orientações e Conteúdo (1983)”.

#### **Nota:34**

cf. **GS 11; 1; 45:** “11. Acreditando, com certeza, que é conduzido pelo Espírito do Senhor, que enche o universo, o povo de Deus vê e procura discernir nos acontecimentos, nas exigências e nas aspirações do nosso tempo, de que, aliás, participa, verdadeiros sinais da presença de Deus e de seu desígnio. A fé ilumina com sua luz tudo que existe e manifesta o propósito divino a respeito da plena vocação humana, orientando assim o espírito para as verdadeiras soluções.

O Concílio quer, inicialmente, focalizar os valores que se coloca hoje, acima de tudo, referindo-os à sua fonte divina. Enquanto procedem de Deus e são comunicados aos seres humanos, são verdadeiros valores, embora frequentemente precisem ser purificados por estarem distorcidos pela corrupção do coração humano.

O que a Igreja pensa do ser humano? Que deve recomendar para a edificação da sociedade contemporânea? Qual a significação última da atividade humana no mundo? Espera-se resposta a todas essas questões. Buscando essas respostas, o povo de Deus e o gênero humano, em que, aliás, ele está inserido, prestar-se-ão mutuamente serviço e a Igreja cumprirá sua missão religiosa que é, por isso mesmo, profundamente humana.

**1.** As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração.

A comunidade dos discípulos de Cristo é formada por homens e mulheres que, reunidos em Cristo e guiados pelo Espírito Santo em sua busca do reino de Deus, sentem-se real e intimamente unidos a todo o gênero humano e à sua história, por terem recebido a mensagem da salvação para comunicar a todos.

**45.** Ajudando o mundo e sendo por ele ajudada, a Igreja caminha para um único fim: a vinda do reino de Deus e a salvação de todo o gênero humano. Todo bem que o povo de Deus, em sua peregrinação terrestre, pode oferecer à família humana, vem da Igreja, como 'sacramento da salvação universal', mistério em se manifesta e se realiza o amor de Deus para com os seres humanos.

O Verbo de Deus, por quem foram feitas todas as coisas, encarnou-se para salvar a todos e tudo recapitular, como homem perfeito. O Senhor é o fim da história humana, o ponto para o qual convergem todos os desejos da história e da civilização, o centro do gênero humano, a alegria de todos os corações e a realização de todas as nossas aspirações. Foi quem o Pai ressuscitou dos mortos, exaltou e colocou à sua direita, como juiz dos vivos e dos mortos. Vivificados e reunidos pelo seu Espírito, caminhamos para a realização final da história humana, que corresponderá plenamente ao seu designio de amor: 'instaurar tudo em Cristo, no céu e na terra' (Ef 1, 10).

O próprio Senhor o diz: 'Eis que venho em breve e comigo trago o salário para retribuir a cada um conforme o seu trabalho. Eu sou o alfa e o ômega, o primeiro e o último, o princípio e o fim' (Ap 22, 12s)".

**LG 5:** "O mistério da santa Igreja se manifesta, pois, desde sua própria fundação. O Senhor Jesus deu início a sua Igreja pregando a boa nova, isto é, a vinda do reino de Deus, prometido há séculos pelas Escrituras. 'Os tempos se cumpriram, o reino de Deus está iminente' (Mc 1, 15; cf. Mt 4, 17).

Esse reino se torna visível aos olhos humanos por intermédio da palavra, dos atos e da presença de Cristo.

A palavra do Senhor se compara à semente lançada ao campo (Mc 4, 14). Os que a ouvem com fé e aderem ao pequeno rebanho de Cristo (Lc 12, 32) recebem o reino. Daí por diante a semente germina e cresce, até o momento da colheita (cf. Mc 4, 26-29).

Os milagres de Cristo também comprovam que o reino de Deus chegou à terra: 'Se pela mão de Deus expulso os demônios, é que o reino de Deus chegou até vocês' (Lc 11, 20; cf. Mt 12, 28).

Mas, acima de tudo, o reino se manifesta na própria pessoa de Cristo, Filho de Deus e Filho do Homem, que veio 'para servir e dar sua vida para a redenção de muitos' (Mc 10, 45).

Depois de morrer na cruz, por todos os seres humanos, Jesus ressuscitou, aparecendo como Senhor, Cristo e sacerdote para sempre (cf. At 2, 36; Hb 5, 6; 7, 17-21). Derramou então nos seus discípulos o Espírito prometido pelo Pai (cf. At 2, 33).

A Igreja foi assim enriquecida pelos dons do seu fundador. Procurando observar fielmente seus preceitos de caridade, humildade e abnegação, recebe a missão de anunciar e de promover o reino de Cristo e de Deus junto a todos os povos. Constitui, pois, a Igreja, o germe e o início do reino na terra. Enquanto vai crescendo, aspira de todo coração pela consumação do reino e deseja, com todas as suas forças, unir-se a seu rei na glória".

**Puebla 209; 229; 253; 257-259; 266; 274:** "209. A vida trinitária, de que Jesus Cristo nos faz participantes, somente na glória é que chegará à plenitude. A Igreja, peregrina enquanto instituição humana e terrena, reconhece com humildade seu erros e pecados que obscurecem a face de Deus em seus filhos. Mas está decidida a continuar sua atuação evangelizadora a fim de permanecer fiel à sua missão com a confiança posta na fidelidade de seu fundador e no poder do Espírito.

**229.** Não obstante o reino já se encontra nela. A presença da Igreja em nosso Continente é uma Boa Nova, porque ela, se bem que apenas em germe, cumula plenamente as esperanças e os anseios mais profundos dos nossos povos.

**253.** Neste mundo não conseguirá nunca a Igreja viver, em plenitude, sua vocação universal para a santidade. Permanecerá sempre composta de justos e pecadores. Mais: pelo coração de cada cristão passa a linha que divide a parte que temos de justos da que temos de pecadores.

**257.** A Igreja, enquanto povo de Deus, reconhece apenas uma autoridade: Cristo. Ele é o pastor que a guia. Todavia, os laços que a prendem a ele são muito mais profundos do que os de um simples trabalho de direção. Cristo é a autoridade da Igreja no sentido mais profundo da palavra, porque é seu autor. Porque é fonte de sua vida e unidade, sua cabeça. Esta capitalidade é a misteriosa relação vital que o vincula a todos os seus membros. Por isso a participação de sua autoridade aos pastores ao longo da história nasce e parte desta mesma realidade. É muito mais do que um simples poder jurídico. É verdadeira participação no mistério de sua capitalidade. E por isso é uma realidade de ordem sacramental.

**258.** Os Doze, presididos por Pedro, foram escolhidos por Jesus para participar dessa misteriosa relação que o prende à sua Igreja. Foram constituídos e consagrados por ele como sacramentos vivos de sua presença, para torná-lo presente e visível, como cabeça e pastor, no meio de seu povo. Desta comunhão profunda no mistério é que decorre como consequência o poder de 'atar e desatar'. Considerado em sua totalidade, o mistério hierárquico é uma realidade de ordem sacramental, vital e jurídica com a própria Igreja.

**259.** Este ministério foi confiado a Pedro e aos outros apóstolos, cujos sucessores são hoje em dia o Romano Pontífice e os bispos, a quem se unem como colaboradores os presbíteros e diáconos. Os pastores da Igreja não a guiam apenas em nome do Senhor: exercem também a função de mestres da verdade e presidem sacerdotalmente ao culto divino. O dever de obediência do povo de Deus aos pastores que o conduzem funda-se menos em considerações jurídicas do que no respeito de quem crê que neles o Senhor tem uma presença sacramental. Esta é sua realidade objetiva de fé, independente de toda consideração pessoal.

**266.** Ser peregrino implica sempre uma cota inevitável de insegurança e de risco. Ela é acrescida pela consciência de nossa fraqueza e nosso pecado. É parte do morrer cotidiano em Cristo. A fé no-lo permite assumir com esperança pascal. Os últimos dez anos têm sido violentos em nosso Continente. Mas caminhamos na certeza de que o Senhor saberá transformar a dor, o sangue e a morte, que no caminho da história vão deixando os nossos povos e a nossa Igreja, em sementes de ressurreição para a América Latina. Reconforta-nos o Espírito Santo e a Mãe fiel, sempre presentes no caminhar do povo de Deus.

**274.** Para os próprios cristãos, a Igreja deveria transformar-se num lugar em que aprendem a viver a fé experimentando-a e descobrindo-a encarnada nos outros. Do modo mais urgente, deveria ser a escola onde se eduquem homens capazes de fazer história, para levar eficazmente com Cristo a história de nossos povos até ao reino”.

**Nota:35**

**Puebla 270-281:** “270. O povo de Deus, como sacramento universal de salvação, está inteiramente a serviço da comunhão dos homens com Deus e do gênero humano entre si. A Igreja é, portanto, um povo de servidores. Seu modo próprio de servir é evangelizar; é um serviço que só ela pode prestar. Determina sua identidade e a originalidade de sua contribuição. Este serviço evangelizador da Igreja se dirige a todos os homens, sem distinção. Mas nele sempre há de refletir a especial predileção de Jesus pelos mais pobres e sofredores.

**271.** Dentro do povo de Deus, todos - hierarquia, leigos, religiosos - são servidores do Evangelho. Cada qual segundo seu papel e carisma próprios. A Igreja, como servidora do Evangelho, serve ao mesmo tempo a Deus e aos homens; mas para conduzir estes ao reino de seu Senhor, o único de quem ela, junto com a Virgem Maria, se proclama escrava e a quem subordina todo seu serviço humano.

**272.** A Igreja evangeliza, em primeiro lugar, mediante o testemunho global de sua vida. Assim, na fidelidade à sua condição de sacramento, trata de ser mais e mais um sinal transparente ou modelo vivo da comunhão de amor em Cristo que anuncia e se esforça por realizar. A pedagogia da encarnação nos ensina que os homens necessitam de modelos preclaros que os guiem. A América Latina necessita igualmente de tais modelos.

**273.** Cada comunidade eclesial deveria esforçar-se por constituir para o Continente um exemplo de modelo de convivência onde consigam unir-se a liberdade e a solidariedade, onde a autoridade se exerça com o espírito do Bom Pastor, onde se viva uma atitude diferente diante da riqueza, onde se ensaiem formas de organização e estruturas de participação, capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade, e, sobretudo, onde inequivocamente se manifeste que, sem uma radical comunhão com Deus em Jesus Cristo, qualquer outra forma de comunhão puramente humana acaba se tornando incapaz de sustentar-se e termina fatalmente voltando-se contra o próprio homem.

**274.** Para os próprios cristãos, a Igreja deveria transformar-se num lugar em que aprendem a viver a fé experimentando-a e descobrindo-a encarnada nos outros. Do modo mais urgente, deveria ser a escola onde se eduquem homens capazes de fazer história, para levar eficazmente com Cristo a história de nossos povos até ao reino.

**275.** Diante dos desafios históricos que enfrentam nossos povos, encontramos entre os cristãos dois tipos de reações extremas: os ‘passivistas’, que crêem não poder e não dever intervir, esperando que só Deus atue e liberte; os ‘ativistas’, que numa perspectiva secularizada, consideram Deus distante, como se houvesse entregue a completa responsabilidade da história aos homens, os quais, por essa razão, procuram angustiada e freneticamente levá-la para diante.

**276.** A atitude de Jesus foi outra. Nele culminou a sabedoria ensinada por Deus a Israel. Este havia encontrado Deus em meio a sua história. Deus o convidou a forjá-la juntos, em Aliança. Ele marcava o caminho e a meta e exigia a colaboração livre e confiante de seu povo. Jesus aparece igualmente, atuando na história, pela mão de seu Pai. Sua atitude é, ao mesmo tempo, de total confiança e de máxima co-responsabilidade e compromisso. Porque sabe que tudo está nas mãos do Pai, que cuida das aves e dos lírios do campo. Mas sabe também que a ação do Pai procura passar através da sua.

**277.** Como o Pai é o protagonista principal, Jesus procura seguir seus caminhos e ritmos. Sua preocupação de cada instante consiste em sintonizar fiel e rigorosamente com a vontade do Pai. Não basta conhecer a meta e caminhar para ela. Importa conhecer e esperar a hora, que para cada passo o Pai assinalou, perscrutando os sinais de sua Providência. Dessa docilidade filial dependerá toda a fecundidade da obra.

**278.** Além disso, Jesus entende perfeitamente que não se trata de libertar os homens do pecado e de suas dolorosas conseqüências. Ele sabe muito bem o que hoje tanto se cala na América Latina: que se deve libertar a dor pela dor, isto é, assumindo a Cruz e convertendo-a em fonte de vida pascal.

**279.** Para que a América Latina seja capaz de converter suas dores em crescimento para uma sociedade verdadeiramente participada e fraterna, precisa educar homens capazes de forjar a história segundo a ‘práxis’ de Jesus, entendida como a explicitamos a partir da teologia bíblica da história. O Continente precisa de homens conscientes de que Deus os chama para atuar na aliança com ele. Homens de coração dócil, capazes de tornar seus os caminhos e o ritmo que a Providência indique. Especialmente capazes de assumir sua própria dor e a de nossos povos e convertê-los, com espírito pascal, em exigência de conversão pessoal, em fonte de solidariedade com todos os que compartilham este sofrimento e em desafio para a iniciativa e a imaginação criadoras.

**280.** Através da ação de cristãos evangelicamente comprometidos, a Igreja pode completar sua missão de Sacramento de salvação tornando-se instrumento do Senhor, que dinamize eficazmente em direção a ele a história dos homens e dos povos.

**281.** A realização histórica desse serviço evangelizador será sempre árdua e dramática, porque o pecado, força de ruptura, há de impedir constantemente o crescimento no amor e a comunhão tanto a partir do coração dos homens, como a partir das diversas estruturas por eles criadas, nas quais o pecado de seus autores imprimiu sua marca destruidora. Neste sentido, a situação de miséria, marginalidade, injustiça e corrupção que fere nosso Continente, exige do povo de Deus e de cada cristão um autêntico heroísmo em seu compromisso evangelizador, a fim de poder superar semelhantes obstáculos. Diante de tal desafio, a Igreja sabe que é limitada e pequena, mas se sente animada pelo Espírito e protegida por Maria. Sua poderosa intercessão lhe permitirá superar as ‘estruturas do pecado’ na vida pessoal e social e lhe obterá a ‘verdadeira libertação’, que vem de Cristo Jesus (João Paulo II, Zapopán 11).

**LG 7-9:** “7. Ao se unir com a natureza humana e ao superar a morte, com sua própria morte e ressurreição, o Filho de Deus resgatou a humanidade e a transformou numa nova criatura (cf. Gl 6, 15; 2Cor 5, 17). Ao comunicar assim seu Espírito a seus irmãos, provenientes de todos os povos, constituiu, misticamente, um corpo para si.

Nesse corpo a vida de Cristo, que sofreu e foi glorificado, comunica-se aos fiéis, pelos sacramentos, de maneira não perceptível, mas real.

Pelo batismo nos tornamos semelhantes a Cristo: 'De fato, fomos todos batizados num único Espírito, para constituir um só corpo' (1Cor 12, 13). O rito batismal representa e realiza nossa comunhão na morte e na ressurreição de Cristo: 'Fomos sepultados com ele pelo batismo, na morte'; se pois 'fomos enxertados em sua morte, participaremos também de sua ressurreição' (Rm 6, 4-5).

Ao participarmos do pão eucarístico, que é realmente Corpo do Senhor, entramos todos em comunhão com ele, e entre nós. 'Há um só pão, embora muitos, somos um só corpo, todos os que participamos do mesmo pão' (1Cor 10, 17). Tornamo-nos membros deste corpo (cf. 1Cor 12, 27) e 'membros uns dos outros' (Rm 12, 5).

Assim como são muitos os membros do corpo humano, mas o corpo é um só, também os fiéis (cf. 1Cor 12, 12). Na edificação do corpo de Cristo há igualmente diversidade de membros e de funções. O Espírito é sempre o mesmo, que distribui os seus dons segundo sua generosidade, as necessidades do ministério e a utilidade da Igreja (cf. 1Cor 12, 1-11).

Dentre esses dons, está, em primeiro lugar, a graça dos apóstolos, a cuja autoridade o próprio Espírito submeteu todos os outros carismas (cf. 1Cor 14).

Esse mesmo Espírito, com seu vigor, entretém e anima o amor, princípio de unidade do corpo e garantia da articulação interna dos membros. Assim, quando um sofre, todos sofrem; quando um é gratificado, todos se alegram com ele (cf. 1Cor 12, 26).

A cabeça do corpo é Cristo. Imagem do Deus invisível, nele foram criadas todas as coisas. Existe antes de tudo e tudo nele subsiste. Ele é a cabeça do corpo, que é a Igreja. É o princípio. O primogênito dentre os que morreram, que detém o primado sobre todos (cf. Cl 1, 15-18). Domina as coisas do céu e da terra, com a grandeza do seu poder. Com a supereminente perfeição de sua atuação, cumula todo o corpo com a plenitude de seus bens (cf. Ef 1, 18-23).

Todos os membros devem assemelhar-se a ele, até que Cristo neles se forme (cf. Gl 4, 19). Por isso, revivemos os mistérios de sua vida, assemelhando-nos a ele, morrendo com ele e ressuscitando, até chegarmos a reinar com ele (cf. Fl 3, 21; 2Tm 2, 11; Ef 2, 6; Cl 2, 12 etc.). Sendo ainda peregrinos na terra, seguimos as suas pegadas na tribulação e na perseguição, associamo-nos a seus sofrimentos como o corpo à cabeça, participando da paixão para participar também de sua glorificação (cf. Rm 8, 17).

A partir de Cristo, dele 'recebendo o alimento e a coesão, através de todos os laços e articulações, o corpo inteiro cresce para Deus' (Cl 2, 19). O próprio Cristo distribui ininterruptamente os dons do ministério a seu corpo, a Igreja, graças aos quais prestamos serviço uns aos outros, para crescer em direção a ele, nossa cabeça, praticando a verdade, no amor (cf. Ef 4, 11-16).

Para nos renovarmos constantemente nele (cf. Ef 4, 23), deu-nos o seu Espírito, o mesmo e único Espírito que anima a cabeça e os membros, dá vida, unifica e move o corpo inteiro, a ponto de os santos padres chegarem a compará-lo à alma, princípio da vida que dá consistência ao corpo.

Cristo amou sua Igreja como sua esposa, tornando-se modelo do esposo virtuoso que ama sua esposa como a seu próprio corpo (cf. Ef 5, 25-28). A Igreja, por sua vez, é submissa à sua cabeça (ib. 23-24). Como 'a plenitude da divindade habita em Cristo, corporalmente' (Cl 2, 9), ele dota a Igreja, seu corpo e complemento (cf. Ef 1, 22-23), com seus dons divinos, a fim de que progrida e alcance a plenitude de Deus (cf. Ef 3, 19).

**8.** Mediador único, Cristo constituiu sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e caridade como realidade visível na terra, de que garante a continuidade, para a todos levar a verdade e a graça.

Sociedade hierarquicamente estruturada e corpo místico de Cristo, grupo visível de pessoas e comunidade invisível, Igreja terrestre, mas ao mesmo tempo cumulada de bens celestiais, não pode ser considerada duas coisas, mas uma única realidade complexa, composta de dois elementos, o humano e o divino.

Compara-se, pois, em profundidade, com o mistério do Verbo encarnado. Assim como a natureza humana, assumida pelo Verbo divino qual instrumento vivo da salvação, o serve, estando-lhe intimamente unida, a realidade social da Igreja está a serviço do Espírito de Cristo, que a anima, em vista do crescimento do corpo (cf. Ef 4, 16).

Assim é a única Igreja de Cristo, que professamos no Credo ser una, santa, católica e apostólica. Cristo ressuscitado a entregou aos cuidados de Pedro (cf. Jo 21, 17), confiou-a a ele e aos demais apóstolos, para ser difundida e governada (cf. Mt 28, 18ss) e a estabeleceu para sempre como alicerces e coluna da verdade (cf. 1Tm 3, 15).

Constituída e estabelecida assim como sociedade, neste mundo, a Igreja subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos, em comunhão com ele. Todavia, fora de sua realidade visível, encontram-se muitos elementos de santidade e de verdade. São riquezas autênticas da Igreja de Cristo. Verdadeiros apelos à unidade católica.

Ora, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, a Igreja é também chamada a trilhar o mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo, 'que existia na condição divina, aniquilou-se, assumindo a condição de servo' (Fl 2, 6-7), por nossa causa 'se tornou pobre, embora fosse rico' (2Cor 8, 9). Assim também a Igreja, apesar dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão, não cresce em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação que venha a proclamar, inclusive pelo exemplo.

Cristo foi enviado pelo Pai 'para evangelizar os pobres e aliviar os corações feridos' (Lc 4, 18), 'buscar e salvar os que se haviam perdido' (Lc 19, 10). Da mesma forma, a Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo.

'Santo, inocente e imaculado' (Hb 7, 26), Cristo jamais pecou (cf. 2Cor 5, 21). Veio se oferecer unicamente pelos pecados dos outros (cf. Hb 2, 17). A Igreja, porém, tendo em seu seio pecadores, é ao mesmo tempo santa e está em constante purificação, não deixando jamais de fazer penitência e de buscar sua própria renovação.

'A Igreja caminha entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus' anunciando a cruz e a morte do Senhor até que ele venha (cf. 1Cor 11, 26). Manifestar-se-á então em plena luz a força do Senhor ressuscitado que a sustenta e a faz superar com paciência e amor todas as aflições e dificuldades internas ou externas. Assim, a Igreja revela fielmente ao mundo o mistério de Cristo, embora de maneira velada.



**9.** Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecê-lo na verdade e servi-lo na santidade.

Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si.

Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. 'Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão' (Jr 31, 31-34).

Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11, 25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus. Os fiéis renasceram em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1, 23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renasceram não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3, 5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2, 9-10).

Cristo é a cabeça desse povo messiânico. 'Foi entregue à morte pelos nossos pecados, mas ressuscitou, para nos tornar justos' (cf. Rm 4, 25). Seu nome reina agora gloriosamente no céu, acima de todo nome. A condição desse povo messiânico é a da dignidade e da liberdade dos filhos de Deus, em cujo coração habita, como num templo, o Espírito Santo. Sua lei é o mandamento novo: amar assim como Cristo nos amou (cf. Jo 13, 34). Seu objetivo, o reino de Deus iniciado na terra pelo próprio Deus e destinado a crescer até o fim dos séculos. Deus então o consumará com a vinda de Cristo, nossa vida (cf. Cl 3, 4) e a 'libertação da criatura da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus' (Rm 8, 21).

É verdade que o povo messiânico não reúne, de fato, todos os homens. Às vezes parece até não ser senão um grupo insignificante. Mesmo assim é princípio eficaz de unidade, esperança e salvação para todo o gênero humano. Cristo o estabeleceu na comunhão da vida, do amor e da verdade. Assumiu-o como instrumento de redenção universal e o estabeleceu como luz do mundo e sal da terra (cf. Mt 5, 13-16), enviando-o a todo o universo.

Caminhando no deserto, Israel merece, desde então, o nome de Igreja de Deus (cf. Esd 13, 1; Nm 20, 4; Dt 23, 1). Da mesma forma, o novo Israel, que caminha na história, em direção à cidade futura que não passa (cf. Hb 13, 14), pode ser chamado Igreja de Cristo (cf. Mt 16, 18), pois foi adquirido com seu sangue (cf. At 20, 28) e Cristo o cumulou de seu Espírito, dotando-o de todos os recursos necessários ao convívio social visível. Deus constituiu como Igreja a reunião de todos os que reconhecem Jesus como autor da salvação, princípio de unidade e de paz. A Igreja é assim, para todos e para cada um dos homens em particular, o sacramento visível da unidade da salvação: estende-se a todas as latitudes e penetra toda a história humana, sem deixar de transcender a todos os tempos e limites.

A Igreja se alimenta da força da graça de Deus que lhe foi prometida pelo Senhor e caminha assim através de muitas tentações e sofrimentos. Apesar da fraqueza da carne, não deixará de ser fiel a seu Senhor, como esposa digna. Renova-se constantemente sob a ação do Espírito Santo, até que chegue, através da cruz, ao dia sem oca da ressurreição".

#### **Nota:36**

**Puebla 308-316:** "308. Não se pode desconhecer na AL a erupção da alma religiosa primitiva à qual se prende uma visão da pessoa como prisioneira das formas mágicas de ver o mundo e de atuar sobre ele. O homem não é dono de si, mas vítima de forças ocultas. Nesta visão determinista, não encontra outra atitude senão colaborar com essas forças ou aniquilar-se diante delas. Acresce ainda, às vezes, a crença na reencarnação por parte dos adeptos de várias formas de espiritismo e de religiões orientais. Não poucos cristãos, ignorando a autonomia própria da natureza e da história, continuam crendo que tudo o que acontece é determinado e imposto por Deus.

**309.** Uma variante desta visão determinista, porém mais de tipo fatalista e social, se apoia na idéia errônea de que os homens não são fundamentalmente iguais. Tal diferença articula nas relações humanas muitas discriminações e marginalizações incompatíveis com a dignidade do homem. Mais do que na teoria, essa falta de respeito à pessoa se manifesta em expressões e atitudes daqueles que se julgam superiores aos outros. Por isso, com frequência, domina uma situação de desigualdade em que vivem operários, camponeses, índios, empregadas domésticas e tantos outros setores.

**310.** Restrita até agora a certos setores da sociedade latino-americana, ganha cada vez mais importância a idéia de que a pessoa humana se reduz, em última instância, a seu psiquismo. Na visão psicologista do homem, segundo sua expressão mais radical, a pessoa se apresenta como vítima do instinto fundamental erótico ou com um simples mecanismo de resposta a estímulos, carente de liberdade. Fechada para Deus e para os homens, uma vez que a religião, como a cultura e a própria história seriam apenas sublimações do instinto sensual, a negação da própria responsabilidade conduz não poucas vezes ao pansexualismo e justifica o machismo latino-americano.

**311.** Sob o signo do econômico, podem-se assinalar na América Latina três visões do homem que, embora distintas, têm raiz comum. Das três talvez a menos consciente e, apesar de tudo, a mais generalizada seja a visão consumista. A pessoa humana está como que lançada na engrenagem da máquina da produção industrial; é vista apenas como instrumento de produção e objeto de consumo. Tudo se fabrica e se vende em nome dos valores do ter, do poder e do prazer, como se fossem sinônimos da felicidade humana. Impede-se assim o acesso aos valores espirituais e promove-se, em razão do lucro, uma aparente e mui onerosa 'participação' no bem comum.

**312.** A serviço da sociedade de consumo, mas projetando-se para além da mesma, o liberalismo econômico, de práxis materialista, apresenta-nos uma visão individualista do ser humano. Segundo esta visão, a dignidade da pessoa está na eficácia econômica e na liberdade individual. Encerrada em si própria e com frequência aferrada ao conceito religioso de salvação individual, cega-se para as exigências da justiça social e coloca-se a serviço do imperialismo internacional do dinheiro, a que se associam muitos governos esquecidos de suas obrigações em relação ao bem comum.



**313.** Oposto ao liberalismo econômico de forma clássica e em luta permanente contra as suas conseqüências injustas, o marxismo clássico substitui a visão individualista do homem por uma visão coletivista, quase messiânica, do mesmo. A meta existencial do ser humano coloca-se no desenvolvimento das forças materiais de produção. A pessoa não é originariamente sua consciência; é antes constituída por sua existência social. Despojada do arbítrio interno que lhe pode assinalar o caminho da realização pessoal, recebe suas normas de comportamento unicamente daqueles que são responsáveis pela mudança das estruturas sócio-político-econômicas. Desconhece, portanto, os direitos humanos, especialmente o direito à liberdade religiosa, que está na base de todas as liberdades. Desta forma, a dimensão religiosa, cuja origem estaria nos conflitos da infraestrutura econômica, se orienta para uma fraternidade messiânica sem relação com Deus. Materialista e ateu, o humanismo marxista reduz o ser humano, em última instância, às estruturas externas.

**314.** Menos conhecida, mas atuante na organização de não poucos governos da AL, a visão que poderíamos denominar estatista do homem tem sua base na teoria da Segurança Nacional. Submete o indivíduo ao serviço ilimitado da suposta guerra total contra os conflitos culturais, sociais, políticos e econômicos e através deles, contra a ameaça do comunismo. Ante este perigo permanente, real ou possível, se limitam, como em toda situação de emergência, as liberdades individuais; e a vontade do Estado se confunde com a vontade da Nação. O desenvolvimento econômico e o potencial bélico sobrepõem-se às necessidades das massas abandonadas. Embora necessária a toda a organização política, a Segurança Nacional, vista sob este ângulo, apresenta-se como um absoluto acima das pessoas. Em seu nome institucionaliza-se a insegurança dos indivíduos.

**315.** A organização técnico-científica de certos países está gerando uma visão cientificista do homem, cuja vocação é a conquista do universo. Nesta visão só se reconhece como verdade o que pode ser demonstrado pela ciência. O próprio homem é reduzido à sua definição científica. Em nome da ciência justifica-se tudo, até o que constitui uma afronta à dignidade humana. Simultaneamente se submetem as comunidades nacionais às decisões de um novo poder, a tecnocracia. Uma espécie de engenharia social pode controlar os espaços de liberdade dos indivíduos e instituições com o risco de reduzi-los a meros elementos de cálculo.

**316.** É grave obrigação nossa proclamar, ante os irmãos da AL, a dignidade que é própria de todos, sem nenhuma distinção e que, contudo, vemos calculada tantas vezes de maneira extrema. Ao reivindicar tal dignidade move-nos a revelação que está contida na mensagem e na própria pessoa de Jesus Cristo: 'Ele conhecia o que há no homem' (Jo 2,25); contudo não hesitou em 'tomar a forma de escravo' (Fl 2,7), nem se recusou a viver até à morte junto dos postergados, para fazê-los participantes da exaltação que ele próprio mereceu de Deus Pai".

#### Nota:37

**Puebla 321:** "Deve-se revalorizar entre nós a imagem cristã dos homens. É forçoso e indispensável que volte a ressoar essa palavra em que se vem cristalizando desde há muito tempo um sublime ideal de nossos povos, LIBERDADE. Esta liberdade é a um tempo dom e tarefa. Ela não se alcança verdadeiramente sem a libertação integral e é, em sentido válido, meta do homem segundo nossa fé, uma vez que 'para a liberdade é que Cristo nos libertou' (Gl 5,1) a fim de que tenhamos vida e a tenhamos em abundância, como 'filhos de Deus e co-herdeiros do próprio Jesus Cristo' (Rm 8,17).

**RH 13-14:** "13. Quando, através da experiência da família humana, em contínuo aumento a ritmo acelerado, penetramos no mistério de Jesus Cristo, compreendemos com maior clareza que, na base de todos aqueles caminhos ao longo dos quais - de acordo com a sabedoria do Sumo Pontífice Paulo VI - a Igreja dos nossos tempos deve prosseguir, existe uma única via: é aquela experimentada de há séculos, e é, ao mesmo tempo, a via do futuro. Cristo Senhor indicou este caminho sobretudo, quando - como ensina o Concílio - 'pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, se uniu de certo modo a cada homem'. A Igreja reconhece, portanto, como sua tarefa fundamental, fazer com que tal união se possa realizar e renovar continuamente. A Igreja deseja servir esta única finalidade: que cada homem possa encontrar Cristo, a fim de que Cristo possa percorrer juntamente com cada homem o caminho da vida, com a potência daquela verdade sobre o homem e sobre o mundo, contida no mistério da encarnação e da redenção, e com a potência do amor que de tal verdade irradia. Sobre o pano de fundo dos sempre crescentes processos na história, que em nossa época parecem frutificar de modo particular no âmbito de vários sistemas, de concepções ideológicas do mundo e de regimes, Cristo torna-se, de certo modo, novamente presente, apesar de todas as aparentes ausências, apesar de todas as limitações da presença e da atividade institucional da Igreja. E Jesus Cristo torna-se presente com a potência daquela verdade e daquele amor que nele se exprimiram como plenitude única e que não se pode repetir, se bem que a sua vida na terra tenha sido breve e ainda mais breve a sua atividade pública.

Jesus Cristo é o caminho principal da Igreja. Ele mesmo é o nosso caminho para 'a casa do Pai' e é também o caminho para cada homem. Por esta via que leva de Cristo ao homem, por esta via na qual Cristo se une a cada homem, a Igreja não pode ser travada por ninguém. Isso é exigência do bem temporal e do bem eterno do mesmo homem. Por respeito a Cristo e em razão daquele mistério que a vida da mesma Igreja constitui esta não pode permanecer insensível a tudo aquilo que serve o verdadeiro bem do homem, assim como não pode permanecer indiferente àquilo que o ameaça. O Concílio Vaticano II, em diversas passagens dos seus documentos, deixou bem expressa esta fundamental solicitude da Igreja, a fim de que 'a vida no mundo seja mais conforme com a dignidade sublime do homem', em todos os seus aspectos, e por tornar essa vida 'cada vez mais humana'. Esta é a solicitude do próprio Cristo, o Bom Pastor de todos os homens. Em nome de tal solicitude, conforme lemos na Constituição pastoral do Concílio, 'a Igreja que, em razão da sua missão e competência, de modo algum se confunde com a comunidade política nem está ligada a qualquer sistema político determinado, é ao mesmo tempo o sinal e a salvaguarda do caráter transcendente da pessoa humana'. Aqui, portanto, trata-se do homem em toda a sua verdade, com a sua plena dimensão. Não se trata do homem 'abstrato', mas sim real: do homem 'concreto, histórico'. Trata-se de 'cada' homem, porque todos e cada um foram compreendidos no mistério da redenção, e com todos e cada um Cristo se uniu, para sempre, através deste mistério. Todo homem vem ao mundo concebido no seio materno e nasce da própria mãe, e é precisamente por motivo do mistério da redenção que ele é confiado à solicitude da Igreja. Tal solicitude diz respeito ao homem todo, inteiro, e está centrada sobre ele de modo absolutamente particular. O objeto destes cuidados da Igreja é o homem na sua única e singular realidade humana, na qual permanece intacta a imagem e semelhança com o próprio Deus. O Concílio indica isto precisamente quando, ao falar de tal semelhança, lembra que o homem é 'a única criatura sobre a terra, querida por Deus por si mesma'. O homem tal como foi

'querido' por Deus, como por ele foi eternamente 'escolhido', chamado e destinado à graça e à glória, este homem assim é exatamente 'todo e qualquer' homem, 'o homem o mais concreto', o 'mais real'; este homem, depois, é o homem em toda a plenitude do mistério de que se tornou participante em Jesus Cristo, mistério de que se tornou participante cada um dos 4 bilhões de homens que vivem sobre o nosso planeta, desde o momento em que é concebido sob o coração da própria mãe.

**14.** A Igreja não pode abandonar o homem, cuja 'sorte', ou seja, a escolha, o chamamento, o nascimento e a morte, a salvação ou a perdição, estão de maneira tão íntima e indissolúvel unidos a Cristo. E trata-se aqui precisamente de todos e cada um dos homens sobre este planeta, nesta terra que o Criador deu ao primeiro homem, dizendo ao mesmo tempo ao homem e à mulher: 'submetei-a (a terra) e dominai-a'. Cada homem, pois, em toda a sua singular realidade do ser e do agir, da inteligência e da vontade, da consciência e do coração. O homem nessa sua singular realidade (porque é 'pessoa') tem uma história própria da sua vida e, sobretudo, uma história própria da sua alma. O homem que segundo a abertura interior do seu espírito, e conjuntamente a tantas e tão diversas necessidades do seu corpo e da sua existência temporal, escreve esta sua história pessoal, fá-lo através de numerosos ligames, contatos, situações e estruturas sociais, que o unem a outros homens; e faz isso a partir do primeiro momento da sua existência sobre a terra, desde o momento da sua concepção e do seu nascimento. O homem, na plena verdade da sua existência, do seu ser pessoal e, ao mesmo tempo, do seu ser comunitário e social - no âmbito da própria família, no âmbito de sociedades e de contextos bem diversos, no âmbito da própria nação, ou povo (e, talvez, ainda somente do clã ou da tribo), enfim, no âmbito de toda a humanidade - este homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento da sua missão: ele é a 'primeira e fundamental via da Igreja', via traçada pelo próprio Cristo e via que imutavelmente conduz através do mistério da encarnação e da redenção.

Este homem assim precisamente, em toda a verdade da sua vida, com a sua consciência, com a sua contínua inclinação para o pecado e, ao mesmo tempo, com a sua contínua aspiração pela verdade, pelo bem, pelo belo, pela justiça e pelo amor, precisamente um tal homem tinha diante dos olhos o Concílio Vaticano II, quando, ao delinear a sua situação no mundo contemporâneo, se transferia sempre das componentes externas desta situação para a verdade imanente da humanidade: 'É no íntimo do homem precisamente que muitos elementos se combatem entre si. Enquanto, por uma parte, ele se experimenta, como criatura que é, multiplamente limitado, por outra, sente-se ilimitado nos seus desejos e chamado a uma vida superior. Atraído por muitas solicitações, vê-se obrigado a escolher entre elas e a renunciar a algumas. Mais ainda, fraco e pecador, faz muitas vezes aquilo que não quer e não realiza o que desejaria fazer. Sofre, assim, em si mesmo a divisão, da qual tantas e tão graves discórdias se originam para a sociedade'.

É este homem assim que é a via da Igreja; via que se encontra, de certo modo, na base de todas aquelas vias pelas quais a Igreja deve caminhar: porque o homem - todos e cada um dos homens, sem exceção alguma - foi remido por Cristo; e porque com o homem - cada homem, sem exceção alguma - Cristo de algum modo se uniu, mesmo quando tal homem disse não se acha consciente: 'Cristo, morto e ressuscitado por todos os homens, a estes - a todos e a cada um dos homens - oferece sempre... a luz e a força para poderem corresponder à sua altíssima vocação'.

Sendo, portanto, o homem a via da Igreja, via da sua vida e experiência cotidianas, da sua missão e atividade, a Igreja do nosso tempo tem de estar, de maneira sempre renovada, bem ciente da 'situação' de tal homem. E mais: a Igreja deve estar bem ciente das suas possibilidades, que tomam sempre nova orientação e assim se manifestam; ela tem de estar bem ciente, ao mesmo tempo ainda, das ameaças que se apresentam contra o homem. Ela deve estar cônica, além disso, de tudo aquilo que parece ser contrário ao esforço para que 'a vida humana se torne cada vez mais humana' e para que tudo aquilo que compõe esta mesma vida corresponda à verdadeira dignidade do homem. Numa palavra, a Igreja deve estar bem cônica de tudo aquilo 'que é contrário' a tal processo de nobilitação da vida humana".

#### **Nota:38**

cf. **Puebla 317-339:** "317. Professamos pois que todo homem e toda mulher, por mais insignificantes que pareçam, têm em si a nobreza inviolável que eles próprios e os demais devem respeitar e fazer respeitar, incondicionalmente; professamos também que toda a vida humana merece por si mesma, em qualquer circunstância, sua dignificação; e que toda convivência humana tem que fundar-se no bem comum, que consiste na realização cada vez mais fraterna da dignidade comum e que exige não se instrumentalizem uns em favor de outros e que todos estejam dispostos a sacrificar até seus bens particulares.

**318.** Condenamos todo menosprezo, diminuição ou injúria às pessoas e seus direitos inalienáveis; todo atentado contra a vida humana, desde a que está oculta no seio materno até à que se julga inútil a que define na velhice; toda violação ou degradação da convivência entre os indivíduos, os grupos sociais e as nações.

**319.** É certo que o mistério do homem só se ilumina perfeitamente pela fé em Jesus Cristo, o qual tem sido para a AL fonte histórica do anseio de dignidade, que hoje é clamoroso em nossos povos cheios de fé e sofridos. Só a aceitação e o seguimento de Jesus Cristo nos abrem para as certezas mais reconfortantes e para as exigências mais fecundas e difíceis da dignidade humana, uma vez que esta tem sua raiz na vocação gratuita para vida que o Pai Celeste vai fazendo ouvir, de modo novo, através dos combates e das esperanças da história. Mas não temos dúvida de que, ao lutar pela dignidade, estamos unidos a outros homens lúcidos que se esforçam sinceramente por libertar-se de enganos e atos de paixão e seguem a luz do Espírito que o Criador lhes concedeu para reconhecer na própria pessoa e na pessoa dos outros um dom magnífico, um valor irrenunciável, uma tarefa transcendente.

**320.** Desto modo, sentimo-nos urgidos a cumprir, por todos os meios, o que pode ser o imperativo original desta hora de Deus, em nosso Continente: uma audaciosa profissão de cristianismo e um promoção eficiente da dignidade humana e de seus fundamentos divinos, precisamente entre os que mais necessitam, ou porque a desprezam ou sobretudo porque, sofrendo este desprezo, buscaram - talvez às cegas - a liberdade dos filhos de Deus e o advento do homem novo em Jesus Cristo.

**321.** Deve-se revalorizar entre nós a imagem cristã dos homens. É forçoso e indispensável que volte a ressoar essa palavra em que se vem cristalizando desde há muito tempo um sublime ideal de nossos povos, LIBERDADE. Esta liberdade é a um tempo dom e tarefa. Ela não se alcança verdadeiramente sem a libertação integral e é, em sentido válido, meta do homem segundo nossa fé, uma vez que 'para a liberdade é que Cristo

nos libertou' (Gl 5,1) a fim de que tenhamos vida e a tenhamos em abundância, como 'filhos de Deus e co-herdeiros do próprio Jesus Cristo' (Rm 8,17).

**322.** A liberdade implica sempre aquela capacidade que todos temos, em princípio, de dispor de nós mesmos, a fim de irmos construindo uma comunhão e uma participação que não se plasmar em realidades definitivas, em três planos inseparáveis: a relação do homem com o mundo como senhor, com as pessoas como irmão e com Deus como filho.

**323.** Pela liberdade, projetada sobre o mundo material da natureza e da técnica, o homem - sempre em comunidade de múltiplos esforços - consegue a realização inicial de sua dignidade: submeter este mundo, através do trabalho e da sabedoria, e humanizá-lo de acordo com os desígnios do Criador.

**324.** Mas a dignidade do homem verdadeiramente livre exige que ele não se deixe enclausurar nos valores do mundo, particularmente nos bens materiais, mas que, como ser espiritual que é, se liberte de qualquer escravidão e vá mais além até ao plano superior das relações pessoais onde se encontra consigo e com os demais. A dignidade dos homens se realiza aqui, no amor fraterno, entendido com toda a amplitude que o Evangelho lhe deu e que inclui o serviço mútuo, a aceitação e promoção prática dos outros, especialmente dos mais necessitados.

**325.** Entretanto não seria possível a obtenção autêntica e permanente da dignidade humana neste nível, se não estivéssemos ao mesmo tempo autenticamente libertados para realizar-nos no plano transcendente. Este é o plano do Bem Absoluto no qual está sempre em causa a nossa liberdade, até quando parecemos ignorá-lo. É o plano da confrontação iniludível com o mistério divino de alguém que, na qualidade de Pai, chama os homens e lhes dá a capacidade de ser livres, que os guia providencialmente e, já que eles podem fechar-se a ele e até mesmo rejeitá-lo, os julga e sanciona para a vida ou para a morte eterna, de acordo com aquilo que tenham realizado livremente. É uma imensa responsabilidade que é outro sinal da grandeza mas também do risco que se inclui na dignidade humana.

**326.** Através da unidade indissolúvel destes três planos aparecem melhor as exigências de comunhão e participação que brotam desta dignidade. Se no plano transcendente se realiza em plenitude nossa liberdade pela aceitação filial e fiel de Deus, entramos em comunhão de amor com o mistério divino e participamos de sua própria vida. O contrário é romper com o amor filial, repelir e desprezar o Pai. São duas possibilidades extremas que a revelação cristã chama graça e pecado. Elas, porém, não se realizam a não ser estendendo-se simultaneamente aos outros dois planos, com imensas conseqüência, para a dignidade humana.

**327.** O amor de Deus que nos dignifica radicalmente se faz necessariamente comunhão de amor com os outros homens e participação fraterna; para nós, hoje em dia, deve tornar-se sobretudo obra de justiça para com os oprimidos, esforço de libertação para quem mais precisa. De fato, 'ninguém pode amar a Deus a quem não vê, se não ama o irmão a quem vê' (1Jo 4,20). Todavia, a comunhão e a participação verdadeiras só podem existir nesta vida projetadas no plano bem concreto das realidades temporais, de tal modo que o domínio, o uso e a transformação dos bens da terra, dos bens da cultura, da ciência e da técnica se vão realizando em um justo e fraterno domínio do homem sobre o mundo, tendo-se em conta o respeito da ecologia. O Evangelho nos deve ensinar, em face das realidades em que vivemos imersos, que não se pode atualmente na AL amar de verdade o irmão nem portanto a Deus sem que o homem se comprometa pessoalmente e, em muitos casos, até estruturalmente com o serviço e promoção dos grupos humanos e dos estratos sociais mais pobres e humilhados, arcando com todas as conseqüências que se seguem no plano destas realidades temporais.

**328.** Mas a uma atitude pessoal de pecado, à ruptura com Deus que degrada o homem, corresponde sempre, no plano das relações interpessoais, a atitude de egoísmo, de orgulho, de ambição e inveja que geram injustiça, dominação e violência em todos os níveis; corresponde à luta entre indivíduos, grupos, classes sociais e povos bem como a corrupção, o hedonismo, a exacerbação sexual e a superficialidade nas relações mútuas. Conseqüentemente se estabelecem situações de pecado que, em nível mundial, escravizam a tantos homens e condicionam adversamente a liberdade de todos.

**329.** Temos de nós libertar deste pecado; do pecado que destrói a dignidade humana. Libertamo-nos participando da vida nova que Jesus Cristo nos traz e também pela comunhão com ele no mistério da sua morte e ressurreição, sob a condição de vivermos este mistério nos três planos já indicados, sem tornar exclusivo nenhum deles. Assim não o reduziremos ao verticalismo da união espiritual com Deus desencarnada, nem ao simples personalismo existencial feito de laços entre indivíduos ou pequenos grupos, nem muito menos ao horizontalismo sócio-econômico-político.

**330.** O pecado está minando a dignidade humana que Jesus Cristo resgatou. Através de sua mensagem, de sua morte e ressurreição, ele nos deu a vida divina: dimensão insuspeitada e eterna da nossa existência terrena. Jesus Cristo, que está vivo em sua Igreja, sobretudo entre os mais pobres, quer hoje enaltecer esta semelhança com o Deus de seu povo: pela participação do Espírito Santo em Cristo também nós podemos chamar a Deus de Pai e nos tornarmos radicalmente irmãos. Ele nos faz tomar consciência do pecado contra a dignidade humana, que se alastra pela AL; enquanto este pecado destrói a vida divina do homem, é o maior dano que uma pessoa pode causar-se a si mesma e aos demais. Cristo, finalmente, nos oferece a sua graça mais abundante que o nosso pecado. Dele vem o vigor que nos permite libertar-nos a nós e libertar os outros do mistério da iniquidade.

**331.** Jesus Cristo restaurou a dignidade original que os homens tinham recebido ao serem criados por Deus à sua imagem, ao serem chamados a uma santidade ou consagração total ao Criador e destinados a conduzir a história até a manifestação definitiva deste Deus que difunde sua bondade para alegria eterna de seus filhos em um reino que já começou.

**332.** Em Jesus Cristo chegamos a ser filhos de Deus, irmãos seus e participantes de seu destino, como agentes responsáveis movidos pelo Espírito Santo para construirmos a Igreja do Senhor.

**333.** Em Jesus Cristo descobrimos a imagem do 'homem novo' (Cl 3,10) à qual fomos configurados pelo batismo e pela qual fomos assinalados pela confirmação - imagem também daquilo a que todo homem é chamado a ser, fundamento último de sua dignidade. Ao apresentar a Igreja, mostramos como nela tem de se expressar e realizar comunitariamente a dignidade humana. Em Maria encontramos a figura concreta em que culmina toda libertação e santificação na Igreja. Estas figuras têm que robustecer hoje os esforços dos fiéis latino-americanos em sua luta em prol da dignidade humana.

**334.** Perante Cristo e Maria devem revalorizar-se na AL os grandes traços da verdadeira imagem do homem e da mulher: sendo todos fundamentalmente iguais membros da mesma estirpe, apesar da diversidade de sexos, de línguas, de culturas e de formas de religiosidade, temos por vocação comum um destino único que - por incluir o alegre anúncio de nossa dignidade - nos converte em evangelizados e evangelizadores de Cristo neste Continente.

**335.** Nesta pluralidade e igualdade de todos, cada um conserva seu lugar e seu valor irrepetíveis, pois também cada homem latino-americano deve sentir-se amado por Deus e escolhido por ele desde toda a eternidade, por mais que os homens não apreciem esse valor e esse lugar ou por pouco que cada um se estime a si próprio. Como pessoas em diálogo, não podemos realizar nossa dignidade senão como senhores co-responsáveis de um destino comum do qual Deus nos tornou capazes, inteligentes, isto é, aptos para discernir a verdade e segui-la diante do erro e do engano, livres, isto é, não submetidos inexoravelmente aos processos econômicos e políticos, embora nos reconheçamos humildemente condicionados por eles e obrigados a humanizá-los, submetidos, ao invés, a uma lei moral que vem de Deus e se faz ouvir na consciência dos indivíduos e dos povos, ensinando, admoestando, repreendendo e enchendo-nos da verdadeira liberdade dos filhos de Deus.

**336.** Por outro lado, Deus nos deu a existência em um corpo pelo qual temos a possibilidade de nos comunicar com os outros e de enobrecer o mundo. Por sermos homens, precisamos da sociedade onde estamos imersos e que vamos transformando e enriquecendo com a nossa contribuição em todos os níveis, desde a família e os grupos intermediários até ao Estado, cuja função indispensável consiste no serviço das pessoas e da própria comunidade internacional. É necessária a sua integração, sobretudo a integração latino-americana.

**337.** Alegremo-nos, por isso, de que também em nossos povos se crie uma legislação em defesa dos direitos humanos.

**338.** A Igreja tem obrigação de pôr em relevo este aspecto integral da evangelização, primeiro pela constante revisão de sua própria vida e depois pelo anúncio fiel e pela denúncia profética. Para que tudo isso se faça de acordo com o espírito de Cristo, devemos exercitar-nos no discernimento das situações e dos chamados concretos que o Senhor faz em cada tempo. Isto exige atitude de conversão e de abertura e um sério compromisso com aquilo que foi reconhecido como autenticamente evangélico.

**339.** Só assim se chegará a viver o que é mais característico da mensagem cristã a respeito da dignidade humana, a qual está em ser mais e não ter mais. Isto se viverá tanto entre os homens que, acossados pelo sofrimento, miséria, perseguição e morte, não vacilam em aceitar a vida no espírito das bem-aventuranças, quanto entre aqueles que, renunciando a uma vida de prazer e de facilidades, dedicam-se a praticar de um modo realista, no mundo de hoje, as obras de serviço aos outros, critério e medida pelos quais Jesus Cristo há de julgar até aqueles que não o tiverem reconhecido".

**Nota:39**

cf. **Jo 10,10**: "O ladrão só vem para roubar, matar e destruir. Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância".

**Nota:40**

**Mc 10,45**: "Porque o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos".

**Nota:41**

cf. **Sl 71,12-13** : "Ó Deus, não fiques longe de mim! Meu Deus, vem depressa me socorrer. Fiquem envergonhados e arruinados aqueles que perseguem a minha vida. Fiquem cobertos de ultraje e desonra os que buscam o mal contra mim".

**Sl 34,10**: "Tema a Javé, povo consagrado a Javé, pois nada falta aos que o temem".

**Nota:42**

**Lc 4,18-19**: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor".

**Nota:43**

**2Cor 8,9**: "De fato, vocês conhecem a generosidade de nosso Senhor Jesus Cristo; ele, embora fosse rico, se tornou pobre por causa de vocês, para com a sua pobreza enriquecer a vocês".

**Fl 2,7**: "Pelo contrário, esvaziou-se a si mesmo, assumindo a condição de servo e tornando-se semelhante aos homens. Assim, apresentando-se como simples homem".

**Nota:44**

**Puebla 1141-1142**: "1141. O compromisso evangélico da Igreja, como disse o papa, deve ser como o de Cristo: um compromisso com os mais necessitados (cf. Lc 4,18-21; Discurso Inaugural, III, 3). Por conseguinte, a Igreja deve ter os olhos em Cristo quando se pergunta qual há de ser a sua ação evangelizadora. O Filho de Deus demonstrou a grandeza deste compromisso ao fazer-se homem, pois identificou-se com os homens tornando-se um deles, solidário com eles e assumindo a situação em que se encontram, em seu nascimento, em sua vida e, sobretudo, em sua paixão e morte, na qual chegou à expressão máxima da pobreza.

**1142.** Só por este motivo, os pobres merecem uma atenção preferencial, seja qual for a situação moral ou pessoal em que se encontrem. Criados à imagem e semelhança de Deus para serem seus filhos, esta imagem jaz obscurecida e também escarnekida. Por isso, Deus toma sua defesa e os ama. Assim é que os pobres são os primeiros destinatários da missão e sua evangelização é o sinal e prova por excelência da missão de Jesus".

**Nota:45**

Pobre aqui se entende conforme o Doc. de **Puebla, 331**: "Jesus Cristo restaurou a dignidade original que os homens tinham recebido ao serem criados por Deus à sua imagem, ao serem chamados a uma santidade ou consagração total ao Criador e destinados a conduzir a história até a manifestação definitiva deste Deus que difunde sua bondade para alegria eterna de seus filhos em um Reino que já começou".

**Nota:46**

**João Paulo II**, Discurso Inaugural de Puebla III, 3: "3.1. Quem está familiarizado com a história da Igreja, sabe que em todos os tempos houve admiráveis figuras de bispos profundamente empenhados na promoção e na corajosa defesa da dignidade humana daqueles que o Senhor lhes havia confiado. Sempre o fizeram sob o

imperativo de sua missão episcopal, porque para eles a dignidade humana é um valor evangélico que não pode ser desprezado sem grande ofensa ao Criador.

Esta dignidade é conculcada, em nível individual, quando não são devidamente levados em conta valores como a liberdade, o direito a professar a religião, a integridade física e psíquica, o direito aos bens essenciais, à vida. É conculcada em nível social e político, quando o homem não pode exercer seu direito de participação ou é sujeito a injustas e ilegítimas coerções, ou submetido a torturas físicas ou psíquicas etc.

Não ignoro quantos problemas se colocam hoje, neste assunto, na América Latina. Como bispos não podeis desinteressar-vos deles. Sei que vos propondes levar a cabo uma séria reflexão sobre as relações e implicações existentes entre evangelização e promoção humana ou libertação, considerando, em campo tão amplo e importante, o específico da presença da Igreja.

Aqui é onde encontramos, e leva-nos à prática concretamente, os temas que abordamos ao falar da verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre o homem.

**3.2.** Se a Igreja se faz presente na defesa ou na promoção da dignidade do homem, o faz na linha de sua missão, que, mesmo sendo de caráter religioso e não social ou político, não pode deixar de considerar o homem na integridade de seu ser. O Senhor delineou na parábola do bom samaritano o modelo da atenção a todas as necessidades humanas, e declarou que, em última análise, se identificará com os deserdados - enfermos, encarcerados, famintos, solitários - a quem se tenha estendido a mão. A Igreja aprendeu nestas e noutras páginas do Evangelho que sua missão evangelizadora possui como parte indispensável a ação pela justiça e as tarefas de promoção do homem e que entre evangelização e promoção humana existem laços bem fortes de ordem antropológica, teológica e de caridade; de modo que a evangelização não seria completa se não se levasse em conta a interpelação recíproca que no curso dos tempos se estabelece entre o Evangelho e a vida concreta pessoal e social do homem (EN 29).

Tenhamos presente, por outro lado, que a ação da Igreja em campos como os da promoção humana, do desenvolvimento, da justiça, dos direitos da pessoa, quer estar sempre a serviço do homem; e ao homem tal como o vê na visão cristã da antropologia que adota. Não necessita pois recorrer a sistemas e ideologias para amar, defender e colaborar na libertação do homem: no centro da mensagem da qual é depositária e anunciadora, ela encontra inspiração para agir em favor da fraternidade, da justiça, da paz, contra todas as dominações, escravidões discriminações, violências, atentados à liberdade religiosa, agressões contra o homem e tudo que atenta contra a vida.

**3.3.** Não é pois por oportunismo nem por afã de novidade que a Igreja, 'perita em humanidade' (Paulo VI, Discurso na ONU, 5.10.1965), é defensora dos direitos humanos. É por um autêntico 'compromisso evangélico', o qual, como sucedeu com Cristo, é, sobretudo, compromisso com os mais necessitados.

Fiel a este compromisso, a Igreja quer manter-se livre diante dos sistemas opostos para optar só pelo homem. Quaisquer que sejam as misérias ou sofrimentos que aflijam ao homem; não através da violência, dos jogos, do poder, dos sistemas políticos, mas por meio da verdade sobre o homem, caminha para um futuro melhor.

**3.4.** Nasce daí a constante preocupação da Igreja pela delicada questão da propriedade. Uma prova disto são os escritos dos padres da Igreja através do primeiro milênio do cristianismo (Santo Ambrósio, De Nabuthe, c. 12, n. 53; PL 14, 747). Claramente o demonstra a sólida doutrina de Santo Tomás de Aquino, repetida tantas vezes. Em nossos tempos, a Igreja apelou aos mesmos princípios em documentos de grande alcance como são as encíclicas sociais dos últimos papas. Com uma força e profundidade particular, falou deste tema o Papa Paulo VI em sua encíclica 'Populorum Progressio'.

Esta voz da Igreja, eco da voz da consciência humana que não cessou de ressoar através dos séculos em meio dos mais variados sistemas e condições sócio-culturais merece e necessita ser ouvida também em nossa época, quando a riqueza crescente de uns poucos continua paralela à crescente miséria das massas.

É então que adquire caráter urgente o ensinamento da Igreja, segundo o qual sobre toda propriedade privada pesa uma 'hipoteca social'. Com respeito a este ensinamento a Igreja possui uma missão a cumprir: deve pregar, educar as pessoas e as coletividades, formar a opinião pública, orientar os responsáveis dos povos. Deste modo estará trabalhando a favor da sociedade, dentro da qual este princípio cristão e evangélico acabará dando frutos de uma distribuição mais justa e equitativa dos bens, não só dentro de cada nação, mas também no mundo internacional em geral, evitando que os países mais fortes usem seu poder em detrimento dos mais fracos.

Aqueles sobre os quais recai a responsabilidade da vida pública dos Estados e Nações deverão compreender que a paz interna e a paz internacional só estarão asseguradas se vigorar um sistema social e econômico baseado sobre a justiça.

Cristo não permaneceu indiferente diante deste vasto e exigente imperativo da moral social. Tampouco poderia fazê-lo a Igreja. No espírito da Igreja, que é o espírito de Cristo, e apoiados em sua doutrina ampla e sólida, voltamos ao trabalho neste campo.

Deve-se sublinhar aqui novamente que a solicitude da Igreja visa o homem em sua integridade.

Por esta razão, é condição indispensável para que um sistema econômico seja justo, que propicie o desenvolvimento e a difusão da instrução pública e da cultura. Quanto mais justa for a economia, tanto mais profunda será a consciência da cultura. Isto se harmoniza perfeitamente com o que afirmava o Concílio: que para alcançar uma vida digna do homem, não é possível limitar-se a 'ter mais', deve-se aspirar a 'ser mais'.

Bebei, pois, irmãos, destas fontes autênticas, falai com a linguagem do Concílio, de João XXIII, de Paulo VI; é a linguagem da experiência, da dor, da esperança da humanidade contemporânea.

Quando Paulo VI declarava que o desenvolvimento é o novo nome da paz, tinha presentes todos os laços de interdependência que existem não só dentro das nações mas também fora delas, em nível mundial. Levava em consideração os mecanismos que, por encontrar-se impregnados não de autêntico humanismo, mas de materialismo, produzem em nível internacional ricos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres.

Não existe regra econômica capaz de mudar por si mesma estes mecanismos. Deve-se apelar, na vida internacional, aos princípios da ética, às exigências da justiça, ao mandamento primeiro, que é o do amor. Deve-se dar primazia à moral, ao espiritual, ao que nasce da verdade plena sobre o homem.

Quis manifestar-vos estas reflexões, que creio bem importantes, embora não devam separar-vos do tema central da Conferência: ao homem, à justiça, chegaremos mediante a evangelização.



**3.5.** Diante do que disse até aqui, a Igreja vê com profunda dor 'o aumento maciço, por vezes, de violações de direitos humanos em muitas partes do mundo... Quem pode negar que hoje em dia existem pessoas individuais e poderes civis que violam impunemente direitos fundamentais da pessoa humana, tais como o direito de nascer, o direito à vida o direito à procriação responsável, ao trabalho, à paz, à liberdade e à justiça social; o direito de participar nas decisões que concernem ao povo e às nações? E que dizer quando nos encontramos diante de formas variadas de violência coletiva, como a discriminação racial de indivíduos e grupos, a tortura física e psicológica de prisioneiros e dissidentes políticos? Cresce o elenco quando olhamos os exemplos de seqüestros de pessoas, os raptos motivados pelo afã de lucro material que investem tão dramaticamente contra a vida familiar e a estrutura da sociedade' (João Paulo II, Mensagem à ONU, 2.12.1978). Clamamos novamente: Respeitai o homem! Ele é imagem de Deus! Evangelizai para que isto seja uma realidade! Para que o Senhor transforme os corações e humanize os sistemas políticos e econômicos, partindo do empenho responsável do homem.

**3.6.** Deve-se animar os compromissos pastorais neste campo com uma reta concepção cristã da libertação. 'A Igreja sente o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, o dever de ajudar a que se consolide esta libertação' (EN 30); mas sente também o dever correspondente de proclamar a libertação em seu sentido integral, profundo, como o anunciou e realizou Jesus. 'Libertação de tudo o que oprime o homem, mas que é, antes de tudo, salvação do pecado e do maligno, dentro da alegria de conhecer a Deus e de ser conhecido por ele' (EN 9). Libertação feita de reconciliação e perdão. Libertação que nasce da realidade de ser filhos de Deus, a quem somos capazes de chamar Abba, Pai!, e pelo qual reconhecemos em todo homem um irmão nosso, capaz de ser transformado em seu coração pela misericórdia de Deus.

Libertação que nos leva, com a energia da caridade, à comunhão, cujo cume e plenitude encontramos no Senhor. Libertação como superação das diversas escravidões e ídolos que o homem se fabrica e como crescimento do homem novo.

Libertação que, dentro da missão própria da Igreja não pode reduzir-se à simples e estreita dimensão econômica, política, social ou cultural... que jamais se pode sacrificar às exigências de uma estratégia qualquer, de uma práxis ou de um êxito a curto prazo (EN 33).

Para salvaguardar a originalidade da libertação cristã das energias que é capaz de desenvolver, é necessário a todo custo, como pedia o Papa Paulo VI, evitar reducionismos e ambigüidades: 'A Igreja perderia seu significado mais profundo. Sua mensagem de libertação não teria nenhuma originalidade e se prestaria a ser dominada e manipulada pelos sistemas ideológicos e pelos partidos políticos' (EN 32). Existem muitos sinais que ajudam a discernir quando se trata de uma libertação cristã e quando, ao invés, se nutre, de preferência, de ideologias que lhe subtraem a coerência com uma visão evangélica do homem, das coisas, dos acontecimentos. São sinais que derivam dos conteúdos que anunciam ou das atitudes concretas que assumem os evangelizadores. É preciso observar, em nível de conteúdos, qual seja a fidelidade à palavra de Deus, à tradição viva da Igreja, a seu magistério. Quanto às atitudes deve-se ponderar qual seja seu sentido de comunhão com os bispos, em primeiro lugar, e com os demais setores do povo de Deus; qual é a contribuição que se dá à construção efetiva da comunidade e qual a forma de dirigir com amor sua solicitude para com os pobres, os enfermos, os despojados, os desamparados, os oprimidos e como descobrindo neles a imagem do Jesus 'pobre e paciente se esforça em remediar suas necessidades e servir neles a Cristo' (LG 8). Não nos enganemos: os fiéis humildes e simples, como por instinto evangélico, percebem espontaneamente quando se serve na Igreja ao Evangelho e quando ele é esvaziado e asfiziado com outros interesses.

Como vedes, conserva toda sua validade o conjunto de observações que sobre o tema da libertação fez a 'Evangelii Nuntiandi'.

**3.7.** Tudo que recordamos acima constitui um rico e complexo patrimônio que a 'Evangelii Nuntiandi' denomina doutrina social ou ensinamento social da Igreja. Esta nasce à luz da palavra de Deus e do magistério autêntico, da presença dos cristãos no seio das situações em transformação do mundo, em contato com os desafios que delas provêm. Tal doutrina social comporta, portanto, princípios de reflexão, mas também normas de julgamento e diretrizes de ação.

Confiar, responsabilmente, nesta doutrina social, mesmo quando alguns procuram semear dúvidas e desconfianças sobre ela, estudá-la com seriedade, procurar aplicá-la, ensiná-la, ser fiel a ela é, num filho da Igreja, garantia de autenticidade de seu compromisso nas delicadas e exigentes tarefas sociais e de seus esforços em favor da libertação ou da promoção de seus irmãos.

Permiti, pois, que recomende à vossa especial atenção pastoral a urgência de sensibilizar a vossos fiéis a respeito desta doutrina social da Igreja.

Deve-se colocar particular cuidado na formação de uma consciência social em todos os níveis e em todos os setores. Quando aumentam as injustiças e cresce dolorosamente a distância entre pobres e ricos, a doutrina social, em forma criativa e aberta aos amplos campos da presença da Igreja, deve ser precioso instrumento de formação e de ação. Isto vale, particularmente, em relação aos leigos. 'Competem aos leigos, propriamente, embora não exclusivamente, as tarefas e o dinamismo seculares' (GS 43). É necessário evitar adulterações e estandar, seriamente, quando certas formas de suplência mantêm sua razão de ser. Não são os leigos os chamados, em virtude de sua vocação na Igreja, a dar sua contribuição nas dimensões políticas, econômicas e a estar eficazmente presentes na tutela e promoção dos direitos humanos?'

**Puebla 1134:** "A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação".

**Nota:47**

**Puebla 1158, 1140:** "1158. Esta conversão traz consigo a exigência de um estilo de vida austero e uma total confiança no Senhor, já que na sua ação evangelizadora a Igreja contará mais com o ser e poder de Deus e de sua graça do que com o 'ter mais' e o poder secular. Assim, apresentará uma imagem autenticamente pobre, aberta a Deus e ao irmão, sempre disponível, onde os pobres têm capacidade real de participação e são reconhecidos pelo valor que têm.



**1140.** Na Igreja da América Latina, nem todos nos temos comprometido bastante com os pobres; nem sempre nos preocupamos com eles e somos com eles solidários. O serviço do pobre exige, de fato, uma conversão e purificação constante, em todos os cristãos, para conseguir-se uma identificação cada dia mais plena com Cristo pobre e com os pobres”.

**João Paulo II**, aos Bispos do Brasil em Fortaleza, 6.9: “Sede, em nome do Evangelho, promotores dos grandes valores humanos. E, antes de tudo, da verdadeira dignidade do homem, filho e imagem de Deus, irmão e herdeiro de Jesus Cristo. Vossa vocação de bispo vos proíbe, com clareza total e, sem meias-tintas, tudo quanto se pareça com partidarismos políticos, sujeição a tal ou qual ideologia ou sistema, mas não proíbe, antes convida a estar próximo e a serviço de todos os homens, especialmente dos mais desvalidos e necessitados. Vós sabeis que a opção preferencial pelos pobres, vivamente proclamada por Puebla, não é um convite a exclusivismos, nem justificaria que um bispo se omitisse de anunciar a palavra de conversão e salvação a tal ou qual grupo de pessoas sob o pretexto de que não são pobres - de resto, qual o conteúdo que se dá a este termo? - pois seu dever é proclamar todo o Evangelho a todos os homens e que todos sejam pobres em espírito, mas é um convite a uma especial solidariedade com os pequenos e fracos, os que sofrem e choram, os que são humilhados e deixados à margem da vida e da sociedade, para ajudá-los a conquistar com sempre mais plenitude a própria dignidade de pessoa humana e de filho de Deus”.

**Nota:48**

**João Paulo II**, aos membros do CELAM, Rio 7: “Dada a realidade de tão vastos setores golpeados pela miséria e frente à brecha existente entre ricos e pobres - que assinaléi no início das históricas jornadas de Puebla - justamente convidando para a opção preferencial pelos pobres, não exclusiva nem excludente (cf. Puebla, 1145, 1165). Com efeito, os pobres são os prediletos de Deus (cf. Puebla, 1143). No rosto dos pobres se reflete Cristo, servo de Javé. ‘Sua evangelização é por excelência sinal e prova da missão de Jesus’ (cf. Puebla, 1142). Oportunamente tendes indicado que ‘o melhor serviço ao irmão é a evangelização, que o dispõe a realizar-se como filho de Deus, liberta-o das injustiças e o promove integralmente’ (Puebla, 1145). É, pois, uma opção que exprime o amor de predileção da Igreja, dentro de sua universal missão evangelizadora e sem que nenhum setor fique excluído de seus cuidados”.

**João Paulo II, Discurso na Favela do Vidigal, 2,4-5:** “Entre vocês são muitos os pobres. E a Igreja, em terra brasileira, quer ser a *Igreja dos pobres*. Ela deseja que, neste grande País, se realize esta primeira bem-aventurança do Sermão da Montanha.

**4.** Os pobres em espírito são aqueles que são os mais abertos a Deus e às maravilhas de Deus (At 2,11). Pobres porque prontos a aceitar sempre aquele dom do alto, que provém do próprio Deus. Pobres em espírito – aqueles que vivem na consciência de ter recebido tudo das mãos de Deus como um dom gratuito e que dão valor a cada bem recebido. Constantemente agradecidos, repetem sem cessar: ‘Tudo é graça!’, ‘Demos graças ao Senhor nosso Deus!’ Deles Jesus diz, ao mesmo tempo, que são ‘puros de coração’, ‘mansos’; são eles os que ‘têm fome e sede de justiça’, os que são freqüentemente ‘afligidos’; os que são ‘operadores de paz’ e ‘perseguidos por causa da justiça’. São eles, enfim, os ‘misericordiosos’ (cf. Mt 5,3-10).

**5.** De fato, os pobres, os pobres em espírito, são mais *misericordiosos*. Os corações abertos para Deus são, por isso mesmo, mais abertos para os homens. Estão prontos para ajudar prestativamente. Prontos para partilhar o que têm. Prontos para acolher em casa uma viúva ou um órfão abandonado. Encontram sempre ainda um lugar a mais no meio das estreitezas em que vivem. E assim mesmo encontram sempre um bocado de alimento, um pedaço de pão em sua pobre casa”.

**Nota:49**

**Puebla 1153:** “A opção preferencial pelos pobres tem como objetivo o anúncio de Cristo Salvador, que os iluminará sobre a sua dignidade, os ajudará em seus esforços de libertação de todas as suas carências e os levará à comunhão com o Pai e os irmãos, mediante a vivência da pobreza evangélica. ‘Jesus Cristo veio para compartilhar nossa condição humana com seus sofrimentos, suas dificuldades, sua morte. Antes de transformar a existência cotidiana, ele soube falar ao coração dos pobres, libertá-los do pecado, abrir seus olhos para um horizonte de luz e enchê-los de alegria e esperança. Hoje, Jesus Cristo faz o mesmo. Está presente em vossas Igrejas, em vossas famílias, em vossos corações’ (João Paulo II, *Alocução Operários Monterrey*, 8 - AAS LXXI, p. 244)”.

**Nota:50**

**Puebla 1147:** “O compromisso com os pobres e oprimidos e o surgimento das Comunidades de Base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres, enquanto estes a interpelam constantemente, chamando-a à conversão e porque muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus”.

**Nota:51**

cf. **João Paulo II**, Discurso na Favela do Vidigal 4-5: “**4.** Os pobres em espírito são aqueles que são os mais abertos a Deus e às maravilhas de Deus (At 2,11). Pobres porque prontos a aceitar sempre aquele dom do alto, que provém do próprio Deus. Pobres em espírito – aqueles que vivem na consciência de ter recebido tudo das mãos de Deus como um dom gratuito e que dão valor a cada bem recebido. Constantemente agradecidos, repetem sem cessar: ‘Tudo é graça!’, ‘Demos graças ao Senhor nosso Deus!’ Deles Jesus diz, ao mesmo tempo, que são ‘puros de coração’, ‘mansos’; são eles os que ‘têm fome e sede de justiça’, os que são freqüentemente ‘afligidos’; os que são ‘operadores de paz’ e ‘perseguidos por causa da justiça’. São eles, enfim, os ‘misericordiosos’ (cf. Mt 5,3-10).

**5.** De fato, os pobres, os pobres em espírito, são mais *misericordiosos*. Os corações abertos para Deus são, por isso mesmo, mais abertos para os homens. Estão prontos para ajudar prestativamente. Prontos para partilhar o que têm. Prontos para acolher em casa uma viúva ou um órfão abandonado. Encontram sempre ainda um lugar a mais no meio das estreitezas em que vivem. E assim mesmo encontram sempre um bocado de alimento, um pedaço de pão em sua pobre casa”.

cf. **João Paulo II**, Discurso aos Construtores da Sociedade Pluralista, em Salvador 6: “Bem-aventurados os pobres em espírito (Mt 5,3). Bem-aventurados os que na carência sabem salvaguardar sua dignidade humana: mas bem-aventurados também aqueles que não se deixam possuir por seus bens, que não permitem que o seu sentido de justiça social seja sufocado pelo apego às suas posses. Verdaderamente bem-aventurados os pobres em espírito!”.

cf. **João Paulo II**, Discurso em Teresina 5: "Em minha passagem entre vós eu quisera ser um pálido, mas autêntico reflexo do próprio Senhor Jesus que passou, Ele também, entre os homens, atento a todos, sem discriminações ou exclusivismos, porque portador de uma mensagem de salvação para todos, mas solicito especialmente pelos pobres e pequenos, pelos sofredores.

Aqueles de entre vós que pudestes conquistar os bens espirituais do saber, que dispodes de posses materiais, de conforto e bem-estar, que num ou noutro setor ocupais postos de decisão, não posso silenciar um pedido que vem do coração: assimir plenamente, sem reserva e sem retorno, a causa de vossos irmãos que se debatem na pobreza. Esta é freqüentemente tão deprimente e paralisante que é impossível reerquer-se e fugir dela só com as próprias forças. (...)

Aos outros, oprimidos pela pobreza, quero dizer antes de tudo uma palavra de conforto: que se sintam amados e estimulados pela Igreja e, na Igreja, de modo especial pelo Papa, assim como os ama e estima o próprio Jesus, Filho de Deus, o qual, ao estabelecer as bases do seu reino neste mundo, não hesitou em proclamar 'Bem-aventurados' os que têm um coração de pobre (cf. Mt 5,3).

Mas também uma palavra de esperança: não se deixem abater ou destruir pelas condições atuais, mas conservem sempre acesa a esperança de um amanhã melhor. E, sobretudo, uma palavra de estímulo: certos da ajuda de muitos irmãos, mas sem abdicar das próprias capacidades, façam tudo para superar a má pobreza e seu cortejo de malignidades, não para aspirar à riqueza da iniquidade, mas à dignidade de filhos de Deus".

#### **Nota:52**

**LE 8:** "Ao tratar-se do trabalho humano, encarado pela dimensão fundamental do seu sujeito, isto é, do homem-pessoa que executa esse trabalho, partindo deste ponto de vista deve fazer-se uma apreciação pelo menos sumária dos processos que se verificaram, ao longo dos noventa anos transcorridos após a Encíclica 'Rerum Novarum', em relação com a dimensão subjetiva do trabalho. Com efeito, embora o sujeito do trabalho seja sempre o mesmo, isto é, o homem, deram-se todavia notáveis modificações quanto ao aspecto objetivo do mesmo trabalho. E embora se possa dizer que o 'trabalho', em razão do seu sujeito, é um (um e, de cada vez que é feito, irrepêvel), todavia, considerando os seus sentidos objetivos, tem de se reconhecer que 'existem muitos trabalhos': um grande número de trabalhos diversos. O desenvolvimento da civilização humana proporciona neste campo um enriquecimento contínuo. Ao mesmo tempo, porém, não se pode deixar de notar que, no processar-se de tal desenvolvimento, não somente aparecem novas formas de trabalho humano, mas há também outras que desaparecem. Admitindo muito embora, em princípio, que isto é um fenômeno normal, importa, no entanto, ver se nele não se intrometem, e em que medida, certas irregularidades que podem ser perigosas, por motivos ético-sociais.

Foi precisamente 'por causa de uma dessas anomalias com grande alcance' que nasceu, no século passado, a chamada questão operária, definida por vezes como 'questão proletária'. Tal questão - bem como os problemas com ela ligados - deram origem a uma justa reação social e fizeram com que surgisse e, poder-se-ia mesmo dizer, com que irrompesse um grande movimento de solidariedade entre os homens do trabalho e, em primeiro lugar, entre os trabalhadores da indústria. O apelo à solidariedade e à ação comum lançado aos homens do trabalho - sobretudo aos do trabalho setorial, monótono e despersonalizante nas grandes instalações industriais, quando a máquina tende a dominar sobre o homem - tinha um seu valor importante e uma eloquência própria, sob o ponto de vista da ética social. Era a reação 'contra a degradação do homem como sujeito do trabalho' e contra a exploração inaudita que a acompanhava, no campo dos lucros, das condições de trabalho e de previdência para a pessoa do trabalhador. Tal reação uniu o mundo operário numa convergência comunitária, caracterizada por uma grande solidariedade.

Na esteira da Encíclica 'Rerum Novarum' e dos numerosos documentos do Magistério da Igreja que se lhe seguiram, francamente tem de se reconhecer que se justificava, 'sob o ponto de vista da moral social', a reação contra o sistema de injustiça e de danos que bradava ao Céu vingança e que pesava sobre o homem do trabalho nesse período de rápida industrialização. Este estado de coisas era favorecido pelo sistema sócio-político liberal que, segundo suas premissas de 'economismo', reforçava e assegurava a iniciativa econômica somente dos possuidores do capital, mas não se preocupava suficientemente com os direitos do homem do trabalho, afirmando que o trabalho humano é apenas um instrumento de produção, e que o capital é o fundamento, coeficiente e a finalidade da produção.

Desde então, a solidariedade dos homens do trabalho e, simultaneamente, uma tomada de consciência mais clara e mais compromissória pelo que respeita aos direitos dos trabalhadores da parte dos outros, produziu em muitos casos mudanças profundas. Foram excogitados diversos sistemas novos. Desenvolveram-se diversas formas de neo-capitalismo ou de coletivismo. E, não raro, os homens do trabalho passam a ter a possibilidade de participar e participam efetivamente na gestão e no controle da produtividade das empresas. Por meio de associações apropriadas, eles passam a ter influência no que respeita às condições de trabalho e de remuneração, bem como quanto à legislação social. Mas, ao mesmo tempo, diversos sistemas fundados em ideologias ou no poder, como também novas relações que foram surgindo nos vários níveis da convivência humana, 'deixaram persistir injustiças flagrantes ou criaram outras novas'. A nível mundial, o desenvolvimento da civilização e das comunicações tornou possível uma diagnose mais completa das condições de vida e de trabalho do homem no mundo inteiro, mas tornou também patentes outras formas de injustiça, bem mais amplas ainda do que aquelas que no século passado haviam estimulado a união dos homens do trabalho para uma particular solidariedade no mundo operário. E isto assim, nos países em que já se realizou certo processo de revolução industrial; e assim igualmente nos países onde o local de trabalho que predomina continua sendo o da cultura da terra ou de outras ocupações congêneres.

Movimentos de solidariedade no campo do trabalho - de uma solidariedade que não há de nunca ser fechamento para o diálogo e para a colaboração com os demais - podem ser necessários, mesmo pelo que se refere às condições de grupos sociais que anteriormente não se achavam compreendidos entre estes movimentos, mas que vão sofrendo no meio dos sistemas sociais e das condições de vida que mudam 'uma efetiva proletarização', ou mesmo que se encontram realmente já numa condição de proletariado que, embora não seja chamada ainda com este nome, de fato, é tal que o merece. Podem encontrar-se nesta situação algumas categorias ou grupos da inteligência do trabalho, sobretudo quando, simultaneamente com um acesso cada vez mais ampliado à instrução e com o número sempre crescente das pessoas que alcançaram diplomas pela sua preparação cultural, se verifica uma diminuição de procura do trabalho destas pessoas. Tal

'desemprego dos intelectuais' sucede ou aumenta: quando a instrução acessível não está orientada para os tipos de emprego ou de serviços que são requeridos pelas verdadeiras necessidades da sociedade; ou quando o trabalho para o qual se exige a instrução, pelo menos profissional, é menos procurado e menos bem pago do que um trabalho braçal. É evidente que a instrução, em si mesma, constitui sempre um valor e um enriquecimento importante da pessoa humana; contudo, independentemente deste fato, continuam sendo possíveis certos processos de 'proletarização'.

Assim, 'é necessário prosseguir interrogando-se sobre o sujeito do trabalho' e sobre as condições da sua existência. Para se realizar a justiça social nas diversas partes do mundo, nos vários países e nas relações entre eles, é preciso que haja sempre 'novos movimentos de solidariedade dos homens' do trabalho e de 'solidariedade com os homens' do trabalho. Tal solidariedade deverá fazer sentir a sua presença onde a exijam a degradação social do homem-sujeito do trabalho, a exploração dos trabalhadores e as zonas crescentes de miséria e mesmo de fome. A Igreja acha-se vivamente empenhada nesta causa, porque a considera como sua missão, seu serviço e como uma comprovação da sua fidelidade a Cristo, para assim ser verdadeiramente a 'Igreja dos pobres'. E os 'pobres' aparecem sob variados aspectos; aparecem em diversos lugares e em diferentes momentos; aparecem, em muitos casos, como 'um resultado da violação da dignidade do trabalho humano': e isso, quer porque as possibilidades do trabalho humano são limitadas - e há a chaga do desemprego - quer porque são depreciados o valor do mesmo trabalho e os direitos que dele derivam, especialmente o direito ao justo salário e à segurança da pessoa do trabalhador e da sua família".

**LE 3:** "No meio de todos estes processos - quer da diagnose da realidade social objetiva, quer paralelamente do ensino da Igreja no âmbito da complexa e múltipla questão social - 'o problema do trabalho humano', como é natural, aparece muitas vezes. Ele é, de certo modo, uma 'componente fixa', tanto da vida social como do ensino da Igreja. Neste ensino da Igreja, aliás, o dedicar atenção ao problema remonta a tempos muito para além dos últimos noventa anos. A doutrina social da Igreja, efetivamente, tem a sua fonte na Sagrada Escritura, a começar do Livro do Gênesis e, em particular, no Evangelho e nos escritos dos tempos apostólicos. Dedicar atenção aos problemas sociais faz parte desde os inícios do ensino da Igreja e da sua concepção do homem e da vida social e, especialmente, da moral social que foi sendo elaborada segundo as necessidades das diversas épocas. Tal patrimônio tradicional foi depois herdado e desenvolvido pelo ensino dos Sumos Pontífices sobre a moderna 'questão social', a partir da Encíclica 'Rerum Novarum'. E no contexto de tal 'questão', o problema do trabalho foi objeto de uma contínua atualização, mantendo sempre a base cristã daquela verdade que podemos chamar perene.

Ao voltarmos no presente documento uma vez mais a este problema - sem ter a intenção, aliás, de tocar todos os temas que lhe dizem respeito - não é tanto para coligir e repetir o que já se encontra contido nos ensinamentos da Igreja, mas sobretudo para pôr em relevo - possivelmente mais do que foi feito até agora - o fato de que o trabalho humano é 'uma chave', provavelmente a 'chave essencial', de toda a questão social, se nós procurarmos vê-la verdadeiramente sob o ponto de vista do bem do homem. E se a solução - ou melhor, a gradual solução - da questão social, que continuamente se reapresenta e se vai tornando cada vez mais complexa, deve ser buscada no sentido de 'tornar a vida humana mais humana', então por isso mesmo a chave, que é o trabalho humano, assume uma importância fundamental e decisiva".

**LE 18:** "Ao considerar os direitos do homem do trabalho em relação com este 'dador de trabalho indireto', quer dizer, em relação com o conjunto das instituições que, a nível nacional e a nível internacional, são responsáveis por toda a orientação da política do trabalho, deve voltar-se a atenção antes de mais nada para um problema fundamental. Trata-se do problema de ter trabalho ou, por outras palavras, do problema de encontrar um emprego adaptado para todos aqueles sujeitos que são capazes de o ter. O contrário de uma situação justa e correta neste campo é o desemprego, isto é, a falta de lugares de trabalho para as pessoas que são capazes de trabalhar. E pode tratar-se de falta de trabalho em geral, ou então de falta de emprego em determinados setores do trabalho. O papel das aludidas instituições, que aqui são compreendidas sob a denominação de dador de trabalho indireto, é o de atuar contra o desemprego, que é sempre um mal e, quando chega a atingir determinadas dimensões, pode tornar-se uma verdadeira calamidade social. E o desemprego torna-se um problema particularmente doloroso quando são atingidos sobretudo os jovens que, depois de se terem preparado por meio de uma formação cultural, técnica e profissional apropriada, não conseguem um emprego e, com mágoa, vêem frustradas a sua vontade sincera de trabalhar e a sua disponibilidade para assumir a própria responsabilidade no desenvolvimento econômico e social da comunidade. A obrigação de conceder fundos em favor dos desempregados, quer dizer, o dever de assegurar as subvenções indispensáveis para a subsistência dos desempregados e das suas famílias, é um dever que deriva do princípio fundamental da ordem moral neste campo, isto é, do princípio do uso comum dos bens ou, para exprimir o mesmo de maneira ainda mais simples do direito à vida e à subsistência.

Para fazer face ao perigo do desemprego e para garantir trabalho a todos, as instituições que acima foram definidas como dador de trabalho indireto devem prover a uma planificação global, que esteja em função daquele banco de trabalho diferenciado, junto do qual se plasma a vida, não apenas econômica, mas também cultural, de uma dada sociedade; elas devem dispensar atenção, ainda, à organização correta e racional do trabalho que se desenvolve em tal "banco". Esta solicitude global, em última análise, pesa sobre os ombros do Estado, mas ela não pode significar uma centralização operada unilateralmente pelos poderes públicos. Trata-se, ao contrário, de uma coordenação justa e racional, no quadro da qual deve ficar garantida a iniciativa das pessoas, dos grupos livres, dos centros e dos complexos de trabalho locais, tendo em conta aquilo que foi dito acima a respeito do caráter subjetivo o trabalho humano.

O fato da dependência recíproca das diversas sociedades e dos diversos Estados, bem como a necessidade de colaboração em diversos domínios exigem que, embora mantendo os direitos soberanos de cada um deles no campo da planificação e da organização do trabalho a nível da própria sociedade, se aja ao mesmo tempo, neste setor importante, no quadro da colaboração internacional, mediante os tratados e os acordos necessários. Também aqui, é indispensável que o critério de tais tratados e acordos se torne cada vez mais o trabalho humano, entendido como um direito fundamental de todos os homens, trabalho que da a todos aqueles que trabalham direitos análogos, de tal maneira que o nível de vida dos homens do trabalho nas diversas sociedades seja cada vez menos marcado por aquelas diferenças chocantes que, com a sua injustiça, são suscetíveis de provocar violentas reações. As Organizações Internacionais têm tarefas imensas a desempenhar

neste setor. E é necessário que elas se deixem guiar por uma diagnose exata da complexidade das situações, assim como dos condicionamentos naturais, históricos, sociais, etc.; é necessário, ainda, que elas, pelo que se refere aos planos de ação estabelecidos em comum, procurem ter a maior efetividade, isto é, eficácia na realização.

É em tal direção que se pode pôr em prática o plano de um progresso universal e harmonioso de todos, segundo o fio condutor da Encíclica *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI. É necessário acentuar bem que o elemento constitutivo e, ao mesmo tempo, a verificação mais adequada de tal progresso no espírito de justiça e de paz, que a Igreja proclama e pelo qual não cessa de orar ao Pai de todos os homens e de todos os povos, é exatamente a revalorização contínua do trabalho humano, quer sob o aspecto da sua finalidade objetiva, quer sob o aspecto da dignidade do sujeito de todo o trabalho, que é o homem. O progresso de que se está falando aqui deve ser atuado pelo homem e para o homem e deve produzir frutos no homem. Uma verificação do mesmo progresso será o reconhecimento cada vez mais maturado da finalidade do trabalho e o respeito cada vez mais universal dos direitos a ele inerentes, em conformidade com a dignidade do homem, sujeito do trabalho.

Uma planificação racional e uma organização adequada do trabalho humano, à medida das diversas sociedades e dos diversos Estados, deveriam facilitar também a descoberta das justas proporções entre os vários tipos de atividades: o trabalho dos campos, o da indústria, o dos multiformes serviços, o trabalho de concepção intelectual e mesmo o científico ou artístico, segundo as capacidades de cada um dos homens e para o bem comum de todas as sociedades e de toda a humanidade. A organização da vida humana segundo as múltiplas possibilidades do trabalho deveria corresponder um sistema de instrução e de educação adaptado, que tivesse como finalidade, antes de mais nada, o desenvolvimento da humanidade e a sua maturidade, e também a formação específica necessária para ocupar de maneira rendosa um justo lugar no amplo e socialmente diferenciado “banco” de trabalho.

Lançando o olhar para a inteira família humana espalhada por toda a terra, não é possível ficar sem ser impressionado por um fato desconcertante de imensas proporções; ou seja, enquanto que por um lado importantes recursos da natureza permanecem inutilizados, há, por outro lado, massas imensas de desempregados e subempregados e multidões ingentes de famintos. É um fato que está demonstrando, sem dúvida alguma, que, tanto no interior de cada comunidade política como nas relações entre elas a nível continental e mundial — pelo que diz respeito à organização do trabalho e do emprego — existe alguma coisa que não está bem, e isso precisamente nos pontos mais críticos e mais importantes sob o aspecto social”.

#### Nota:53

cf. **EN 31**: “Entre evangelização e promoção humana - desenvolvimento, libertação - existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem? Nós próprios tivemos o cuidado de salientar isto mesmo, ao recordar que é impossível aceitar ‘que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, pelo que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade’.

Pois bem: aquelas mesmas vozes que, com zelo, inteligência e coragem, ventilaram este tema candente, no decorrer do referido Sinodo, com grande alegria nossa forneceram os princípios iluminadores para bem se captar o alcance e o sentido profundo da libertação, conforme ela foi anunciada e realizada por Jesus de Nazaré e conforme a Igreja a apregoa”.

#### Nota:54

cf. **EN 29**: “Mas a evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens. É por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível, sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa nos nossos dias, ainda, sobre a libertação.

**João Paulo II**, Discurso Inaugural de Puebla, III, 2: “Se a Igreja se faz presente na defesa ou na promoção da dignidade do homem, o faz na linha de sua missão, que, mesmo sendo de caráter religioso e não social ou político, não pode deixar de considerar o homem na integridade de seu ser. O Senhor delineou na parábola do bom samaritano o modelo da atenção a todas as necessidades humanas, e declarou que, em última análise, se identificará com os deserdados - enfermos, encarcerados, famintos, solitários - a quem se tenha estendido a mão. A Igreja aprendeu nestas e noutras páginas do Evangelho que sua missão evangelizadora possui como parte indispensável a ação pela justiça e as tarefas de promoção do homem e que entre evangelização e promoção humana existem laços bem fortes de ordem antropológica, teológica e de caridade; de modo que ‘a evangelização não seria completa se não se levasse em conta a interpelação recíproca que no curso dos tempos se estabelece entre o Evangelho e a vida concreta pessoal e social do homem’ (EN 29).

Tenhamos presente, por outro lado, que a ação da Igreja em campos como os da promoção humana, do desenvolvimento, da justiça, dos direitos da pessoa, quer estar sempre a serviço do homem; e ao homem tal como o vê na visão cristã da antropologia que adota. Não necessita pois recorrer a sistemas e ideologias para amar, defender e colaborar na libertação do homem: no centro da mensagem da qual é depositária e anunciadora, ela encontra inspiração para agir em favor da fraternidade, da justiça, da paz, contra todas as dominações, escravidões discriminações, violências, atentados à liberdade religiosa, agressões contra o homem e tudo que atenta contra a vida”.

#### Nota:55

cf. **EN 29-30**: “29. Mas a evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens. É por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível, sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa nos nossos dias, ainda, sobre a libertação.

**30.** São conhecidos os termos em que falaram de tudo isto, no recente Sínodo, numerosos bispos de todas as partes da terra, sobretudo os do chamado ‘Terceiro Mundo’, com uma acentuação pastoral em que repercutia a voz de milhões de filhos da Igreja que formam esses povos. Povos comprometidos, como bem sabemos, com toda a sua energia no esforço e na luta por superar tudo aquilo que os condena a ficarem à margem da vida: carestias, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiças nas relações internacionais e especialmente nos intercâmbios comerciais, situações de neo-colonialismo econômico e cultural, por vezes tão cruel como o velho colonialismo político. A Igreja, repetiram-no os bispos, tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, sendo muitos destes seus filhos espirituais; o dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total. Isso não é alheio à evangelização”.

#### **Nota:56**

cf. **Puebla 28-70; 90; 138; 491-506; 1159**: “28. Vemos, à luz da fé, como um escândalo e uma contradição com o ser cristão, a brecha crescente entre ricos e pobres. O luxo de alguns poucos converte-se em insulto contra a miséria das grandes massas. Isto é contrário ao plano do Criador e à honra que lhe é devida. Nesta angústia e dor, a Igreja discerne uma situação de pecado social, cuja gravidade é tanto maior quanto se dá em países que se dizem católicos e que têm a capacidade de mudar: ‘que se derrubem as barreiras da exploração... contra as quais se estraçalham seus maiores esforços de promoção’ (João Paulo II, Alocução Oaxaca 5 AAS LXXI p. 209).

**29.** Comprovamos, pois, como o mais devastador e humilhante flagelo a situação de pobreza desumana em que vivem milhões de latino-americanos e que se exprime, por exemplo, em mortalidade infantil, em falta de moradia adequada, em problemas de saúde, salários de fome, desemprego e subemprego, desnutrição, instabilidade no trabalho, migrações maciças, forçadas e sem proteção.

**30.** Ao analisar mais a fundo tal situação, descobrimos que esta pobreza não é uma etapa casual, mas sim o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, embora haja também outras causas da miséria. A situação interna de nossos países encontra, em muitos casos, sua origem e apoio em mecanismos que, por estarem impregnados não de autêntico humanismo, mas de materialismo, produzem, em nível internacional, ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres. Esta realidade exige, portanto, conversão pessoal e transformações profundas das estruturas que correspondam às legítimas aspirações do povo a uma verdadeira justiça social; tais mudanças ou não se deram ou têm sido demasiado lentas na experiência da AL.

**31.** Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor (que nos questiona e interpela):

**32.** - feições de crianças, golpeadas pela pobreza ainda antes de nascer, impedidas que estão de realizar-se, por causa de deficiências mentais e corporais irreparáveis, que as acompanharão por toda a vida; crianças abandonadas e muitas vezes exploradas de nossas cidades, resultado da pobreza e da desorganização moral da família;

**33.** - feições de jovens, desorientados por não encontrarem seu lugar na sociedade e frustrados, sobretudo nas zonas rurais e urbanas marginalizadas, por falta de oportunidades de capacitação e de ocupação;

**34.** - feições de indígenas e, com freqüência, também de afro-americanos, que, vivendo segregados e em situações desumanas, podem ser considerados como os mais pobres dentre os pobres.

**35.** - feições de camponeses que, como grupo social, vivem relegados em quase todo o nosso continente, sem terra, em situação de dependência interna e externa, submetidos a sistemas de comércio que os enganam e os exploram;

**36.** - feições de operários, com freqüência mal remunerados, que têm dificuldade de se organizar e defender os próprios direitos;

**37.** - feições de sub-empregados e desempregados, despedidos pelas duras exigências das crises econômicas e, muitas vezes, de modelos desenvolvimentistas que submetem os trabalhadores e suas famílias a frios cálculos econômicos;

**38.** - feições de marginalizados e amontoados das nossas cidades, sofrendo o duplo impacto da carência dos bens materiais e da ostentação da riqueza de outros setores sociais;

**39.** - feições de anciãos cada dia mais numerosos, freqüentemente postos à margem da sociedade do progresso, que prescindem das pessoas que não produzem.

**40.** Compartilhamos com nosso povo de outras angústias que brotam da falta de respeito à sua dignidade de ser humano, imagem e semelhança do Criador e a seus direitos inalienáveis de filhos de Deus.

**41.** Países como os nossos, onde com freqüência não se respeitam os direitos humanos fundamentais - vida, saúde, educação, moradia, trabalho... acham-se em situação de permanente violação da dignidade da pessoa humana.

**42.** Somam-se a isto as angústias produzidas pelo abuso do poder, típicas dos regimes de força. Angústia causadas pela repressão sistemática ou seletiva, acompanhada de delação, de violação da privacidade, de pressões exageradas, de torturas, de exílios. Angústias em numerosas famílias pelo desaparecimento de seus entes queridos, dos quais não conseguem ter a menor notícia. Insegurança total por detenções sem ordem judicial. Angústias ante uma justiça submissa ou manietada. A Igreja, como afirmam os Sumos Pontífices, ‘por força de um autêntico compromisso evangélico’, deve fazer ouvir a sua voz, denunciando e condenando estas situações, sobretudo quando os governos ou responsáveis se confessam cristãos.

**43.** Angústias provocadas pela violência da guerrilha, do terrorismo e dos seqüestros, efetuados por extremistas de sinais diversos, que comprometem igualmente o convívio social.



- 44.** Em muitos de nossos países, a falta de respeito à dignidade do homem se exprime também na ausência de participação social nos vários níveis. Referimo-nos de modo particular à sindicalização. A legislação trabalhista, em muitos lugares, aplica-se arbitrariamente ou não é levada em consideração. Sobretudo nos países onde há regimes de força, vê-se com maus olhos a organização de operários, camponeses e grupos populares e adotam-se medidas repressivas para impedi-la. Este tipo de controle e limitação não acontece com os sindicatos patronais, que podem agir com todo o seu poder para assegurar os próprios interesses.
- 45.** Em alguns casos a politização exasperada das cúpulas sindicais distorce a finalidade de sua organização.
- 46.** Nos últimos anos, comprova-se, ainda, a deterioração do quadro político, com grave prejuízo da participação dos cidadãos na condução do seu próprio destino. Também aumenta, com freqüência, a injustiça que se pode chamar de institucionalizada. Além disso, grupos políticos extremistas, ao empregarem meios violentos, provocam novas repressões contra os setores populares.
- 47.** A economia de mercado livre, na sua expressão mais rígida, que ainda vigora em nosso continente e é legitimada por ideologias liberais, tem alargado a distância entre ricos e pobres, pelo fato de antepor o capital ao trabalho, o econômico ao social. Grupos minoritários nacionais, associados às vezes a interesses de fora, têm-se aproveitado das oportunidades que lhes oferecem estas formas envelhecidas de mercado livre, para se desenvolverem em proveito próprio e às custas dos interesses dos setores populares majoritários.
- 48.** As ideologias marxistas se têm difundido no mundo operário, estudantil e docente e em outros meios com a promessa de maior justiça social. Na prática, suas estratégias têm sacrificado muitos dos valores cristãos e, portanto, humanos ou caído em irrealismos utópicos, inspirando-se em políticas que, ao utilizar a força como instrumento fundamental, incrementam a espiral da violência.
- 49.** As ideologias da Segurança Nacional têm contribuído para fortalecer, em muitas ocasiões, o caráter totalitário ou autoritário dos regimes de força e alimentado o abuso do poder e da violação dos direitos humanos. Há casos em que pretendem proteger suas atitudes com uma profissão de fé cristã, que é, contudo, subjetiva.
- 50.** Os tempos de crise econômica que nossos países estão vivendo (não obstante a tendência para a modernização) com forte crescimento da economia, mas enfrentando menor ou maior dureza, aumentam as angústias de nossos povos. Entretanto, uma tecnocracia gélida aplica modelos de desenvolvimento que exigem dos setores mais pobres um custo social realmente desumano, tanto mais injusto quanto não é compartilhado por todos.
- 51.** A AL é constituída de várias raças e grupos culturais com processos históricos diferentes. Não é uma realidade uniforme e contínua. Existem, contudo, elementos que constituem um patrimônio cultural comum de tradições históricas e de fé cristã.
- 52.** Infelizmente, o desenvolvimento de algumas culturas é muito precário. Na prática se desconhecem, se marginalizam e até se destroem valores pertencentes à antiga e rica tradição do nosso povo. Por outro lado, iniciou-se uma revalorização das culturas autóctones.
- 53.** Em razão de influências externas dominantes ou por imitação alienante de formas de vida ou valores importados, as culturas tradicionais de nossos países viram-se deformadas e agredidas, minando-se assim nossa identidade e nossos valores específicos.
- 54.** Compartilhamos, pois, com o nosso povo, as angústias causadas pela inversão de valores que está na raiz de muitos dos males acima mencionados, a saber:
- 55.** - o materialismo individualista, valor supremo de muitos homens de hoje, que atenta contra a comunhão e a participação, impedindo a solidariedade; e o materialismo coletivista que subordina a pessoa ao Estado;
- 56.** - o consumismo, com sua ambição descontrolada de sempre se 'ter mais', que vai afogando o homem contemporâneo num imanentismo que o fecha aos valores evangélicos do desprendimento e da austeridade, paralisando-o para a comunhão solidária e a participação fraterna;
- 57.** - a deterioração dos valores básicos da família que desintegra a comunhão familiar, eliminando a participação co-responsável de todos os seus membros e tornando-os presa fácil do divórcio e do abandono do lar. Em alguns grupos culturais, a mulher encontra-se em condições de inferioridade;
- 58.** - a degeneração da honradez pública e privada; as frustrações, o hedonismo que incita para os vícios: o jogo, as drogas, o alcoolismo, a devassidão.
- 59.** Educação e Comunicação Social como transmissores de cultura.
- 60.** - a educação tem progredido muito nos últimos anos; tem aumentado a escolaridade, embora a deserção seja ainda considerável; tem diminuído o analfabetismo, ainda que não suficientemente nas regiões de população autóctone e camponesa.
- 61.** Apesar deste progresso, há deformações e despersonalizações devidas à manipulação de grupos minoritários de poder, preocupados em assegurar seus próprios interesses e impor suas ideologias.
- 62.** - Os traços culturais que apresentamos sofrem a pesada influência dos meios de comunicação social. Através deles, os grupos de poder político, ideológico e econômico penetram de modo sutil no ambiente e no modo de viver do nosso povo. Há manipulação das informações por partes dos diversos poderes e grupos. Isto se concretiza de modo particular no caso da publicidade. Esta introduz falsas expectativas, cria necessidades fictícias e muitas vezes contradiz os valores fundamentais de nossa cultura latino-americana e do Evangelho. O uso indevido da liberdade nestes meios leva a invadir o campo da vida íntima das pessoas, geralmente indefesas. Estes meios penetram todas as áreas da vida humana (lar, centros de trabalho, lugares de lazer, praças) 24 horas por dia. Por outro lado, levam a uma mudança cultural que gera uma nova linguagem.
- 63.** Queremos indicar algumas das suas raízes mais profundas, para oferecer nossa contribuição e cooperar nas mudanças necessárias, a partir de uma perspectiva pastoral que perceba mais diretamente as exigências do povo:
- 64.** a) A vigência de sistemas econômicos que não consideram o homem como centro da sociedade, nem realizam as profundas mudanças que se fazem necessárias, para a construção de uma sociedade justa.
- 65.** b) A falta de integração entre as nossas nações que, entre outras conseqüências graves, tem esta igualmente: apresentamo-nos como entidades pequenas, sem peso de negociação, no conceito internacional.
- 66.** c) O fato da nossa dependência econômica, tecnológica, política e cultural: a presença de grupos multinacionais que muitas vezes velam por seus próprios interesses à custa do bem do país que os acolhe; a perda do valor de nossas matérias-primas comparado com o preço dos produtos elaborados que adquirimos.



**67. d)** A corrida armamentista, o grande crime de nosso tempo, que é produto e causa de tensões entre países irmãos. Ela faz com que se destinem muitos recursos à compra de armas em vez de se empregarem na solução de problemas vitais.

**68. e)** A falta de reformas estruturais na agricultura, adaptadas a cada realidade e que enfrentem com decisão os graves problemas sociais e econômicos dos camponeses: o acesso à terra e aos meios que tornem possíveis a melhoria da produtividade e da comercialização.

**69. f)** A crise de valores morais: a corrupção pública e privada, a ganância do lucro desmedido, a venalidade, a falta de esforço, a carência de sentido social, de justiça vivida e solidariedade, a fuga de capitais e de cérebros. . . tudo isso enfraquece e até impede a comunhão com Deus e a fraternidade.

**70. g)** Finalmente, nós, como pastores, sem pretender determinar o caráter técnico destas raízes, vemos que no mais profundo delas há um mistério de pecado: a pessoa humana, convocada a dominar o mundo, impregna os mecanismos da sociedade de valores materialistas.

**90.** A situação de injustiça que descrevemos na parte anterior nos leva a refletir sobre o grande desafio que nossa pastoral enfrenta para ajudar o homem a passar de situações menos humanas a situações mais humanas. As profundas diferenças sociais, a extrema pobreza e a violação dos direitos humanos - que ocorrem em muitas regiões - são desafios lançados à evangelização. Nossa missão de levar Deus até aos homens e os homens até Deus implica também em construirmos no meio deles uma sociedade mais fraterna. Esta situação social não tem deixado de acarretar tensões para o próprio seio da Igreja: tensões produzidas ou por grupos que enfatizam 'o espiritual' de sua missão, ressentindo-se dos seus trabalhos de promoção social ou por grupos determinados a transformar a missão da Igreja em mero trabalho de promoção humana.

**138.** Mas, enquanto houver grandes setores da população que não chegue a satisfazer a estas aspirações legítimas, e outros a conseguem com excesso, os bens reais do mundo moderno equivalem a fontes de frustrações crescentes e de trágicas tensões. O contraste notório e provocante entre os que nada possuem e os que ostentam sua opulência é um obstáculo insuperável a que se estabeleça o reinado da paz.

**491.** Nada é divino e adorável fora de Deus. O homem cai na escravidão quando diviniza ou absolutiza a riqueza, o poder, o Estado, o sexo, o prazer ou qualquer criatura de Deus, inclusive seu próprio ser ou sua razão humana. O próprio Deus é a fonte de libertação radical de todas as formas de idolatria, porque a adoração do não adorável e a absolutização do relativo, levam à violação do que há de mais íntimo na pessoa humana: sua relação com Deus e sua realização pessoal. Eis a palavra libertadora por excelência: 'Ao Senhor adorará, e só a ele prestarás culto' (Mt 4,10). A queda dos ídolos restitui ao homem seu campo essencial de liberdade. Deus, livre por excelência, quer entrar em diálogo com um ser livre, capaz de fazer suas opções e exercer suas responsabilidades individualmente e em comunidade. Existe, pois, uma história humana que, embora tenha sua consistência própria e sua autonomia, está destinada a ser consagrada pelo homem a Deus. A verdadeira libertação, com efeito, liberta de uma opressão para poder chegar a um bem superior.

**492.** Os bens e riquezas do mundo, por sua origem e natureza, segundo a vontade do Criador, são para servir efetivamente à utilidade e ao proveito de todos e cada um dos homens e dos povos. Por isso, a todos e a cada um compete um direito primário e fundamental, absolutamente inviolável, de usar solidariamente esses bens, na medida do necessário, para uma realização digna da pessoa humana. Todos os outros direitos, também o de propriedade e livre comércio lhe estão subordinados. Como nos ensina João Paulo II: 'Sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social'. A propriedade compatível com aquele direito primordial é antes de tudo um poder de gestão e administração, que, embora não exclua o de domínio, não o torna absoluto nem ilimitado. Deve ser fonte de liberdade para todos, nunca de dominação nem de privilégios. É um dever grave e urgente fazê-lo retornar à sua finalidade primeira.

**493.** Os bens da terra se convertem em ídolo e em sério obstáculo para o reino de Deus, quando o homem concentra toda sua atenção em tê-los ou em cobiçá-los. Então eles se tornam absolutos. 'Não podeis servir a Deus e ao dinheiro' (Lc 16,13).

**494.** A riqueza absolutizada é obstáculo para a verdadeira liberdade. Os contrastes cruéis de luxo e extrema pobreza, tão visíveis em todo o Continente, agravados, ademais, pela corrupção que muitas vezes invade a vida pública e profissional, manifestam até que ponto nossos países se encontram sob o domínio do ídolo da riqueza.

**495.** Essas idolatrias se concentram em duas formas opostas que têm uma mesma raiz: o capitalismo liberal e, como reação, o coletivismo marxista. Ambos são formas do que se pode chamar 'injustiças institucionalizadas'.

**496.** Finalmente, como já ficou dito, importa tomar consciência dos efeitos devastadores de uma industrialização descontrolada e de uma urbanização que vai tomando proporções alarmantes. Os esgotamentos dos recursos naturais e a contribuição do ambiente constituíram um problema dramático. Afirmamos uma vez mais a necessidade de uma profunda revisão da tendência consumista das nações mais desenvolvidas: cumpre levar em consideração as necessidades elementares dos povos pobres que formam a maior parte do mundo.

**497.** O novo humanismo proclamado pela Igreja que rejeita toda idolatria permitirá 'ao homem moderno encontrar-se a si mesmo, assumindo os valores do amor, da amizade, da oração e da contemplação. Assim poderá realizar em toda a sua plenitude o verdadeiro desenvolvimento, que é o passo para cada um e para todos, de condições de vida menos humanas a condições mais humanas' (PP 20). Desse modo, se planejará a economia a serviço do homem e não o homem a serviço da economia, como acontece nas duas formas de idolatria, a capitalista e a coletivista. Será a única maneira de que o 'ter' não afogue o 'ser'.

**498.** As diversas formas do poder na sociedade pertencem fundamentalmente à ordem da criação. Portanto, levam em si a vontade essencial do serviço que devem prestar à comunidade humana.

**499.** A autoridade, necessária em qualquer sociedade, vem de Deus e consiste na faculdade de mandar segundo a reta razão. Por conseguinte, sua força obrigatória procede da ordem moral e dentro dela deve desenvolver-se para que obrigue em consciência. 'A autoridade é sobretudo uma força moral'.

**500.** O pecado corrompe o uso que os homens fazem do poder, levando-o ao abuso dos direitos dos outros, às vezes em formas mais ou menos absolutas. Isso ocorre mais notavelmente no exercício do poder político, por se tratar do campo das decisões que determinam a organização global do bem-estar temporal da comunidade e por servir mais facilmente não só aos abusos dos que detêm o poder, mas à absolutização do próprio poder, apoiados na força pública. Diviniza-se o poder político quando na prática ele é tido como absoluto. Por isso, o

uso totalitário do poder é uma forma de idolatria e como tal a Igreja o rejeita inteiramente (GS 75). Reconhecemos pesarosamente a presença de muitos regimes autoritários e mesmo opressivos em nosso Continente. Eles constituem um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento dos direitos da pessoa, dos grupos e das próprias nações.

**501.** Infelizmente, em muitos casos isso chega ao ponto de que os próprios poderes políticos e econômicos de nossas nações, para além das normais relações recíprocas, estão sujeitos a centros mais poderosos que operam em escala internacional. Agrava a situação o fato de que estes centros de poder se acham estruturados em formas encobertas, presentes em toda parte, e se subtraem facilmente ao controle dos governos e dos próprios organismos internacionais.

**502.** É urgente libertar nossos povos do ídolo do poder absoluto para conseguir uma convivência social em justiça e liberdade. Com efeito, para que os povos latino-americanos possam cumprir a missão que lhes assinala a história como povos jovens, ricos em tradições e cultura, necessitam de uma ordem política que respeite a dignidade do homem, que garanta a concórdia e a paz interior da comunidade civil e em suas relações com as outras comunidades. Entre os anseios e exigências de nossos povos para que isso seja uma realidade, destacam-se:

**503.** A igualdade de todos os cidadãos com o direito e o dever de participar no destino da sociedade, com as mesmas oportunidades, dando sua contribuição para os ônus equitativamente distribuídos e obedecendo às leis legitimamente estabelecidas.

**504.** O exercício de suas liberdades, amparadas em instituição que garantam o bem comum, no respeito aos direitos das pessoas e associações.

**505.** A legítima autodeterminação de nossos povos que lhes permita organizar-se segundo seu próprio gênio e a marcha de sua história (GS 74) e cooperar numa nova ordem internacional.

**506.** A urgência de restabelecer a justiça não só teórica e formalmente reconhecida, mas também posta eficazmente em prática por instituições adequadas e realmente vigentes.

**1159.** Comprometidos com os pobres, condenamos como antievangélica a pobreza extrema que afeta numerosíssimos setores em nosso Continente”.

#### **Nota:57**

**EN 18; 9; 36:** “18. Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: ‘Eis que faço novas todas as coisas’. No entanto não haverá humanidade nova, se não houver em primeiro lugar homens novos, pela novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho. A finalidade da evangelização, portanto, é precisamente esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, a vida e o meio concreto que lhes são próprios.

**9.** Como núcleo e centro da sua Boa Nova, Cristo anuncia a salvação, esse grande dom de Deus que é libertação de tudo aquilo que oprime o homem, e que é libertação sobretudo do pecado e do maligno, na alegria de conhecer a Deus e de ser por ele conhecido, de o ver e de se entregar a ele. Tudo isto começa durante a vida do mesmo Cristo e é definitivamente alcançado pela sua morte e ressurreição; mas deve progredir, pacientemente, no decorrer da história, para vir a ser plenamente realizado no dia da última vinda de Cristo, que ninguém, a não ser o Pai, sabe quando se acontecerá.

**36.** A Igreja tem certamente como algo importante e urgente que se construam estruturas mais humanas, mais justas, mais respeitadoras dos direitos da pessoa, menos opressivas e menos escravizadoras; mas ela continua consciente de que ainda as melhores estruturas, ou os sistemas melhor idealizados depressa se tornam desumanos, se as tendências inumanas do coração do homem não se acharem purificadas, se não houver uma conversão do coração e do modo de encarar as coisas naqueles que vivem em tais estruturas ou que as comandam”.

**RH 16:** “Se, portanto, o nosso tempo, o tempo da nossa geração, o tempo que se vai aproximando do fim do segundo milênio da nossa era cristã, se nos manifesta como um tempo de grande progresso, ele apresenta-se também como um tempo de multiforme ameaça contra o homem, da qual a Igreja deve falar a todos os homens de boa vontade e sobre a qual ela deve constantemente dialogar com eles. A situação do homem no mundo contemporâneo, de fato, parece estar longe das exigências objetivas da ordem moral, assim como das exigências da justiça e, mais ainda, do amor social. Não se trata aqui senão daquilo que teve a sua expressão na primeira mensagem do Criador dirigida ao homem no momento em que lhe dava a terra, para que ele a ‘dominasse’. Esta primeira mensagem de Deus foi confirmada depois, no mistério da Redenção, por Cristo Senhor. Isto foi expresso pelo Concílio Vaticano II naqueles belíssimos capítulos do seu ensinamento que dizem respeito à ‘realidade’ do homem, isto é, à sua vocação para participar na função real - o ‘munus regale’ - do mesmo Cristo. O sentido essencial desta ‘realidade’ e deste ‘domínio’ do homem sobre o mundo visível, que lhe foi confiado como tarefa pelo próprio Criador, consiste na prioridade da ética sobre a técnica, no primado da pessoa sobre as coisas e na superioridade do espírito sobre a matéria.

É por isso mesmo que é necessário acompanhar atentamente todas as fases do progresso hodierno: é preciso, por assim dizer, fazer a radiografia de cada uma das suas etapas exatamente deste ponto de vista. Está em causa o desenvolvimento da pessoa e não apenas a multiplicação das coisas, das quais as pessoas podem servir-se. Trata-se - como disse um filósofo contemporâneo e como afirmou o Concílio - não tanto de ‘ter mais’, quanto de ‘ser mais’. Com efeito, existe já um real e perceptível perigo de que, enquanto progride enormemente o domínio do homem sobre o mundo das coisas, ele perca os fios essenciais deste seu domínio e, de diversas maneiras, submeta a elas a sua humanidade, e ele próprio se torne objeto de multiforme manipulação, se bem que muitas vezes não diretamente perceptível; manipulação através de toda a organização da vida comunitária, mediante o sistema de produção e por meio de pressões dos meios de comunicação social. O homem não pode renunciar a si mesmo, nem ao lugar que lhe compete no mundo visível; ele não pode tornar-se escravo das coisas, escravo dos sistemas econômicos, escravo da produção e escravo dos seus próprios produtos. Uma civilização de aspecto puramente materialista condena o homem a tal escravidão, embora algumas vezes, indubitavelmente, isso aconteça contra as intenções e as mesmas premissas dos seus pioneiros. Na raiz da atual solicitude pelo homem está, sem dúvida alguma, este problema.

E não é questão aqui somente de dar uma resposta abstrata à pergunta: quem é o homem; mas trata-se de todo o dinamismo da vida e da civilização. Trata-se do sentido das várias iniciativas da vida cotidiana e, ao mesmo tempo, das premissas para numerosos programas de civilização, programas políticos, econômicos, sociais, estatais e muitos outros.

Se nós ousamos definir a situação do homem contemporâneo como estando longe das exigências objetivas da ordem moral, longe das exigências da justiça e, ainda mais, do amor social, é porque isto é confirmado por fatos bem conhecidos e por comparações que se podem fazer e que, por mais de uma vez, já tiveram ressonância direta nas páginas das enunciações pontificias, conciliares e sinodais. A situação do homem na nossa época não é certamente uniforme, mas sim diferenciada de múltiplas maneiras. Estas diferenças têm as suas causas históricas, mas também tem uma forte ressonância ética. É por demais conhecido, de fato, o quadro da civilização consumística, que consiste num certo excesso de bens necessários ao homem e a sociedades inteiras - e aqui trata-se exatamente das sociedades ricas e muito desenvolvidas - enquanto que as restantes sociedades, ao menos grandes camadas delas, sofrem a fome, e muitas pessoas morrem diariamente por desnutrição ou inédua. Ao mesmo tempo sucede que há, por parte de uns, certo abuso da liberdade, que está ligado precisamente a um modo de comportar-se consumístico, não controlado pela ética, enquanto isso limita, ao mesmo tempo, a liberdade dos outros, isto é, daqueles que sofrem notórias carências e se vêem empurrados para condições de ulterior miséria e indigência.

Este confronto, universalmente conhecido, e o contraste a que dedicaram a sua atenção, nos documentos do seu magistério, os Sumos Pontífices do nosso século, mais recentemente João XXIII assim como Paulo VI, representam como que um gigantesco desenvolvimento da parábola bíblica do rico avarento e do pobre Lázaro. A amplitude do fenómeno põe em questão as estruturas e os mecanismos financeiros, monetários, produtivos e comerciais, que, apoiando-se em diversas pressões políticas, regem a economia mundial: eles demonstram-se como que incapazes quer para reabsorver as situações sociais injustas, herdadas do passado, quer para fazer face aos desafios urgentes e às exigências éticas do presente. Submetendo o homem às tensões por ele mesmo criadas, dilapidando, com um ritmo acelerado, os recursos materiais e energéticos e comprometendo o ambiente geofísico, tais estruturas dão margem a que se estendam incessantemente as zonas de miséria e, junto com esta, a angústia, a frustração e a amargura.

Encontramo-nos aqui perante o grande drama, que não pode deixar ninguém indiferente. O sujeito que, por um lado, procura auferir o máximo proveito, bem como aquele que, por outro lado, paga as consequências dos danos e das injúrias, é sempre o homem. E tal drama é ainda mais exacerbado pela proximidade com as camadas sociais privilegiadas e com os países da opulência, que acumulam os bens num grau excessivo e cuja riqueza se torna, muitas vezes por causa do abuso, motivo de diversos mal-estares. A isto ajuntem-se a febre da inflação e a praga do desemprego: e eis outros sintomas de tal desordem moral, que se faz sentir na situação mundial e que exige, por isso mesmo, resoluções audaciosas e criativas, conformes com a autêntica dignidade do homem.

Semelhante tarefa não é impossível de realizar. O princípio de solidariedade, em sentido lato, deve inspirar a busca eficaz de instituições e de mecanismos apropriados: quer se trate do setor dos intercâmbios, em que é necessário deixar-se conduzir pelas leis de uma sã competição, quer se trate do plano de uma mais ampla e imediata redistribuição das riquezas e dos controlos sobre as mesmas, a fim de que os povos que se encontram em vias de desenvolvimento econômico possam, não apenas satisfazer às suas exigências essenciais, mas também progredir gradual e eficazmente.

Não será fácil avançar, porém, neste difícil caminho, no caminho da indispensável transformação das estruturas da vida econômica, se não intervier uma verdadeira conversão das mentes, das vontades e dos corações. A tarefa exige a aplicação decidida de homens e de povos livres e solidários. Com muita frequência se confunde a liberdade com instinto do interesse individual e coletivo, ou ainda com o instinto de luta e de domínio, quaisquer que sejam as cores ideológicas de que eles se revistam. É óbvio que esses instintos existem e operam, mas não será possível ter-se uma economia verdadeiramente humana, se eles não forem assumidos, orientados e dominados pelas forças mais profundas que se encontram no homem, e que são aquelas que decidem da verdadeira cultura dos povos. E é precisamente destas fontes que deve nascer o esforço, no qual se exprimirá a verdadeira liberdade do homem, e que será capaz de assegurar também no campo econômico. O desenvolvimento econômico, conjuntamente com tudo aquilo que faz parte do seu modo próprio e adequado de funcionar, tem de ser constantemente programado e realizado dentro de uma perspectiva de desenvolvimento universal e solidário dos homens tomados singularmente e dos povos, conforme recordava de maneira convincente o meu Predecessor Paulo VI na Encíclica 'Populorum progressio'. Sem isso, a simples categoria do progresso econômico torna-se uma categoria superior, que passa a subordinar o conjunto da existência humana às suas exigências parciais, sufoca o homem, desagrega as sociedades e acaba por desenvolver-se nas suas próprias tensões e nos seus mesmos excessos.

É possível assumir este dever; testemunham-no os fatos certos e os resultados, que é difícil enumerar aqui de maneira mais pormenorizada. E uma coisa, contudo, é certa: na base deste campo gigantesco é necessário estabelecer, aceitar e aprofundar o sentido da responsabilidade moral, que tem de assumir o homem. Ainda uma vez e sempre, o homem. Para nós cristãos tal responsabilidade torna-se particularmente evidente, quando lembramos - e devemos lembrá-lo - sempre a cena do juízo final, segundo as palavras de Cristo, referidas no Evangelho de São Mateus.

Essa cena escatológica tem de ser sempre 'aplicada' à história do homem, deve ser sempre tomada como 'medida' dos atos humanos, como um esquema essencial de um exame de consciência para cada um e para todos: 'Tive fome e não me destes de comer...; estava nu e não me vestistes...; estava na prisão e não fostes visitar-me'. Estas palavras adquirem um maior cunho de admoestação ainda, se pensamos que, em vez do pão e da ajuda cultural a novos estados e nações que estão a despertar para a vida independente, algumas vezes, se lhes oferecem, não raro com abundância, armas modernas e meios de destruição, postos ao serviço de conflitos armados e de guerras, que não são tanto uma exigência da defesa dos seus justos direitos e da sua soberania, quanto sobretudo uma forma de 'chauvinismo', de imperialismo e de neocolonialismo de vários géneros. Todos sabemos bem que as zonas de miséria ou de fome, que existem no nosso globo, poderiam ser 'fertilizadas' num breve espaço de tempo, se os gigantescos investimentos para os armamentos, que servem

para a guerra e para a destruição, tivessem sido em contrapartida convertidos em investimentos para a alimentação, que servem para a vida.

Esta consideração talvez permaneça parcialmente 'abstrata'; talvez dê ocasião a uma e a outra 'parte' para se acusar reciprocamente, esquecendo cada qual as próprias culpas; talvez provoque mesmo novas acusações contra a Igreja. Esta, porém, não dispondo de outras armas, senão das do espírito, das armas da palavra e do amor, não pode renunciar a pregar a Palavra, insistindo oportuna e inoportunamente. Por isso, ela não cessa de solicitar a cada uma das partes e de pedir a todos, em nome de Deus e em nome do homem: Não mateis! Não prepareis para os homens destruições e extermínios! Pensai nos vossos irmãos que sofrem a fome e a miséria! Respeitai a dignidade e a liberdade de cada um!".

**Puebla 438:** "A Igreja convida, pois, a uma renovada conversão no plano dos valores culturais, para que a partir daí se impregnem de espírito evangélico as estruturas de convivência. Ao convidar a uma revitalização dos valores evangélicos, ela insiste numa rápida e profunda transformação das estruturas, uma vez que estas estão destinadas a conter, por sua própria natureza, o mal que nasce do coração do homem e se manifesta igualmente em forma social, e em servir como condições pedagógicas para uma conversão interior, no plano dos valores".

**Nota:58**

**Puebla 1156:** "A exigência evangélica da pobreza, como solidariedade com o pobre e como rejeição da situação em que vive a maioria do Continente, liberta o pobre de ser individualista em sua vida e ser atraído e seduzido pelos falsos ideais duma sociedade de consumo. Da mesma forma, o testemunho duma Igreja pobre pode evangelizar os ricos, que têm o coração apegado às riquezas, convertendo-os e libertando-os desta escravidão e de seu egoísmo".

**Nota:59**

**Mt 12,28:** "Mas se é através do Espírito de Deus que eu expulso os demônios, então o reino de Deus chegou para vocês".

**Lc 7,18-23:** "Os discípulos de João o puseram a par de todas essas coisas. Então João chamou dois de seus discípulos, e os mandou perguntar ao Senhor: 'És tu aquele que há de vir, ou devemos esperar outro?' Eles foram a Jesus, e disseram: 'João Batista nos mandou a ti para perguntar: És tu aquele que há de vir, ou devemos esperar outro?' Nessa mesma hora, Jesus curou muitas pessoas de suas doenças, males e espíritos maus, e fez muitos cegos recuperar a vista. Depois respondeu: 'Voltem, e contem a João o que vocês viram e ouviram: os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, e a Boa Notícia é anunciada aos pobres. E feliz é aquele que não se escandaliza por causa de mim!'".

**Nota:60**

**Mt 9,32-34:** "Quando já tinham saído os dois cegos, levaram a Jesus um mudo que estava possuído pelo demônio. Quando o demônio foi expulso, o mudo falou, e as multidões ficaram admiradas, e diziam: 'Nunca se viu uma coisa assim em Israel'. Mas os fariseus diziam: 'É pelo príncipe dos demônios que ele expulsa os demônios'".

**Mt 12,22-24:** "Então levaram a Jesus um endemoninhado cego e mudo. Jesus o curou, de modo que ele falava e enxergava. E todas as multidões ficaram admiradas, e perguntavam: 'Será que ele não é o filho de Davi?' Os fariseus ouviram isso, e disseram: 'Ele expulsa os demônios através de Belzebu, o príncipe dos demônios!'".

**Mt 15, 29-31:** "Saindo daí, Jesus foi para a margem do mar da Galiléia, subiu a montanha, e sentou-se. Numerosas multidões se aproximaram de Jesus, levando consigo coxos, aleijados, cegos, mudos, e muitos outros doentes. Então os colocaram aos pés de Jesus. E ele os curou. As multidões ficaram admiradas, vendo que os mudos falavam, os aleijados saravam, os coxos andavam e os cegos viam. E glorificaram o Deus de Israel".

**Mt 21,14-15:** "Os cegos e aleijados chegaram perto de Jesus no Templo, e ele os curou. Os chefes dos sacerdotes e doutores da Lei ficaram indignados, quando viram as maravilhas que Jesus fazia, e as crianças gritando no Templo: Hosana ao filho de Davi!".

**Mc 3,1-6:** "Jesus entrou de novo na sinagoga, onde estava um homem com a mão seca. Havia aí algumas pessoas espiando, para verem se Jesus ia curá-lo em dia de sábado, e assim poderem acusá-lo. Jesus disse ao homem da mão seca: 'Levante-se e fique no meio'. Depois perguntou aos outros: 'O que é que a Lei permite no sábado: fazer o bem ou fazer o mal, salvar uma vida ou matá-la?' Mas eles não disseram nada. Jesus então olhou ao seu redor, cheio de ira e tristeza, porque eles eram duros de coração. Depois disse ao homem: 'Estenda a mão'. O homem estendeu a mão e ela ficou boa. Logo depois, os fariseus saíram da sinagoga e, junto com alguns do partido de Herodes, faziam um plano para matar Jesus".

**Mc 11,15-17:** "Chegaram a Jerusalém. Jesus entrou no Templo e começou a expulsar os que vendiam e os que compravam no Templo. Derrubou as mesas dos cambistas e as cadeiras dos vendedores de pombas. Ele não deixava ninguém carregar nada através do Templo. E ensinava o povo, dizendo: 'Não está nas Escrituras: Minha casa será chamada casa de oração para todos os povos? No entanto, vocês fizeram dela uma toca de ladrões'".

**Lc 13,10-17:** "Jesus estava ensinando numa sinagoga em dia de sábado. Havia aí uma mulher que, fazia dezoito anos, estava com um espírito que a tornava doente. Era encurvada e incapaz de se endireitar. Vendo-a, Jesus dirigiu-se a ela, e disse: 'Mulher, você está livre da sua doença'. Jesus colocou as mãos sobre ela, e imediatamente a mulher se endireitou, e começou a louvar a Deus. O chefe da sinagoga ficou furioso, porque Jesus tinha feito uma cura em dia de sábado. E tomando a palavra, começou a dizer à multidão: 'Há seis dias para trabalhar. Venham, então, nesses dias e sejam curados, e não em dia de sábado'. O Senhor lhe respondeu: 'Hipócritas! Cada um de vocês não solta do curral o boi ou o jumento para dar-lhe de beber, mesmo que seja dia de sábado? Aqui está uma filha de Abraão que Satanás amarrou durante dezoito anos. Será que não deveria ser libertada dessa prisão, em dia de sábado?' Essa resposta deixou confusos todos os inimigos de Jesus. E toda a multidão se alegrava com as maravilhas que Jesus fazia".

**Nota:61**

**Mt 11,25:** "Naquele tempo, Jesus disse: 'Eu te louvo, Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste essas coisas aos sábios e inteligentes, e as revelaste aos pequeninos'".

**Nota:62**

**1Cor 1,26-30:** “Portanto, irmãos, vocês que receberam o chamado de Deus, vejam bem quem são vocês: entre vocês não há muitos intelectuais, nem muitos poderosos, nem muitos de alta sociedade. Mas, Deus escolheu o que é loucura no mundo, para confundir os sábios; e Deus escolheu o que é fraqueza no mundo, para confundir o que é forte. E aquilo que o mundo despreza, acha vil e diz que não tem valor, isso Deus escolheu para destruir o que o mundo pensa que é importante. Desse modo, nenhuma criatura pode se orgulhar na presença de Deus. Ora, é por iniciativa de Deus que vocês existem em Jesus Cristo, o qual se tornou para nós sabedoria que vem de Deus, justiça, santificação e libertação”.

**Lc 14,15-24:** “Ouvindo isso, um homem que estava à mesa disse a Jesus: ‘Feliz aquele que come pão no reino de Deus!’. Jesus respondeu: ‘Um homem deu grande banquete, e convidou muitas pessoas. Na hora do banquete, mandou seu empregado dizer aos convidados: Venham, pois tudo está pronto. Mas todos, um a um, começaram a dar desculpas. O primeiro disse: Comprei um campo, e preciso ir vê-lo. Peço-lhe que aceite minhas desculpas. Outro disse: Comprei cinco juntas de bois, e vou experimentá-las. Peço-lhe que aceite minhas desculpas. Um terceiro disse: Acabo de me casar e, por isso, não posso ir. O empregado voltou, e contou tudo ao patrão. Então o dono da casa ficou muito zangado, e disse ao empregado: Saia depressa pelas praças e ruas da cidade. Traga para cá os pobres, os aleijados, os cegos e os mancos. O empregado disse: Senhor, o que mandaste fazer, foi feito, e ainda há lugar. O patrão disse ao empregado: Saia pelas estradas e caminhos, e faça as pessoas virem aqui, para que a casa fique cheia. Pois eu digo a vocês: nenhum daqueles que foram convidados vai provar do meu banquete’”.

**Nota:63**

**Tg 2,5:** “Ouçam, meus queridos irmãos: não foi Deus quem escolheu os que são pobres aos olhos do mundo, para torná-los ricos na fé e herdeiros do reino que ele prometeu àqueles que o amam?”.

**Nota:64**

**Lc 1,46-55:** “Então Maria disse: ‘Minha alma proclama a grandeza do Senhor, meu espírito se alegra em Deus, meu salvador, porque olhou para a humilhação de sua serva. Doravante todas as gerações me felicitarão, porque o Todo-Poderoso realizou grandes obras em meu favor: seu nome é santo, e sua misericórdia chega aos que o temem, de geração em geração. Ele realiza proezas com seu braço: dispersa os soberbos de coração, derruba do trono os poderosos e eleva os humildes; aos famintos enche de bens, e despede os ricos de mãos vazias. Socorre Israel, seu servo, lembrando-se de sua misericórdia, conforme prometera aos nossos pais, em favor de Abraão e de sua descendência, para sempre’”.

**Nota:65**

**EN 35-36:** “35. A Igreja relaciona, mas nunca identifica a libertação humana com a salvação em Jesus Cristo, porque ela sabe por revelação, por experiência histórica e por reflexão de fé que nem todas as noções de libertação são forçosamente coerentes e compatíveis com uma visão evangélica do homem, das coisas e dos acontecimentos; e sabe que não basta instaurar a libertação, criar o bem-estar e impulsionar o desenvolvimento, para se poder dizer que o reino de Deus chegou.

Mais ainda: a Igreja tem a firme convicção de que toda a libertação temporal, toda a libertação política - mesmo que ela porventura se esforçasse por encontrar numa ou noutra página do Antigo ou do Novo Testamento a própria justificação, mesmo que ela reclamasse para os seus postulados ideológicos e para as suas normas de ação a autoridade dos dados e das conclusões teológicas e mesmo que ela pretendesse ser a teologia para os dias de hoje - encerra em si mesma o gérmen da sua própria negação e desvia-se do ideal que se propõe, por isso mesmo que as suas motivações profundas não são as da justiça na caridade, e porque o impulso que a arrasta não tem dimensão verdadeiramente espiritual e a sua última finalidade não é a salvação e a beatitude em Deus.

36. A Igreja tem certamente como algo importante e urgente que se construam estruturas mais humanas, mais justas, mais respeitadoras dos direitos da pessoa, menos opressivas e menos escravizadoras; mas ela continua consciente de que ainda as melhores estruturas, ou os sistemas melhor idealizados depressa se tornam desumanos, se as tendências inumanas do coração do homem não se acharem purificadas, se não houver uma conversão do coração e do modo de encarar as coisas naqueles que vivem em tais estruturas ou que as comandam”.

**Nota:66**

**Mt 5,13-16:** “Vocês são o sal da terra. Ora, se o sal perde o gosto, com que poderemos salgá-lo? Não serve para mais nada; serve só para ser jogado fora e ser pisado pelos homens. Vocês são a luz do mundo. Não pode ficar escondida uma cidade construída sobre um monte. Ninguém acende uma lâmpada para colocá-la debaixo de uma vasilha, e sim para colocá-la no candeeiro, onde ela brilha para todos os que estão em casa. Assim também: que a luz de vocês brilhe diante dos homens, para que eles vejam as boas obras que vocês fazem, e louvem o Pai de vocês que está no céu”.

**Nota:67**

**Mt 13,33:** “Jesus contou-lhes ainda outra parábola: ‘O Reino do Céu é como o fermento que uma mulher pega e mistura com três porções de farinha, até que tudo fique fermentado’”.

**Nota:68**

**Puebla 482 e 322:** “322. A liberdade implica sempre aquela capacidade que todos temos, em princípio, de dispor de nós mesmos, a fim de irmos construindo uma comunhão e uma participação que não de se plasmar em realidades definitivas, em três planos inseparáveis: a relação do homem com o mundo como senhor, com as pessoas como irmão e com Deus como filho.

482. Surgem dois elementos complementares e inseparáveis: a libertação de todas as servidões do pecado pessoal e social, de tudo o que transvia o homem e a sociedade e tem sua fonte no egoísmo, no mistério da iniquidade, e a libertação para o crescimento progressivo no ser, pela comunhão com Deus e com os homens, que culmina na perfeita comunhão do céu, onde Deus é tudo em todos e não haverá mais lágrimas”.

**Nota:69**

**Puebla 211 e 214:** “211. Depois da proclamação de Cristo que nos revela o Pai e nos dá seu Espírito, chegamos a descobrir as raízes últimas de nossa comunhão e participação. Por Cristo, com ele e nele, passamos a participar da comunhão de Deus. Não há outro caminho que leve até ao Pai. Vivendo em Cristo, chegamos a ser seu corpo místico, seu povo, povo de irmãos, unidos pelo amor que derrama em nossos

corações o Espírito. Esta é a comunhão à qual chama o Pai por Cristo e por seu Espírito. Para ela se orienta toda a história da salvação e nela se consuma o desígnio amoroso do Pai que nos criou.

**214.** Por Cristo, com ele e nele, passamos a participar da comunhão de Deus. Não há outro caminho que leve até ao Pai. Vivendo em Cristo, chegamos a ser seu corpo místico, seu povo, povo de irmãos, unidos pelo amor que derrama em nossos corações o Espírito. Esta é a comunhão à qual chama o Pai por Cristo e por seu Espírito. Para ela se orienta toda a história da salvação e nela se consuma o desígnio amoroso do Pai que nos criou”.

**Nota:70**

**Puebla 466; 485; 215; 218-219:** “466. f) Procurar as reformulações e reacentuações necessárias da religiosidade popular no horizonte de uma civilização urbano-industrial. E já é um processo que se percebe nas grandes metrópoles do Continente, onde a piedade popular está se expressando espontaneamente em modos novos e enriquecendo-se com novos valores amadurecidos em seu próprio seio. Nessa perspectiva, dever-se-á procurar que a fé desenvolva uma personalização crescente e uma solidariedade libertadora; fé que alimente uma espiritualidade capaz de assegurar a dimensão contemplativa, de gratidão para com Deus e de encontro poético, sapiencial, com a criação; fé que seja fonte de alegria popular e motivo de festa mesmo em situações de sofrimento. Desse modo, podem se plasmar formas culturais que resgatem a industrialização urbana do tédio opressor e do economicismo frio e asfíxiante.

**485.** Assim, se não chegamos à libertação do pecado com todas as suas seduções e idolatrias; se não ajudamos a concretizar a libertação que Cristo conquistou na cruz, mutilamos a libertação de modo irreparável, e a mutilamos igualmente se esquecemos o eixo da evangelização libertadora, que é a que transforma o homem em sujeito de seu próprio desenvolvimento individual e comunitário. Também a mutilamos se esquecemos a dependência e as escravidões que ferem direitos fundamentais que não são concedidos por governos ou instituições, ainda as mais poderosas, mas que têm como autor o próprio Criador e Pai.

**215.** A comunhão que se há de construir entre os homens abrange-lhes todo o ser desde as raízes do amor, e há de se manifestar em toda a sua vida, até na sua dimensão econômica, social e política. Produzida pelo Pai, o Filho e o Espírito é a comunicação de sua própria comunhão trinitária.

**218.** A evangelização é um chamado à participação na comunhão trinitária. Qualquer outra comunhão, embora não constitua o destino último do homem, é, animada pela graça, primícias dela.

**219.** A evangelização leva-nos a participar dos gemidos do Espírito, que quer libertar a criação inteira. O Espírito que nos move para esta libertação abre-nos o caminho para a unidade de todos os homens entre si e de todos os homens com Deus, até que ‘em todos Deus seja tudo’ (ICor 15,28)”.

**Nota:71**

**LG 1:** “O Concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15).

A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.

Insistindo no tema dos Concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal.

Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo”.

**Puebla 271-272:** “271. Dentro do povo de Deus, todos - hierarquia, leigos, religiosos - são servidores do Evangelho. Cada qual segundo seu papel e carisma próprios. A Igreja, como servidora do Evangelho, serve ao mesmo tempo a Deus e aos homens; mas para conduzir estes ao reino de seu Senhor, o único de quem ela, junto com a Virgem Maria, se proclama escrava e a quem subordina todo seu serviço humano.

**272.** A Igreja evangeliza, em primeiro lugar, mediante o testemunho global de sua vida. Assim, na fidelidade à sua condição de sacramento, trata de ser mais e mais um sinal transparente ou modelo vivo da comunhão de amor em Cristo que anuncia e se esforça por realizar. A pedagogia da encarnação nos ensina que os homens necessitam de modelos preclaros que os guiem. A América Latina necessita igualmente de tais modelos”.

**Nota:72**

**LG 32:** “A santa Igreja foi instituída por Deus com uma grande variedade de categorias e funções. ‘Num só corpo há muitos membros e esses membros não têm todos a mesma função. O mesmo acontece conosco, embora sendo muitos, formamos um só corpo em Cristo, e, cada um por sua vez, é membro dos outros’ (Rm 12, 4).

O povo de Deus é uno: ‘um só Senhor, uma fé, um só batismo’ (Ef 4, 5). A dignidade dos membros é a mesma, em virtude da regeneração em Cristo. A graça filial e a vocação à perfeição são também as mesmas. Uma a salvação, uma a esperança, uma e indivisível a caridade. Não há, portanto, em Cristo e não deve haver na Igreja nenhuma diferença de raça ou nação, de condição social ou de sexo, ‘não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Cristo Jesus’ (Gl 3, 28; cf. Cl 3, 11).

Na Igreja, embora nem todos sigam pelo mesmo caminho, são todos chamados à santidade e herdeiros da mesma fé, segundo a justiça de Deus (cf. 2Pd 1, 1). Todos são iguais em dignidade. A ação de todos os fiéis em vista da edificação do corpo de Cristo é comum a todos. No entanto, em benefício do conjunto, o próprio Cristo constitui alguns como doutores, pastores e dispensadores dos mistérios de Deus. A distinção estabelecida pelo Senhor entre os ministros sagrados e os outros membros do povo de Deus exige a união, pois vincula uns aos outros, pastores e fiéis. Os pastores devem se colocar a serviço uns dos outros e dos fiéis, à imitação do Senhor. Os fiéis, por sua vez, devem colaborar alegremente com os pastores e doutores. Na própria diversidade, todos dão testemunho da admirável unidade do corpo de Cristo. A variedade das graças, dos ministérios e das atividades congrega os filhos de Deus na unidade, pois ‘é sempre o mesmo e único Espírito que tudo opera’ (1Cor 12, 11).

Cristo, Senhor de todas as coisas, veio para servir e não para ser servido (cf. Mt 20, 28). Os leigos o têm pois como irmão, graças à misericórdia divina. São também irmãos dos que estão encarregados do ministério sagrado. É pela autoridade de Cristo que apascentam a família de Deus, ensinando, santificando e dirigindo-a, para que seja cumprido por todos o novo mandamento da caridade. Agostinho o diz com rara felicidade:



'Assusta-me ser de vocês, consola-me estar com vocês. Sou de vocês como bispo, estou com vocês como cristão. Bispo é nome de função; cristão, o nome da graça. Um representa perigo, o outro, salvação'.

**AA 2:** "A Igreja nasceu para estender o reinado de Cristo a toda parte, em vista da glória de Deus Pai e de virem a se tornar, todos os seres humanos, participantes efetivos da redenção salvadora contribuindo assim para que o mundo inteiro se volte para Cristo. Toda a atividade do corpo místico ordenada para esse fim merece o nome de apostolado. A Igreja o exerce de inúmeras formas, por intermédio de todos os seus membros. A vocação cristã é vocação ao apostolado. Assim como no corpo vivo nenhum membro fica inteiramente passivo, mas participa da vida e da ação de todo o corpo, no corpo de Cristo, a Igreja, o corpo inteiro cresce, 'através da rede de articulações, que são os membros' (Ef 4, 16). Neste corpo a junção entre os membros e sua união é de tal natureza, que o membro que não contribui segundo sua capacidade para o crescimento do corpo não vale nada nem para si mesmo nem para a Igreja.

Na Igreja, há diversidade de ministérios, mas unidade de missão. Cristo outorgou aos apóstolos e seus sucessores o poder de ensinar, santificar e governar em seu nome. Os leigos, também participantes das funções sacerdotal, profética e real de Cristo, cumprem seu papel na missão de todo o povo de Deus na Igreja e no mundo. Exercem um verdadeiro apostolado ao atuar em vista da evangelização e da santificação dos seres humanos ou quando se esforçam por imbuir do espírito do Evangelho as coisas temporais, contribuindo para seu pleno desenvolvimento. Sua ação dá assim testemunho inequívoco de Cristo e aproveita à salvação de todos. Sendo próprio dos leigos viver no meio do mundo e dos afazeres humanos, Deus os chama a exercer aí seu apostolado, no fervor do espírito cristão, como fermento do mundo".

**1Cor 12,19:** "Se o conjunto fosse um só membro, onde estaria o corpo?".

### Nota:73

**Puebla, 567-657:** "567. O mistério da Igreja, como comunidade fraterna de caridade teologal, fruto do encontro da Palavra de Deus e da celebração do Mistério Pascal de Cristo Salvador na eucaristia e nos demais sacramentos, confiada ao colégio apostólico, presidido por Pedro para evangelizar o mundo, chega a enraizar-se e tende a desenvolver o seu dinamismo transformador da vida humana, tanto pessoal como social, em diversos níveis e circunstâncias, que constituem centros ou lugares preferenciais de evangelização, cujo intuito é edificar a Igreja e promover sua irradiação missionária.

**568.** Para chegar a ser realmente centro de comunhão e participação, a família latino-americana deve encontrar caminhos de renovação interna e de comunhão com a Igreja e o mundo.

**569.** Apraz-nos abordar o tema da família como sujeito e objeto de evangelização. Conscientes de sua complexidade, mas dóceis à voz do Senhor tornada presente na palavra do Santo Padre em sua homilia sobre a família (Puebla, 28 de janeiro de 1979), desejamos, unindo-nos à sua preocupação, ajudá-la a ser fiel à sua missão evangelizadora na hora atual.

**570.** Os Padres da Conferência de Medellín perceberam um traço primordial da cultura latino-americana no grande senso de família que anima os nossos povos. 'Passados dez anos, a Igreja da América Latina sente-se feliz por tudo o que logrou realizar em favor da família. Reconhece, porém, com humildade, quanto lhe falta por fazer, quando percebe que a pastoral familiar, longe de ter perdido o seu caráter prioritário, revela-se hoje ainda mais urgente, como elemento sobremaneira importante da evangelização'.

**571.** A família é uma das instituições em que mais influiu o processo de mudança dos últimos tempos. A Igreja tem consciência - nos recordou o Papa - de que na família 'repercutem os frutos mais negativos do subdesenvolvimento: índices verdadeiramente deprimentes de insalubridade, pobreza e até miséria, ignorância e analfabetismo, condições desumanas de moradia, sub-alimentação crônica e tantas outras realidades não menos confrangedoras' (João Paulo II, Homilia Puebla, 3-AAS, LXXI, p. 184).

**572.** Além disso, é preciso reconhecer que a realidade da família já não é uniforme, pois em cada família influem de maneira diversa - independentemente da classe social - fatores sujeitos a mudanças, como sejam: fatores sociológicos (injustiça social, principalmente), culturais (qualidade de vida), políticos (dominação e manipulação), econômicos (salários, desemprego, pluriemprego), religiosos (influência secularista) entre tantos outros.

**573.** A família apresenta-se outrossim como vítima dos que convertem em ídolos o poder, a riqueza e o sexo. Para isto contribuem as estruturas injustas, sobretudo os meios de comunicação, não só com suas mensagens de sexo, lucro, violência, poder, ostentação, mas também pondo em destaque elementos que contribuem para propagar o divórcio, a infidelidade conjugal e o aborto ou a aceitação do amor livre e das relações pré-matrimoniais.

**574.** Não poucas vezes, a desorientação das consciências se deve à falta de unidade de critério entre sacerdotes, na aceitação e aplicação da doutrina pontifícia acerca de importantes aspectos da moral familiar e social.

**575.** A família rural e suburbana sofrem particularmente os efeitos dos compromissos internacionais dos governos, no que respeita o planejamento familiar, traduzidos em imposição antinatalista e experiências que não levam em consideração a dignidade da pessoa nem o autêntico desenvolvimento dos povos.

**576.** Nesses setores populares, a situação de desemprego crônica e generalizada afeta a estabilidade familiar, já que a necessidade de trabalho força à emigração, ao absenteísmo dos pais, à dispersão dos filhos.

**577.** Em todos os níveis sociais, a família também sofre o impacto deletério da pornografia, do alcoolismo, das drogas, da prostituição e tráfico de brancas, assim como o problema das mães solteiras e das crianças abandonadas. Diante do fracasso dos anticoncepcionais químicos e mecânicos, passou-se à esterilização humana e ao aborto provocado, em cuja propaganda se lança mão de campanhas insidiosas.

**578.** Urge um acentuado esforço pastoral para evitar os males provenientes da falta de educação no amor, da falta de preparação para o matrimônio, do descuido na evangelização da família e na formação dos esposos para a paternidade responsável. Além disso, não podemos ignorar que grande número de famílias do nosso continente não recebeu o sacramento do matrimônio. Não obstante muitas famílias dessas vivem em certa unidade, fidelidade e responsabilidade. Tal situação desperta interrogações teológicas e exige um adequado acompanhamento pastoral.

**579.** Pelo contrário, é satisfatório verificar que são cada dia mais numerosos os cristãos que procuram viver sua fé dentro do ambiente familiar e a partir dele, dando um valioso testemunho evangélico e educando outrossim com dignidade uma família razoavelmente numerosa. Não poucos são também os noivos que se

preparam com seriedade para o matrimônio e tratam de dar à celebração deste um sentido verdadeiramente cristão. Nota-se também o empenho em revigorar a pastoral familiar e adaptá-la aos desafios e circunstâncias da vida moderna.

**580.** Em todos os países têm surgido iniciativas dignas de nota, orientadas a fortalecer os valores e a espiritualidade da família como Igreja doméstica, numa participação e compromisso com a Igreja particular. Nisso tudo revela-se o fruto da ação silenciosa e constante dos movimentos cristãos em prol da família.

**581.** Em toda a América, é dado visitar 'casas onde não faltam o pão e o bem estar, mas talvez faltem a concórdia e a alegria; casas onde as famílias vivem antes modestamente e na insegurança do futuro, ajudando-se mutuamente a levar uma existência difícil, porém digna; habitações pobres das periferias de nossas cidades, onde há muito sofrimento escondido, embora exista dentro delas a singela alegria dos pobres; humildes choças de camponeses, de indígenas, de emigrantes etc..' (João Paulo II, Homilia Puebla, 4-AAS, LXXI, p. 186). Concluiremos frisando que os mesmos fatos que acusam a desintegração da família 'acabam pondo em destaque, de diversas maneiras, a índole autêntica dessa instituição' (GS 47) - 'que não foi abolida nem pela sanção do pecado original, nem pelo castigo do dilúvio' (Liturgia do Matrimônio), mas continua sofrendo os efeitos da dureza do coração humano.

**582.** A família é imagem de Deus, que 'no mais íntimo do seu mistério não é uma solidão, mas uma família' (João Paulo II, Homilia Puebla, 2-AAS, LXXI, p. 184). É uma aliança de pessoas, à qual se chega por vocação amorosa do Pai, que convida os esposos a uma 'íntima comunidade de vida e de amor' (GS 48), cujo modelo é o amor de Cristo por sua Igreja. A lei do amor conjugal é comunhão e participação, não dominação. É uma exclusiva, irrevogável e fecunda entrega à pessoa amada, sem perder a própria identidade. Um amor assim compreendido em sua rica realidade sacramental, é mais do que um contrato; possui as características da aliança.

**583.** O casal santificado pelo sacramento do matrimônio é um testemunho da presença pascal do Senhor. A família cristã cultiva o espírito de amor e serviço. Quatro relações fundamentais da pessoa encontram seu pleno desenvolvimento na vida da família: paternidade, filiação, irmandade, nupcialidade. Essas mesmas relações compõem a vida da Igreja: experiência de Deus como Pai, experiência de Cristo como irmão, experiência de filhos em, com e pelo Filho, experiência de Cristo como esposo da Igreja. A vida em família reproduz essas quatro experiências fundamentais e as compartilha em miniatura: são quatro facetas do amor humano.

**584.** Cristo, ao nascer, assumiu a condição das crianças: nasceu pobre e sujeito a seus pais. Toda criança - imagem de Jesus que nasce - deve ser acolhida com carinho e bondade. Ao transmitir a vida a um filho, o amor conjugal produz uma pessoa nova, singular, única e irrepetível. Neste momento começa para os pais o ministério da evangelização. Nisso devem eles fundar sua paternidade responsável: nas circunstâncias sociais, econômicas, culturais, demográficas em que vivemos, estariam os esposos capacitados para educar e evangelizar em nome de Cristo mais um filho? A resposta dos pais sensatos será fruto do reto discernimento e não da opinião estranha de pessoas, da moda, ou dos impulsos. Desta sorte, o instinto e o capricho cederão lugar à disciplina consciente e livre da sexualidade, por amor a Cristo, cujo rosto transparece no rosto da criança que se deseja e se traz livremente à vida.

**585.** A lenta e prazerosa educação da família sempre importa em sacrifício, recordação da cruz redentora. Mas a íntima felicidade que dá aos pais, recorda-lhes também a ressurreição. Neste espírito de páscoa, evangelizam os pais a seus filhos e são por eles evangelizados. O reconhecimento das faltas e a sincera manifestação do perdão são elementos de conversão permanente e de permanente ressurreição. O ambiente de páscoa floresce em toda a vida cristã e se converte em profetismo, em contato com a divina Palavra. Mas evangelizar não é só ler a Bíblia, mas, a partir dela, trocar palavras de admiração, consolo, correção, luz, segurança.

**586.** A estabilidade nas relações entre pais e filhos é contagiante. Quando as demais famílias vêem como eles se amam, nasce o desejo e a prática dum amor que une as famílias entre si, como sinal da unidade do gênero humano. Cresce ali a Igreja mediante a integração das famílias pelo batismo que a todos torna irmãos. Onde a catequese robustece a fé, todos se enriquecem pelo testemunho das virtudes cristãs. Um sadio ambiente de união de famílias é lugar ímpar de se nutrirem e fortalecerem física e mentalmente os filhos em seus primeiros anos. Ali, os pais são mestres, catequistas e os primeiros ministros da oração e do culto a Deus. Renova-se a imagem de Nazaré: 'Jesus crescia em sabedoria, tamanho e graça diante de Deus e dos homens' (Lc 2,52).

**587.** A sociedade, para que funcione, requer as mesmas exigências do lar: formar pessoas conscientes, unidas em comunidade de fraternidade para fomentar o desenvolvimento comum. A oração, o trabalho e a atividade educadora da família, como célula social, devem pois orientar-se a trocar as estruturas injustas pela comunhão e participação entre os homens e pela celebração da fé na vida cotidiana. 'Na interpelação recíproca que se estabelece no decorrer dos tempos entre o Evangelho e a vida concreta pessoal e social' (EN 29), a família sabe ler e viver a mensagem explícita sobre os direitos e deveres da vida familiar. Por isso, denuncia e anuncia, compromete-se na transformação do mundo em sentido cristão e contribui para o progresso, a vida comunitária, o exercício da justiça distributiva, a paz.

**588.** Na eucaristia, a família encontra sua plenitude de comunhão e participação. Prepara-se para ela pelo desejo e busca do reino, purificando a alma de tudo o que aparta de Deus. Em atitude de ofertório, exerce o sacerdócio comum e participa da eucaristia, para prolongá-la na vida pelo diálogo em que partilha a palavra, as preocupações, os planos, aprofundando-se com isto a comunhão familiar. Viver a eucaristia é reconhecer e compartilhar os dons que, por Cristo, recebemos do Espírito Santo. É aceitar a acolhida que os outros nos oferecem e deixá-los que entrem em nós mesmos. Com isso, ressurgem o espírito da aliança: deixar que Deus entre em nossa vida e dela se sirva segundo sua vontade. Surge, então, no centro da vida familiar, a imagem forte e suave de Cristo, morto e ressuscitado.

**589.** Surge daí a missão da família. Esta Igreja doméstica, convertida pela força libertadora do Evangelho em 'escola do mais rico humanismo' (GS 52), sabendo-se peregrina com Cristo e comprometida com Ele no serviço da Igreja particular, lança-se rumo ao futuro, disposta a superar as falácias do racionalismo e da sabedoria mundana que desorientam o homem moderno. Percebendo a realidade e atuando sobre ela, como Deus a vê e governa, busca maior fidelidade ao Senhor, para não adorar ídolos, e sim ao Deus vivo do amor.

**590.** Opção básica: Tendo em consideração os ensinamentos de Medellín, de Paulo VI e o recente magistério de João Paulo II acerca da família: 'Enviai todos os esforços para que haja uma pastoral da família. Dai assistência a um campo tão prioritário, na certeza de que, no futuro, a evangelização depende em grande parte

da Igreja doméstica' (Discurso Inaugural, IVa - AAS, LXXI, p. 204), ratificamos a prioridade da pastoral familiar dentro da pastoral orgânica na América Latina.

**591.** a) A pastoral familiar insere-se admiravelmente na pastoral de toda a Igreja: é evangelizadora, profética e libertadora.

**592.** \* Anuncia o Evangelho do amor conjugal e familiar, como experiência pascal vivida na Eucaristia.

**593.** \* Denuncia as falácias e corruptelas que embargam ou ensombram o Evangelho do amor conjugal e familiar.

**594.** \* Procura caminhos para que os casais e as famílias possam progredir na sua vocação ao amor e em sua missão de formar pessoas, educar na fé, contribuir para o desenvolvimento. Nos casos tão freqüentes de famílias incompletas, devem-se buscar caminhos pastorais para sua devida assistência.

**595.** \* Acolhe os casais e famílias, seja qual for a situação concreta de cada uma, e as acompanha com passos de bom pastor que lhes compreende a fraqueza, ao ritmo de sua pobreza humana e de sua ignorância.

**596.** b) Agentes desta pastoral são aqueles que se comprometem a viver o Evangelho da família e promovem comunidades eclesiais familiares reduzidas ou amplas.

c) oportunidades para desenvolver a pastoral familiar:

**597.** \* nas ocasiões ricas de graça salvífica, que sobrevêm aos casais e nas famílias: noivado, casamento, paternidade e educação dos filhos, aniversários, batizados, primeiras comunhões, festas e celebrações familiares, sem excluir as crises da convivência familiar, horas dolorosas como a enfermidade e a morte.

**598.** Intimamente relacionado com a pastoral social está:

\* o trabalho em prol da criação de estruturas e ambientes que tornem possível a vida em família;

\* o lazer, providenciando ambientes seguros e construtivos para os filhos e para todos os jovens;

\* a cultura, comunicando valores recebidos da história familiar e da história local;

\* o apostolado, unindo-se em comunidades intimamente relacionadas com a hierarquia e comprometidas com a Igreja particular.

**599.** d) Baseando-se na Palavra, oferece princípios e modelos para a ação: preferência do 'ser mais' sobre a tendência a possuir, poder, saber 'mais', sem servir mais. Dar mais do que receber.

**600.** e) A pastoral familiar desenvolve-se:

\* em atmosfera de confiança na verdade;

\* na integração dos valores naturais da família com a fé;

\* com um discernimento cristão das circunstâncias, em vista da tomada de decisões.

**601.** a) Enriquecer e sistematizar a teologia da família, para lhe facilitar o conhecimento e o aprofundamento como 'Igreja doméstica', com o objetivo de iluminar as novas situações das famílias latino-americanas.

**602.** b) Afirmamos que, em toda pastoral familiar, deverá considerar-se a família como sujeito e agente insubstituível de evangelização e como base da comunhão na sociedade.

**603.** c) Promover no seio das famílias um profundo espírito de comunhão entre seus membros, com expressões de abertura e generoso serviço mútuo, procurando assim a realização da Boa Nova.

**604.** d) Repisar na necessidade duma educação de todos os membros da família na justiça e no amor, de tal sorte que possam ser agentes responsáveis, solidários e eficientes para promover soluções cristãs da complexa problemática social latino-americana.

**605.** e) Considerar a catequese pré-sacramental e sua celebração litúrgica como ocasiões privilegiadas para o anúncio do Evangelho, do amor conjugal e familiar e resposta ao mesmo.

**606.** f) Promover, como parte importante da educação progressiva no amor, a educação sexual, que deve ser oportuna e integral e que fará descobrir a beleza do amor e o valor humano do sexo.

**607.** g) Acompanhar os esposos, para ajudá-los a crescer na fé e aprofundar-se no mistério do matrimônio cristão. Assim, serão ajudados a ser felizes, ensinando-se-lhes a cultivar o amor, a entrar em diálogo, a trocar delicadezas e atenções, a centrar no lar todos os interesses da vida.

**608.** h) Atenda-se, numa atitude pastoral profundamente evangélica e com profundo senso de compreensiva prudência, ao doloroso problema das uniões matrimoniais de fato e das famílias incompletas.

**609.** i) Eduquem-se, de preferência os esposos, para uma paternidade responsável que os capacite não só para uma honesta regulação da fecundidade e para incrementar o gozo de sua complementariedade, mas também para fazer deles bons formadores de seus filhos.

**610.** j) Frente às campanhas antinatalistas, de origem governamental ou promovidas por outros países, proporcionem-se às famílias conhecimentos suficientes sobre os múltiplos efeitos negativos das técnicas imperantes nas filosofias neomaltusianas e proceda-se à aplicação integral das normas éticas clara e repetidamente enunciadas pelo magistério.

**611.** Para conseguir uma honesta regulação da fecundidade, requer-se promover a existência de centros onde se ensinem cientificamente os métodos naturais, por meio de pessoal qualificado. Esta alternativa humanista evita os inconvenientes éticos e sociais da anticoncepção e da esterilização, que foram, historicamente passos prévios à legalização do aborto.

**612.** k) A pastoral do respeito ao direito básico à vida não deve ser circunscrita ao crime abominável do aborto, mas estender-se à defesa da integridade e saúde nos demais períodos e circunstâncias da existência humana.

**613.** l) Siga-se fielmente esta recomendação: 'Em defesa da família... a Igreja se compromete a prestar sua ajuda e convida os governos a que estabeleçam como ponto-chave de sua ação uma política sócio-familiar inteligente, audaz, perseverante, reconhecendo que nisto se cifra indubitavelmente o porvir - a esperança - do Continente' (João Paulo II, Homília Puebla, 3AAS, LXXI, p. 185).

**614.** m) Tanto nos seminários como nos institutos religiosos e outros centros, ministrar uma suficiente formação em pastoral familiar e, posteriormente, na formação permanente dos sacerdotes e demais agentes da evangelização.

**615.** n) Promovam-se e consolidem-se os movimentos e outras formas do apostolado familiar, respeitando seus próprios carismas dentro da pastoral de conjunto.

**616.** o) Para assegurar o bom êxito dessas linhas de ação, criem-se ou dinamizem-se centros de coordenação diocesana, nacional e latino-americana, para a pastoral familiar, com participação dos pais de família.

**617.** Além da família cristã, que é o primeiro centro de evangelização, o homem vive sua vocação fraterna no seio da Igreja particular, em comunidades que tornam presente e operante o desígnio salvífico do Senhor,

- vivido na comunhão e na participação. Assim, dentro da Igreja particular, devem-se considerar as paróquias, as comunidades eclesiais de base e outros grupos eclesiais.
- 618.** A Igreja é o povo de Deus, que manifesta sua vida de comunhão e serviço evangelizador em diversos níveis e sob diversas formas históricas.
- 619.** Em geral: em nossa Igreja da América Latina, há grande anseio de relações mais profundas e estáveis na fé, amparadas e animadas pela Palavra de Deus. Intensificaram-se a oração em comum e o esforço do povo por participar mais consciente e frutuosamente na liturgia.
- 620.** Verificamos um crescimento na co-responsabilidade dos fiéis, tanto na organização como na ação natural.
- 621.** Há uma consciência e um exercício mais amplos dos direitos e deveres que competem aos leigos como membros da comunidade.
- 622.** Percebe-se um grande anseio de justiça e um sincero sentimento de solidariedade, num ambiente social caracterizado pelo avanço do secularismo e pelos demais fenômenos próprios duma sociedade em transformação.
- 623.** Pouco a pouco, a Igreja foi-se desligando daqueles que detêm o poder econômico ou político, libertando-se de dependências e prescindindo de privilégios.
- 624.** A Igreja na América Latina quer continuar dando um testemunho de serviço desinteressado e abnegado, em face de um mundo dominado pelo afã do lucro, pela ânsia do poder e pela exploração.
- 625.** Numa linha de maior participação, surgem ministérios ordenados, como o diaconato permanente não ordenado e outros serviços, como os de proclamadores da Palavra, animadores de comunidades. Nota-se também uma melhoria na colaboração entre sacerdotes, religiosos e leigos.
- 626.** Manifesta-se mais claramente em nossas comunidades, como fruto do Espírito Santo, um novo estilo de relacionamento entre bispos e presbíteros e destes com seu povo, caracterizado por maior simplicidade, compreensão e amizade no Senhor.
- 627.** Tudo isso é um processo no qual ainda há amplos setores que manifestam alguma resistência e requerem compreensão e estímulo, assim como grande docilidade ao Espírito Santo. São precisas ainda maior abertura do clero para com a ação dos leigos, superação do individualismo pastoral e da auto-suficiência. Por outro lado, a influência do ambiente secularizado tem produzido, por vezes, tendências centrífugas com respeito à comunidade e perda do autêntico senso eclesial.
- 628.** Nem sempre se encontraram os meios eficazes para superar a escassez de educação do nosso povo na fé, permanecendo este indefeso ante a difusão de doutrinas teológicas inseguras, em face do proselitismo sectário e dos movimentos pseudo-espirituais.
- 629.** Está comprovado que as pequenas comunidades, sobretudo as comunidades eclesiais de base criam maior inter-relacionamento pessoal, aceitação da Palavra de Deus, revisão de vida e reflexão sobre a realidade, à luz do Evangelho; nelas acentua-se o compromisso com a família, com o trabalho, o bairro e a comunidade local. Destacamos, com alegria, como fato eclesial relevante e caracteristicamente nosso e como 'esperança da Igreja' (EN 58), a multiplicação das pequenas comunidades. Esta expressão eclesial nota-se mais na periferia das grandes cidades e no campo. Constituem elas ambiente propício para o surgimento de novos serviços leigos. Nelas se tem difundido muito a catequese familiar e a educação dos adultos na fé, de forma mais adequada ao povo simples.
- 630.** Todavia, não se deu suficiente atenção à formação de líderes educadores da fé e de cristãos responsáveis nos organismos intermediários do bairro, do mundo operário e agrário. Quem sabe, por isso mesmo não hajam faltado membros de comunidades ou comunidades inteiras que, atraídos por instituições puramente leigas ou ideologicamente radicalizadas, vão perdendo o autêntico senso eclesial.
- 631.** A paróquia está conseguindo diversas formas de renovação, adequadas às mudanças desses últimos anos. Há mudança de mentalidade entre os pastores; os leigos são chamados para os conselhos de pastoral e demais serviços; constante atualização da catequese, maior presença do presbítero no meio do povo, principalmente graças a uma rede de grupos e comunidades.
- 632.** Na linha da evangelização, a paróquia apresenta uma dupla relação de comunicação e comunhão pastoral: em nível diocesano, as paróquias se integram em regiões, vicariatos, decanatos; no interior de si mesmas, a pastoral se diversifica segundo os diferentes setores e se abre à criação de comunidades menores.
- 633.** Contudo, ainda subsistem atitudes que obstam a este dinamismo de renovação: primazia do administrativo sobre o pastoral, rotina, falta de preparação para os sacramentos, autoritarismo de certos sacerdotes e fechamento da paróquia sobre si mesma, sem considerar as graves urgências apostólicas do conjunto.
- 634.** Na Igreja particular, observa-se um notável esforço para adaptar o território em função de maior atendimento ao povo de Deus, com a criação de novas dioceses. Há empenho por dotar as Igrejas de organismos que promovam a co-responsabilidade, mediante canais adequados para o diálogo, tais como conselhos presbiterais, conselhos de pastoral, comissões diocesanas, que promovem uma pastoral mais orgânica e adaptada à realidade peculiar de cada diocese.
- 635.** Também há, por parte das comunidades religiosas e dos movimentos leigos, maior consciência da necessidade de inserir-se, com espírito eclesial, na missão da Igreja particular.
- 636.** Em nível nacional, é notável o esforço em favor dum melhor exercício da colegialidade no seio das conferências episcopais, cada dia mais bem organizadas e dotadas de organismos subsidiários. Menção especial merece o desenvolvimento e a eficácia do serviço que o CELAM oferece à comunhão eclesial em todo o âmbito da América Latina.
- 637.** Em nível universal, destacam-se as relações de intercâmbio fraterno por meio do envio de pessoal apostólico e da ajuda econômica, mantidas com os episcopados da Europa e da América do Norte, com o apoio da CAL, cuja continuação e aprofundamento ensejam mais amplas oportunidades de participação intereclesial, sinal eminente de comunhão universal.
- 638.** O cristão vive em comunidade sob a ação do Espírito Santo, princípio invisível de unidade e comunhão, como também da unidade e variedade de estados de vida, ministérios e carismas.
- 639.** O batizado, na Igreja doméstica que é sua família, é chamado à primeira experiência de comunhão na fé, no amor e no serviço ao próximo.

**640.** Nas pequenas comunidades, mormente nas mais bem constituídas, cresce a experiência de novas relações interpessoais na fé, o aprofundamento da palavra de Deus, a participação na eucaristia, a comunhão com os pastores da Igreja particular e um maior compromisso com a justiça na realidade social dos ambientes em que se vive.

Pergunta-se quando é que uma pequena comunidade pode ser considerada verdadeira comunidade eclesial de base na América Latina?

**641.** A comunidade eclesial de base, enquanto comunidade, integra famílias, adultos e jovens, numa íntima relação interpessoal na fé. Enquanto eclesial, é comunidade de fé, esperança e caridade; celebra a palavra de Deus e se nutre da eucaristia, ponto culminante de todos os sacramentos; realiza a palavra de Deus na vida, através da solidariedade e compromisso com o mandamento novo do Senhor e torna presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, por intermédio do ministério de coordenadores aprovados. É de base por ser constituída de poucos membros, em forma permanente e à guisa de célula da grande comunidade. 'Quando merecem o seu título de eclesialidade, elas podem reger, em solidariedade fraterna, sua própria existência espiritual e humana' (EN 58).

**642.** Os cristãos unidos em comunidade eclesial de base, fomentando sua adesão a Cristo, procuram uma vida mais evangélica no seio do povo, colaboram para questionar as raízes egoístas e de consumismo da sociedade e explicitam a vocação para a comunhão com Deus e com os irmãos, oferecendo um valioso ponto de partida para a construção duma nova sociedade, 'a civilização do amor'.

**643.** As comunidades eclesiais de base são expressão de amor preferencial da Igreja pelo povo simples; nelas se expressa, valoriza e purifica sua religiosidade e se lhe oferece possibilidade concreta de participação na tarefa eclesial e no compromisso de transformar o mundo.

**644.** A paróquia realiza uma função de Igreja em certo sentido integral, já que acompanha as pessoas e famílias no decorrer de toda a sua existência, na educação e crescimento na fé. É centro de coordenação e animação de comunidades, grupos e movimentos. Aqui, amplia-se mais o horizonte de comunhão e participação. A celebração da eucaristia e demais sacramentos torna presente de maneira mais clara a totalidade da Igreja. O seu vínculo com a comunidade diocesana é garantido pela união com o bispo, que confia a seu representante (normalmente o pároco) o cuidado pastoral da comunidade. A paróquia vem a ser para o cristão o lugar de encontro, de fraterna comunicação de pessoas e de bens, superando as limitações próprias às pequenas comunidades. Na paróquia se assume, de fato, uma série de serviços que não estão ao alcance das comunidades menores, sobretudo em nível missionário e na promoção da dignidade da pessoa humana, atingindo-se, assim, os migrantes mais ou menos estáveis, os marginalizados, os separados, os não crentes e, em geral, os mais necessitados.

**645.** Na Igreja particular, constituída à imagem da Igreja universal, encontra-se e opera verdadeiramente a Igreja de Cristo que é una, santa, católica e apostólica. Ela é uma parte do povo de Deus, definida por um contexto socio-cultural mais amplo, onde se encarna. Sua primazia no conjunto das comunidades eclesiais deve-se ao fato de ser presidida pelo bispo, dotado de forma plena e sacramental do tríplice ministério de Cristo, cabeça do corpo místico, profeta, sacerdote e pastor. O bispo é, em cada Igreja particular, princípio e fundamento de unidade da mesma.

**646.** Por serem sucessores dos apóstolos, os bispos tornam presente a apostolicidade de toda a Igreja através de sua comunhão com o colégio episcopal e, de maneira especial, com o Romano Pontífice; garantem a fidelidade ao Evangelho; realizam comunhão com a Igreja universal e promovem a colaboração do seu presbitério e o crescimento do povo de Deus, confiado a seus cuidados.

**647.** Responsabilidade do bispo será discernir os carismas e incentivar os ministérios indispensáveis para que a diocese cresça até a maturidade, como comunidade evangelizada e evangelizadora, de tal sorte que seja luz e fermento da sociedade, sacramento da unidade e de libertação integral, apta para o intercâmbio com as demais Igrejas particulares, animada de Espírito missionário, que a faça irradiar a riqueza evangélica amalhada em seu interior.

**648.** Como pastores, queremos resolutamente promover, orientar e acompanhar as comunidades eclesiais de base, de acordo com o espírito de Medellín e os critérios da 'Evangelii Nuntiandi', favorecer o descobrimento e a formação gradual de animadores para elas. Em especial, é preciso procurar como possam as pequenas comunidades que se multiplicam sobretudo na periferia e na zonas rurais, adaptar-se também à pastoral das grandes cidades do nosso Continente.

**649.** Nas paróquias, é preciso prosseguir no esforço de renovação, superando os aspectos meramente administrativos; buscando maior participação dos leigos, mormente no conselho pastoral; dando prioridade aos apostolados organizados e formando os seculares para que assumam, como cristãos, suas responsabilidades na comunidade e no ambiente social.

**650.** Deve-se insistir numa opção mais decidida em favor da pastoral de conjunto, especialmente com a colaboração das comunidades religiosas, promovendo grupos, comunidades e movimentos; animando-as a um esforço constante de comunhão, fazendo da paróquia o centro de promoção e dos serviços que as comunidades menores não podem assegurar.

**651.** Devem-se incentivar as experiências para desenvolver a ação pastoral de todos os agentes nas paróquias e animar a pastoral vocacional dos ministérios consagrados, dos serviços leigos e da vida religiosa.

**652.** Digno de especial reconhecimento e duma palavra de animação são os presbíteros e outros agentes de pastoral, a quem a comunidade diocesana deve dar apoio, estímulo e solidariedade, também no que se refere ao necessário sustento e segurança social, dentro do espírito de pobreza.

**653.** Dentre os presbíteros, queremos ressaltar a figura do pároco, como pastor à semelhança de Cristo, promotor de comunhão com Deus e entre os irmãos, a cujo serviço se dedica junto com seus co-irmãos presbíteros em torno do bispo: atento a discernir os sinais dos tempos com o seu povo; animador de comunidades.

**654.** No âmbito da Igreja particular, procure-se garantir a constante formação e renovação dos agentes de pastoral, promovendo a espiritualidade e os cursos de capacitação, mediante centros de retiro e dias de oração. Urge que as cúrias diocesanas cheguem a ser centros mais eficazes de promoção pastoral em seus três níveis, de catequese, liturgia e serviços de justiça e caridade, reconhecendo o valor pastoral do serviço administrativo. Deve-se intentar com especial empenho a integração dos conselhos diocesanos de pastoral e outros organismos

diocesanos que, embora apresentem algumas dificuldades, são instrumentos indispensáveis de planejamento, implementação e constante acompanhamento da ação pastoral na vida da diocese.

**655.** A Igreja particular dará maior relevo a seu caráter missionário e à comunhão eclesial, partilhando valores e experiências, bem como favorecendo o intercâmbio de pessoas e bens.

**656.** Através de seus pastores, pela colegialidade episcopal e união com o Vigário de Cristo, a comunidade diocesana deve intensificar sua estreita comunhão com o centro de unidade da Igreja e sua aceitação leal do serviço que ele oferece, por seu magistério, na fidelidade ao Evangelho e na vivência da caridade. Nisto vai incluída a colaboração na ação - em nível continental - por meio do CELAM e de seus programas.

**657.** Nós nos empenhamos para que esta colegialidade, da qual Puebla, com as duas Conferências Gerais que a precederam, constitui um momento privilegiado, seja o sinal mais eficaz de credibilidade do anúncio e serviço do evangelho, em favor da comunhão fraterna em toda a América Latina".

#### **Nota:74**

**GS 40:** "Tudo que até agora foi dito a respeito da dignidade humana, da comunidade existente entre os seres humanos e do sentido profundo de sua atividade constitui o fundamento da relação entre a Igreja e o mundo e a base de seu diálogo recíproco.

Depois de o Concílio ter falado sobre o mistério da Igreja, convém que a considere agora enquanto existe e atua no mundo, em convívio com ele.

A Igreja procede do amor do Pai eterno, foi fundada na história pelo Cristo Redentor e é sustentada na unidade pelo Espírito Santo. Sua finalidade é salutar e escatológica e só se realizará plenamente na vida futura. Contudo, está presente aqui na terra, é feita de mulheres e homens que são membros da sociedade terrena, chamados desde agora a formar, na história, a família dos filhos de Deus, que deve ir aumentando até a vinda do Senhor.

Família, cuja união vem dos bens celestiais de que todos participam, foi 'constituída e organizada' por Cristo 'nesse mundo, como uma sociedade, dotada dos meios adequados a toda sociedade visível'. A Igreja é assim, ao mesmo tempo, 'um grupo histórico e uma comunidade espiritual' em caminho, com toda a humanidade, participando, com o mundo, da condição terrena e agindo como fermento ou como alma da sociedade humana, a ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus.

Só a fé percebe esta compenetração das sociedades terrena e celestial. O mistério da história humana, perturbada pelo pecado, permanecerá impenetrável até o fim dos séculos, quando se manifestará plenamente a glória dos filhos de Deus. A Igreja, fiel a seu próprio fim, comunica a todos a vida divina e ilumina com sua luz o mundo inteiro, contribuindo para restabelecer e elevar a dignidade humana e fortalecer os laços sociais, proporcionando uma significação nova e mais profunda a toda a atividade humana.

Através de cada um de seus membros e atuando em conjunto, a Igreja acredita poder contribuir para tornar mais humana a família dos seres humanos e sua história.

Além disso, a Igreja Católica se alegra de poder assinalar a importância da contribuição que deram e ainda dão, no mesmo sentido, as outras Igrejas cristãs e as diversas comunidades eclesiais.

Tem, além disso, a convicção de poder contar, sob inúmeros e variados aspectos, com o apoio e com a ajuda do mundo, das pessoas individualmente e da sociedade humana, com seus bens e com sua atividade, para abrir caminho ao Evangelho.

Para promover adequadamente esta colaboração, em que, reciprocamente, Igreja e mundo se ajudam, convém estabelecer aqui alguns princípios gerais".

#### **Nota:75**

**João Paulo II**, Discurso aos Construtores da Sociedade Pluralista, em Salvador, 6: "Bem-aventurados os pobres em espírito (Mt 5,3). Bem-aventurados os que na carência sabem salvaguardar sua dignidade humana: mas bem-aventurados também aqueles que não se deixam possuir por seus bens, que não permitem que o seu sentido de justiça social seja sufocado pelo apego às suas posses. Verdaderamente bem-aventurados os pobres em espírito!".

**Puebla, 629:** "Está comprovado que as pequenas comunidades, sobretudo as comunidades eclesiais de base criam maior inter-relacionamento pessoal, aceitação da Palavra de Deus, revisão de vida e reflexão sobre a realidade, à luz do Evangelho; nelas acentua-se o compromisso com a família, com o trabalho, o bairro e a comunidade local. Destacamos, com alegria, como fato eclesial relevante e caracteristicamente nosso e como 'esperança da Igreja' (EN 58 ), a multiplicação das pequenas comunidades. Esta expressão eclesial nota-se mais na periferia das grandes cidades e no campo. Constituem elas ambiente propício para o surgimento de novos serviços leigos. Nelas se tem difundido muito a catequese familiar e a educação dos adultos na fé, de forma mais adequada ao povo simples".

#### **Nota:76**

**João Paulo II**, aos Operários, em S. Paulo, 3: "Falo-lhes em nome de Cristo, em nome da Igreja, da Igreja inteira. É Cristo que envia a sua Igreja a todos os homens e a todas as sociedades, com uma mensagem de salvação. Esta missão da

da Igreja se realiza, ao mesmo tempo, em duas perspectivas: a perspectiva escatológica, que considera o homem como ser cuja destinação definitiva é Deus; e a perspectiva histórica, que olha esse mesmo homem em sua situação concreta, encarnado no mundo de hoje! Esta mensagem de salvação que a Igreja, em virtude de sua missão faz chegar a cada homem e igualmente à família, aos diferentes âmbitos sociais, às nações e à humanidade inteira, é mensagem de amor e de fraternidade, mensagem de justiça e de solidariedade, em primeiro lugar, para os mais necessitados".

#### **Nota:77**

**João Paulo II**, aos Operários, em S. Paulo, 9: "É assim, todas as comunidades de cristãos, tanto as comunidades de base, com as paroquiais, as diocesanas ou toda a comunidade nacional da Igreja, devem dar a sua contribuição específica para a construção da sociedade. Todas as preocupações do homem devem ser tomadas em consideração, pois a evangelização não seria completa, se não levasse em conta as relações que existem entre a mensagem do Evangelho e a vida pessoal e social do homem, entre o mandamento do amor ao próximo que sofre e passa necessidade e as situações concretas de injustiça a combater e de justiça e paz a instaurar



**João Paulo II**, Discurso na Favela do Vidigal, Rio de Janeiro, 3: “As palavras de Cristo sobre os pobres em espírito fazem, porventura, esquecer as injustiças? Permitem elas que deixemos sem solução os diversos problemas que se levantam no conjunto do assim chamado problema social? Estes problemas, que permanecem na história da humanidade, assumem aspectos diversos nas diversas épocas da história e têm sua intensidade de acordo com a dimensão de cada sociedade em particular, assumindo, ao mesmo tempo, a proporção de inteiros continentes e, enfim, de todo o mundo. É natural que estes problemas assumam também uma dimensão própria desta terra, uma dimensão brasileira.

As palavras de Cristo declarando felizes os ‘pobres em espírito’ não visam suprimir todos estes problemas. Ao contrário: elas os colocam em evidência, focalizando-os neste ponto mais essencial que é o homem, que é o coração humano, que é cada homem sem exceção. O homem diante de Deus e, ao mesmo tempo, diante dos outros homens.

Pobres em espírito não significa exatamente ‘o homem aberto aos outros’, isto é, a Deus e ao próximo?

Não é verdade que esta bem-aventurança dos ‘pobres em espírito’ contém ao mesmo tempo uma ‘advertência’ e uma ‘acusação’? Não é certo que ela diz aos que não ‘são pobres em espírito’ que eles se encontram fora do reino de Deus, que o reino de Deus é e não será participado por eles?”.

**Nota:78**

**João Paulo II**, aos Missionários, em Manaus, 4: “...Toda evangelização visa, portanto, suscitar, aprofundar e consolidar a fé e, à luz da fé, tornar possível uma sociedade mais justa e fraterna...”

**Nota:79**

**João Paulo II**, Homilia em Saint-Denis, em 31/5/80.

**Nota:80**

**João Paulo II**, aos Construtores da Sociedade Pluralista, em Salvador, 6: “Colocar o homem no centro de toda atividade social, portanto, quer dizer sentir-se preocupado por tudo aquilo que é injustiça, porque ofende a sua dignidade. Adotar o homem como critério quer dizer comprometer-se na transformação de toda situação e realidade injustas, para torná-las elementos de uma sociedade justa...”

Toda sociedade, se não quiser ser destruída a partir de dentro, deve estabelecer uma ordem social justa. Este apelo não é uma justificação da luta de classes pois a luta de classes é destinada à esterilidade e à destruição mas é um apelo à luta nobre em prol da justiça social na sociedade inteira!

...Rejeitai o raciocínio inspirado pelo egoísmo coletivo de um grupo, de uma classe ou baseado na motivação do proveito material unilateral. Recusai a violência como meio de resolver os problemas da sociedade, pois a violência é contra a vida, é destruidora do homem...”.

**João Paulo II**, aos Operários, em São Paulo, 3: “Quero repetir aqui, diante de vocês, o que disse aos trabalhadores em Saint-Denis, bairro operário de outra grande cidade, Paris. A partir das palavras tão profundas do Magnificat, eu quis considerar com eles que ‘o mundo querido por Deus é um mundo de justiça; que a ordem que deve reger as relações entre os homens se alicerça na justiça; que esta ordem deve ser continuamente implantada no mundo, sempre de novo, à medida que aumentam e se desenvolvem as situações e os sistemas sociais, à medida que surgem novas condições e possibilidades econômicas, novas possibilidades da técnica e da produção e, ao mesmo tempo, novas possibilidades e necessidades de distribuição dos bens.

A Igreja, quando proclama o Evangelho, procura também obter, sem por isso abandonar o seu papel específico de evangelização, que todos os aspectos da vida social, onde se manifesta a injustiça, sofram uma transformação para a justiça. O bem comum da sociedade requer, como exigência fundamental, que a sociedade seja justa! A persistência da injustiça, a falta de justiça, ameaça a existência da sociedade de dentro para fora, da mesma maneira que tudo quanto atenta contra a sua soberania ou procura impor-lhe ideologias e modelos, toda chantagem econômica e política, toda força das armas pode ameaçá-la de fora para dentro”.

**Nota:81**

**João Paulo II**, aos Operários, em S. Paulo, 3: “Falo-Ihes em nome de Cristo, em nome da Igreja, da Igreja inteira. É Cristo que envia a sua Igreja a todos os homens e a todas as sociedades, com uma mensagem de salvação. Esta missão da

da Igreja se realiza, ao mesmo tempo, em duas perspectivas: a perspectiva escatológica, que considera o homem como ser cuja destinação definitiva é Deus; e a perspectiva histórica, que olha esse mesmo homem em sua situação concreta, encarnado no mundo de hoje! Esta mensagem de salvação que a Igreja, em virtude de sua missão faz chegar a cada homem e igualmente à família, aos diferentes âmbitos sociais, às nações e à humanidade inteira, é mensagem de amor e de fraternidade, mensagem de justiça e de solidariedade, em primeiro lugar, para os mais necessitados”.

**Nota:82**

**João Paulo II**, aos Operários, em S. Paulo, 4: “Repelir a luta de classes é também optar resolutamente por uma nobre luta a favor da justiça social. Os diversos centros do poder e os diferentes representantes da sociedade devem ser capazes de se unir, de coordenar os próprios esforços e de chegar a um acordo sobre programas claros e eficazes. Nisto consiste a fórmula cristã para criar uma sociedade justa! A sociedade inteira deve ser solidária com todos os homens e, em primeiro lugar, com o homem que tem mais necessidade de auxílio, o pobre. A opção pelos pobres é uma opção cristã: é também a opção da sociedade que se preocupa com o verdadeiro bem comum”.

**João Paulo II**, aos Construtores da Sociedade Pluralista, em Salvador 6 e 8: “6. Colocar o homem no centro de toda atividade social, portanto, quer dizer sentir-se preocupado por tudo aquilo que é injustiça, porque ofende a sua dignidade. Adotar o homem como critério quer dizer comprometer-se na transformação de toda situação e realidade injustas, para torná-las elementos de uma sociedade justa...”

8. Sim, irmãos e irmãs, construir a sociedade é antes de tudo tomar consciência, não no sentido exclusivo de tomar conhecimento dos resultados de uma certa análise da situação e dos males da sociedade, mas na plena aceção da palavra, isto é, formar a própria consciência segundo as exigências da lei de Deus, da mensagem de Cristo sobre o homem, da dimensão ética de toda empresa humana.

Construir a sociedade é comprometer-se, tomar o partido da consciência, dos princípios da justiça, da fraternidade, do amor, contra os intentos do egoísmo, que mata a solidariedade, e do ódio, que destrói.

Construir a sociedade é ultrapassar as fronteiras, as divisões, as oposições, para trabalhar juntos. O homem tem em si a abertura para o outro. E Cristo nos interpela de modo contundente: 'Quem é o meu próximo?'. Nenhuma obra durável e verdadeiramente humana é possível se não é feita por todos, na colaboração de todas as forças vivas da sociedade, no intercâmbio entre todos os homens e mulheres sem distinção de posição social ou de situação econômica.

Construir a sociedade é, enfim, converter-se continuamente, rever as próprias atitudes, para detectar os preconceitos estereótipos e descobrir os próprios erros, a fim de se abrir aos imperativos de uma consciência formada à luz da dignidade de cada pessoa humana, tal como foi revelado e confirmada por Jesus Cristo. É abrir o coração e o espírito para que a justiça, o amor e o respeito à dignidade e aos destinos do homem penetrem no pensamento e inspirem a atuação".

**Nota:83**

**João Paulo II**, Discurso aos Construtores da Sociedade Pluralista, em Salvador 4, 2: "4. A Igreja, fundada por Cristo, indica ao homem de hoje o caminho a seguir para construir a cidade terrena, prelúdio - embora não isento de antinomias e contradições - da cidade celeste. A Igreja indica o modo de construir a sociedade em função do homem, no respeito ao homem. Sua tarefa é inserir em todos os campos da atividade humana o fermento do Evangelho. É em Cristo que a Igreja é 'perita em humanidade'.

2. Este encontro é dedicado aos 'construtores da sociedade pluralista de hoje', vindos aqui, a título especial, como sinal da realidade extraordinariamente rica de forças humanas, intelectuais e sociais, que o Brasil representa no mundo. Saúde-vos, portanto, de modo particular, irmãos e irmãs, que fazeis da construção da sociedade, o vosso ideal, a vossa honra, o vosso labor cotidiano. Todo homem é construtor da sociedade em que vive..."

**Nota:84**

**Puebla 21**: "O significativo progresso econômico que nosso continente alcançou demonstra que seria possível erradicar a extrema pobreza e melhorar a qualidade de vida do nosso povo; ora, se existe a possibilidade, existe, conseqüentemente, a obrigação".

**Nota:85**

**LE 12**: "Diante da realidade dos dias de hoje, em cuja estrutura se encontram marcas bem profundas de tantos conflitos, causados pelo homem, e na qual os meios técnicos - fruto do trabalho humano - desempenham um papel de primeira importância (pense-se ainda aqui neste ponto, na perspectiva de um cataclismo mundial na eventualidade de uma guerra nuclear, cujas possibilidades de destruição seriam quase inimagináveis), deve recordar-se, antes de mais nada, um princípio ensinado sempre pela Igreja. É o 'princípio da prioridade do trabalho em confronto com o capital'. Este princípio diz respeito diretamente ao próprio processo de produção, relativamente ao qual o trabalho é sempre 'uma causa eficiente primária', enquanto que o 'capital', sendo o conjunto dos meios de produção, permanece apenas um 'instrumento', ou causa instrumental. Este princípio é uma verdade evidente que resulta de toda a experiência histórica do homem.

Quando lemos no primeiro capítulo da Bíblia que o homem tem o dever de 'submeter a terra', nós ficamos sabendo que estas palavras se referem a todos os recursos que o mundo visível encerra em si e que estão postos à disposição do homem. Tais recursos, no entanto, não podem 'servir ao homem senão mediante o trabalho'. E com o trabalho permanece igualmente ligado, desde o princípio, o problema da propriedade. Com efeito, para fazer com que sirvam para si e para os demais os recursos escondidos na natureza, o homem tem como único meio o seu trabalho; e para fazer com que frutifiquem tais recursos, mediante o seu trabalho, o homem apossa-se de pequenas porções das variadas riquezas da natureza: do subsolo, do mar, da terra e do espaço. De tudo isso ele se apropria para aí assentar o seu 'banco' de trabalho. E apropria-se disso mediante o trabalho e para poder ulteriormente ter trabalho.

O mesmo princípio se aplica, ainda, às fases sucessivas deste processo, no qual a 'primeira' fase continua sendo sempre a 'relação do homem com os recursos e as riquezas da natureza'. Todo o esforço do conhecimento com que se tende a descobrir tais riquezas e a determinar as diversas possibilidades de utilização das mesmas por parte do homem e para o homem, leva-nos a tomar consciência do seguinte: que tudo aquilo que no complexo da atividade econômica provém do homem - tanto o trabalho, como o conjunto dos meios de produção e a técnica a eles ligada (isto é, a capacidade de utilizar tais meios no trabalho) - pressupõe estas riquezas e estes recursos do mundo visível, 'que o homem encontra', mas não cria. Ele encontra-os, em certo sentido, já prontos e preparados para serem descobertos pelo seu conhecimento e para serem utilizados corretamente no processo de produção. Em qualquer fase do desenvolvimento do seu trabalho, o homem depara com o fato da principal 'doação' da parte da 'natureza', o que equivale a dizer, em última análise, da parte do 'Criador'. No princípio do trabalho humano está o mistério da Criação. Esta afirmação, já indicada como ponto de partida, constitui o fio condutor do presente documento e será mais desenvolvida ainda, na parte final das presentes reflexões.

A consideração do mesmo problema, que se fará em seguida, há de confirmar-nos na convicção quanto 'à prioridade do trabalho humano no confronto com aquilo' que, com o tempo, passou a ser habitual chamar-se 'capital'. Com efeito, se no âmbito deste último conceito entram, além dos recursos da natureza postos à disposição do homem, também aquele conjunto de meios pelos quais o homem se apropria dos recursos da natureza, transformando-os à medida das suas necessidades (e deste modo, em algum sentido, 'humanizando-os'), então há que fixar desde já a certeza de que 'tal conjunto de meios é o fruto do patrimônio histórico do trabalho humano'. Todos os meios de produção, desde os mais primitivos até aos mais modernos, foi o homem que os elaborou: a experiência e a inteligência do homem. Deste modo foram aparecendo não só os instrumentos mais simples que servem para o cultivo da terra, mas também - graças a um adequado progresso da ciência e da técnica - os mais modernos e os mais complexos: as máquinas, as fábricas, os laboratórios e os computadores. Assim, tudo aquilo que serve para o trabalho, tudo aquilo que, no estado atual da técnica, constitui dele 'instrumento' cada dia mais aperfeiçoado, 'é fruto do mesmo trabalho'.

Esse instrumento gigantesco e poderoso - qual é o conjunto dos meios de produção, considerados, até certo ponto, como sinônimo do 'capital' - nasceu do trabalho e é portador das marcas do trabalho humano. No presente estágio do avanço da técnica, o homem, que é o sujeito do trabalho, quando quer servir-se deste conjunto de instrumentos modernos, ou seja, dos meios de produção, deve começar por assimilar, no plano do conhecimento, o fruto do trabalho dos homens que descobriram tais instrumentos, que os projetaram, os

construíram e aperfeiçoaram, e que continuam a fazê-lo. A 'capacidade de trabalho - quer dizer, de participar eficazmente no processo moderno de produção - exige uma 'preparação' cada vez maior e, primeiro que tudo, uma 'instrução' adequada. Obviamente, permanece fora de dúvidas que todos os homens que participam no processo de produção, mesmo no caso de executarem só aquele tipo de trabalho para o qual não são necessárias uma instrução particular e qualificações especiais, todos e cada um deles continuam sendo o verdadeiro sujeito eficiente, enquanto que o conjunto dos instrumentos, ainda os mais perfeitos, são única e exclusivamente instrumentos subordinados ao trabalho do homem.

Esta verdade, que pertence ao patrimônio estável da doutrina da Igreja, deve ser sempre sublinhada, em relação com o problema do sistema de trabalho e igualmente de todo o sistema sócio-econômico. É preciso acentuar e pôr em relevo o 'primado do homem no processo de produção, o primado do homem em relação às coisas'. E tudo aquilo que está contido no conceito de 'capital', num sentido restrito do termo, é somente um conjunto de coisas. Ao passo que o homem, como sujeito do trabalho, independentemente do trabalho que faz, o homem, e só ele, é uma pessoa. Esta verdade contém em si consequências importantes e decisivas".

#### **Nota:86**

**LE 18:** "Ao considerar os direitos do homem do trabalho em relação com este 'dador de trabalho indireto', quer dizer, em relação com o conjunto das instituições que, nacional e internacional, são responsáveis por toda a orientação da política do trabalho, deve voltar-se a atenção antes de mais nada para um 'problema fundamental'. Trata-se do problema de ter trabalho ou, por outras palavras, do problema de encontrar 'um emprego' adaptado para todos aqueles sujeitos que são capazes de o ter'. O contrário de uma situação justa e correta neste campo é o desemprego, isto é, a falta de lugares de trabalho para as pessoas que são capazes de trabalhar. E pode tratar-se de falta de trabalho em geral, ou então de falta de emprego em determinados setores do trabalho. O papel das aludidas instituições, que aqui são compreendidas sob a denominação de dador de trabalho indireto, é o de 'atuar contra o desemprego', que é sempre um mal e, quando chega a atingir determinadas dimensões, pode tornar-se uma verdadeira calamidade social. E o desemprego torna-se um problema particularmente doloroso quando são atingidos, sobretudo, os jovens que, depois de se terem preparado por meio de uma formação cultural, técnica e profissional apropriada, não conseguem um emprego e, com mágoa, vêem frustradas a sua vontade sincera de trabalhar e a sua disponibilidade para assumir a própria responsabilidade no desenvolvimento econômico e social da comunidade. A obrigação de conceder fundos em favor dos desempregados, quer dizer, o dever de assegurar as subvenções indispensáveis para a subsistência dos desempregados e das suas famílias, é um dever que deriva do princípio fundamental da ordem moral neste campo, isto é, do princípio do uso comum dos bens ou, para exprimir o mesmo de maneira ainda mais simples do direito à vida e à subsistência.

Para fazer face ao perigo do desemprego e para garantir trabalho a todos, as instituições que acima foram definidas como dador de trabalho indireto devem prover a uma 'planificação global', que esteja em função daquele 'banco' de trabalho diferenciado, junto do qual se plasma a vida, não apenas econômica, mas também cultural, de uma dada sociedade; elas devem dispensar atenção, ainda, à organização correta e racional do trabalho que se desenvolve em tal 'banco'. Esta solicitude global, em última análise, pesara sobre os ombros do Estado, mas ela não pode significar uma centralização operada unilateralmente pelos poderes públicos. Trata-se, ao contrário, de uma 'coordenação' justa e racional, no quadro da qual deve ficar 'garantida a iniciativa' das pessoas, dos grupos livres, dos centros e dos complexos de trabalho locais, tendo em conta aquilo que foi dito acima a respeito do caráter subjetivo o trabalho humano.

O fato da dependência recíproca das diversas sociedades e dos diversos Estados, bem como a necessidade de colaboração em diversos domínios exigem que, embora mantendo os direitos soberanos de cada um deles no campo da planificação e da organização do trabalho a nível da própria sociedade, se aja ao mesmo tempo, neste setor importante, no quadro da 'colaboração internacional', mediante os tratados e os acordos necessários. Também aqui, é indispensável que o critério de tais tratados e acordos se torne cada vez mais o trabalho humano, entendido como um direito fundamental de todos os homens, trabalho que dá a todos aqueles que trabalham direitos análogos, de tal maneira que o nível de vida dos homens do trabalho nas diversas sociedades seja 'cada vez menos marcado por aquelas diferenças chocantes' que, com a sua injustiça, são suscetíveis de provocar violentas reações. As Organizações Internacionais têm tarefas imensas a desempenhar neste setor. E é necessário que elas se deixem guiar por uma diagnose exata da complexidade das situações, assim como dos condicionamentos naturais, históricos, sociais etc.; é necessário, ainda, que elas, pelo que se refere aos planos de ação estabelecidos em comum, procurem ter a maior efetividade, isto é, eficácia na realização.

É em tal direção que se pode pôr em prática o plano de um progresso universal e harmonioso de todos, segundo o fio condutor da Encíclica 'Populorum Progressio' do Papa Paulo VI. É necessário acentuar bem que o elemento constitutivo e, ao mesmo tempo, a 'verificação' mais adequada de tal 'progresso' no espírito de justiça e de paz, que a Igreja proclama e pelo qual não cessa de orar ao Pai de todos os homens e de todos os povos, é exatamente a 'revalorização contínua do trabalho humano', quer sob o aspecto da sua finalidade objetiva, quer sob o aspecto da dignidade do sujeito de todo o trabalho, que é o homem. O progresso de que se está falando aqui deve ser atuado pelo homem e para o homem e deve produzir frutos no homem. Uma verificação do mesmo progresso será o reconhecimento cada vez mais maturado da finalidade do trabalho e o respeito cada vez mais universal dos direitos a ele inerentes, em conformidade com a dignidade do homem, sujeito do trabalho.

Uma planificação racional e uma organização adequada do trabalho humano, à medida das diversas sociedades e dos diversos Estados, deveriam facilitar também a descoberta das justas proporções entre os vários tipos de atividades: o trabalho dos campos, o da indústria, o dos multiformes serviços, o trabalho de concepção intelectual e mesmo o científico ou artístico, segundo as capacidades de cada um dos homens e para o bem comum de todas as sociedades e de toda a humanidade. A organização da vida humana segundo as múltiplas possibilidades do trabalho deveria corresponder um 'sistema de instrução' e de educação adaptado, que tivesse como finalidade, antes de mais nada, o desenvolvimento da humanidade e a sua maturidade, e também a formação específica necessária para ocupar de maneira rendosa um justo lugar no amplo e socialmente diferenciado 'banco' de trabalho.

Lançando o olhar para a inteira família humana espalhada por toda a terra, não é possível ficar sem ser impressionado por 'um fato desconcertante' de imensas proporções; ou seja, enquanto que por um lado importantes recursos da natureza permanecem inutilizados, há, por outro lado, massas imensas de desempregados e subempregados e multidões ingentes de famintos. É um fato que está demonstrando, sem dúvida alguma, que, tanto no interior de cada comunidade política como nas relações entre elas a nível continental e mundial - pelo que diz respeito à organização do trabalho e do emprego - existe alguma coisa que não está bem, e isso precisamente nos pontos mais críticos e mais importantes sob o aspecto social".

#### Nota:87

**LE 19:** "Depois de ter delineado, a traços largos, o papel importante que reveste a solicitude por dar possibilidades de trabalho a todos os trabalhadores, a fim de garantir o respeito dos direitos inalienáveis do homem em relação com o seu trabalho, convém tratar mais de perto, ainda que brevemente, de tais direitos que, no fim de contas, se formam 'na relação entre o trabalhador e o dador direto de trabalho'. Tudo o que foi dito até agora sobre o tema do dador indireto de trabalho tem por fim precisar mais acuradamente estas relações, mediante a apresentação daqueles múltiplos condicionamentos, no meio dos quais indiretamente se formam as mesmas relações. Esta consideração, contudo, não têm um intento puramente descritivo; por outro lado, também não é um breve tratado de economia ou de política. Trata-se apenas de pôr em evidência o 'aspecto deontológico e moral'. E o problema-chave da ética social, neste caso, é o problema da 'justa remuneração' do trabalho que é executado. No contexto atual, não há maneira mais importante para realizar a justiça nas relações entre trabalhadores e dadores de trabalho, do que exatamente aquela que se concretiza na remuneração do mesmo trabalho. Independentemente do fato de o trabalho ser efetuado no sistema da propriedade privada dos meios de produção ou num sistema em que a propriedade sofreu uma espécie de 'socialização', a relação entre o dador de trabalho (em primeiro lugar o dador direto) e o trabalhador resolve-se à base do salário, quer dizer, mediante a justa remuneração do trabalho que foi feito.

Importa salientar também que a justiça de um sistema sócio-econômico e, em qualquer hipótese, o seu justo funcionamento, devem ser apreciados, no fim de contas, segundo a maneira como é equitativamente remunerado o trabalho nesse sistema. Quanto a este ponto, nós chegamos de novo ao primeiro princípio de toda a ordem ético-social, ou seja, 'ao princípio do uso comum dos bens'. Em todo e qualquer sistema, independentemente das relações fundamentais existentes entre o capital e o trabalho, o salário, isto é, a 'remuneração do trabalho', permanece um 'meio concreto' pelo qual a grande maioria dos homens pode ter acesso àqueles bens que estão destinados ao uso comum, quer se trate dos bens da natureza, quer dos bens que são fruto da produção. Uns e outros tornam-se acessíveis ao homem do trabalho, graças ao salário que ele recebe como remuneração do seu trabalho. Daqui vem que o justo salário se torna em todos os casos 'a verificação concreta da justiça' de cada sistema sócio-econômico e, em qualquer hipótese, do seu justo funcionamento. Não é o único meio de verificação, mas é particularmente importante, ele é mesmo, em certo sentido, a verificação-chave.

Esta verificação diz respeito sobretudo à família. Uma justa remuneração do trabalho das pessoas adultas, que tenham responsabilidades de família, é aquela que for suficiente para fundar e manter dignamente uma família e para assegurar o seu futuro. Tal remuneração poderá efetuar-se ou por meio do chamado 'salário familiar', isto é, um salário único atribuído ao chefe de família pelo seu trabalho, e que seja suficiente para as necessidades da sua família, sem que a sua esposa seja obrigada a assumir um trabalho retribuído fora do lar; ou então por meio de outras medidas sociais, como sejam abonos familiares ou os subsídios para as mães que se dedicam exclusivamente à família, subsídios estes que devem corresponder às necessidades efetivas, quer dizer, ao número de pessoas a seu cargo, e durante todo o tempo em que elas não estejam em condições de assumir dignamente a responsabilidade da sua própria vida.

A experiência confirma que é necessário aplicar-se 'em prol da revalorização social das funções maternas', dos trabalhos que a elas andam ligados e da necessidade de cuidados, de amor e de carinho que têm os filhos, para se poderem desenvolver como pessoas responsáveis, moral e religiosamente amadurecidas e psicologicamente equilibradas. Reverterá em honra para a sociedade o tornar possível à mãe - sem pôr obstáculos à sua liberdade, sem discriminação psicológica ou prática e sem que ela fique numa situação de desdouro em relação às outras mulheres - cuidar dos seus filhos e dedicar-se à educação deles, segundo as diferentes necessidades da sua idade. O 'abono forçado' de tais tarefas, por ter de arranjar um trabalho retribuído fora de casa, é algo não correto do ponto de vista do bem da sociedade e da família, se isso estiver em contradição ou tornar difíceis tais objetivos primários da missão materna.

Nesta ordem de idéias, deve realçar-se que, numa visão mais geral, é necessário organizar e adaptar todo o processo do trabalho, de tal sorte que sejam respeitadas as exigências da pessoa e as suas formas de vida, antes de mais nada da sua vida doméstica, tendo em conta a idade e o sexo de cada uma delas. É um fato que, em muitas sociedades, as mulheres trabalham em quase todos os setores da vida. Convém, no entanto, que elas possam desempenhar plenamente as suas funções, 'segundo a índole que lhes é própria', sem discriminações e sem exclusão dos empregos para que tenham capacidade, como também sem faltar ao respeito pelas suas aspirações familiares e pelo papel específico que lhes cabe no contribuir para o bem comum da sociedade juntamente com o homem. A 'verdadeira promoção da mulher exige' que o trabalho seja estruturado de tal maneira que ela não se veja obrigada a pagar a própria promoção com o ter de abandonar a sua especificidade e com detrimento da sua família, na qual ela, como mãe, tem um papel insubstituível.

Ao lado do salário, entram em jogo aqui neste ponto ainda outras 'subvenções sociais' que têm como finalidade assegurar a vida e a saúde dos trabalhadores e a das suas famílias. As despesas relacionadas com as necessidades de cuidar da saúde, especialmente em caso de acidentes no trabalho, exigem que o trabalhador tenha facilmente acesso à assistência sanitária; e isto, na medida do possível, a preços reduzidos ou mesmo gratuitamente. Um outro setor respeitante às subvenções é o daquilo que anda ligado ao 'direito ao repouso'; trata-se aqui, antes de mais nada, do repouso semanal regular, compreendendo pelo menos o domingo, e, além disso, de um repouso mais longo, as chamadas férias, uma vez por ano ou, eventualmente, algumas vezes durante o ano, divididas por períodos mais breves. E trata-se, ainda, do direito à pensão de aposentadoria ou reforma, ao seguro para a velhice e ao seguro para os casos de acidentes de trabalho. E no âmbito destes direitos principais desdobra-se todo um sistema de direitos particulares: juntamente com a remuneração do trabalho, eles são o índice de uma correta ordenação das relações entre o trabalhador e o



dador de trabalho. Entre estes direitos, há que ter sempre presente o direito a dispor de ambientes de trabalho e de processos de laboração que não causem dano à saúde física dos trabalhadores nem lesem a sua integridade moral”.

**Nota:88**

**LE 14:** “O processo histórico - aqui brevemente apresentado - que sem dúvida já saiu da sua fase inicial, mas continua ainda e tende mesmo a se tornar extensivo às relações entre nações e continentes, exige um esclarecimento também sob um outro ponto de vista. Quando se fala da antinomia entre trabalho e capital não se trata, como é evidente, apenas de conceitos abstratos e de ‘forças anônimas’ que agem na produção econômica. Por detrás de um e de outro dos dois conceitos, há homens, os homens vivos e concretos. De um lado, aqueles que executam o trabalho sem serem proprietários dos meios de produção; e do outro lado, aqueles que desempenham a função de patrões e empresários e que são os proprietários de tais meios, ou então representam os proprietários. E assim, portanto, vem inserir-se no conjunto deste difícil processo histórico, desde o início, o ‘problema da propriedade’. A Encíclica ‘Rerum Novarum’, que tem por tema a questão social, põe em realce também este problema, recordando e confirmando a doutrina da Igreja sobre a propriedade e sobre o direito de propriedade privada, mesmo quando se trata dos meios de produção. E a Encíclica ‘Mater et Magistra’ fez a mesma coisa.

O princípio a que se alude, conforme foi então recordado e como continua sendo ensinado pela Igreja, ‘diverge’ radicalmente do programa do ‘coletivismo’, proclamado pelo marxismo e realizado em vários países do mundo, nos decênios que se seguiram à publicação da Encíclica de Leão XIII. E, ao mesmo tempo, ele difere também do programa do ‘capitalismo’, tal como foi posto em prática pelo liberalismo e pelos sistemas políticos que se inspiram no mesmo liberalismo. Neste segundo caso, a diferença está na maneira de compreender o direito de propriedade, precisamente. A tradição cristã nunca defendeu tal direito como algo absoluto e intocável; pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito comum de todos a utilizarem os bens da criação inteira: ‘o direito à propriedade privada está subordinado ao direito ao uso comum’, subordinado à destinação universal dos bens.

Por outras palavras, a propriedade, segundo o ensino da Igreja, nunca foi entendida de maneira a poder constituir um motivo de contraste social no trabalho. Conforme já foi recordado acima, a propriedade adquire-se primeiro que tudo pelo trabalho e para servir ao trabalho. E isto diz respeito, de modo particular, à propriedade dos meios de produção. Considerá-los isoladamente, como um conjunto à parte de propriedades, com o fim de os contrapor, sob a forma do ‘capital’, ao ‘trabalho’ e, mais ainda, com o fim de explorar o trabalho, é contrário à própria natureza de tais meios e à da sua posse. Estes não podem ser ‘possuídos contra o trabalho’, como não podem ser ‘possuídos para possuir’, porque o único título legítimo para a sua posse - e isto tanto sob a forma da propriedade privada, como sob a forma da propriedade pública ou coletiva - é que ‘eles sirvam ao trabalho’; e que, conseqüentemente, servindo ao trabalho, tornem possível a realização do primeiro princípio desta ordem, que é a destinação universal dos bens e o direito ao seu uso comum. Sob este ponto de vista, em consideração do trabalho humano e do acesso comum aos bens destinados ao homem, é também para não se excluir a ‘socialização’, dando-se as condições oportunas, de certos meios de produção. No espaço dos decênios que nos separam da publicação da Encíclica ‘Rerum Novarum’, o ensino da Igreja tem vindo sempre recordar todos estes princípios, remontando aos argumentos formulados numa tradição bem mais antiga, por exemplo, aos conhecidos argumentos da Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino.

No presente documento, que tem por tema principal o trabalho humano, convém confirmar todo o esforço com o qual o ensino da Igreja sobre a propriedade sempre procurou e procura assegurar o primado do trabalho e, por isso mesmo, a ‘subjetividade’ do homem na vida social e, especialmente, na ‘estrutura dinâmica de todo o processo económico’. Deste ponto de vista, continua sendo inaceitável a posição do capitalismo ‘rígido’, que defende o direito exclusivo da propriedade privada dos meios de produção, como um ‘dogma’ intocável na vida econômica. O princípio do respeito do trabalho exige que tal direito seja submetido a uma revisão construtiva, tanto em teoria como na prática. Com efeito, se é verdade que o capital - entendido como o conjunto dos meios de produção - é ao mesmo tempo o produto do trabalho de gerações, também é verdade que ele se cria incessantemente graças ao trabalho efetuado com a ajuda do mesmo conjunto dos meios de produção, que aparecem então como um grande ‘banco’ de trabalho, junto do qual, dia a dia, a presente geração dos trabalhadores desenvolve a própria atividade. Trata-se aqui, como é óbvio, das diversas espécies de trabalho, não somente do trabalho chamado manual, mas também das várias espécies de trabalho intelectual, desde o trabalho de concepção até ao de direção.

Sob esta luz, as numerosas proposições enunciadas pelos peritos da doutrina social católica e também pelo supremo Magistério da Igreja adquirem um significado de particular relevo. Trata-se de ‘proposições’ que dizem respeito à ‘compropriedade dos meios de trabalho’, à participação dos trabalhadores na gestão e/ou nos lucros das empresas, o chamado ‘acionariado’ do trabalho, e coisas semelhantes. Independentemente da aplicabilidade concreta destas diversas proposições, permanece algo evidente que o reconhecimento da posição justa do trabalho e do homem do trabalho no processo de produção exige várias adaptações, mesmo no âmbito do direito da propriedade dos meios de produção. Ao dizer isto, tomam-se em consideração, não só as situações mais antigas, mas também e antes de mais nada a realidade e a problemática que se criaram na segunda metade deste século, pelo que se refere ao Terceiro Mundo e aos diversos novos países independentes que foram aparecendo - especialmente na África, mas também em outras latitudes - no lugar dos territórios coloniais de outrora.

Se, por conseguinte, a posição do capitalismo ‘rígido’ tem de ser continuamente submetida a uma revisão, no intuito de uma reforma sob o aspecto dos direitos do homem, entendidos no seu sentido mais amplo e nas suas relações com o trabalho, então, sob o mesmo ponto de vista, deve afirmar-se que estas reformas múltiplas e tão desejadas não podem ser realizadas ‘com a eliminação apriorística da propriedade privada dos meios de produção’. Convém, efetivamente, observar que o simples fato de subtrair esses meios de produção (o capital) das mãos dos seus proprietários privados não basta para os socializar de maneira satisfatória. Assim, eles deixam de ser a propriedade de um determinado grupo social, os proprietários privados, para se tornarem propriedade da sociedade organizada, passando a estar sob a administração e a fiscalização diretas de um outro grupo de pessoas que, embora não tendo a propriedade, em virtude do poder que exercem na sociedade, ‘dispõem’ deles a nível da inteira economia nacional, ou então a nível da economia local.

Este grupo dirigente e responsável pode desempenhar-se das suas funções de maneira satisfatória, do ponto de vista do primado do trabalho; mas pode também cumpri-las mal, reivindicando, ao mesmo tempo, para si o 'monopólio da administração e da disposição' dos meios de produção, sem se deter quanto a isso nem sequer diante da ofensa aos direitos fundamentais do homem. Deste modo, pois, o simples fato de os meios de produção passarem para a propriedade do Estado, no sistema coletivista, não significa só por si, certamente, a 'socialização' desta propriedade. Poder-se-á falar de socialização somente quando ficar assegurada a subjetividade da sociedade, quer dizer, quando cada um dos que a compõem, com base no próprio trabalho, tiver garantido o pleno direito a considerar-se co-proprietário do grande 'banco' de trabalho em que se empenha juntamente com todos os demais. E um dos caminhos para alcançar tal objetivo poderia ser o de associar o trabalho, na medida do possível, à propriedade do capital e dar possibilidades de vida a uma série de corpos intermediários com finalidades econômicas, sociais e culturais: corpos estes que não de usufruir de uma efetiva autonomia em relação aos poderes públicos e que não de procurar conseguir os seus objetivos específicos mantendo entre si relações de leal colaboração recíproca, subordinadamente às exigências do bem comum, e que não de, ainda, apresentar-se sob a forma e com a substância de uma comunidade viva; quer dizer, de maneira a que neles os respectivos membros sejam considerados e tratados como pessoas e estimulados a tomar parte ativa na sua vida".

**Puebla 135-136; 477; 485; 847-848; 1045; 1162; 1244-1245:** "135. Que se levem em conta todos os cidadãos e que eles sejam considerados pessoas responsáveis e sujeitos da história, com capacidade de participar livremente das opções políticas, sindicais etc. e da eleição de seus governantes.

**136.** Que todos participem da produção e compartilhem os progressos da ciência e da técnica moderna, tendo também acesso à cultura e ao lazer digno.

**477.** A promoção humana implica atividades que ajudam a despertar a consciência do homem em todas as suas dimensões e a lutar por si mesmo como protagonista de seu próprio desenvolvimento humano e cristão. Educa para a convivência, dá impulso à organização, fomenta a comunicação cristã dos bens, ajuda de modo eficaz a comunhão e a participação.

**485.** Assim, se não chegamos à libertação do pecado com todas as suas seduções e idolatrias; se não ajudamos a concretizar a libertação que Cristo conquistou na cruz, mutilamos a libertação de modo irreparável, e a mutilamos igualmente se esquecemos o eixo da evangelização libertadora, que é a que transforma o homem em sujeito de seu próprio desenvolvimento individual e comunitário. Também a mutilamos se esquecemos a dependência e as escravidões que ferem direitos fundamentais que não são concedidos por governos ou instituições, ainda as mais poderosas, mas que têm como autor o próprio Criador e Pai.

**847.** As aspirações de libertação vigentes em nossos povos incluem a promoção humana da mulher como autêntico 'sinal dos tempos', que se corrobora na concepção bíblica do senhorio do homem, criado 'varão e mulher'.

**848.** A mulher deve estar presente nas realidades temporais, contribuindo com o seu ser próprio de mulher, para participar com o homem na transformação da sociedade; o valor do trabalho da mulher não deve cifrar-se unicamente na satisfação de necessidades econômicas, mas também no ser instrumento de personalização e construção da nova sociedade.

**1045.** Acompanhar a alfabetização dos grupos marginalizados com atividades educacionais que os ajudem a comunicar-se eficazmente; a se darem conta dos seus deveres e direitos; a compreenderem a situação em que vivem e a discernirem suas causas; a se habilitarem para organizar-se no campo civil, trabalhista e político, e assim poder participar plenamente dos processos decisórios que lhes dizem respeito.

**1162.** Apoiamos as aspirações dos operários e camponeses que querem ser tratados como homens livres e responsáveis, chamados a participar nas decisões que concernem à sua vida e futuro e animamos todos em sua própria superação.

**1244.** Aos operários: no mundo que se urbaniza e se industrializa, cresce o papel dos operários e 'como principais artífices das prodigiosas transformações que o mundo hoje experimenta' (Vat. II Mensagem aos Trabalhadores, 6). Para isto, devem empenhar sua experiência na busca de novas idéias; renovar-se a si mesmos e contribuir de maneira ainda mais decidida para construir a América Latina do porvir. Não esqueçam o que o Papa Ihes disse no mesmo discurso: é direito dos operários 'criar livremente organizações para defender, promover seus interesses, para contribuir responsavelmente para o bem comum' (João Paulo II, Alocução Operários Monterrey 3-AAS LXXI, p. 241).

**1245.** Aos camponeses: vós sois uma força dinamizadora na construção duma sociedade mais participada. Advogando por vós, o Santo Padre dirigiu estas palavras aos setores de poder: 'Dá vossa parte, responsáveis pelos povos, classes poderosas que mantendes por vezes improdutivas as terras que escondem o pão que falta a tantas famílias: a consciência humana, a consciência dos povos, o clamor do desvalido e, sobretudo, a voz de Deus, a voz da Igreja vos repete comigo: não é justo, não é humano, não é cristão continuar com certas situações claramente injustas. Devem-se pôr em prática medidas concretas, eficazes, em nível local, nacional e internacional, na vasta linha traçada pela Encíclica Mater et Magistra... Irmãos e filhos muitos amados: trabalhai por vossa elevação humana' (João Paulo II, Alocução Oaxaca - AAS LXXI, p.210)".

#### **Nota:89**

**Puebla 507-510; 531-534:** "507. Nos últimos anos se percebe uma deterioração crescente do quadro político-social de nossos países.

**508.** Neles se sente o peso de crises institucionais e econômicas e claros sintomas de corrupção e violência.

**509.** Essa violência é gerada e fomentada, tanto pela injustiça, que se pode chamar institucionalizada em diversos sistemas sociais, políticos e econômicos, quanto pelas ideologias que a transformam em meio para a conquista do poder.

**510.** Este último provoca, por sua vez, a proliferações de regimes de força, muitas vezes inspirados na ideologia da Segurança Nacional.

**531.** Diante da deplorável realidade de violência na América Latina, queremos pronunciar-nos com clareza. A tortura física e psicológica, os seqüestros, a perseguição de dissidentes políticos ou de suspeitos e a exclusão da vida pública por causa das idéias são sempre condenáveis. Se tais crimes são realizados pela autoridade encarregada de tutelar o bem comum, tornam vis aos que os praticam, independentemente das razões aduzidas.



**532.** Com igual decisão a Igreja repele a violência terrorista e guerrilheira, cruel e incontrolável quando se desencadeia. De nenhum modo se justifica o crime como caminho de libertação. A violência gera inexoravelmente novas formas de opressão e escravidão, geralmente mais graves do que aquelas das quais se pretende libertar e homem. Mas, sobretudo, é um atentado contra a vida que só depende do Criador. Devemos salientar igualmente que quando uma ideologia apela para a violência, reconhece com isso sua própria insuficiência e debilidade.

**533.** Nossa responsabilidade de cristãos é promover de todos os modos os meios não violentos para restabelecer a justiça nas relações sócio-políticas e econômicas, segundo a doutrina do Concílio, que vale tanto para a vida nacional como para a vida internacional: 'Só podemos calorosamente aplaudir aqueles que, para reivindicar os seus direitos, renunciam ao emprego da violência e recorrem aos meios de defesa, que aliás estão ao alcance também dos mais fracos, contanto que isso seja viável sem lesar direitos e obrigações de outros ou da comunidade' (GS 78).

**534.** 'Devemos dizer e reafirmar que a violência não é nem cristã nem evangélica e que as transformações bruscas e violentas das estruturas serão enganosas, ineficazes em si mesmas e certamente não conformes com a dignidade do povo' (Paulo VI, discurso em Bogotá, 23-8-1968). Com efeito, 'a Igreja está consciente de que as melhores estruturas e os sistemas mais idealizados logo se tornam desumanos se as inclinações do homem não forem sanadas, se não houver a conversão do coração e da mente por parte daqueles que vivem nessas estruturas ou as dirigem' (EN 36)".

#### **Nota:90**

**João Paulo II**, aos Construtores da Sociedade Pluralista, em Salvador 9: "Creio que é chegada a hora de todo homem e toda mulher deste imenso país tomar uma resolução e empenhar decididamente as riquezas do próprio talento e da própria consciência para dar à vida da nação uma base que há de garantir um desenvolvimento das realidades e estruturas sociais na justiça. Alguém que reflete sobre a realidade da América Latina, tal como se apresenta na hora atual, é levado a concordar com a afirmação de que a realização da justiça neste Continente está diante de um claro dilema: ou se faz através de reformas profundas e corajosas, segundo princípios que exprimem a supremacia da dignidade humana, ou se faz - mas sem resultado duradouro e sem benefício para o homem, disto estou convencido - pelas forças da violência. Cada um de vós deve sentir-se interpelado por este dilema. Cada um de vós deve fazer a sua escolha nesta hora histórica...".

**Puebla 562:** "A missão da Igreja em meio dos conflitos que ameaçam o gênero humano e o Continente latino-americano, em face das violações da justiça e da liberdade, em face da injustiça institucionalizada de regimes que se inspiram em ideologias opostas e em face da violência terrorista é imensa e mais do que nunca necessária. Para cumprir essa missão, requer-se a ação da Igreja toda - pastores, ministros consagrados, religiosos, leigos -, cada qual em sua missão própria. Uns e outros, unidos a Cristo na oração e na abnegação, se comprometerão, sem ódios nem violências, até as últimas conseqüências, na conquista de uma sociedade mais justa, livre e pacífica, anseio dos povos da América Latina e fruto indispensável de uma evangelização libertadora".

#### **Nota:91**

**João Paulo II**, aos Construtores da Sociedade Pluralista, em Salvador 9: "Creio que é chegada a hora de todo homem e toda mulher deste imenso país tomar uma resolução e empenhar decididamente as riquezas do próprio talento e da própria consciência para dar à vida da nação uma base que há de garantir um desenvolvimento das realidades e estruturas sociais na justiça. Alguém que reflete sobre a realidade da América Latina, tal como se apresenta na hora atual, é levado a concordar com a afirmação de que a realização da justiça neste Continente está diante de um claro dilema: ou se faz através de reformas profundas e corajosas, segundo princípios que exprimem a supremacia da dignidade humana, ou se faz - mas sem resultado duradouro e sem benefício para o homem, disto estou convencido - pelas forças da violência. Cada um de vós deve sentir-se interpelado por este dilema. Cada um de vós deve fazer a sua escolha nesta hora histórica...".

#### **Nota:92**

**LE 20:** "Com base em todos estes direitos, juntamente com a necessidade de os garantir por parte dos mesmos trabalhadores, surge ainda um outro direito: o 'direito de se associar', quer dizer, o direito de formar associações ou uniões, com a finalidade de defender os interesses vitais dos homens empregados nas diferentes profissões. Estas uniões têm o nome de 'sindicatos'. Os interesses vitais dos homens do trabalho são até certo ponto comuns a todos: ao mesmo tempo, porém, cada espécie de trabalho, cada profissão, possui uma sua especificidade, que deveria encontrar nestas organizações de maneira particular o seu reflexo próprio. Os sindicatos têm os seus ascendentes, em certo sentido, já nas corporações artesanais da Idade Média, na medida em que tais organizações uniam entre si os homens que pertenciam ao mesmo ofício, isto é, agremiavam-nos 'em base ao trabalho que eles faziam'. No entanto, os sindicatos também diferem dessas corporações neste ponto essencial: os modernos sindicatos cresceram a partir da luta dos trabalhadores, do mundo do trabalho e, sobretudo, dos trabalhadores da indústria, pela tutela dos seus 'justos direitos', em confronto com os empresários e os proprietários dos meios de produção. Constitui sua tarefa a defesa dos interesses existenciais dos trabalhadores em todos os setores em que entram em causa os seus direitos. A experiência histórica ensina que as organizações deste tipo são 'um elemento indispensável da vida social', especialmente nas modernas sociedades industrializadas. Isto, evidentemente, não significa que somente os trabalhadores da indústria possam constituir associações deste gênero. Os representantes de todas as profissões podem servir-se delas para garantir seus respectivos direitos. Existem, com efeito, os sindicatos dos agricultores e dos trabalhadores intelectuais; como existem também as organizações dos dadores de trabalho. Todos, como já foi dito acima, se subdividem em grupos e subgrupos segundo as particulares especializações profissionais.

A doutrina social católica não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma 'estrutura de classe' da sociedade, como não pensa que eles sejam o expoente de uma luta de classe, que inevitavelmente governe a vida social. Eles são, sim, 'um expoente da luta pela justiça social', pelos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões. No entanto, esta 'luta' deve ser compreendida como um empenho normal das pessoas 'em prol' do justo bem: no caso, em prol do bem que corresponde às

necessidades e aos méritos dos homens do trabalho, associados segundo as suas profissões; 'mas não é uma luta contra os outros'. Se ela assume um caráter de oposição aos outros, nas questões controvertidas, isso sucede por se ter em consideração o bem que é a justiça social, e não por se visar a 'luta' pela luta, ou então para eliminar o antagonista. O trabalho tem como sua característica, antes de mais nada, unir os homens entre si; e nisto consiste a sua força social: a força para construir uma comunidade. E no fim de contas, nessa comunidade devem unir-se tanto aqueles que trabalham como aqueles que dispõem dos meios de produção ou que dos mesmos são proprietários. À 'luz desta estrutura fundamental' de todo o trabalho - à luz do fato de que, afinal, o 'trabalho' e o 'capital' são as componentes indispensáveis do processo de produção em todo e qualquer sistema social - a união dos homens para se assegurarem os direitos que lhes cabem, nascida das exigências do trabalho, permanece um fator construtivo de 'ordem social' e de 'solidariedade', fator do qual não é possível prescindir".

#### Nota:93

**LE 8, 11 e 20:** "8. Ao tratar-se do trabalho humano, encarado pela dimensão fundamental do seu sujeito, isto é, do homem-pessoa que executa esse trabalho, partindo deste ponto de vista deve fazer-se uma apreciação pelo menos sumária dos processos que se verificaram, ao longo dos noventa anos transcorridos após a Encíclica 'Rerum Novarum', em relação com a dimensão subjetiva do trabalho. Com efeito, embora o sujeito do trabalho seja sempre o mesmo, isto é, o homem, deram-se todavia notáveis modificações quanto ao aspecto objetivo do mesmo trabalho. E embora se possa dizer que o 'trabalho', em razão do seu sujeito, é um (um e, de cada vez que é feito, irrepetível), todavia, considerando os seus sentidos objetivos, tem de se reconhecer que 'existem muitos trabalhos': um grande número de trabalhos diversos. O desenvolvimento da civilização humana proporciona neste campo um enriquecimento contínuo. Ao mesmo tempo, porém, não se pode deixar de notar que, no processar-se de tal desenvolvimento, não somente aparecem novas formas de trabalho humano, mas há também outras que desaparecem. Admitindo muito embora, em princípio, que isto é um fenômeno normal, importa, no entanto, ver se nele não se intrometem, e em que medida, certas irregularidades que podem ser perigosas, por motivos ético-sociais.

Foi precisamente 'por causa de uma dessas anomalias com grande alcance' que nasceu, no século passado, a chamada 'questão operária', definida por vezes como 'questão proletária'. Tal questão - bem como os problemas com ela ligados - deram origem a uma justa reação social e fizeram com que surgisse e, poder-se-ia mesmo dizer, com que irrompesse um grande movimento de solidariedade entre os homens do trabalho e, em primeiro lugar, entre os trabalhadores da indústria. O apelo à solidariedade e à ação comum lançado aos homens do trabalho - sobretudo aos do trabalho setorial, monótono e despersonalizante nas grandes instalações industriais, quando a máquina tende a dominar sobre o homem - tinha um seu valor importante e uma eloquência própria, sob o ponto de vista da ética social. Era a 'reação contra a degradação do homem como sujeito do trabalho' e contra a exploração inaudita que a acompanhava, no campo dos lucros, das condições de trabalho e de previdência para a pessoa do trabalhador. Tal reação uniu o mundo operário numa convergência comunitária, caracterizada por uma grande solidariedade.

Na esteira da Encíclica 'Rerum Novarum' e dos numerosos documentos do Magistério da Igreja que se lhe seguiram, francamente tem de se reconhecer que se justificava, 'sob o ponto de vista da moral social', a reação contra o sistema de injustiça e de danos que bradava ao Céu vingança e que pesava sobre o homem do trabalho nesse período de rápida industrialização. Este estado de coisas era favorecido pelo sistema sócio-político liberal que, segundo suas premissas de 'economismo', reforçava e assegurava a iniciativa econômica somente dos possuidores do capital, mas não se preocupava suficientemente com os direitos do homem do trabalho, afirmando que o trabalho humano é apenas um instrumento de produção, e que o capital é o fundamento, coeficiente e a finalidade da produção.

Desde então, a solidariedade dos homens do trabalho e, simultaneamente, uma tomada de consciência mais clara e mais compromissória pelo que respeita aos direitos dos trabalhadores da parte dos outros, produziu em muitos casos mudanças profundas. Foram excogitados diversos sistemas novos. Desenvolveram-se diversas formas de neo-capitalismo ou de coletivismo. E, não raro, os homens do trabalho passam a ter a possibilidade de participar e participam efetivamente na gestão e no controle da produtividade das empresas. Por meio de associações apropriadas, eles passam a ter influência no que respeita às condições de trabalho e de remuneração, bem como quanto à legislação social. Mas, ao mesmo tempo, diversos sistemas fundados em ideologias ou no poder, como também novas relações que foram surgindo nos vários níveis da convivência humana, 'deixaram persistir injustiças flagrantes ou criaram outras novas'. A nível mundial, o desenvolvimento da civilização e das comunicações tornou possível uma diagnose mais completa das condições de vida e de trabalho do homem no mundo inteiro, mas tornou também patentes outras formas de injustiça, bem mais amplas ainda do que aquelas que no século passado haviam estimulado a união dos homens do trabalho para uma particular solidariedade no mundo operário. E isto assim, nos países em que já se realizou certo processo de revolução industrial; e assim igualmente nos países onde o local de trabalho que predomina continua sendo o da 'cultura da terra' ou de outras ocupações congêneres.

Movimentos de solidariedade no campo do trabalho - de uma solidariedade que não há de nunca ser fechamento para o diálogo e para a colaboração com os demais - podem ser necessários, mesmo pelo que se refere às condições de grupos sociais que anteriormente não se achavam compreendidos entre estes movimentos, mas que vão sofrendo no meio dos sistemas sociais e das condições de vida que mudam 'uma efetiva proletarização', ou mesmo que se encontram realmente já numa condição de proletariado que, embora não seja chamada ainda com este nome, de fato, é tal que o merece. Podem encontrar-se nesta situação algumas categorias ou grupos da inteligência do trabalho, sobretudo quando, simultaneamente com um acesso cada vez mais ampliado à instrução e com o número sempre crescente das pessoas que alcançaram diplomas pela sua preparação cultural, se verifica uma diminuição de procura do trabalho destas pessoas. Tal 'desemprego dos intelectuais' sucede ou aumenta: quando a instrução acessível não está orientada para os tipos de emprego ou de serviços que são requeridos pelas verdadeiras necessidades da sociedade; ou quando o trabalho para o qual se exige a instrução, pelo menos profissional, é menos procurado e menos bem pago do que um trabalho braçal. É evidente que a instrução, em si mesma, constitui sempre um valor e um enriquecimento importante da pessoa humana; contudo, independentemente deste fato, continuam sendo possíveis certos processos de 'proletarização'.

Assim, 'é necessário prosseguir interrogando-se sobre o sujeito do trabalho' e sobre as condições da sua existência. Para se realizar a justiça social nas diversas partes do mundo, nos vários países e nas relações entre eles, é preciso que haja 'sempre novos movimentos de solidariedade dos homens' do trabalho e de 'solidariedade com os homens do trabalho'. Tal solidariedade deverá fazer sentir a sua presença onde a exijam a degradação social do homem-sujeito do trabalho, a exploração dos trabalhadores e as zonas crescentes de miséria e mesmo de fome. A Igreja acha-se vivamente empenhada nesta causa, porque a considera como sua missão, seu serviço e como uma comprovação da sua fidelidade a Cristo, para assim ser verdadeiramente a 'Igreja dos pobres'. E os 'pobres' aparecem sob variados aspectos; aparecem em diversos lugares e em diferentes momentos; aparecem, em muitos casos, como 'um resultado da violação da dignidade do trabalho humano': e isso, quer porque as possibilidades do trabalho humano são limitadas - e há a chaga do desemprego - quer porque são depreciados o valor do mesmo trabalho e os direitos que dele derivam, especialmente o direito ao justo salário e à segurança da pessoa do trabalhador e da sua família.

**11.** O esboço da problemática fundamental do trabalho, conforme foi delineado acima, do modo que se refere aos primeiros textos bíblicos, assim constitui, em certo sentido, a estrutura basilar do ensino da Igreja, que se mantém inalterado através dos séculos, no contexto das diversas experiências da história. Todavia, sobre o pano de fundo das experiências que precederam a publicação da Encíclica 'Rerum Novarum' e daquelas que a seguiram, este ensino adquire uma particular possibilidade de expressão e um caráter de viva atualidade. O trabalho aparece em tal análise como uma grande realidade, que exerce uma influência fundamental sobre a formação, no sentido humano, do mundo confiado ao homem pelo Criador e sobre a sua humanização; ele é também uma realidade intimamente ligada ao homem, como ao seu sujeito próprio, e à sua maneira racional de agir. Esta realidade, no curso normal das coisas, preenche a vida humana e tem uma forte incidência sobre o seu valor e sobre o seu sentido. Muito embora unido com a fadiga e o esforço, o trabalho não cessa de ser um bem, de tal sorte que o homem se desenvolve mediante o amor pelo trabalho. Este caráter do 'trabalho humano', totalmente 'positivo e criador, educativo e meritório', deve constituir o fundamento das avaliações e das decisões que nos dias de hoje se tomam a seu respeito, mesmo as que têm referência aos 'direitos subjetivos do homem', como o atestam as 'Declarações' internacionais e igualmente os múltiplos 'Códigos do trabalho', elaborados tanto pelas competentes instituições legislativas dos diversos países, como pelas organizações que consagram a sua atividade social ou científico-social à problemática do trabalho. Há um organismo que promove a nível internacional tais iniciativas: é a 'Organização Internacional do Trabalho', a mais antiga das Instituições especializadas da Organização das Nações Unidas.

Mais adiante, no seguimento das presentes considerações, tenho intenção de voltar de maneira mais pormenorizada a estes problemas importantes, recordando então ao menos os elementos fundamentais da doutrina da Igreja sobre este tema. Antes, porém, é conveniente tratar com brevidade de um círculo muito importante de problemas, rodeado pelos quais se foi formando tal ensino da Igreja na última fase, isto é; naquele período cujos inícios se podem situar, num certo sentido simbólico, no ano de que data a publicação da Encíclica 'Rerum Novarum'.

É sabido que, durante todo este período, o qual aliás ainda não terminou, o problema do trabalho foi sendo posto no clima do grande 'conflito' que, na época do desenvolvimento industrial e em ligação com ele, se manifestou 'entre o mundo do capital e o mundo do trabalho'; ou seja, entre o grupo restrito, mas muito influente, dos patrões e empresários, dos proprietários ou detentores dos meios de produção, e a multidão mais numerosa da gente que se achava privada de tais meios e que participava no processo de produção, mas isso exclusivamente mediante o seu trabalho. Tal conflito foi originado pelo fato de que os operários punham as suas forças à disposição do grupo dos patrões e empresários, e de que este, guiado pelo princípio do maior lucro da produção, procurava manter o mais baixo possível o salário para o trabalho executado pelos operários. A isto há que juntar ainda outros elementos de exploração, ligados com a falta de segurança no trabalho e também com a ausência de garantias quanto às condições de saúde e de vida dos mesmos operários e das suas famílias.

Este conflito, interpretado por alguns como 'conflito sócio-econômico com caráter de classe', encontrou a sua expressão no 'conflito ideológico' entre o liberalismo, entendido como ideologia do capitalismo, e o marxismo, entendido como ideologia do socialismo científico e do comunismo, que pretende intervir na qualidade de porta-voz da classe operária, de todo o proletariado mundial. Deste modo, o conflito real que existia entre o mundo do trabalho e o mundo do capital, 'transformou-se na luta de classe programada', conduzida com método não apenas ideológicos, mas também e sobretudo políticos. É conhecida a história deste conflito, como são conhecidas as exigências de uma e de outra parte. O programa marxista, baseado na filosofia de Marx e de Engels, vê na luta de classe o único meio para eliminar as injustiças de classe existentes na sociedade, e eliminar as mesmas classes. A realização deste programa propõe-se começar pela 'coletivização dos meios de produção', a fim de que, pela transferência destes meios das mãos dos privados para a coletividade, o trabalho humano seja preservado da exploração.

É para isto, pois, que tende a luta, conduzida com métodos não só ideológicos, mas também políticos. Os agrupamentos inspirados pela ideologia marxista como partidos políticos, em conformidade com o princípio da ditadura do proletariado e exercitando influências de diversos tipos, incluindo a pressão revolucionária, tendem para o 'monopólio do poder em cada uma das sociedades', a fim de introduzir nelas, mediante a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, o sistema coletivista. Segundo os principais ideólogos e chefes deste vasto movimento internacional, a finalidade de tal programa de ação é a de levar a cabo a revolução social e introduzir no mundo inteiro o socialismo e, por fim, o sistema comunista.

Ao entrar rapidamente neste importantíssimo círculo de problemas, que constituem não apenas uma teoria, mas sim o tecido da vida sócio-econômica, política e internacional da nossa época, 'não se pode' e nem sequer é necessário 'entrar em pormenores', porque tais problemas são conhecidos, quer graças a uma abundante literatura, quer a partir das experiências práticas. Em lugar disso, deve-se remontar do seu contexto até ao problema fundamental do trabalho humano, ao qual são especialmente dedicadas as considerações contidas no presente documento. Com efeito, é evidente que este problema capital, encarado sempre do ponto de vista do homem - problema que constitui uma das dimensões fundamentais da sua existência terrena e da sua vocação - não pode ser explicado se não for tido em conta o contexto global da realidade contemporânea.

**20.** Com base em todos estes direitos, juntamente com a necessidade de os garantir por parte dos mesmos trabalhadores, surge ainda um outro direito: o direito de se associar, quer dizer, o direito de formar associações ou uniões, com a finalidade de defender os interesses vitais dos homens empregados nas diferentes profissões. Estas uniões têm o nome de sindicatos. Os interesses vitais dos homens do trabalho são até certo ponto comuns a todos; ao mesmo tempo, porém, cada espécie de trabalho, cada profissão, possui uma sua especificidade, que deveria encontrar nestas organizações de maneira particular o seu reflexo próprio.

Os sindicatos têm os seus ascendentes, em certo sentido, já nas corporações artesanais da Idade Média, na medida em que tais organizações uniam entre si os homens que pertenciam ao mesmo ofício, isto é, agremiavam-nos em base ao trabalho que eles faziam. No entanto, os sindicatos também diferem dessas corporações neste ponto essencial: os modernos sindicatos cresceram a partir da luta dos trabalhadores, do mundo do trabalho e, sobretudo, dos trabalhadores da indústria, pela tutela dos seus justos direitos, em confronto com os empresários e os proprietários dos meios de produção. Constitui sua tarefa a defesa dos interesses existenciais dos trabalhadores em todos os setores em que entram em causa os seus direitos. A experiência histórica ensina que as organizações deste tipo são um elemento indispensável da vida social, especialmente nas modernas sociedades industrializadas. Isto, evidentemente, não significa que somente os trabalhadores da indústria possam constituir associações deste gênero. Os representantes de todas as profissões podem servir-se delas para garantir seus respectivos direitos. Existem, com efeito, os sindicatos dos agricultores e dos trabalhadores intelectuais; como existem também as organizações dos dadores de trabalho. Todos, como já foi dito acima, se subdividem em grupos e subgrupos segundo as particulares especializações profissionais.

A doutrina social católica não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma estrutura "de classe" da sociedade, como não pensa que eles sejam o expoente de uma luta de classe, que inevitavelmente governe a vida social. Eles são, sim, um expoente da luta pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões. No entanto, esta "luta" deve ser compreendida como um empenho normal das pessoas "em prol" do justo bem: no caso, em prol do bem que corresponde às necessidades e aos méritos dos homens do trabalho, associados segundo as suas profissões; mas não é uma luta "contra" os outros. Se ela assume um caráter de oposição aos outros, nas questões controvertidas, isso sucede por se ter em consideração o bem que é a justiça social, e não por se visar a "luta" pela luta, ou então para eliminar o antagonista. O trabalho tem como sua característica, antes de mais nada, unir os homens entre si; e nisto consiste a sua força social: a força para construir uma comunidade. E no fim de contas, nessa comunidade devem unir-se tanto aqueles que trabalham como aqueles que dispõem dos meios de produção ou que dos mesmos são proprietários. A luz desta estrutura fundamental de todo o trabalho - à luz do fato de que, afinal, o "trabalho" e o "capital" são as componentes indispensáveis do processo de produção em todo e qualquer sistema social - a união dos homens para se assegurarem os direitos que lhes cabem, nascida das exigências do trabalho, permanece um fator construtivo de ordem social e de solidariedade, fator do qual não é possível prescindir.

Os justos esforços para garantir os direitos dos trabalhadores, que se acham unidos pela mesma profissão<sup>1</sup> devem ter sempre em conta limitações que impõe a situação econômica geral do país. As exigências sindicais não podem transformar-se numa espécie de "egoísmo" de grupo ou de classe, embora possam e devam também tender para corrigir - no que respeita ao bem comum da inteira sociedade - tudo aquilo que é defeituoso no sistema de propriedade dos meios de produção, ou no modo de os gerir e de dispor deles. A vida social e económico-social é certamente como um sistema de "vasos comunicantes", e todas e cada uma das atividades sociais, que tenham como finalidade salvaguardar os direitos dos grupos particulares, devem adaptar-se a tal sistema.

Neste sentido, a atividade dos sindicatos entra indubitavelmente no campo da "política", entendida como uma prudente solicitude pelo bem comum. Ao mesmo tempo, porém, o papel dos sindicatos não é o de "fazer política" no sentido que hoje comumente se vai dando a esta expressão. Os sindicatos não têm o caráter de "partidos políticos" que lutam pelo poder, e também não deveriam nunca estar submetidos às decisões dos partidos políticos, nem manter com eles ligações muito estreitas. Com efeito, se for esta a situação, eles perdem facilmente o contato com aquilo que é o seu papel específico, que é o de garantirem os justos direitos dos homens do trabalho no quadro do bem comum de toda a sociedade, e, ao contrário, tornam-se um instrumento da luta para outros fins.

Ao falar da tutela dos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões, é preciso naturalmente ter sempre diante dos olhos aquilo de que depende o caráter subjetivo do trabalho em cada profissão; mas, ao mesmo tempo, ou primeiro que tudo, aquilo que condiciona a dignidade própria do sujeito do trabalho. E aqui apresentam-se múltiplas possibilidades para a ação das organizações sindicais, inclusive também para um seu empenho por coisas de caráter instrutivo, educativo e de promoção da auto-educação. A ação das escolas, das chamadas "universidades operárias" e "populares", dos programas e dos cursos de formação, que desenvolveram e continuam ainda desenvolvendo atividades neste campo, é uma ação benemérita. Deve-se sempre desejar que, graças à ação dos seus sindicatos, o trabalhador não só possa "ter" mais, mas também e sobretudo possa "ser" mais; o que equivale a dizer, possa realizar plenamente a sua humanidade sob todos os aspectos.

Ao agirem em prol dos justos direitos dos seus membros, os sindicatos lançam mão também do método da "greve", ou seja, da suspensão do trabalho, como de uma espécie de "ultimatum" dirigido aos órgãos competentes e, sobretudo, aos dadores de trabalho. É um modo de proceder que a doutrina social católica reconhece como legítimo, observadas as devidas condições e nos justos limites. Em relação a isto os trabalhadores deveriam ter assegurado o direito à greve, sem terem de sofrer sanções penais pessoais por nela participarem. Admitindo que se trata de um meio legítimo, deve simultaneamente relevar-se que a greve continua a ser, num certo sentido, um meio extremo. Não se pode abusar dele; e não se pode abusar dele especialmente para fazer o jogo da política. Além disso, não se pode esquecer nunca que, quando se trata de serviços essenciais para a vida da sociedade, estes devem ficar sempre assegurados, inclusive, se isso for necessário, mediante apropriadas medidas legais. O abuso da greve pode conduzir à paralização da vida sócio-económica; ora, isto é contrário às exigências do bem comum da sociedade, o qual também corresponde à natureza, entendida retamente, do mesmo trabalho".

**Nota:94**

**Hb 13,14:** "Pois nós não temos aqui a nossa pátria definitiva, mas buscamos a pátria futura".

**Nota:95**

**LG 5:** "O mistério da santa Igreja se manifesta, pois desde sua própria fundação. O Senhor Jesus deu início a sua Igreja pregando a boa nova, isto é, a vinda do reino de Deus, prometido há séculos pelas Escrituras. 'Os tempos se cumpriram, o reino de Deus está iminente' (Mc 1, 15; cf. Mt 4, 17).

Esse reino se torna visível aos olhos humanos por intermédio da palavra, dos atos e da presença de Cristo.

A palavra do Senhor se compara à semente lançada ao campo (Mc 4, 14). Os que a ouvem com fé e aderem ao pequeno rebanho de Cristo (Lc 12, 32), recebem o reino. Daí por diante a semente germina e cresce, até o momento da colheita (cf. Mc 4, 26-29).

Os milagres de Cristo também comprovam que o reino de Deus chegou à terra: 'Se pela mão de Deus expulso os demônios, é que o reino de Deus chegou até vocês' (Lc 11, 20; cf. Mt 12, 28).

Mas, acima de tudo, o reino se manifesta na própria pessoa de Cristo, Filho de Deus e Filho do Homem, que veio 'para servir e dar sua vida para a redenção de muitos' (Mc 10, 45).

Depois de morrer na cruz, por todos os seres humanos, Jesus ressuscitou, aparecendo como Senhor, Cristo e sacerdote para sempre (cf. At 2, 36; Hb 5, 6; 7, 17-21). Derramou então nos seus discípulos o Espírito prometido pelo Pai (cf. At 2, 33).

A Igreja foi assim enriquecida pelos dons do seu fundador. Procurando observar fielmente seus preceitos de caridade, humildade e abnegação, recebe a missão de anunciar e de promover o reino de Cristo e de Deus junto a todos os povos. Constitui, pois, a Igreja, o germe e o início do reino na terra. Enquanto vai crescendo, aspira de todo coração pela consumação do reino e deseja, com todas as suas forças, unir-se a seu rei na glória".

**Nota:96**

**EN 8:** "Como evangelizador, Cristo anuncia em primeiro lugar um reino, o reino de Deus, de tal maneira importante que, em comparação com ele, tudo o mais passa a ser 'o resto', que é 'dado por acréscimo'. Só o reino, por conseguinte, é absoluto, e faz com que se torne relativo tudo o mais que não se identifica com ele. O Senhor comprazer-se-ia em descrever, sob muitíssimas formas diversas: a felicidade de fazer parte deste reino, felicidade paradoxal, feita de coisas que o mundo aborrece; as exigências do reino e a sua carta magna; os arautos do reino; os seus mistérios; os seus filhos; a vigilância e a fidelidade que se exigem daqueles que esperam o seu advento definitivo".

**Nota:97**

**Puebla 197:** "No centro da história humana fica assim implantado o reino de Deus, resplandecente na face de Jesus ressuscitado. A justiça de Deus triunfou da injustiça dos homens. Com Adão principiou a história velha. Com Jesus Cristo, o novo Adão, principia a história nova. Esta recebe o impulso indefectível que levará todos os homens, transformados em filhos de Deus pela eficácia do Espírito, a um domínio do mundo cada dia mais perfeito, a uma comunhão entre os irmãos cada dia melhor realizada, à plenitude da comunhão e participação que constituem a própria vida de Deus. Assim proclamamos a Boa Nova da pessoa de Jesus Cristo aos homens da América Latina, chamados a serem homens novos pela novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho, para sustentarem seu esforço e revigorarem sua esperança".

**Nota:98**

**EN 27:** "A evangelização há de conter também sempre - ao mesmo tempo como base, centro e ápice do seu dinamismo - uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus.

E não já uma salvação imanente ao mundo, limitada a necessidades materiais ou mesmo espirituais, e que se esaurisse no âmbito da existência temporal e se identificasse, em última análise, com as aspirações, com as esperanças, com as diligências e com os combates temporais; mas sim uma salvação que ultrapassa todos estes limites, para vir a ter a sua plena realização numa comunhão com o único Absoluto, que é o de Deus: salvação transcendente e escatológica, que já tem certamente o seu começo nesta vida, mas que terá realização completa na eternidade".

**Nota:99**

**João Paulo II**, Alocução aos Bispos da França, 01/06/80.

**Nota:100**

**Puebla 742-744:** "742. Chamados pelo Senhor, comprometem-se a segui-lo radicalmente, identificando-se com ele 'a partir das bem-aventuranças', como salientou o Papa: 'Não esqueçais nunca que, para manter clara a noção do valor de vossa vida consagrada, precisareis duma profunda visão de fé, que se alimenta e conserva com a oração. A mesma oração vos fará superar qualquer incerteza acerca da vossa própria identidade, e vos manterá fiéis a essa dimensão vertical que é essencial para vos identificar com Cristo, segundo as bem-aventuranças e para serdes testemunhas autênticas do reino de Deus perante os homens do mundo atual' (João Paulo II, Alocução Religiosas, 4 - AAS, LXXI, p. 178).

**743.** Em virtude de sua consagração, aceitam alegremente, fundados na comunhão com o Pai, o mistério da aniquilação e exaltação pascal. Por isso, negando-se radicalmente a si mesmos, aceitam como própria a cruz do Senhor que sobre eles pesa e acompanham os que sofrem por causa da injustiça, por causa da falta do senso profundo da existência humana e por causa da fome de paz, verdade e vida. Assim, compartilhando sua morte, ressuscitam alegremente com eles para a novidade da vida e, fazendo-se tudo para todos, consideram privilegiados os pobres, prediletos do Senhor.

**744.** Especialmente chamados são eles para viver em intensa comunhão com o Pai, que os cumula do seu Espírito, urgindo-os a construir a comunhão sempre renovada entre os homens. Desta sorte, a vida consagrada é uma afirmação profética do valor supremo da comunhão com Deus e entre os homens (cf. ET 53) e um 'exímio testemunho de que o mundo não pode ser transfigurado nem oferecido a Deus sem o espírito das bem-aventuranças' (LG 31)".

**EN 69:** "Os religiosos, por sua vez, têm na sua vida consagrada um meio privilegiado de evangelização eficaz. Pelo mais profundo do seu ser, eles situam-se de fato no dinamismo da Igreja, sequiosa do Absoluto de Deus e chamada à santidade. É dessa santidade que dão testemunho. Eles encarnam a Igreja desejosa de se entregar ao radicalismo das bem-aventuranças. Eles são, enfim, pela sua mesma vida, sinal de uma total disponibilidade

para Deus, para a Igreja e para os irmãos. E em tudo isso, portanto, têm os religiosos uma importância especial no quadro de testemunho que, conforme frisamos anteriormente, é primordial na evangelização.

Este seu testemunho silencioso, de pobreza e de despojamento, de pureza e de transparência, de entrega à obediência, pode tornar-se, ao mesmo tempo que uma interpelação para o mundo e para a própria Igreja, uma pregação eloqüente, capaz de tocar o coração mesmo dos não-cristãos de boa vontade, sensíveis a certos valores.

Com uma tal perspectiva, fácil se torna adivinhar o papel desempenhado na evangelização pelos religiosos e pelas religiosas consagrados à oração, ao silêncio, à penitência e o sacrifício. Outros religiosos, em grande número, dedicam-se diretamente ao anúncio de Cristo. A sua ação missionária dependerá, evidentemente, da hierarquia e deve ser coordenada com a pastoral que a mesma hierarquia deseja pôr em prática. Mas, quem é que não avalia a imensa quota-parte com que eles têm contribuído e continuam a contribuir para a evangelização? Graças à sua consagração religiosa, eles são por excelência voluntários e livres para deixar tudo e ir anunciar o Evangelho até as extremidades da terra. Eles são empreendedores, e o seu apostolado é muitas vezes marcado por uma originalidade e por uma feição própria, que lhes granjeiam forçosamente admiração. Depois, eles são generosos: encontram-se com freqüência nos postos de vanguarda da missão e a arrostar com os maiores perigos para a sua saúde e para a sua própria vida. Sim, verdadeiramente a Igreja deve-lhes muito!".

**Nota:101**

**Rm 8,29:** "Aqueles que Deus antecipadamente conheceu, também os predestinou a serem conformes à imagem do seu Filho, para que este seja o primogênito entre muitos irmãos".

**Nota:102**

**Puebla 210:** "Jesus Cristo procurou sempre a glória do Pai consumou sua entrega a ele na cruz. Jesus é 'Primogênito entre muitos irmãos' (Rm 8,29). Ir ao Pai: nisto consistiu o caminhar terreno de Jesus Cristo. A partir de então, ir ao Pai é o caminhar terreno da Igreja, povo de irmãos. Somente no encontro com o Pai acharemos a plenitude que seria utópico procurar no tempo. Enquanto a Igreja espera a união consumada com seu esposo divino, 'o Espírito e a Esposa dizem: vem Senhor Jesus' (Ap 22,17-20)".

**Nota:103**

**GS 39:** "Não sabemos até quando existirão a terra e a humanidade, nem sabemos que transformações não de sofrer. A figura deste mundo, deformado pelo pecado, haverá de passar, mas o Senhor ensina que haverá uma nova morada para o homem, em que habitará a justiça e cuja felicidade preencherá e superará todos os desejos de paz que o coração humano alimenta.

Então, vencida a morte, os filhos de Deus ressuscitarão em Cristo. O que foi semeado na fraqueza e na corrupção, vestirá a incorruptibilidade. O amor permanecerá e toda a criatura, feita em vista do ser humano, há de ser também libertada.

Ouvimos que de nada adianta ganhar todo o universo e se perder. A expectativa da nova terra, longe de esvaziar, estimula o desejo de cuidar das coisas terrestres, em meio às quais cresce o corpo da nova família humana, oferecendo desde agora uma tênue imagem do que será no futuro.

Embora se deva distinguir o reino de Cristo do progresso humano, não resta dúvida de que, na medida em que se entende por progresso a organização mais perfeita da sociedade, esta organização é da maior importância para o reino de Deus.

Bens como a dignidade humana, a comunhão fraterna e a liberdade, fruto da natureza e do trabalho humano, depois de difundidos na terra segundo o mandamento do Senhor e no seu Espírito, serão reencontrados depois, purificados de toda mancha, iluminados e transfigurados, quando o Cristo entregar ao Pai o seu reino eterno e universal: 'reino de verdade e vida, reino de santidade e graça, reino de justiça, de amor e de paz'. O reino, misteriosamente presente na terra, chegará à consumação com a vinda do Senhor".

**Nota:104**

**1Cor 15,28:** "E quando todas as coisas lhe tiverem sido submetidas, então o próprio Filho se submeterá àquele que tudo lhe submeteu, para que Deus seja tudo em todos".

**Nota:105**

**Rm 12,1:** "Irmãos, pela misericórdia de Deus, peço que vocês ofereçam os próprios corpos como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus. Esse é o culto autêntico de vocês".

**Nota:106**

**1Cor 12,4-7:** "Existem dons diferentes, mas o Espírito é o mesmo; diferentes serviços, mas o Senhor é o mesmo; diferentes modos de agir, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos".

**Nota:107**

**AG 2:** "A Igreja peregrina é por natureza missionária. Nasce, segundo o desígnio divino, da própria missão do Filho e do Espírito Santo.

Tal designo flui do 'amor original' ou da caridade do Pai, Princípio imprincipiado, de que o Filho é gerado e de que procede o Espírito Santo, por intermédio do Filho. Por sua infinita misericórdia e ternura, a bondade divina nos cria livremente e nos chama graciosamente a participar de sua vida e de sua glória, difundindo a bondade com liberalidade sem fim, de tal sorte que o criador de todas as coisas venha a ser, ao cabo e ao fim, 'tudo em todos' (1Cor 15, 28), para sua glória e nossa felicidade. Deus não chama os seres humanos individualmente, independentemente das relações de uns com os outros, pois visa a constituir um só povo, em que estejam reunidos todos os seus filhos".

**AG 35:** "Como toda a Igreja é missionária e o povo de Deus tem por função fundamental evangelizar, o Concílio convida todos a uma profunda renovação interior, para que, tendo plena consciência das próprias responsabilidades no que diz respeito à difusão do Evangelho, assumam a parte que lhes cabe nas missões junto a todos os povos da terra".

**Nota:108**

**AG cap. VI:** "35. Como toda a Igreja é missionária e o povo de Deus tem por função fundamental evangelizar, o Concílio convida todos a uma profunda renovação interior, para que, tendo plena consciência das próprias responsabilidades no que diz respeito à difusão do Evangelho, assumam a parte que lhes cabe nas missões junto a todos os povos da terra.



**36.** Como membros vivos de Cristo, a ele incorporados pelo batismo, pela confirmação e pela eucaristia, todos os fiéis são obrigados a cuidar do crescimento e desenvolvimento do Corpo a que pertencem, a fim de levá-lo à sua plenitude.

Todos os filhos da Igreja tenham consciência clara de sua responsabilidade para com o mundo, alimentem um espírito verdadeiramente católico e se empenhem generosamente no trabalho de evangelização. Saibam todos, porém, que o primeiro e mais importante dever para com a difusão da fé é viver intensamente a vida cristã. O fervor com que se aplicam ao serviço de Deus e sua caridade para com o próximo, que confere à Igreja um novo ânimo espiritual, fará com que se mostre qual sinal levantado entre os povos, 'luz do mundo' (Mt 5, 14) e 'sal da terra' (Mt 5, 13). O testemunho da vida produzirá tantos maiores frutos quanto for dado no seio da comunidade cristã, de acordo com as normas do decreto sobre o ecumenismo.

Nesse espírito renovado, ofereçam a Deus orações e penitências em vista de tornar fecunda a atividade missionária, suscitar vocações missionárias e não permitir que faltem os recursos necessários à missão.

Para que todos os fiéis tenham presente a realidade missionária e que a eles chegue o clamor da multidão que pede ajuda, procure-se difundir informações e notícias sobre as missões, inclusive por intermédio dos meios modernos de comunicação social, para que todos se dêem conta do que significa a atividade missionária, das imensas e profundas necessidades de populações inteiras e das inúmeras formas possíveis de ajuda.

É preciso que haja uma coordenação dessas notícias assim como da cooperação com os organismos nacionais e internacionais.

**37.** O povo de Deus vive e se manifesta como tal nas comunidades diocesanas e paroquiais, que devem, por isso, dar testemunho de Cristo.

A graça da renovação não alcançará senão as comunidades que estenderem o seu amor até os confins da terra e se preocuparem com os que estão longe como se fossem seus próprios membros.

Toda comunidade deve orar, cooperar e atuar missionariamente, por intermédio daqueles dentre os seus filhos que Deus escolhe para tão elevadas funções.

Recomenda-se que se mantenha um laço especial com os missionários provenientes da própria comunidade ou com uma diocese ou paróquia missionária, sem negligenciar a preocupação com as missões em geral. Dessa forma a comunhão entre as comunidades se torna concreta e visível, para a edificação de todos.

**38.** Como membros do corpo episcopal, que sucede ao colégio dos apóstolos, os bispos foram consagrados para a salvação do mundo e não apenas de uma determinada diocese. O mandamento de Cristo de pregar o Evangelho a toda criatura lhes foi dado diretamente, em união com Pedro e sob Pedro. Nasce daí a comunhão e a cooperação de cada uma das Igrejas com todas as demais, pela qual são chamadas a colocar em comum suas necessidades e a estabelecer entre si a intercomunicação decorrente da unidade da função episcopal de dilatar o corpo de Cristo.

Unido à sua diocese, o bispo, que suscita, promove e dirige o espírito e o ardor missionário do povo de Deus, torna missionária a diocese, de maneira atual e visível.

Compete a ele despertar seus diocesanos para a oração e para a penitência missionárias, especialmente os que sofrem, para que se ofereçam generosamente pela evangelização do mundo. Compete-lhe igualmente favorecer as vocações dos jovens e dos clérigos para os institutos missionários, alegrando-se com aqueles que Deus escolhe para se dedicar à atividade missionária da Igreja. Devem também exortar e ajudar as congregações missionárias diocesanas a participar das missões. Cuidem, enfim, de promover junto aos fiéis o trabalho missionário dos institutos, especialmente as obras missionárias pontifícias. Deve-se lhes dar prioridade, pois são meios de imbuir os católicos, desde a infância, do espírito universal missionário, e de angariar fundos para o bem das missões e satisfação de suas necessidades.

Como a necessidade de operários cresce todos os dias na vinha do Senhor e os sacerdotes diocesanos desejam cada vez mais tomar parte no trabalho de evangelização do mundo, tendo em vista a enorme carência de sacerdotes que constitui sério obstáculo à evangelização em muitas regiões, o Concílio deseja que os bispos ofereçam às missões alguns dentre os seus melhores padres, que, depois da indispensável preparação especializada, sejam enviados a dioceses que necessitam de sacerdotes, em que, pelo menos durante algum tempo, exerçam o ministério missionário, em espírito de serviço.

Para que os bispos possam exercer de maneira eficaz sua atividade missionária em benefício de toda a Igreja, as conferências episcopais devem intervir para coordenar as diversas iniciativas tomadas em benefício de sua região.

Em suas conferências, os bispos discutam a questão dos sacerdotes a serem destinados à evangelização dos povos, estabeleçam a contribuição anual que cada diocese, proporcionalmente a seus rendimentos, deve dar às obras missionárias, estudem a melhor maneira e os meios de sustentar diretamente, orientar e controlar o trabalho missionário, o auxílio que devem esperar dos institutos missionários e dos seminários diocesanos dispostos a apoiar as missões, finalmente, do relacionamento mais ou menos estreito que deve ser mantido entre as dioceses e os institutos missionários.

Compete igualmente às conferências episcopais instituir e promover obras destinadas a acolher fraternalmente e inserir no auxílio ao trabalho pastoral aqueles que emigraram por razões missionárias de trabalho ou de estudo. Por seu intermédio, os povos distantes se tornam vizinhos e se oferece uma excelente ocasião às comunidades cristãs mais antigas de dialogar com as nações que ainda não receberam o Evangelho, mostrando-lhes a imagem de Cristo por intermédio do amor e do serviço prestado.

**39.** Os padres representam a pessoa de Cristo e são cooperadores dos bispos na tríplice missão da Igreja. Saibam, pois, que sua vida é dedicada inteiramente à missão. Seu ministério, especialmente na eucaristia, que confere perfeição à Igreja, os coloca em comunhão com Cristo cabeça e leva as pessoas a participarem dessa mesma comunhão. Não podem pois deixar de se dar conta de quanto falta ainda para se chegar à plenitude do corpo e, por conseguinte, de quanto se deve ainda fazer nesse sentido. Seu trabalho pastoral deve ser pensado de forma que seja útil à dilatação do Evangelho entre os não-cristãos.

No trabalho pastoral os sacerdotes procurarão despertar e alimentar nos fiéis o zelo pela evangelização do mundo. Na catequese e na pregação os devem instruir a respeito do missão da Igreja de anunciar o Evangelho a todos os povos. Esclareçam as famílias do que significa ter vocações missionárias entre seus próprios filhos e filhas. Alimentem o ardor missionário entre os jovens estudantes e participantes de outros movimentos de juventude, para que muitos deles abracem com entusiasmo o anúncio do Evangelho. Ensinem os fiéis a

rezarem pelas missões e a não se envergonharem de pedir esmolas para as missões, a exemplo de Cristo, que se fez mendigo, em vista da salvação das almas.

Nos seminários e nas universidades os professores mostrem aos alunos a verdadeira situação do mundo e da Igreja e a necessidade imperiosa da evangelização dos não-cristãos, para lhes alimentar o zelo. No ensino das disciplinas dogmáticas, bíblicas, morais e históricas, evidenciem os aspectos missionários, para ir formando, desde então, sua consciência missionária.

**40.** Os institutos religiosos tanto de vida contemplativa como ativa têm desempenhado até hoje relevante papel missionário. O Concílio lhes reconhece os méritos e agradece a Deus por tudo que fizeram em vista da glória de Deus e do serviço das almas. Exorta-os, porém, a prosseguir o caminho começado, tendo consciência de que o amor, a cuja perfeição se consagraram, os impele e obriga a uma dedicação cada vez maior, pelo espírito e pelo trabalho efetivo.

Por suas orações, penitência e sofrimentos, os institutos de vida contemplativa desempenham papel importantíssimo na conversão das almas, pois é Deus que manda operários à sua vinha, quando lhe é pedido, que abra seus ouvidos ao Evangelho e fecunda a palavra colocada em seu coração.

Os institutos de vida ativa, estejam ou não diretamente orientados para as missões, examinem-se com lealdade se o trabalho que exercem visa realmente à expansão do reino de Deus entre as nações. Talvez haja alguns ministérios que possam ser deixados de lado, em favor de outros, para se empenharem com mais intensidade na missão. Talvez possam começar uma nova ação missionária, adaptando suas constituições, sem fugir ao espírito de seus respectivos fundadores. Vejam se os seus membros estão realmente empenhados na missão e se seu modo de viver manifesta realmente o Evangelho, de maneira compreensível para o povo.

A cada dia cresce na Igreja o número dos institutos seculares, por inspiração do Espírito Santo. Seu trabalho, sob a autoridade do bispo, pode ser de grande utilidade para as missões, como testemunho de sua consagração total à evangelização do mundo.

**41.** Os leigos cooperam com a obra de evangelização da Igreja, participam da missão salvadora ao mesmo tempo como testemunhas e seus instrumentos vivos, especialmente quando chamados por Deus e convocados pelo bispo.

Nos países cristãos a cooperação dos leigos consiste em alimentar em si mesmo e nos outros o conhecimento e o amor às missões, despertar as vocações missionárias na família, nas associações católicas e nas escolas, oferecer auxílios de toda natureza, para que o dom da fé que gratuitamente receberam possa ser igualmente estendido a outros.

Nas terras de missão, os leigos, tanto naturais como estrangeiros, podem ensinar nas escolas, administrar as coisas temporais, colaborar nas atividades paroquiais e diocesanas, participar e promover diversas formas de apostolado leigo, para que os fiéis da nova Igreja assumam quanto antes seu papel na vida da comunidade.

Os leigos devem cooperar generosamente no campo econômico social com os países em evolução. Cooperação tanto mais louvável quando se trata de fundar organizações que trabalhem nos setores fundamentais da vida social ou se destinem à formação dos que hão de assumir responsabilidades públicas.

Especial menção merecem os leigos que nas universidades e institutos científicos, por suas pesquisas históricas e científico-religiosas permitem melhor conhecimento dos povos e de sua religião, pois são de grande valor para os que trabalham no anúncio do Evangelho, enquanto os preparam para o diálogo com os não-cristãos.

Colaborem fraternalmente com os demais cristãos, os não-cristãos e com os membros das associações internacionais, tendo sempre presente que 'a construção da cidade terrena tem seu fundamento no Senhor e a ele está ordenada'.

Para assumir tão importantes papéis, os leigos necessitam de formação técnica e espiritual, que lhe será proporcionada em institutos especializados, a fim de que sua vida seja um testemunho para os não-cristãos, segundo a palavra do apóstolo: 'Não se tornem ocasião de escândalo, nem para judeus, nem para gregos, nem para a Igreja de Deus. Façam como eu, que me esforço para agradar a todos em todas as coisas, não procurando os meus interesses pessoais, mas o interesse do maior número de pessoas, a fim de que sejam salvas' (1Cor 10, 32-33).

**42.** Cientes do gravíssimo dever de difundir o reino de Deus em toda parte, os padres conciliares juntamente com o Pontífice Romano, saúdam com amor todos os que anunciam o Evangelho, especialmente os que sofrem perseguição por causa do nome Cristo, associando-se à sua paixão.

Alimentem o mesmo amor de Cristo para com todos os seres humanos, sabendo que foi Deus quem quis que o seu reino viesse à terra. Juntamente com todos os fiéis roguem ao Senhor, por intercessão da Virgem Maria, rainha dos apóstolos que os povos cheguem quanto antes ao conhecimento da verdade e que a luz de Deus, que iluminou a face de Jesus Cristo, brilhe para todos os seres humanos, no Espírito Santo.

Tudo o que se estabeleceu neste decreto foi aprovado pelos padres conciliares. Nós, em virtude do poder apostólico que nos foi confiado por Cristo e em conjunto com todos os veneráveis padres conciliares, no Espírito Santo, aprovamos, decidimos e estatuímos, ordenando que sejam promulgadas essas normas conciliares para a glória de Deus".

#### **Nota: 109**

**SC 7:** "Para realizar tal obra, Cristo está sempre presente à sua Igreja, especialmente nas ações litúrgicas. Presente ao sacrifício da missa, na pessoa do ministro, 'pois quem o oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que então se ofereceu na cruz', mas, especialmente presente sob as espécies eucarísticas. Presente, com sua força, nos sacramentos, pois, quando alguém batiza é o próprio Cristo que batiza. Presente por sua palavra, pois é ele quem fala quando se lê a Escritura na Igreja. Presente, enfim, na oração e no canto da Igreja, como prometeu 'estar no meio dos dois ou três que se reunissem em seu nome' (Mt 18, 20).

Cristo age sempre e tão intimamente unido à Igreja, sua esposa amada, que esta glorifica perfeitamente a Deus e santifica os homens, ao invocar seu Senhor e, por seu intermédio, prestar culto ao eterno Pai.

Com razão se considera a liturgia o exercício do sacerdócio de Cristo, em que se manifesta por sinais e se realiza a seu modo a santificação dos seres humanos, ao mesmo tempo que o corpo místico de Cristo presta culto público perfeito à sua cabeça.

Toda celebração litúrgica, pois, como obra de Cristo sacerdote e de seu corpo, a Igreja, é ação sagrada num sentido único, não igualado em eficácia nem grau por nenhuma outra ação da Igreja".

#### **Nota: 110**

**Puebla 920:** “O homem é um ser sacramental; no nível religioso exprime suas relações com Deus num conjunto de sinais e símbolos; Deus, igualmente, os utiliza quando se comunica com os homens. Toda a criação é de certa forma, sacramento de Deus, porque no-lo revela”.

**Nota:111**

**Rm 1,19:** “Pois aquilo que é possível conhecer de Deus foi manifestado aos homens; e foi o próprio Deus quem o manifestou”.

**Nota:112**

**Puebla 895:** “A oração particular e a piedade popular, presentes na alma do nosso povo, constituem valores de evangelização; a liturgia é o momento privilegiado de comunhão e participação para uma evangelização que conduz à libertação cristã integral, autêntica”.

**Nota:113**

**Jo 17,21:** “para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste”.

**Nota:114**

**Medellín, Juventude n. 5, 2 e 3:** “2. Vive numa época de crises e mudanças que são causas de conflito entre as diversas gerações. Conflitos que estão exigindo um sincero esforço de compreensão e diálogo, tanto da parte dos jovens como da parte dos adultos. Trata-se de uma crise que atinge todos os níveis, e ao mesmo tempo produz um efeito purificador, traz também, com frequência, a negação dos grandes valores.

3. Enquanto um setor da juventude aceita passivamente as formas burguesas da sociedade (deixando-se levar, às vezes, pelo indiferentismo religioso), outro rejeita com marcado radicalismo o mundo que seus pais construíram, por considerar seu estilo de vida carente de autenticidade; rejeita igualmente uma sociedade de consumo que massifica e desumaniza o homem. Essa insatisfação cresce de momento a momento.

A juventude, particularmente sensível aos problemas sociais, reclama as mudanças profundas e rápidas que assegurem uma sociedade mais justa: exigência que, constantemente, sente tentação de expressar por meio da violência. É um fato constatável que o excessivo idealismo dos jovens os coloca facilmente sob a ação de grupos de diversas tendências extremistas”.

**Nota:115**

**Puebla 1188:** “Educar o público receptor para que tenha uma atitude crítica perante o impacto das mensagens ideológicas, culturais e publicitárias que nos bombardeiam continuamente, com o fim de neutralizar os efeitos negativos da manipulação e massificação”.

**Nota:116**

**Puebla 193, 1194:** “Assim Jesus, de modo original, próprio, incomparável, exige um seguimento radical que abrange o homem todo e todos os homens, que envolve todo o mundo e o cosmo todo. Esta radicalidade faz que a conversão seja um processo nunca encerrado, tanto em nível pessoal quanto em nível social. Porque, se o reino de Deus passa por realizações históricas, não se esgota nem se identifica com elas.

**1194.** O fundamento desta educação deve ser a apresentação ao jovem de Cristo vivo, Deus e homem, modelo de autenticidade, simplicidade e fraternidade; único que salva, libertando de todo pecado e de suas conseqüências e que compromete para a libertação ativa dos irmãos por meios não violentos”.

**Nota:117**

**Puebla 1200:** “Procure-se dar aos jovens uma boa orientação espiritual a fim de que possam amadurecer a sua opção vocacional, quer leiga, quer religiosa ou sacerdotal”.

**Nota:118**

**João Paulo II**, aos jovens em Belo Horizonte, 6: “Se o jovem que eu fui, chamado a viver a juventude em um momento crucial da história, pode dizer algo aos jovens que vocês são, penso que lhes diria: não se deixem instrumentalizar!”.

**Nota:119**

**EN 58:** “O Sínodo ocupou-se largamente destas ‘pequenas comunidades’ ou ‘comunidades de base’, dado que, na Igreja de hoje, elas são freqüentemente mencionadas. O que vêm a ser tais ‘comunidades’ e por que é que elas não de ser destinatárias especiais da evangelização e ao mesmo tempo evangelizadoras?

Florescentes mais ou menos por toda parte na Igreja, atendo-nos ao que sobre isso se disse em vários testemunhos ouvidos durante as sessões do último Sínodo, essas comunidades diferem bastante entre si, mesmo dentro da mesma região, e, mais ainda, de uma região para outra.

Assim, em algumas regiões, elas brotam e desenvolvem-se, salvo algumas exceções, no interior da Igreja, são solidárias com a vida da mesma Igreja, alimentadas por sua doutrina, e conservam-se unidas aos seus pastores. Nesses casos, elas nascem da necessidade de viver mais intensamente a vida da Igreja; ou então do desejo e da busca de uma dimensão mais humana do que aquela que as comunidades eclesiais mais amplas dificilmente poderão revestir, sobretudo nas grandes metrópoles urbanas contemporâneas, onde é mais favorecida a vida de massa e o anonimato ao mesmo tempo. Elas poderão muito simplesmente prolongar, a seu modo, no plano espiritual e religioso - culto, aprofundamento da fé, caridade fraterna, oração, comunhão com os pastores - a pequena comunidade sociológica, a aldeia, ou outras similares. Ou então elas procurarão se congregar para ouvir e meditar a Palavra, para os sacramentos e para o vínculo do ágape, alguns grupos que a idade, a cultura, o estado civil ou a situação social tornam mais ou menos homogêneos, por exemplo casais, jovens, profissionais e outros; ou ainda, pessoas que as circunstâncias fazem com que vivam já reunidas nas lutas pela justiça, pela ajuda aos irmãos pobres, pela promoção humana etc. Ou, finalmente, elas reúnem os cristãos naqueles lugares em que a escassez de sacerdotes não favorece a vida ordinária de uma comunidade paroquial. Tudo isso, porém, é possível no interior de comunidades constituídas da Igreja, sobretudo das Igrejas particulares e das paróquias.

Em outras regiões, ao contrário, agrupam-se comunidades de base com um espírito de crítica acerba em relação à Igreja, que elas estigmatizam muito facilmente como ‘institucional’ e à qual elas se contrapõem como comunidades carismáticas, libertas de estruturas e inspiradas somente no Evangelho. Estas têm, portanto, como sua característica uma evidente atitude de censura e de rejeição em relação às expressões da Igreja, como a sua hierarquia e os seus sinais. Elas contestam radicalmente esta Igreja. Nesta linha, a sua inspiração principal bem depressa se torna ideológica e é raro que elas não sejam muito em breve a presa de uma opção

política, de uma corrente e, depois, de um sistema, ou talvez mesmo de um partido, com todos os riscos que isso acarreta de se tornarem instrumentos dos mesmos.

A diferença já é notável: as comunidades que pelo seu espírito de contestação se separam da Igreja, cuja unidade prejudicam, podem muito bem denominar-se 'comunidades de base', mas em tais casos há nesta terminologia uma designação puramente sociológica. Elas não poderiam, sem se dar um abuso de linguagem, intitular-se comunidades eclesiais de base, mesmo que elas, sendo hostis à hierarquia, porventura tivessem a pretensão de perseverar na unidade da Igreja. Essa designação pertence às outras, ou seja, àquelas que se reúnem em Igreja, para se unir à Igreja e para fazer aumentar a Igreja.

Estas últimas comunidades, sim, serão um lugar de evangelização, para benefício das comunidades mais amplas, especialmente das Igrejas particulares, e serão uma esperança para a Igreja universal, como nós tivemos ocasião de dizer ao terminar o Sinodo, na medida em que elas:

- procuram o seu alimento na Palavra de Deus e não se deixem enredar pela polarização política ou pelas ideologias que estejam na moda, prestes a explorar o seu imenso potencial humano;
- evitem a tentação sempre ameaçadora da contestação sistemática e do espírito hiper-crítico, sob pretexto de autenticidade e de espírito de colaboração;
- permaneçam firmemente ligadas à Igreja local em que se inserem, e à Igreja universal, evitando assim o perigo - por demais real! - de se isolarem em si mesmas, e depois de se crerem a única autêntica Igreja de Cristo e, por consequência, perigo de anatematizarem as outras comunidades eclesiais;
- mantenham uma comunhão sincera com os pastores que o Senhor dá à sua Igreja, e também com o magistério que o Espírito de Cristo lhes confiou;
- jamais se considerem como o destinatário único ou como o único agente da evangelização - ou por outra, como o único depositário do Evangelho! -; mas, conscientes de que a Igreja é muito mais vasta e diversificada, aceitem que esta Igreja se encarna de outras maneiras, que não só através delas;
- progridam cada dia na consciência do dever missionário e no zelo, na aplicação e irradiação neste aspecto;
- demonstrem-se em tudo universalistas e nunca sectárias.

Com estas condições, exigentes sem dúvida alguma, mas exaltantes, as comunidades eclesiais de base corresponderão à sua vocação mais fundamental: de ouvintes do Evangelho que Ihes é anunciado e de destinatárias privilegiadas da evangelização, elas próprias se tornarão sem demora anunciadoras do Evangelho".

**Nota:120**

**CNBB**, As Comunidades Eclesiais de Base e a Igreja no Brasil, Doc.25, n.30 e 31: "A CEB, 'como comunidade', integra famílias, adultos e jovens em estreito relacionamento interpessoal na fé. 'Como eclesial', é comunidade de fé, esperança e caridade; celebra a palavra de Deus e se nutre com a Eucaristia, ponto culminante dos demais sacramentos; realiza a palavra de Deus na vida, mediante a solidariedade e o compromisso com o mandamento novo do Senhor; torna presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, através do serviço de coordenadores aprovados. É 'de base' por estar constituída por um pequeno número de membros em forma permanente e como célula da grande comunidade (DP 641).

**31.** As CEBs que têm garantido essas características fundamentais têm, igualmente, experimentado uma grande vitalidade. Ela será tanto maior quanto mais intensa for a eclesialidade vivida na prática comunitária do povo de Deus, sobretudo dos mais pobres e humildes. Fiéis às condições essenciais que as definem como Igreja, as CEBs têm demonstrado grande riqueza e criatividade em sua maneira de ser e viver a vocação de Igreja presente no mundo".

**Nota:121**

**CNBB**, As Comunidades Eclesiais de Base e a Igreja no Brasil, Doc.25, n.40: "Células vivas da Igreja, as CEBs, em seu conjunto, têm se constituído num fermento de espírito e de vida comunitária nas várias esferas da vida eclesial. Têm colaborado poderosamente na renovação das paróquias e dos vários processos pastorais, no sentido de uma crescente comunhão e participação. Em muitas partes, a pastoral de grupos se liga às CEBs como etapa preparatória de sua configuração. A pastoral vocacional e os novos ministérios recebem das CEBs um novo impulso e um campo muito concreto de desenvolvimento. Na prática de sua vida elas têm encontrado surpreendentes caminhos de uma evangelização, catequese e liturgia encarnadas, muito ligadas à palavra de Deus. Em sua 'fome e sede de justiça', têm encontrado caminhos de uma prática ecumênica concreta. Desenvolvem, ainda, um fenômeno de intercomunicação participativa e da formação do senso crítico diante da massificação dos meios de comunicação. No constante esforço de atuar, refletir e celebrar, as CEBs são uma alternativa de educação para os que buscam uma sociedade nova, onde o individualismo, a competição e o lucro cedem lugar à justiça e à fraternidade".

**Nota:122**

**CNBB**, As Comunidades Eclesiais de Base e a Igreja no Brasil, Doc. 25, Introdução: "1. As Comunidades Eclesiais de Base constituem hoje, em nosso país, uma realidade que expressa um dos traços mais dinâmicos da vida da Igreja e, por motivos diversos, vai despertando o interesse de outros setores da sociedade.

**2.** Podemos fazer nossas as palavras dos bispos em Puebla: 'As comunidades de base que, em 1968, eram apenas uma experiência incipiente, amadureceram e multiplicaram-se. Em comunhão com os seus bispos, converteram-se em centros de evangelização e em motores de libertação e desenvolvimento' (Puebla 96).

**3.** Fenômeno estritamente eclesial, as CEBs em nosso país nasceram no seio da Igreja/instituição e tornaram-se 'um novo modo de ser Igreja'. Pode-se afirmar que é ao redor delas que se desenvolve, e se desenvolverá cada vez mais, no futuro, a ação pastoral e evangelizadora da Igreja.

**4.** Fator de renovação interna e novo modo de a Igreja estar presente ao mundo, elas constituem, por certo, um fenômeno irreversível, senão nos detalhes de sua estruturação, ao menos no espírito que as anima.

**5.** Como pastores, atentos à vida da Igreja em nossa sociedade, queremos olhá-las com carinho, estar à sua escuta e tentar descobrir através de sua vida, tão intimamente ligada à história do povo na qual elas estão inseridas, o caminho que se abre diante delas para o futuro.

**6.** Este documento tem abrangência e alcance limitados. Não quisemos encarar aqui todos os aspectos de organização, de vida e de criatividade das CEBs. Nem entramos nas diferenças entre os vários tipos de comunidades.

As CEBs terão outras oportunidades para exprimir a experiência que vivem, os obstáculos que encontram e as esperanças que guardam. Neste documento, portanto, queremos apenas refletir sobre a caminhada das CEBs à luz dos documentos da Igreja; explicitar sua eclesialidade; e abordar alguns problemas emergentes que exigem melhor elucidação.

Ao fazer isto, queremos colaborar para as comunidades permanecerem fiéis às suas origens e ajudar toda a Igreja do Brasil a compreender melhor a riqueza desse dom do Espírito”.

**Nota:123**

**CNBB**, Vida e Ministério do Presbítero: Pastoral Vocacional, Doc. 20, art. 236: “O atual *florescimento de novos ministérios* manifesta uma renovação eclesial em profundidade, impulsionada pelo Concílio. Constitui-se um ‘sinal dos tempos’, que exige acolhida e atenção, numa oportunidade para uma renovação profunda, um ‘salto qualitativo’ da pastoral vocacional. Na medida em que os fiéis passarem da condição de ‘massa’, objeto de cura pastoral, para a condição de sujeitos conscientes e ativos numa comunidade engajada evangelicamente, também as vocações de especial consagração e disponibilidade para o ministério presbiteral se tornarão muito mais numerosas, proporcionalmente ao revigoramento da comunidade cristã. É o que também espera o Santo Padre: ‘As vocações ao sacerdócio hão de ser sinal da maturidade das comunidades; e hão de manifestar-se também como consequência da floração dos ministérios confiados aos leigos e de uma oportuna pastoral familiar’ (João Paulo II, Aos Bispos do CELAM, Rio de Janeiro, 12, 60)”.

**Nota:124**

**Puebla 858**: “Por outro lado, o Espírito Santo está suscitando hoje na Igreja uma diversidade de ministérios, também exercidos por leigos, capazes de rejuvenescer e reforçar o dinamismo evangelizador da Igreja”.

**Nota:125**

**CNBB**, Vida e Ministério do Presbítero: Pastoral Vocacional, Doc. 20, n. 239-240: “Em resumo, a pastoral vocacional tem duas perspectivas necessárias e complementares:

- de um lado, a pastoral das vocações sacerdotais é um aspecto do esforço mais amplo da *pastoral orgânica*, que visa a tornar as comunidades cristãs co-responsáveis e dotadas da variedade de ministérios que expressam as multiformes facetas da missão da Igreja e a riqueza dos dons do Espírito;

**240.** - De outro lado, a Pastoral Vocacional é uma *ação específica*, devidamente planejada e organizada, para propor o ideal da vocação sacerdotal ou ministério presbiteral, oferecendo aos vocacionados uma ajuda para compreender e acolher este chamado e para desenvolver suas aptidões”.

**Nota:126**

**Homília no Rio de Janeiro**, 1980.

**Nota:127**

**AG 21**: “A Igreja só está verdadeiramente fundada, só alcança a plenitude de sua vida e só constitui um sinal adequado de Cristo no meio dos seres humanos, quando, juntamente com a hierarquia, compõe-se de um laicato verdadeiro e ativo. O Evangelho não penetra em profundidade nas pessoas nem na vida e na atividade de um povo senão por intermédio da presença ativa dos leigos. Por isso, é preciso pensar em constituir logo um laicato cristão maduro, desde a implantação da Igreja.

Os fiéis leigos pertencem ao mesmo tempo ao povo de Deus e à sociedade civil. Pertencem ao povo em que nasceram, pela educação recebida, tornaram-se participantes de seus tesouros culturais, a eles estão ligados por uma série de vínculos sociais, envidam os mesmos esforços para progredir, dedicam-se às mesmas profissões, enfrentam os mesmos problemas, que, juntos, se esforçam por resolver. Mas pertencem também a Cristo, por cuja fé e batismo foram regenerados na Igreja, para que sejam de Cristo por suas obras a fim de que, por intermédio de Cristo, tudo venha a estar sujeito a Deus e Deus se torne tudo em todos.

O principal dever dos leigos, mulheres e homens, é dar testemunho de Cristo, pela vida e pela palavra, no grupo social em que vivem e na esfera de sua profissão. São chamados a manifestar o novo homem criado por Deus em santidade e verdade, no âmbito da sociedade em que vivem e de sua pátria, de acordo com as suas tradições nacionais. Devem primar pelo conhecimento de sua própria cultura, conservá-la e saná-la de seus limites, ajudá-la a evoluir em consonância com as exigências modernas, procurando sempre mais aperfeiçoá-la, a fim de que a fé em Cristo e a vida da Igreja deixem de ser estranhas à sociedade em que vivem, mas comecem a compenetrá-la e a transformá-la.

Estejam unidos a seus concidadãos por uma caridade sincera, para que se lhes torne manifesto o novo laço de unidade e de amor universal, haurido na participação do mistério de Cristo. Difundam a fé de Cristo entre aqueles a que estão unidos pelos laços da vida e da profissão. Obrigação tanto mais urgente quanto um grande número de pessoas não pode ouvir o Evangelho e reconhecer a Cristo senão por intermédio dos que lhe são mais próximos. Onde for possível, sejam os leigos preparados para colaborar com a missão mais específica da hierarquia de anunciar o Evangelho e comunicar a doutrina cristã para contínuo fortalecimento da Igreja.

Que os ministros da Igreja valorizem ao máximo o apostolado leigo. Cuidem de sua formação como membros de Cristo, que devem ter consciência de sua responsabilidade em relação a todos os seres humanos. Seja-lhes comunicado o mistério de Cristo em toda sua profundidade. Sejam iniciados na metodologia prática cristã e assistidos em suas dificuldades, de acordo com a constituição conciliar sobre a Igreja e o decreto a respeito do apostolado dos leigos.

Respeitadas as funções e responsabilidades próprias, tanto dos pastores como dos fiéis, a nova Igreja dará um consistente testemunho de Cristo, tornando-se sinal luminoso dos dons com que ele nos cumulou a todos”.

**Nota:128**

**CT 66**: “Desejo agradecer-vos em nome de toda a Igreja, também a vós, catequistas paroquiais, leigos, homens, e mulheres em maior número ainda, a vós todos que pelo mundo inteiro vos dedicastes à educação religiosa de numerosas gerações. A vossa atividade, muitas vezes humilde e escondida, mas realizada com zelo inflamado e generoso, é uma forma eminente de apostolado leigo, particularmente importante naquelas partes onde, por diversas razões, as crianças e os jovens não recebem no lar uma formação religiosa conveniente. Quantos somos, realmente, aqueles que recebemos de pessoas como vós as primeiras noções de catecismo e a preparação para o sacramento da penitência, para a primeira Eucaristia e para a Confirmação! A IV Assembléia Geral do Sínodo não vos esqueceu. E, em continuidade com ela, eu encorajo-vos a prosseguir na vossa colaboração para a vida da Igreja.



No entanto, são os 'catequistas' em terras de missão que por excelência têm este título de catequistas. Nascidos de famílias já cristãs ou convertidas um dia ao cristianismo, e instruídos pelos missionários ou por um outro catequista, eles consagram depois a própria vida, durante longos anos, à catequização das crianças e dos adultos das suas povoações. Igrejas hoje florescentes não teriam sido edificadas sem eles. Eu me regozijo com os esforços desenvolvidos pela Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos no sentido de aperfeiçoar cada vez mais a formação de tais catequistas. E neste momento evoco com gratidão a memória daqueles que o Senhor já chamou para si. E quero invocar também a intercessão daqueles que os meus Predecessores elevaram à glória dos altares. De todo o coração, eu exorto à coragem aqueles que estão em atividade; e de igual modo desejo que muitos outros se prontifiquem a rendê-los e que o seu número aumente, na aplicação a uma obra tão necessária para a causa missionária".

**Nota:129**

**LE 3:** "No meio de todos estes processos - quer da diagnose da realidade social objetiva, quer paralelamente do ensino da Igreja no âmbito da complexa e múltipla questão social - o 'problema do trabalho humano', como é natural, aparece muitas vezes. Ele é, de certo modo, uma componente fixa, tanto da vida social como do ensino da Igreja. Neste ensino da Igreja, aliás, o dedicar atenção ao problema remonta a tempos muito para além dos últimos noventa anos. A doutrina social da Igreja, efetivamente, tem a sua fonte na Sagrada Escritura, a começar do Livro do Gênesis e, em particular, no Evangelho e nos escritos dos tempos apostólicos. Dedicar atenção aos problemas sociais faz parte desde os inícios do ensino da Igreja e da sua concepção do homem e da vida social e, especialmente, da moral social que foi sendo elaborada segundo as necessidades das diversas épocas. Tal património tradicional foi depois herdado e desenvolvido pelo ensino dos Sumos Pontífices sobre a moderna 'questão social', a partir da Encíclica 'Rerum Novarum'. E no contexto de tal questão, o problema do trabalho foi objeto de uma continua atualização, mantendo sempre a base cristã daquela verdade que podemos chamar perene.

Ao voltarmos no presente documento uma vez mais a este problema - sem ter a intenção, aliás, de tocar todos os temas que lhe dizem respeito - não é tanto para coligir e repetir o que já se encontra contido nos ensinamentos da Igreja, mas sobretudo para pôr em relevo - possivelmente mais do que foi feito até agora - o fato de que o trabalho humano é 'uma chave', provavelmente a 'chave essencial', de toda a questão social, se nós procurarmos vê-la verdadeiramente sob o ponto de vista do bem do homem. E se a solução - ou melhor, a gradual solução - da questão social, que continuamente se reapresenta e se vai tornando cada vez mais complexa, deve ser buscada no sentido de 'tornar a vida humana mais humana', então por isso mesmo a chave, que é o trabalho humano, assume uma importância fundamental e decisiva".

**Nota:130**

**LE 24-27:** "A última parte das presentes reflexões sobre o tema do trabalho humano, a propósito do 90º aniversário da Encíclica 'Rerum Novarum', convém dedicá-la à espiritualidade do trabalho no sentido cristão da expressão. Dado que o trabalho na sua dimensão subjetiva é sempre uma ação pessoal, 'actus personae', daí se segue que 'é o homem todo que nele participa, com seu corpo e seu espírito', independentemente do fato de ser um trabalho manual ou intelectual. E é também ao homem todo que é dirigida a Palavra do Deus vivo, a mensagem evangélica da Salvação, na qual se encontram muitos ensinamentos - como que luzes particulares - concernentes ao trabalho humano. Ora, é necessária uma assimilação adequada de tais ensinamentos; é preciso o esforço interior do espírito humano, guiado pela fé, pela esperança e pela caridade, para 'dar ao trabalho' do homem concreto, com a ajuda desses ensinamentos, 'aquele sentido que ele tem aos olhos de Deus', e mediante o qual o mesmo trabalho entra na obra da salvação conjuntamente com as suas tramas e componentes ordinárias e, ao mesmo tempo, muito importantes.

Se a Igreja considera como seu dever pronunciar-se a respeito do trabalho, do ponto de vista do seu valor humano e da ordem moral em que ele está abrangido, e se ela reconhece nisso uma sua tarefa importante incluída no serviço que presta à inteira mensagem evangélica, a mesma Igreja vê simultaneamente um seu dever particular 'na promoção de uma espiritualidade do trabalho', suscetível de ajudar todos os homens a aproximarem-se de Deus, Criador e Redentor, através dele, e a participarem nos seus designios salvíficos quanto ao homem e ao mundo, e a aprofundarem na sua vida a amizade com Cristo, assumindo mediante a fé uma participação viva na sua triplice missão: de Sacerdote, de Profeta e de Rei, como ensina, usando expressões admiráveis, o Concílio Vaticano II.

**25.** Como diz o Concílio Vaticano II, 'uma coisa é certa para os crentes: a atividade humana individual e coletiva, aquele imenso esforço com que os homens, no decurso dos séculos, tentaram melhorar as condições de vida, considerado em si mesmo, corresponde ao desígnio de Deus. Efetivamente, o homem, criado à imagem de Deus, recebeu a missão de submeter a si a terra e tudo o que ela contém, de governar o mundo na justiça e na santidade e, reconhecendo Deus como o Criador de todas as coisas, de se orientar a si e ao universo todo para ele, de maneira que, estando tudo subordinado ao homem, o nome de Deus seja glorificado em toda a terra'.

Na Palavra da Revelação divina acha-se muito profundamente inscrita esta verdade fundamental: que 'o homem', criado à imagem de Deus, 'participa mediante o seu trabalho na obra do Criador' e, em certo sentido, continua, na medida das suas possibilidades, a desenvolvê-la e a completá-la, progredindo cada vez mais na descoberta dos recursos e dos valores contidos em tudo aquilo que foi criado. Esta verdade encontramos-la logo no início da Sagrada Escritura, no Livro do 'Gênesis', onde a mesma obra da criação é apresentada sob a forma de um 'trabalho' realizado por Deus durante seis dias, e que se mostra a 'repousar' no sétimo dia. Por outro lado, o último Livro da Sagrada Escritura repercute ainda o mesmo tom de respeito pela obra que Deus realizou mediante o seu 'trabalho' criador, quando proclama: 'Grandes e admiráveis são as tuas obras, Senhor, Deus Todo-Poderoso!'; proclamação esta, bem análoga à do Livro do Gênesis, quando encerra a descrição de cada dia da criação afirmando: 'E Deus viu que isso era bom'.

Esta descrição da criação, que nós encontramos já no primeiro capítulo do Livro do 'Gênesis', é ao mesmo tempo, 'em certo sentido, o primeiro evangelho do trabalho'. Ela mostra, de fato, em que é que consiste a sua dignidade: ensina que o homem, ao fazer o trabalho, deve imitar Deus, seu Criador, porque traz em si - e ele somente - este singular elemento de semelhança com ele. O homem deve imitar Deus quando trabalha, assim como quando repousa, dado que o mesmo Deus quis apresentar-lhe a própria obra criadora 'sob a forma do trabalho e sob a forma do repouso'. E esta obra de Deus no mundo continua sempre, como o atestam as



palavras de Cristo: 'Meu Pai opera continuamente...': opera com a força criadora, sustentando na existência o mundo que chamou do nada ao ser; e opera com a força salvífica nos corações dos homens, que desde o princípio destinou para o repouso em união consigo mesmo, 'na casa do Pai'. Por isso, também o trabalho humano não só exige o repouso cada sétimo dia, mas além disso não pode consistir apenas no exercício das forças humanas na ação exterior: ele tem de deixar um espaço interior, no qual o homem, tornando-se cada vez mais aquilo que deve ser segundo a vontade de Deus, se prepara para aquele 'repouso' que o Senhor 'reserva para os seus servos e amigos'.

A consciência de que o trabalho humano é uma participação na obra de Deus, deve impregnar - como ensina o recente Concílio - 'também as atividades de todos os dias'. Assim, os homens e as mulheres que, ao ganharem o sustento para si e para as suas famílias, exercem as suas atividades de maneira a bem servir a sociedade, têm razão para considerar o seu trabalho um prolongamento da obra do Criador, um serviço aos seus irmãos e uma contribuição pessoal para a realização do plano providencial de Deus na história.

É necessário, sobretudo na época atual, que a 'espiritualidade' do trabalho manifeste aquela maturidade que exigem as tensões e as inquietudes dos espíritos e dos corações: 'Longe de pensar que as obras do engenho e do poder humano se opõem ao poder de Deus e de considerar a criatura racional como rival do Criador, os cristãos, ao contrário, estão bem persuadidos de que as vitórias do gênero humano são um sinal da grandeza de Deus e são fruto do seu desígnio inefável. Mas, quanto mais aumenta o poder dos homens, tanto mais se alarga o campo das suas responsabilidades, pessoais e comunitárias... A mensagem cristã não afasta os homens da tarefa de construir o mundo, nem os leva a desinteressar-se do bem dos seus semelhantes, mas, pelo contrário, obriga-os a aplicar-se a tudo isto por um dever ainda mais exigente'.

A consciência de participar, mediante o trabalho, na obra da criação constitui 'motivação' bem profunda para empreendê-lo em diversos setores: 'Os fiéis, portanto - lemos na Constituição 'Lumen Gentium' - devem reconhecer a natureza íntima de todas as criaturas, o seu valor e a sua ordenação para a glória de Deus, e devem ajudar-se mutuamente, mesmo através das atividades propriamente seculares, a procurar levar uma vida mais santa, para que assim o mundo seja impregnado do espírito de Cristo e atinja mais eficazmente o seu fim, na justiça, na caridade e na paz. Por conseguinte, com a sua competência nas matérias profanas e por sua atividade intrinsecamente elevada pela graça de Cristo, contribuam com todas as suas forças para que os bens criados sejam valorizados pelo trabalho humano, pela técnica e pela cultura... de harmonia com os fins que lhes deu o Criador e segundo a iluminação do Seu Verbo'.

**26.** Esta verdade, segundo a qual o homem, mediante o trabalho, participa na obra do próprio Deus, seu Criador, foi particularmente posta em relevo por Jesus Cristo, aquele Jesus de quem muitos dos seus primeiros ouvintes em Nazaré ficavam admirados e exclamavam: 'Donde lhe veio tudo isso? E que sabedoria é essa que lhe foi dada?... Porventura não é este o carpinteiro...?'. Com efeito, Jesus não só proclamava, mas sobretudo punha em prática com as obras o Evangelho que lhe tinha sido confiado, a Palavra da Sabedoria eterna. Por esta razão, tratava-se verdadeiramente do evangelho do trabalho, pois aquele que o proclamava era ele próprio homem do trabalho, do trabalho artesanal como José de Nazaré. E ainda que não encontremos nas suas palavras o preceito especial de trabalhar, e sim, até mesmo, uma vez, a proibição de se preocupar de maneira excessiva com o trabalho e com os meios para viver - contudo, ao mesmo tempo, a eloquência da vida de Cristo é inequívoca: ele pertence ao mundo do trabalho e tem apreço e respeito pelo trabalho humano; pode-se mesmo dizer mais: ele encara com amor este trabalho, bem como as suas diversas expressões, vendo em cada uma delas uma linha particular da semelhança do homem com Deus, Criador e Pai. Não foi ele, porventura, que disse 'Meu Pai é o agricultor...', transpondo de diversas maneiras para o seu ensino aquela verdade fundamental sobre o trabalho que já se encontra expressa em toda a tradição do Antigo Testamento, a começar pelo Livro do Génesis?

Nos Livros do Antigo Testamento não faltam freqüentes referências ao trabalho humano, assim como às diversas profissões exercidas pelo homem; assim, por exemplo: ao médico, ao farmacêutico, ao artesão-artista ao artífice do ferro - esta expressão poder-se-ia referir ao trabalho do operário siderúrgico de hoje - ao oleiro, ao agricultor, ao estudioso, ao navegador, ao trabalhador da construção, ao músico, ao pastor e ao pescador. E são conhecidas as belas palavras dedicadas ao trabalho das mulheres. O próprio Jesus, nas suas parábolas sobre o reino de Deus, refere-se constantemente ao trabalho humano: ao trabalho do pastor, do agricultor, do médico, do sementeiro, do amor, do servo, do feitor, do pescador, do comerciante e do operário. E fala também das diversas atividades das mulheres. Apresenta o apostolado sob a imagem do trabalho braçal dos ceifeiros ou dos pescadores. E, enfim, refere-se também ao trabalho dos estudiosos.

Este ensino de Cristo sobre o trabalho, baseado no exemplo da própria vida vivida durante os anos de Nazaré, encontra um eco bem forte no ensino do Apóstolo São Paulo. Dedicando-se provavelmente à confecção de tendas, São Paulo sentia-se ufano de trabalhar no seu ofício, graças ao qual podia, muito embora sendo apóstolo, ganhar por si mesmo o seu pão de cada dia: 'Trabalhamos noite e dia, entre fadigas e privações, para não sermos pesados a nenhum de vós. Daqui derivam as suas instruções a respeito do trabalho, que têm um caráter de exortação e de preceito: A esses tais ordenamos e incitamos, no Senhor Jesus Cristo, que trabalhem em paz, para poderem assim comer o pão ganho por eles próprios, são palavras suas, escritas aos tessalonicenses. Com efeito, notando que alguns levam uma vida preguiçosa, em lugar de trabalharem, o Apóstolo, no mesmo contexto, não hesita em dizer: Se alguém não quer trabalhar, abstenha-se também de comer. E numa outra passagem, ao contrário, ele estimula: Qualquer coisa que fizerdes, fazei-a com todo o coração, como se fora para o Senhor, e não para os homens, sabendo que do Senhor recebereis como recompensa a herança.

Os ensinamentos do Apóstolo das Gentes, como se vê, têm uma importância-chave para a moral e para a espiritualidade do trabalho humano. Eles são complemento importante para aquele grande, se bem que discreto, evangelho do trabalho que nós encontramos na vida de Cristo, nas suas parábolas e em tudo quanto Jesus foi fazendo e ensinando.

Com base nestas luzes, que emanam da própria Fonte, a Igreja proclamou sempre o que segue e cuja expressão contemporânea encontramos no ensino do Concílio Vaticano II: A atividade humana, do mesmo modo que procede do homem, assim também para ele se ordena. De fato, quando trabalha, o homem não transforma apenas as coisas materiais e a sociedade, mas realiza-se a si mesmo. Aprende muitas coisas,

desenvolve as próprias faculdades, sai de si e supera-se a si mesmo. Este desenvolvimento, se for bem compreendido, vale mais do que os bens exteriores que se possam acumular... É a seguinte, pois, a norma para a atividade humana: segundo o plano e a vontade de Deus, ser conforme com o verdadeiro bem da humanidade e tornar possível ao homem, individualmente considerado ou como membro da sociedade, cultivar e realizar a sua vocação integral.

No contexto de tal visão dos valores do trabalho humano, ou seja, de tal espiritualidade do trabalho, explica-se perfeitamente aquilo que no mesmo ponto da Constituição pastoral do Concílio se lê sobre o justo significado do progresso: O homem vale mais por aquilo que é do que por aquilo que tem. Do mesmo modo tudo o que o homem faz para conseguir mais justiça, uma fraternidade mais difundida e uma ordem mais humana nas relações sociais, excede em valor os progressos técnicos. Com efeito, tais progressos podem proporcionar a base material para a promoção humana, mas, por si sós, de modo nenhum são capazes de a realizar.

Esta doutrina sobre o problema do progresso e do desenvolvimento - tema tão dominante na mentalidade contemporânea - poderá ser entendida somente como fruto de uma espiritualidade do trabalho já provada, e somente sobre a base de uma tal espiritualidade é que ela pode ser realizada e posta em prática. Esta é a doutrina e ao mesmo tempo o programa que lançam as raízes no evangelho do trabalho.

**27.** Há ainda um outro aspecto do trabalho humano, uma sua dimensão essencial, em que a espiritualidade fundada no Evangelho penetra profundamente. Todo o trabalho, seja ele manual ou intelectual, anda inevitavelmente unido à fadiga. O Livro do Génesis exprime isto mesmo de maneira verdadeiramente penetrante, ao contrapor àquela bênção original do trabalho, contida no próprio mistério da Criação e ligada à elevação do homem como imagem de Deus, a maldição que o pecado trouxe consigo: Maldita seja a terra por tua causa! Com trabalho penoso tirarás dela o alimento todos os dias da tua vida. Esta pena ligada ao trabalho indica o caminho da vida do homem sobre a terra e constitui o anúncio da morte: Comerás o pão com o suor da fronte, até que voltes à terra da qual foste tirado.... Como que fazendo-se eco destas palavras, assim se exprime o autor de um dos Livros sapienciais: Refleti em todas as obras realizadas por minhas mãos e em todas as fadigas a que me submeti... Não há homem algum sobre a terra que não possa fazer suas estas palavras.

O Evangelho profere, em certo sentido, a sua última palavra a propósito disto ainda, no mistério pascal de Jesus Cristo. E é aqui que é preciso ir procurar a resposta para estes problemas tão importantes para a espiritualidade do trabalho humano. No mistério pascal está contida a Cruz de Cristo, a sua obediência até à morte, que o Apóstolo contrapõe àquela desobediência que pesou desde o princípio na história do homem sobre a terra. Aí está contida também a elevação de Cristo que, passando pela morte de cruz, retorna para junto dos seus discípulos com a potência do Espírito Santo pela Ressurreição.

O suor e a fadiga, que o trabalho comporta necessariamente na presente condição da humanidade, proporcionam aos cristãos e a todo o homem, dado que todos são chamados para seguir a Cristo, a possibilidade de participar no amor à obra que o mesmo Cristo veio realizar. Esta obra de salvação foi realizada por meio do sofrimento e da morte de cruz. Suportando o que há de penoso no trabalho em união com Cristo crucificado por nós, o homem colabora, de algum modo, com o Filho de Deus na redenção da humanidade. Mostrar-se-á como verdadeiro discípulo de Jesus, levando também ele a cruz de cada dia nas atividades que é chamado a realizar.

Cristo, suportando a morte por todos nós, pecadores, ensina-nos com o seu exemplo ser necessário que também nós levemos a cruz que a carne e o mundo fazem pesar sobre os ombros daqueles que buscam a paz e a justiça; ao mesmo tempo, porém, constituído Senhor pela sua Ressurreição, ele, Cristo, a quem foi dado todo o poder no céu e na terra, opera já pela virtude do Espírito Santo, nos corações dos homens... purificando e robustecendo aquelas generosas aspirações que levam a família dos homens a tentar tornar a sua vida mais humana e a submeter para esse fim toda a terra.

No trabalho humano, o cristão encontra uma pequena parcela da cruz de Cristo e aceita-a com o mesmo espírito de redenção com que Cristo aceitou por nós a sua Cruz. E, graças à luz que, emanando da Ressurreição do mesmo Cristo, penetra dentro de nós, descobrimos sempre no trabalho um vislumbre da vida nova, do novo bem, um como que anúncio dos céus novos e da nova terra, os quais são participados pelo homem e pelo mundo precisamente mediante o que há de penoso no trabalho. Mediante a fadiga e nunca sem ela. Ora, tudo isto, por um lado, confirma ser indispensável a cruz numa espiritualidade do trabalho humano; por outro lado, porém, patenteia-se nesta cruz, no que nele há de penoso, um bem novo, o qual tem o seu princípio no mesmo trabalho: no trabalho entendido em profundidade e sob todos os aspectos, e jamais sem ele.

E será já este novo bem - fruto do trabalho humano - uma pequena parcela daquela nova terra onde habita a justiça? E em que relação permanecerá ele com a Ressurreição de Cristo, se é verdade ser aquilo que multiformemente é penoso no trabalho do homem uma pequena parcela da Cruz de Cristo? O Concílio procura responder também a esta pergunta, indo haurir luz nas mesmas fontes da Palavra revelada: É certo que nos é lembrado que nada aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se se perde a si mesmo (cf. Lc 9,25). A expectativa da nova terra, porém, não deve enfraquecer, mas antes estimular a solicitude por cultivar esta terra, onde cresce aquele corpo da nova família humana, que já consegue apresentar certa prefiguração em que se vislumbra o mundo novo. Por conseguinte, embora se deva distinguir cuidadosamente o progresso terreno do crescimento do reino de Cristo, todavia, na medida em que tal progresso pode contribuir para a melhor organização da sociedade humana, tem muita importância para o reino de Deus.

Procuramos, ao longo das presentes reflexões dedicadas ao trabalho humano, pôr em realce tudo aquilo que parecia indispensável, dado que é mediante ele que devem multiplicar-se sobre a face da terra não só os frutos da nossa atividade, mas também a dignidade do homem, a comunhão fraterna e a liberdade. O cristão que está atento em ouvir a Palavra de Deus vivo, unindo o trabalho à oração, procure saber que lugar ocupa o seu trabalho não somente no progresso terreno, mas também no desenvolvimento do reino de Deus, para o qual todos somos chamados pela potência do Espírito Santo e pela palavra do Evangelho".